

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social e
promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat

Joana Filipa Mota Nunes Guedes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Social e Solidária

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
Instituto Superior do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2012

Agradeço...

a todos aqueles, que de uma forma ou de outra, mais ou menos visível, contribuíram para a concretização deste longo trabalho de investigação. Pais, irmão, amigos, colegas, professores e, não menos importante, ao meu orientador e professor que me deu a conhecer esta economia, a que para mim faz sentido e ao CITI-Habitat, no seu todo, pela constante recetividade e apoio.

RESUMO

A presente dissertação procura analisar a importância do microcrédito na luta contra a pobreza e exclusão social, por via do empowerment, a partir do exemplo concreto do projeto de microcrédito do Gabinete de Apoio a Médias e Pequenas Empresas da ONG CITI-Habitat, no ativo desde 1996 na cidade da Praia, na ilha de Santiago em Cabo Verde.

Identificada a pergunta de partida “*Consegue o CITI-Habitat, através do microcrédito, retirar alguns dos seus beneficiários da pobreza e da exclusão social?*”, foi imprescindível começar por definir um quadro teórico coerente, que não pode deixar de compreender os conceitos de pobreza e exclusão social, empowerment e microcrédito, seguido de trabalho de investigação e de campo o mais profundo e próximo do objeto de estudo possível. Por conseguinte, a metodologia adotada passou pela análise documental, pela observação indireta com aplicação de inquéritos por questionário e entrevistas semi-diretivas e pela observação direta.

Este trabalho permitiu chegar à conclusão de que o microcrédito é, na verdade, um instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social, uma vez que, no geral, promove melhorias nas condições de vida dos seus beneficiários. Porém, não assegura que seja a solução última para tais problemas, mas antes um contributo que conjugado com outros elementos de apoio social poderá constituir um potencial meio de erradicação da pobreza.

Palavras-Chave:

Microcrédito

Pobreza e Exclusão Social

Empowerment

CITI-Habitat

Cabo Verde

Praia

Sistema de Classificação JEL: A13 e G21

ABSTRACT

The following dissertation intends to analyze the importance of microcredit in the struggle against poverty and social exclusion through empowerment, using the concrete example of the Office for Support of Medium and Small Enterprises' microcredit project which belongs to the NOG CITI-Habitat, active since 1997 and located in the city of Praia, Island of Santiago in Cape Verde.

Having identified the starting question “*Can CITI-Habitat, through microcredit, relieve from poverty and social exclusion some of its beneficiaries?*”, it was vital to start by defining a coherent theoretical framework, which cannot fail to understand the concepts of poverty and social exclusion, empowerment and microcredit, followed by an in-depth research and field work, the closest possible to the object of study. Therefore, the adopted methodology included documental analysis, indirect observation using questionnaires and semi-structured interviews, and direct observation.

This work allowed concluding that microcredit is, in fact, an instrument in the struggle against poverty and social exclusion, since that, in general, it provides an increase in living conditions of its beneficiaries. Nevertheless, it is not assured that it is the ultimate solution for such problems, but instead a contribution, that in conjunction with other elements of social support can be a potential means of eradicating poverty.

Key Words:

Microcredit

Poverty and Social Exclusion

Empowerment

CITI-Habitat

Cape Verde

Praia

JEL Classification System: A13 and G21

ÍNDICE

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
1. Introdução	1
1.1. Objeto de estudo e justificação	1
1.2. Objetivos e Hipóteses de trabalho	2
1.3. Metodologia	3
1.4. Estrutura do texto	4
1.5. Dificuldades e limitações encontradas ao longo do trabalho	4
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
2. Pobreza e Exclusão Social	6
2.1. Introdução	6
2.2. Evolução e definição do conceito de pobreza	7
2.2.1. Evolução histórica do conceito de pobreza	7
2.2.2. Autores de referência	12
2.2.3. O conceito	15
2.3. Evolução e definição do conceito de exclusão social	16
2.3.1. Evolução histórica do conceito de exclusão social	16
2.3.2. Autores de referência	18
2.3.3. O conceito	21
2.4. Estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social	22
2.4.1. Breve enquadramento da situação atual no mundo	22
2.4.2. Fatores e causas da pobreza e da exclusão social	23
2.4.3. Algumas estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social	24
3. Empowerment	26
3.1. Introdução	26
3.2. Origem do conceito	26
3.2.1. Outros autores	30
3.2.2. O conceito	32

3.3. Dimensões do empowerment	33
3.4. Características do empowerment	35
3.5. O empowerment como instrumento de luta contra a pobreza	36
4. Microcrédito	39
4.1. Introdução	39
4.2. Resenha histórica	39
4.3. Tendências de financiamento alternativo e principais instrumentos	44
4.3.1. Princípios subjacentes aos sistemas de financiamentos alternativos .	44
4.3.2. Microfinanças e Microfinanciamento	46
4.3.3. Microcrédito	49
4.4. Instituições de microcrédito em África	52
4.5. O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social e promotor do empowerment	54
5. Conclusão Teórica do Capítulo II	58
CAPÍTULO III – MICROCRÉDITO EM CABO VERDE	60
6. Enquadramento Socioeconómico de Cabo Verde	60
6.1. Introdução	60
6.2. Panorama socioeconómico de Cabo Verde	60
6.3. Bosquejo histórico	63
6.4. Pobreza em Cabo Verde	66
6.4.1. Situação atual	66
6.4.2. Estratégias nacionais de luta contra a pobreza	69
7. Microcrédito em Cabo Verde	74
7.1. Introdução	74
7.2. Antecedentes históricos do microcrédito em Cabo Verde	74
7.3. Microcrédito no contexto atual	77
7.3.1. Instituições financeiras formais	80
7.3.2. Organismos públicos	82

7.3.3. Organizações não-governamentais	84
7.3.4. Associações comunitárias de base local	87
7.3.5. Parceiros de cooperação externa	89
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO	92
8. Cidade da Praia	92
8.1. Introdução	92
8.2. Caracterização socioeconómica do concelho da Praia	92
8.3. Breve análise do microcrédito na Praia	94
9. Projeto de Microcrédito do CITI-Habitat na Cidade da Praia	96
9.1. Introdução	96
9.2. Notas metodológicas	96
9.3. Apresentação do CITI-Habitat	99
9.4. Análise dos dados recolhidos no trabalho de campo	106
10. CONCLUSÃO	113
BIBLIOGRAFIA	118
ANEXOS	132
Anexo A – Figuras	132
Anexo B – Documentos do CITI-Habitat	135
Anexo C – Guiões dos inquiridos por questionário e das entrevistas semi-diretivas aplicadas	145
Anexo D – Dados recolhidos no trabalho de campo	160

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1: Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por género	107
Gráfico 2: Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por nacionalidade	107
Gráfico 3: Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por idade	107
Gráfico 4: Razões que levam os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat a fazer formações adicionais	108
Gráfico 5: Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que fizeram formações adicionais após o microcrédito	109

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACDI/VOCA – Agricultural Cooperative Development Internacional/Volunteers in Overseas Cooperative Assistance (Cooperativa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional/Voluntários de Assistência Cooperativa no Estrangeiro)

ACEP – Associação para a Cooperação entre Povos

ADA – Appui au Développement Autonome (Apoio ao Desenvolvimento Autónomo)

ADF – African Development Foundation (Fundação para o Desenvolvimento em África)

ASDIS – Associação das Associações de Solidariedade e Desenvolvimento da Ilha de Santiago

CITI-Habitat – Centro de Inovação em Tecnologia Intermediária para o Habitat

DECRP – Documento de Estratégia de Crescimento e da Redução da Pobreza

ECRP – Estratégia de Crescimento e da Redução da Pobreza

EUA – Estados Unidos da América

FADOC – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento das Organizações Comunitárias

FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

FAM-F – Federação das Associações de Microfinanças

FAMI-PICOS – Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Familiar

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização para Alimentação e Agricultura)

GAMPES – Gabinete de Apoio a Médias e Pequenas Empresas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

INECV – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde

IPH – Índice de Pobreza Humana

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego – Instituto Universitário de Lisboa

LEADER – Liaison Entre Actions de Développement de L'Économie Rurale (Programa da União Europeia de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Rural)

MORABI – Associação de apoio à autopromoção da mulher no desenvolvimento

MpD – Movimento para a Democracia

OASIS – Organização de Associações de Agricultores, Avicultores e Pecuários da Ilha de Santiago

OCB – Organização Comunitária de Base

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não-Governamental

PAGRE – Programa de Apoio às Atividades Geradoras de Rendimento e Emprego

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

PIB – Produto Interno Bruto

PIC – Programa Indicativo de Cooperação

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNLP – Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza

PPC – Paridades de Poder de Compra

SEWA – Self Employed Women’s Organization (Organização de Mulheres Autoempregadas)

Soldifogo – Associação de solidariedade para o desenvolvimento da ilha do Fogo

SOLMI – Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção

STEP – Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza

UE – União Europeia

USD – United States Dollar (Dólar Americano)

VIH/SIDA – Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

YUVA – Youth for Unity and Voluntary Action (Juventude para a Unidade e Ação Voluntária)

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. Introdução

1.1. Objeto de estudo e justificação

O presente trabalho de investigação na área de Economia Social e Solidária, intitulado “*O microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social e promotor do empowerment em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat*” tem como objeto de estudo o microcrédito em Cabo Verde, mais precisamente, o projeto de microcrédito do Gabinete de Apoio a Médias e Pequenas Empresas, uma das várias valências do CITI-Habitat, na cidade da Praia.

A eleição desta temática prende-se com a sua pertinência em âmbitos distintos. Primeiro, a nível científico, sendo o microcrédito, em particular em Cabo Verde, um tema sobre o qual poucos trabalhos académicos de investigação recaem, a presente dissertação, após a sua conclusão, poderá criar conhecimento cientificamente reconhecido num tema pouco desenvolvido a este nível. Neste sentido, constituirá um contributo tanto para o meio académico e para o país, como para a própria instituição, cuja falta de documentação e registos teóricos das suas ações de campo nos diferentes domínios de intervenção, é notória.

Segundo, o microcrédito é um importante instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social, por via de atividades geradoras de rendimento e emprego neste país. Assim sendo, a nível social, este estudo pode conferir algumas vantagens para o CITI-Habitat, caso contribua com informações relevantes para a melhoria da eficiência na concessão e gestão do microcrédito, e para os cidadãos, pela perceção exata do microcrédito que assegura, e ainda pela sua importância no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento do país.

Terceiro, a realização deste trabalho de investigação pode contribuir positivamente para a definição de políticas. Uma vez que ainda existe um longo caminho a percorrer até que este setor de atividade esteja completamente regulado a nível jurídico e político, um estudo que aborde algumas questões mais pragmáticas do microcrédito, como se pretende que seja o presente, poderá resultar num alerta para uma maior aderência à realidade das políticas definidas sobre esta forma de financiamento.

Por fim, a nível pessoal, a sua relevância prende-se com acontecimentos passados, nomeadamente o facto de o estágio curricular de conclusão da Licenciatura em Economia ter sido em colaboração com o CITI-Habitat na valência do microcrédito durante um mês, o que

fez com que alguma afetividade brotasse para com este tema, a instituição e o país. O interesse pessoal pela instituição está fortemente associado ao acolhimento e ao trabalho desenvolvido mas, sobretudo, à falta de arquivos no que respeita ao historial da instituição, ao registo e às considerações de todas as atividades que têm vindo a ser desenvolvidas ao longo da sua existência nos vários domínios de atuação, à falta de disponibilidade de informação para observadores e investigadores externos à instituição e à vontade de colmatar estas falhas. Já o interesse pessoal pelo país deve-se à sua riqueza em termos de recursos humanos e à vontade que demonstra em evoluir, o que redundou neste interesse pessoal em “investir” intelectualmente nele.

Para além destes fatores, evidencia-se ainda a ambição de levar a cabo algum trabalho futuro em Cabo Verde na área do microcrédito ou mesmo noutra dimensão da Economia Social e Solidária que seja necessária e que contribua para o desenvolvimento do país.

1.2. Objetivos e hipóteses de trabalho

O objetivo primordial é a análise do impacto do microcrédito oferecido pelo CITI-Habitat na vida dos seus beneficiários, ou seja, o seu contributo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos seus beneficiários, pela sua saída da pobreza e, em caso disso, da exclusão social através do empowerment individual, coletivo e social. Mais especificamente, destacam-se os seguintes objetivos:

- ☞ Caracterizar a pobreza e exclusão social dos beneficiários do microcrédito concedido pelo CITI-Habitat
- ☞ Caracterizar dos processos de microcrédito
- ☞ Analisar os resultados em termos de empowerment dos beneficiários do microcrédito concedido pelo CITI-Habitat

Reconhecendo a pobreza e a exclusão social, o microcrédito e o empowerment como os temas de referência da investigação, os objetivos estão, naturalmente, direcionados para cada um deles. A sua concretização passa então pelas seguintes etapas:

- ☞ Definir os conceitos de pobreza e exclusão social
- ☞ Definir o conceito de empowerment
- ☞ Definir o conceito de microcrédito
- ☞ Conhecer os processos de microcrédito em Cabo Verde
- ☞ Caracterizar o perfil dos beneficiários do microcrédito em Cabo Verde

- ☞ Apresentar a organização CITI-Habitat
- ☞ Caracterizar a importância do CITI-Habitat na concessão de microcrédito
- ☞ Apresentar o perfil dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat
- ☞ Analisar os métodos e técnicas de todo o processo de concessão de financiamento
- ☞ Comparar as condições socioeconómicas dos beneficiários antes e depois da concessão do microcrédito pelo CITI-Habitat
- ☞ Analisar as restantes condições dos beneficiários antes e depois da concessão do microcrédito pelo CITI-Habitat

Pretende-se assim responder à pergunta de partida, “*Consegue o CITI-Habitat, através do microcrédito, retirar alguns dos seus beneficiários da pobreza e da exclusão social?*”.

1.3. Metodologia

As opções metodológicas basearam-se em métodos quantitativos e qualitativos, com recurso à observação direta e indireta, na tentativa de garantir uma pesquisa e análise da realidade mais completa e menos enviesada pelos erros comumente associados a cada uma das metodologias.

A observação indireta, a metodologia que também permite a obtenção de elementos quantitativos, por produzir informação através das respostas dadas às questões colocadas, neste caso, por inquéritos por questionário e entrevistas semi-diretivas, contribuiu para a recolha de informação relevante a diferentes níveis.

Aos beneficiários, foram aplicados inquéritos por questionário e entrevistas semi-diretivas (cf. Guião C.1. em anexo) com o intuito de obter dados concretos de caracterização social, humana, económica e financeira, mas também subjetivos, como as opiniões pessoais relativamente ao microcrédito. Aos responsáveis do CITI-Habitat (cf. Guião C.2. em anexo) e aos observadores privilegiados (cf. Guião C.3. em anexo) foram aplicadas entrevistas semi-diretivas.

No que à observação direta diz respeito, ainda que em reduzida escala e com menor impacto que a anterior, pelas limitações temporais, procurou-se estabelecer contacto direto com os beneficiários para apreender informações e perspetivas inalcançáveis de outra forma. Este método serviu, assim, de comprovativo ao testemunho dado pelos beneficiários inquiridos ou entrevistados, reduzindo os erros associados à primeira técnica.

1.4. Estrutura do texto

A presente dissertação divide-se em quatro capítulos. O primeiro, a introdução, tem como propósito apresentar o tema abordado ao longo trabalho, pelo que é constituído pela identificação do objeto de estudo e a sua pertinência, os objetivos, a metodologia, a estrutura do texto e ainda as limitações e dificuldades que foram surgindo no processo de investigação.

Posteriormente, o segundo, apelidado de enquadramento teórico, inclui os conceitos teóricos considerados relevantes e fundamentais para a orientação, tanto do trabalho de campo, como da reflexão teórica e pessoal. São eles a pobreza e a exclusão social, o empowerment e o microcrédito. Para além da respetiva apresentação, inclui também uma pequena conclusão que não é mais do que a articulação entre os conceitos, de forma a elucidar o leitor da sua interdependência e complementaridade.

O terceiro, antecedendo o do estudo de caso, serve de introdução ao mesmo, uma vez que, dá a conhecer os dados mais relevantes do enquadramento socioeconómico de Cabo Verde, bem como do microcrédito no mesmo país.

Finalmente, o quarto capítulo trata do estudo de caso e, por isso, inclui primeiro a apresentação da cidade onde o objeto de estudo se insere, Praia, seguido do projeto de microcrédito do CITI-Habitat na referida cidade. Neste último ponto é dada a conhecer a organização em todas as suas valências e exposta a compilação dos dados recolhidos por via dos inquéritos por questionário, das entrevistas semi-diretivas e da observação direta, culminado nas conclusões finais da dissertação.

1.5. Dificuldades e limitações encontradas ao longo do trabalho

Toda a jornada que possibilitou a execução da presente dissertação revelou-se, a cada etapa, uma experiência extremamente enriquecedora, quer a nível académico, quer a nível pessoal. Contudo, foram surgindo obstáculos.

O mais evidente, desde logo, foi a escassez de tempo que acabou por limitar o trabalho de campo. A experiência vivida em Cabo Verde evidenciou aspetos fundamentais a abordar nesta temática, que são aqui retratados, como a distinção conceptual de microcrédito como financiamento alternativo e complementar, mas trouxe também à tona problemáticas bastante atuais, como a mudança de paradigma pelo qual as organizações prestadoras de microcrédito estão a passar neste país. Associada a esta, está a necessidade de mudança nos pressupostos por detrás dos métodos usados. E é aqui que se evidencia a falta de tempo para aprofundar o

estudo e chegar a uma conclusão: descobrir a “solução” para a eficiência, evitando o desprezo dos princípios e valores da Economia Social ou deixar que a mudança de paradigma ocorra naturalmente e todas as organizações se transformem em instituições de microfinança.

O prazo imposto, no geral, para a concretização do mestrado e, em particular, da dissertação, aliado aos inexistentes apoios institucionais, à exceção do CITI-Habitat e do orientador da presente, impediu o aprofundamento desta problemática, cingindo-se ao propósito inicial de analisar o impacto deste tipo de financiamento na vida dos beneficiários. Contudo, dá conta desta questão, abrindo o caminho para investigações futuras nesta temática.

Outro aspeto, também de cariz mais prático, foi a necessidade de, em alguns casos, haver um intermediário na aplicação dos inquéritos e entrevistas aos beneficiários do CITI-Habitat, por dificuldade linguística. Assinale-se também o facto de os contactados não terem sido selecionados de forma completamente aleatória, mas condicionados pela sua disponibilidade, proximidade da residência ou da atividade em relação à sede da organização, por falta de meios de transporte, e do contacto mantido com maior regularidade com o CITI-Habitat. Porém, a incessante ajuda das técnicas do microcrédito do CITI-Habitat acabou por minimizar este entrave.

No que a nível teórico diz respeito, as dificuldades associam-se, especialmente, à ainda insuficiente bibliografia disponível para o conceito de microcrédito, tal como ele é assumido neste trabalho, havendo alguma literatura de microfinanças, mas muito pouca de microcrédito, especificamente, como financiamento alternativo e não como complementar o que, associado à obrigatoriedade de produzir conhecimento com base no já existente, tornou esta tarefa mais difícil.

Apesar destas limitações, acredita-se que a presente investigação correspondeu positivamente a todos os requisitos propostos.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2. Pobreza e Exclusão Social

2.1. Introdução

No âmbito desta dissertação, o microcrédito é encarado como instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social nas sociedades mais pobres de Cabo Verde, em concreto na cidade da Praia, por ser um mecanismo promotor da participação dos indivíduos na sociedade e do seu bem-estar económico. Assim, a apresentação dos conceitos de pobreza e exclusão social mostra-se indispensável.

As expressões “pobreza” e “exclusão social” são muitas vezes referidas como fenómenos próximos, interligados ou até como sendo a mesma realidade. “Em certos casos, até parece que ‘exclusão social’ é um nome ‘moderno’ – porventura mais vasto e, por isso, politicamente menos comprometedor – para a pobreza.” (Bruto da Costa, 2008:19-20). Contudo, estes conceitos não são sinónimos, pois uma pessoa pode ser pobre e não excluída e ser excluída e não ser pobre (Estivill, 2003:20), mas sim palavras complementares que devem ser usadas com cuidado, de forma a não incorrer em erros de utilização. Ainda assim, figuram um conjunto de desvantagens sociais de alguns indivíduos, definidas em termos da satisfação de determinadas necessidades consideradas básicas, ou relativamente a um padrão social dominante de bem-estar (Amaro, 2003:17).

A complexidade destes fenómenos justifica a multiplicidade de perspetivas em que os mesmos vêm sendo definidos. Desta forma, este primeiro ponto do capítulo do enquadramento teórico tem como principal objetivo a especificação dos significados que a pobreza e a exclusão social têm no contexto do presente estudo. Consequentemente, procura enquadrar historicamente ambos os conceitos, de forma estanque para que sejam claras as diferentes origens de cada um. Posteriormente, são apresentadas várias abordagens teóricas para a pobreza, que vão desde Peter Townsend, Amartya Sen, José Manuel Henriques, Alfredo Bruto da Costa, Luís Capucha e Jordi Estivill e para a exclusão social, além destes três últimos, também Martine Xiberras. A escolha destes autores prendeu-se com a sua relevância e reconhecimento a nível nacional e internacional, no estudo destas problemáticas. Uma vez fundamentados, expostas as perspetivas consideradas mais relevantes, são identificados o conceito de pobreza e de exclusão social adotado no presente estudo.

Por fim, revistos os conceitos, no tópico das estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social, a análise centra-se num breve enquadramento da situação atual destes fenómenos, seguida da exposição de alguns dos principais fatores e causas, bem como as possíveis soluções para estes dois flagelos mundiais.

2.2. Evolução e definição do conceito de pobreza

2.2.1. Evolução histórica do conceito de pobreza

O conceito de pobreza tem evoluído juntamente com as sociedades contemporâneas, tornando-se cada vez mais complexo e “[...] menos claro para a maioria das pessoas.”¹ (Henriques, 2006:46), “[...] correndo o risco de, [no longo prazo], ser demasiado simplificado.”² (Bruto da Costa *apud* Henriques, 2006:46). Por isso, a delimitação do seu significado e do seu domínio revela-se fundamental.

Encetando uma abordagem terminológica, “o termo pobreza deriva de pobre que, como nas outras línguas latinas, encontra a sua origem no adjetivo *pauper-eris*.” (Estivill, 2003:9). E, segundo o mesmo autor (*ibidem*:10) expressa três tipos de carências, a de “ter pouco”, a de “valer pouco” e a de “ter pouca sorte”, podendo esta última ser do tipo estrutural “ser pobre”, circunstancial “estar pobre”, excludente “não ser rico”, voluntária “tornar-se pobre” ou fingida “fazer-se de pobre”.

Já numa perspetiva histórica, diferentes historiadores e mais recentemente alguns autores como “[...] Gieremek, B. (1987), Sassier, Ph. (1990) e Castel, R. (1995) [...]” (*ibidem*:9), demonstraram que o reconhecimento do conceito e toda a envolvente remonta à Idade Média. Ainda assim, até ao fim da Segunda Guerra Mundial, este foi um problema ao qual os responsáveis políticos e teóricos não deram a importância devida. Na verdade, até este período da história, era vista como um erro da evolução ordinária das sociedades industriais, na medida em que se considerava que o crescimento económico estava intimamente ligado ao desenvolvimento.

¹ Tradução livre da autora. No original “[...] less clear for the common person.” (Henriques, 2006:46).

² Tradução livre da autora. No original “Poverty is a social problem that runs the risk of being *oversimplified*.” (Bruto da Costa *apud* Henriques, 2006:46).

Autores do desenvolvimento do pós-guerra, como Arthur Lewis³, defendiam que a modernização das estruturas sociais, centrada na economia e na indústria, promovia o desenvolvimento, tendo como “[...] consequência inevitável e automática a redução da pobreza, pelas maiores oportunidades de emprego, consumo e riqueza criadas.” (Amaro, 2003:9). Entendia-se assim, que o crescimento económico por si só eliminava ou reduzia a pobreza, o que punha os países mais ricos a salvo e, por sua vez, os países subdesenvolvidos como seus fiéis representantes (*ibidem*). A solução para estes países seria a imitação das chamadas “boas práticas” dos países desenvolvidos, no que respeita à industrialização e crescimento económico, de forma a garantir um nível de desenvolvimento considerável.⁴

Assim que a pobreza se tornou numa das maiores preocupações internacionais na era pós Segunda Guerra Mundial, os países que desde logo se assumiram como os de mais fácil extinção do problema, foram os ricos (Sen, 1983:153). Surge um exagerado otimismo decorrente da interpretação da pobreza no século XIX.

Como o pauperismo estava associado às relações sociais que os indivíduos estabeleciam entre si para sobreviver, autores britânicos como Charles Booth (1889,1892) e Seebohm Rowntree (1901), estabeleceram valores mínimos alimentares, quer em termos biológicos, quer em termos fisiológicos, como pontos de referência para definir quem “padecia” ou não deste problema (Estivill, 2003:10). Não fazendo qualquer alteração nas metas, esta técnica revelava que a situação depois da guerra era bastante melhor do que antes. Sen (1983:154) apresenta até o exemplo do estudo de Rowntree que revelava que, em 1936, em York, a pobreza afetava cerca de 31% da classe operária, face aos 3% em 1956. Contudo, de imediato, Sen (*ibidem*) justifica estas conclusões, com o crescimento económico e conseqüente aumento do emprego, mas também com as várias medidas intervencionistas do Estado na economia, que garantiam uma segurança mínima às famílias inglesas. A perceção destas falhas pela academia, que escondiam grande parte da pobreza existente, levou a que a abordagem da pobreza deixasse de ser feita numa perspetiva absoluta para passar a ser de modo relativo.

Para Luís Capucha (1998:212), falar em pobreza absoluta é o mesmo que dizer que um indivíduo ou família não detêm os recursos necessários para satisfazerem as suas necessidades

³ Cf. The Theory of Economic Growth (1995). Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Economia e Políticas de Desenvolvimento lecionada pelo professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 23.10.2009.

⁴ Cf. Walt Rostow in The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto (1960). Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Economia e Políticas de Desenvolvimento lecionada pelo professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 26.10.2009.

elementares ou alcançarem a “eficiência física”. Pode ser “primária”, quando existe uma simples falta de recursos, ou “secundária” quando há uma má utilização dos poucos recursos tidos. Por outras palavras, é um nível de vida mínimo, que se define de forma análoga para qualquer país e época, falando-se, por isso, em pobreza absoluta quando o padrão de consumo fica abaixo deste nível. A sua avaliação tende a ser feita definindo um nível mínimo de calorias diárias necessárias, traduzindo-se nos produtos alimentares que contêm as mesmas. Nos EUA desde 1965 que este processo é calculado em preços, reconhecendo o valor mínimo de rendimentos, abaixo do qual se é considerado pobre (Estivill, 2003:10).

Ao contrário do conceito de pobreza absoluta, que toma como critério a subsistência, a pobreza relativa toma a diferença. Assim, o que importa saber são os níveis de diferenciação negativa a partir dos quais um indivíduo ou família é privado dos recursos materiais, culturais e sociais mínimos aceitáveis no território onde vivem (Capucha, 1998:212). Sendo pobre, aquele que tem acesso escasso a estes recursos, “em termos operacionais, o limiar de pobreza relativa tem sido estabelecido a partir do rendimento, considerando-se pobres as pessoas que o têm abaixo de determinado nível do rendimento médio desse país.” (*ibidem*). O mesmo será dizer que quando o nível de consumo fica acima do consumo doméstico mínimo socialmente aceitável e abaixo do consumo médio de um país, fala-se de pobreza relativa.

Um dos autores de referência desta visão relativa da pobreza é Peter Townsend (1979:31), na medida em que, para ele, a noção de pobreza só pode ser compreendida à luz do conceito de privação relativa. Desta forma, a pobreza resulta da falta dos recursos que permitem aos indivíduos terem o tipo de dieta, as condições de vida e participar nas atividades tidas como fundamentais à integração na sua própria sociedade (*ibidem*).

A pobreza existe porque se verifica privação de determinados recursos que garantem a satisfação de um conjunto de necessidades, para lá das materiais, tidas como socialmente fundamentais. Tendo em conta que os recursos de que os pobres dispõem se encontram, na maioria das vezes, significativamente abaixo destes *standards*, a sua própria sociedade tende a pô-los à margem. Sendo impedidos de intervirem no domínio social, perdem o poder de negociação a vários níveis e, torna-se ainda mais difícil a angariação de recursos (Henriques, 2006:47). Entram assim, numa espiral descendente de falta de recursos não satisfação de necessidades e privação, culminado numa distância cada vez mais significativa de entrosamento social.

Importa ainda referir o que entende Peter Townsend por privação, já que a sua função explicativa é vital, quer na definição de pobreza, quer na definição de pobre. E, apesar de surgirem intimamente ligados, os conceitos de pobreza e privação são distintos. Enquanto a

privação depende do nível das condições detidas, a pobreza está associada ao nível de recursos disponíveis. Se não veja-se. A privação é vista como um estado de clara desvantagem de alguém ou de um grupo face à sua comunidade, na medida em que não dispõe das condições tidas como imprescindíveis à integração na mesma. (Henriques *apud* Townsend, 2006:52). Por outro lado, como anteriormente referido, a pobreza está associada à falta de recursos necessários para que os indivíduos possam usufruir das condições de vida aceites na sua sociedade e integrá-la. De qualquer modo, tanto o conceito de pobreza como de privação, pressupõem sempre uma comparação relativa entre níveis previamente definidos, daí poderem também serem classificados de pobreza relativa e privação relativa.

Outro autor que importa referir, por em parte se opor a esta visão de Peter Townsend, é o Nobel Amartya Sen. Para ele o problema da pobreza não se foca, como para a maioria, nos meios que satisfazem as necessidades dos indivíduos, tornando-se no longo prazo universais. Não é, apenas uma questão de ter menos que os outros, mas mais a carência das capacidades básicas que permitem ao indivíduo dispor de um mínimo de meios para viver. Ainda que o papel das necessidades não seja de todo ignorado, o que importa para Sen é se o modo como são escolhidas e satisfeitas conferem ao indivíduo as capacidades que lhe permitem funcionar. Nesta visão, as necessidades deixam de ser o objeto final e passam a ser o meio que garantem ao indivíduo as capacidades que lhe permitem sobreviver (Bruto da Costa *et al.*, 2008:22).

Entretanto, nos anos setenta, a crise económica destrói as bases do modelo que vinha sendo adotado nos chamados “trinta gloriosos”, o modelo Keynesiano do Estado de Bem-Estar. Este cobria as principais necessidades e riscos da população dos Estados centrais da Europa, desde o nascimento até à morte, o que juntamente com a fase inédita de crescimento económico, resulta numa situação próspera de quase não desemprego, elevados níveis de consumo assegurados e conseqüente bem-estar material e pobreza a um nível residual. É também por esta altura que se dá a implantação do rendimento mínimo. Contudo, com a crise tudo ganha um sentido contrário. Deixa de haver crescimento económico e pleno emprego, os recursos encarecem e aumenta a consciencialização de que os recursos naturais são escassos.

Aliando estes acontecimentos ao aumento do peso do capital na produção face ao trabalho, o mercado de trabalho altera-se e expulsa os mais fracos, surgindo novamente o desemprego, agora em grande escala. Face a este panorama de crise surge uma onda de críticas, sobretudo, neoliberais por oposição ao keynesianismo vigente, que se traduziam em políticas e medidas que punham em causa a intervenção do Estado, mormente a proteção social.

Também a sociedade se ressentiu com este novo processo, pois, quanto maior for a diversificação e liberdade individual, conseqüências do novo modelo, maior será a difusão

dos riscos e menor a coesão social. Toda esta evolução originou a revisão das palavras e dos conceitos até então usados para denominar e explicar a pobreza, mas também novas estratégias de combate a este fenómeno social (Estivill, 2003:6-7).

Assim em 1975, entra em funcionamento o Primeiro Programa Europeu de Luta contra a Pobreza e é adotada a já clássica definição: “entende-se por pessoas pobres, as famílias e os grupos de pessoas, cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que se encontram excluídos das formas de vida minimamente aceitáveis no Estado-membro em que vivem.” (Estivill, 2003: 25-26). Contudo, a reviravolta económica desponta novos fenómenos que exigem novos conceitos para os identificar, como marginal e nova pobreza, onde a principal utilização acontece no contexto europeu.

Segundo Jordi Estivill (*ibidem*:11), entre 1972 e 1973, o conceito marginal começa por estar associado aos grupos de jovens franceses sem classe, boémios, que se recusavam ser assimilados na sociedade e que participavam pontualmente nas revoltas posteriores ao “Maio de 68”. Começa assim por ser um adjetivo, gente marginal, que rapidamente se transforma num substantivo que qualifica os que vivem afastados do centro da sociedade em comunidades distintas, os marginalizados. Como em Itália, Espanha, Portugal e Irlanda, a palavra marginalização está associada ao processo pelo qual passam os irradiados do centro, o marginalizado é apenas uma fase passageira entre a integração e a exclusão mais definitiva, como é vista nos restantes países.

A constante evolução económica e a mudança tecnológica estão “[...] na origem do surgimento de novas categorias de pobres [...]” (Capucha, 1998:218), a chamada nova pobreza. Ao contrário do conceito anterior, os seus principais representantes não são inconformistas ou inaptos para o trabalho, sem relações sociais, sendo antes pessoas com dificuldades relacionadas com o emprego e com os seus rendimentos. São exemplo trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e às alterações tecnológicas, pequenos empresários, comerciantes, artesãos e profissionais sem possibilidade de adaptação, indivíduos, sobretudo mulheres, que devido às responsabilidades familiares não conseguem ter ou perdem o trabalho e pessoas que se endividam além das suas posses (Estivill, 2003:12).

Luís Capucha (1998:218) define os novos casos de pobreza como mais problemáticos, por viverem ainda mais distantes dos padrões normais do que os casos de pobreza tradicional. Para ele existem cinco categorias em risco iminente de cair nesta condição: os desempregados de longa duração, os grupos étnicos e culturais minoritários, os grupos marginais como jovens em risco, toxicodependentes, detidos e ex-reclusos, famílias monoparentais e deficientes.

Com a criação do primeiro Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza em 1975, já referido, a pobreza torna-se numa das principais preocupações dos responsáveis internacionais, dos governantes, dos investigadores do assunto e dos técnicos e intervenientes no terreno. Concludentemente, passou a integrar as agendas políticas nacionais e internacionais e as várias cimeiras e reuniões cujo objetivo está em encontrar soluções para este problema mundial. Entre 1984 e 1989 é criado o segundo Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza e adotada a atual definição de pobreza: “por pobres devem entender-se as pessoas, famílias e grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os excluem do nível de vida minimamente aceitável do Estado-membro onde residem” (Amaro, 2003:17). Entre 1989 e 1994 o terceiro. Apesar de por esta altura os níveis da pobreza na UE ainda serem consideráveis, entre 1994 e 2000, não houve nenhuma iniciativa conjunta. Contudo, foram criados alguns programas como o LEADER, Urban, Integra, que embora tivessem outros objetivos específicos, contribuíram para eliminação de parte do problema. Paralelamente, em 1995, realiza-se a Conferência sobre o Desenvolvimento Social em Copenhaga, cuja maioria das preocupações e orientações ainda hoje servem de referência ao nível internacional e nacional, embora as ações e os resultados tenham ficado muito aquém das intenções e declarações (Amaro, 2003:10-11). A década 1997-2007 é reconhecida pelas Nações Unidas como a década para a eliminação da pobreza e, em 2000, o tema é retomado na UE com a Cimeira de Lisboa, com o objetivo de elevar a coesão social ao mesmo nível de importância do crescimento económico e do emprego (*ibidem*:11).

Apesar da ignorância e da passividade que pautaram as décadas anteriores, no que respeita à luta contra a pobreza, a sua consideração atual torna a sua erradicação num dos principais desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos do século XXI. Considerado uma das situações mais inaceitáveis, desumanas, e causadoras de conflito, num mundo onde “quase 800 milhões de pessoas passam fome e não têm segurança alimentar e cerca de 1,2 mil milhões vivem com menos de 1 dólar por dia (dólares PPC,1993). Mesmo nos países da OCDE, quase 8 milhões de pessoas estão subalimentadas. Só nos EUA, cerca de 40 milhões de pessoas não estão abrangidas pela segurança na saúde e um em cada cinco adultos é funcionalmente analfabeto.” (*ibidem*:12). É obrigatório agir e reverter esta situação.

2.2.2. Autores de referência

Neste contexto surgem em Portugal os primeiros estudos mais sistemáticos sobre a pobreza, a partir de meados da década de oitenta, bem como os primeiros projetos de luta contra a

pobreza, primeiro no âmbito do Plano Europeu de Luta Contra a Pobreza e depois do Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza (Amaro, 2003:14).

Até 1974 a problemática da pobreza não tinha qualquer importância a nível institucional, sendo a sua análise teórica bastante ténue, daí que a Revolução deste mesmo ano na conquista da democracia, o agravamento das condições de vida dos portugueses e a entrada de Portugal para a atual UE, fomentaram a necessidade de aprofundamento no estudo deste tema, bem como toda a sua envolvente. Emergem, assim, alguns autores portugueses cuja utilidade foi de tal forma reconhecida que ainda hoje são uma referência para a discussão desta problemática. Tendo em conta a sua interpretação e pertinência, autores como Alfredo Bruto da Costa, Luís Capucha e José Manuel Henriques serão aqui analisados, na tentativa de encontrar a definição de pobreza que melhor ajudará a responder à pergunta de partida e que mais se molda aos contornos deste trabalho de investigação.

Alfredo Bruto da Costa foi um dos pioneiros dos estudos feitos em Portugal sobre a pobreza. Olha para ela como “[...] uma situação dinâmica de *privação*, por *falta de recursos*” (Bruto da Costa, 2002:19), entendendo por *privação*, um conjunto de *privações* de diferentes necessidades básicas, que raramente ocorrem de forma isolada, produzindo más condições de vida. Sendo o lado mais perceptível da pobreza, quanto mais profunda e duradoura for a situação de *privação* dos indivíduos, maiores as alterações que surgirão na sua personalidade, pois todas as suas atitudes, valores e cultura mudam, adaptando-se à atual situação.

Tal como Peter Townsend, Alfredo Bruto da Costa vê na *privação* de um conjunto de recursos chave a razão da pobreza. Todavia, não a pretendem explicar só pelo seu lado mais visível, a satisfação das necessidades materiais. Para eles a pobreza resulta da falta dos recursos que permitem satisfazer um conjunto de necessidades materiais, sociais, culturais, espirituais que em conjunto geram uma condição existencial que afeta toda a vida do indivíduo (Bruto da Costa *et al.*, 2008:22).

Neste sentido, a condição de pobre caracteriza-se pela exclusão de um conjunto de sistemas sociais básicos que se dividem entre domínio social, económico, institucional, territorial e de referência simbólica (Bruto da Costa, 2002:14), que por outras palavras podem ser entendidos como os domínios da pobreza. Ao ser excluído do sistema económico, o indivíduo não terá acesso ao mercado de trabalho o que, conseqüentemente, se traduz numa falta de recursos que o impedem de usufruir do mercado de bens e serviços e do sistema de crédito.

A falta de recursos resultará, assim, num conjunto de exclusões dos restantes domínios. Dificuldades de acesso e sucessos nos sistemas prestadores de serviços (educação, saúde, justiça) e às instituições diretamente relacionadas com direitos cívicos e políticos. Relações

sociais restritas e circunscritas à família – apesar de no longo prazo, sofrerem de tensões e rutura, resultando em comportamentos individuais de autodestruição –, aos vizinhos que vivam em condições semelhantes, e aos colegas de trabalho, quando se é empregado. Localização em territórios habitacionais excluídos da sua envolvente e ainda, perdas no campo subjetivo, como a perda de identidade social, autoestima, autoconfiança, confiança no futuro.

Importa ainda mencionar a importância que o mesmo autor dá ao poder em todas as suas formas ou, neste contexto, à falta dele por, na sua opinião, tornar redutoras todas as análises que não o incluem. Reconhecendo, que “[...] o pobre pode ser definido como alguém totalmente destituído de *poder*” (Bruto da Costa, 2002:30), de tal forma que nem os seus direitos mais básicos consegue reivindicar, a pobreza só é possível de ser reduzida se, num primeiro passo, for restituído o poder aos pobres.

Entende-se por poder, a capacidade que os indivíduos têm de exercer em pleno os seus direitos, fazendo-se notar e entrosar na sociedade como parte integrante. Desprovidos de poder e excluídos dos sistemas sociais básicos, os pobres encontram-se “encurralados” e numa espiral descendente na sua própria condição.

Do entrosamento desta perspetiva e da de Peter Townsend, evidencia-se a de José Manuel Henriques, definindo também a pobreza como um estado de privação resultante da falta de recursos (2006:47). Ou seja, traduz-se numa escassez de recursos que impede a satisfação das necessidades básicas⁵ materiais e não materiais dos indivíduos, atirando-os para um estado de privação das mesmas. O pobre será, então, aquele que sofre desta condição conjunta de falta de recursos e privação. Na maioria das vezes, estes são vítimas de rejeição pela sua própria sociedade, acentuando ainda mais a sua condição, como já enunciado na perspetiva de Peter Townsend⁶.

Luís Capucha (1998:211), não recorre ao conceito de privação, mas associa a pobreza a “[...] deficientes condições materiais de existência, ou [de] insuficiência de recursos de ordem económica, social ou cultural.”. O que propicia a manifestação do que ele chama “culturas de pobreza”, ou seja, a maneira de ser, fazer e sentir de quem é pobre. Entendendo-se por pobre aquele cujos recursos são insuficientes para viver segundo os padrões da sociedade que

⁵ Conjunto de necessidades que garantem a sobrevivência humana: alimentação, agasalho, acesso ao rendimento e ao trabalho, conhecimento e vida longa e saudável. Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Economia Solidária, Bem-Estar e Coesão Social lecionada pelo professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 06.04.2011.

⁶ O mesmo acontece com a definição de privação.

integra (pobreza relativa) ou aquele cujos recursos não garantem a sua subsistência e eficiência física (pobreza absoluta).

Como nos autores anteriores, não se cinge a encontrar as necessidades materiais que insatisfeitas resultam em pobreza. Complementarmente, Luís Capucha identifica a expressão de culturas da pobreza, a pobreza relativa e absoluta, como fundamentais na compreensão da pobreza.

A primeira está associada à tradição culturalista, assente em microanálises de comunidades, famílias ou pessoas e a segunda à tradição socioeconómica, responsável pelas principais análises dos fatores produtores de pobreza. Ambas as tradições se completam. Uma permite conhecer as categorias socioprofissionais mais atingidas pelo problema e as dinâmicas estruturais que o propiciam, e a outra a prática dos atores e processos de produção e reprodução tal como é vivida (*ibidem*:213).

2.2.3. O conceito

Perante a diversidade de definições, importa saber qual a definição de pobreza a adotar no presente estudo. Expostas algumas das mais marcantes, a nível nacional e internacional, desde o início do seu percurso histórico até aos dias de hoje, à luz da pergunta de partida “*Consegue o CITI-Habitat, através do microcrédito, retirar alguns dos seus beneficiários da pobreza e da exclusão social?*”, a pobreza será aqui entendida, como definiu Peter Townsend (1979:31), uma situação de privação que resulta da falta de recursos. Embora aparentemente simples, esta é uma das explicações mais completas estando, por isso, na base dos muitos ensaios e estudos realizados sobre esta problemática.

A sua característica basilar é a clara distinção entre pobreza e privação, na medida em que, delimita o conceito de pobreza às situações em que a privação resulta apenas da falta de recursos. Desta forma, todas as situações de privação que tenham outra essência, ainda que possam constituir problemas sociais relevantes, não serão tidas em conta no âmbito deste trabalho, o que face ao limite temporal disponível se converte numa vantagem.

Por outro lado, a privação baseia-se numa carência causada pela falta de recursos, pelo que a solução deve contemplar a privação, mas também a falta de recursos, para que a pobreza seja completamente erradicada. Associando este processo à metáfora do provérbio chinês, antes de dar a cana de pesca e ensinar o pobre a pescar é necessário, no imediato, dar-lhe comida para que possa sobreviver e posteriormente, aprender a pescar e fazê-lo em proveito próprio, autonomizando-se.

Por esta ordem de ideias, a privação será a carência de comida e a falta de recursos a cana de pesca e o conhecimento prático do ofício. Assim, é expectável, num primeiro, momento colmatar a privação, que pressupõe soluções imediatas e, de seguida, a falta de recursos. Só desta forma, é possível erradicar e evitar a reincidência do fenómeno da pobreza, por se seguir uma ordem lógica de etapa e por se autonomizar o indivíduo⁷.

O facto de pressupor uma dimensão relativa também contribuiu para a sua escolha. Como a investigação pretende concluir sobre a saída ou não da pobreza dos beneficiários do microcrédito cedido pelo CITI-Habitat, há que ter sempre presente, como termo de comparação, os níveis de vida aceitáveis em Cabo Verde, para que seja compreensível quem é e quem não é pobre neste contexto.

2.3. Evolução e definição do conceito de exclusão social

2.3.1. Evolução histórica do conceito de exclusão social

Apesar de todos os autores estarem de acordo em relação ao marco histórico que foi a publicação do livro de René Lenoir, “Les exclus”, em 1974 para a origem do conceito de exclusão social, Jordi Estivill argumenta que é errado pensar que a sua origem não é mais longínqua. Na verdade, a “[...] exclusão e os excluídos sempre existiram desde que os homens e as mulheres vivem de forma coletiva e quiseram dar um sentido a esta vida em comunidade.” (Estivill, 2003:5). Exemplo disso foram os largos anos em que na Europa se promoviam distinções entre os que tinham estatutos por pleno direito e os que não o tinham de todo. Contudo, como se integravam na ordem humana e/ou religiosa vigente, eram aceites na sociedade, cumprindo até funções económicas, sociais, culturais e políticas.

Este tipo de exclusão mais remota não desapareceu por completo das sociedades atuais, mas as revoluções do século XVIII e os combates dos séculos XIX e XX, que permitiram a aceitação dos direitos civis, políticos e sociais, os processos de descolonização e a procura por uma sociedade mais igualitária e menos excludente, contribuíram para a diminuição da sua aceitação moral, social e política. Segundo Jordi Estivill, nestes períodos da história a exclusão social, na Europa, redundava no grupo dos que não integravam o mercado de trabalho, dos doentes, dos loucos, dos entrevados, dos órfãos, dos nómadas e, ainda dos países colonizados que deixavam de poder viver livremente a sua cultura.

⁷ Questão a abordar no ponto seguinte, empowerment, do enquadramento teórico.

Num momento seguinte, entre o final do século XIX e início do século XX, assiste-se a um período importante de crescimento económico baseado em recursos abundantes a preços baixos, obtidos pelos países industrializados a partir das suas colónias.

Mais tarde, a seguir à Segunda Guerra Mundial, verifica-se um período de crescimento forte conhecido pelos “trinta gloriosos”, baseado numa lógica fordista.

Nesse período, o desemprego é praticamente inexistente, os níveis de consumo e bem-estar material com o trabalho são elevados e existe uma enorme proteção social dos indivíduos a todos os níveis, decorrente do modelo keynesiano adotado. Perante esta evolução, a exclusão torna-se um fenómeno residual dos que estão à margem ou dos que não integram a totalidade deste novo sistema, ficando a preocupação nas “mãos” da “[...] assistência pública ou das entidades de beneficência privadas de cariz eclesialístico.” (*ibidem*).

Porém nos anos setenta a crise económica, como já referido, destrói as bases deste modelo próspero e perde-se o sentido do que é na verdade a exclusão social. De tal forma que, como aconteceu com a pobreza, a revisão das palavras e dos conceitos até então usados e as novas estratégias de combate a estes fenómenos sociais, ganham lugar de destaque. Uma das primeiras conclusões a realçar e que importa referir é a complexidade da questão terminológica, graças a uma utilização bastante recente do termo. Concludentemente, vários têm sido os sentidos que diferentes autores lhe têm dado ao longo do tempo, sendo alguns deles equivalentes, paralelos, ou mesmo distantes do significado de pobreza. Assim, torna-se impossível definir um significado estrito do termo, reduzindo-se apenas a significados associativos.

Até meados dos anos oitenta, os conceitos de pobreza e exclusão social, embora relacionados, eram usados de forma paralela. O primeiro era mais trabalhado pela tradição anglo-saxónica que se ocupava dos aspetos distributivos, o segundo pela tradição francesa, cuja preocupação residia nos aspetos relacionais. Porém nos anos noventa, para muitos tardiamente, o aparecimento da expressão “exclusão social” num documento oficial da UE, torna-o num tema científico a nível europeu. Desta forma, os conceitos de pobreza e exclusão social deixaram de poder ser tratados como britânicos ou franceses (Bruto da Costa *et al.*, 2008:60).

O facto de a Alemanha ser, simultaneamente, um dos principais contribuintes e não beneficiário das políticas comunitárias dos Estados-membros, por não admitir a existência de pobreza no seu país, levou-o a apresentar o conceito de exclusão social junto da UE. Com o intuito de reverter esta situação, a Alemanha justificou que os imigrantes turcos residentes, devido às suas características, se excluía e, por isso, precisavam de ajuda para os integrar.

Assim, os fundos destinados à pobreza foram alargados também à exclusão social e a Alemanha conseguiu ser, simultaneamente, contribuinte e beneficiário, sem nunca admitir o fenómeno de pobreza no seu país⁸. Graças a esta “teimosia” alemã, a expressão exclusão social passou a integrar o discurso europeu, ainda que deturpado do original. Primeiro, porque pretendia substituir o termo e a noção de pobreza, e depois porque o assumia como todo o processo de marginalização e não apenas o final de linha deste (Bruto da Costa, 2002:10). Atualmente, este conceito é cada vez mais uma preocupação mundial, havendo mais estudos e autores a tratarem dele, ultrapassando os limites europeus. Porém, este é um “[...] tema [...] em pleno debate e longe de qualquer consenso.” (*ibidem*:11).

2.3.2. Autores de referência

Mediante tais factos, Jordi Estivill (2003:13) economista, sociólogo e, atualmente colaborador no programa global de STEP, relaciona a exclusão com a insatisfação e o mal-estar que o ser humano sente quando não pode realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para a sua família. É, por isso, algo subjetivo e apoiado em ações materiais, mas também influenciado pela abordagem mais comum vigente no momento.

De uma forma geral, a maioria das pessoas já se sentiu excluída em relação a algo. Todas as sociedades têm e definem as suas regras com o intuito de se definirem a si próprias, e ao fazê-lo criam uma diferenciação entre os que são abrangidos por elas e os que não são. “Não há, assim, exclusão sem inclusão.” (*ibidem*:14), logo quanto mais fechada for uma sociedade, mais exclusão proporcionará.

Na perspetiva do autor, a base da exclusão social europeia assenta no facto de, presentemente, com o aumento do individualismo e da individualização, os valores dominantes serem cada vez mais heterogéneos, o que dificulta a coesão coletiva e a pertença a uma única identidade. Por oposição, nos países do sul, onde a comunidade tem muita expressão na vida de cada um, a exclusão não passa tanto por este individualismo, mas mais pela exclusão associada à dificuldade em aceder a um grande número de bens, a serviços sociais, educativos, sanitários, à proteção social e à participação ativa na sociedade. Sendo, deste modo, uma exclusão indissociável da exclusão política e económica.

⁸ Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Economia Solidária, Bem-Estar e Coesão Social lecionada pelo professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 30.03.2011.

Enquanto a exclusão política está associada ao acesso, usufruto e às barreiras que se opõem aos direitos de cidadania, a económica está relacionada com a dualidade existente entre os que trabalham e os que não trabalham, embora seja cada vez mais difícil determinar os limites e a mobilidade entre ambas as situações. Assim, a exclusão social “[...] pode ser entendida como uma acumulação de processos confluentes com ruturas sucessivas que, despoletada no centro da economia, da política e da sociedade, vão afastando e ‘inferiorizando’ pessoas, grupos, comunidades e territórios em relação aos centros de poder, aos recursos e aos valores dominantes.” (Estivill, 2003:20).

Por outro lado, Alfredo Bruto da Costa olha para este conceito como uma noção que compreende a noção de pobreza. Embora exclusão social e pobreza não sejam passíveis de substituição por não serem a mesma coisa, “[...] deve notar-se que a própria noção de *exclusão* está contida nalgumas definições de *pobreza*.” (Bruto da Costa, 2002:12).

A expressão exclusão, pressupõe que se está ou se é excluído de algo. Como é do tipo social, remete para a sociedade, neste caso para a cidadania. Por outras palavras, a exclusão social, pressupõe a rejeição de alguém ou de um grupo do seu contexto social, impedindo-o do seu pleno exercício de cidadania. Nas palavras do autor, “[...] o exercício pleno da cidadania implica e traduz-se no *acesso* a um conjunto de *sistemas sociais básicos*, acesso que deve entender-se como uma forma de *relação*.” (*ibidem*:14). Por estes sistemas sociais básicos entendem-se, segundo o mesmo, cinco categorias fortemente interdependentes e, por vezes, até acumuláveis. São elas, o domínio social⁹, o domínio económico¹⁰, o domínio institucional¹¹, o domínio territorial¹² e, por fim, o domínio das referências simbólicas¹³.

Os níveis de acesso a estes cinco domínios configuram os chamados “graus de exclusão”. Este conceito “[...] ajuda a compreender que nem toda a forma de exclusão traduz falta de acesso a todos os sistemas sociais básico.” (*ibidem*:18), sendo por isso, entendido como um processo de acumulações progressivas de cisões com os sistemas, culminando, no limite, numa exclusão total de todos os domínios. Na verdade, para Alfredo Bruto da Costa, a

⁹ Constituído por “sistemas imediatos e restritos” (como a família), “sistemas intermédios” (como o grupo de amigos) e “sistemas mais amplos” (como a comunidade local).

¹⁰ Constituído pelo mercado de bens e serviços e o sistema de poupanças.

¹¹ Inclui os sistemas prestadores de serviços (educação, saúde, justiça) e instituições diretamente relacionadas com direitos cívicos e políticos.

¹² Pressupõe a exclusão de todo um território, como bairros mais desfavorecidos, freguesias, concelhos rurais ou um país face aos restantes.

¹³ Pressupõe perdas no campo subjetivo como a perda de identidade social, autoestima, autoconfiança, confiança no futuro.

complexidade e a heterogeneidade do fenómeno de exclusão social, leva-o a afirmar que existem vários tipos de exclusões sociais e não apenas um, distinguindo-se a do tipo económico, social, cultural, de origem patológica e por comportamentos autodestrutivos.

Apesar de mais teórico que o anterior, destacam-se as semelhanças na forma como encaram a exclusão, considerando-a não como o 'términus' de um processo, mas como o próprio processo de marginalização decorrente das ruturas que se sucedem na relação do indivíduo com a sociedade. Aqui, em virtude da influência francófona presente no conceito de exclusão, ambos destacam o carácter relacional patente nas questões da exclusão.

De uma forma mais simples e direta, para Luís Capucha (1998:211) existe exclusão social sempre que a sociedade não garante a todos os seus membros o benefício dos direitos e cumprimento dos deveres que conferem às pessoas o estatuto de cidadão. Assim, ao contrário das óticas anteriores, para Luís Capucha ser excluído não é aquele que não inclui a sociedade. Pelo contrário, é um elemento da sociedade a quem foram retirados os direitos de cidadania e que, por isso, não consegue participar nos padrões de vida aceites pela mesma (2005:91). A exclusão para além de estar presente nas dinâmicas e instituições sociais está também nas de cariz económico e político, como já mencionado na abordagem de Jordi Estvill, mas também nas estruturas mentais de quem a sofre. O carácter subjetivo desta última, tende a perpetuar a condição de excluído na mente de quem desta condição faz parte, mesmo quando as outras estruturas deixam de excluir.

Já para Martine Xiberras (1993:19-23), é impossível delimitar o fenómeno da exclusão. Como existem formas de exclusão claramente visíveis e outras apenas perceptíveis por não excluïrem de forma material ou simbólica, uma exclusão conseguida por definição, suporia que os excluídos fossem rejeitados para tão longe do universo mental que ultrapassariam as fronteiras da linha possível de pensamento. Porém, a sociedade moderna atual é palco das formas de exclusão mais visíveis.

Assente no modelo de economia clássica de Adam Smith¹⁴, todos os que não participam no mercado de troca material e simbólica generalizada são rejeitados, ganhando o estatuto de excluídos. A pobreza, por impedir a participação no mercado de consumo e o desemprego, a participação no mercado de produção, são fatores de rejeição da esfera dos bens e privilégios económicos. Ainda que esta exclusão, de rutura dos laços económicos, seja a principal, todas as esferas da sociedade moderna estão modeladas segundo padrões de normalidade que definem o sucesso ou insucesso em relação à normal, sendo sucesso sinónimo de inclusão e

¹⁴ Cf. Adam Smith (1776).

insucesso de exclusão (*ibidem*:29). Apesar de um insucesso numa esfera social não conduzir de imediato à exclusão, a acumulação dos mesmos torna-se numa causa certa deste fenómeno (*ibidem*:31).

Assim sendo, a exclusão social resulta da inexistência de “[...] um laço social de tipo orgânico¹⁵ [...]” (*ibidem*:239) nas sociedades modernas, que leve os indivíduos a sentirem-se parte integrante do todo social. Algo semelhante acontece com o nível das representações coletivas destas mesmas sociedades, pois os valores tidos como *standards*, não permitem uma visão coerente entre os atores coletivos, das relações entre si, nem com o todo social. Ao contrário do que acontecia com as comunidades tradicionais que se regiam por um laço de filiação, as comunidades modernas agrupam os indivíduos segundo práticas, sentimentos e valores que lhes são comuns.

2.3.3. O conceito

Adotando o mesmo procedimento seguido no conceito de pobreza, expostas as abordagens consideradas mais relevantes, importa identificar o que neste trabalho, à luz da pergunta de partida será, a partir deste momento, entendido como exclusão social.

Tendo em conta toda a controvérsia que existe entre os conceitos de pobreza e exclusão social, no que respeita à sua complementaridade, substituíbilidade ou dependência recíproca, um dos requisitos para uma definição satisfatória de exclusão social será a sua capacidade de diferenciação face à pobreza.

Uma vez que a pobreza, como já definida, se traduz numa situação de privação por falta de recursos, significa que existe algum tipo de exclusão social. Ou seja, se um indivíduo não consegue satisfazer as suas necessidades básicas por não ter recursos suficientes, significa que a sua relação com os sistemas sociais básicos está debilitada. Ora, na definição de Alfredo Bruto da Costa, exclusão social traduz-se na rejeição social dos indivíduos, impedindo-os do seu pleno exercício de cidadania, algo que só se concretiza quando existe acesso aos sistemas sociais básicos.

Concludentemente, quanto mais profunda for a privação, mais profundo será o estado de exclusão social, verificando-se uma estreita relação entre exclusão social e pobreza, segundo este pressuposto. Apesar de autores como Jordi Estivill (2003:20) afirmarem, que um

¹⁵ Metáfora proposta pela tradição sociológica referente ao corpo humano que pretende transmitir uma imagem de uma sociedade semelhante a um organismo vivo.

indivíduo que é excluído não é necessariamente pobre e vice-versa. Veja-se o caso dos indivíduos de mais posses que também são alvo de exclusão social. Adotando a definição de exclusão social expressa por Alfredo Bruto da Costa (2002), rejeição de alguém ou de um grupo do seu contexto social impedindo-o do seu pleno exercício de cidadania, não há pobreza sem exclusão.

Embora possa parecer uma definição diminutiva por não considerar a existência de um fenómeno sem o outro, pressupondo uma ordem causal entre eles, revela-se um conceito rico na sua distinção face à pobreza e na sua abordagem aos diferentes tipos e graus de exclusão social existentes. Mediante a posição geográfica e social do objeto de estudo o vincado entrosamento dos conceitos parece fazer sentido, tornando-se até harmonioso, fazendo desta definição de exclusão social a que melhor permitirá alcançar o objetivo da investigação.

2.4. Estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social

2.4.1. Breve enquadramento da situação atual no mundo

Desde que surgiu, em 1990, que o *Relatório do Desenvolvimento Humano* oferece novas perspetivas sobre alguns dos mais permanentes desafios enfrentados pela humanidade, destacando-se o Índice de Desenvolvimento Humano, cujo objetivo passa pela definição do grau de desenvolvimento de cada país e, conseqüente separação entre países desenvolvidos (elevado grau de desenvolvimento), em desenvolvimento (médio/ elevado grau de desenvolvimento) e subdesenvolvidos (baixo grau de desenvolvimento).

Globalmente o relatório de 2010 revela que, nos últimos quarenta anos, existiram melhorias significativas do IDH. Concretamente, a esperança média de vida subiu dos cinquenta e nove anos em 1970 para os setenta em 2010, as matrículas escolares no primário e no secundário aumentaram dos 55% para os 70% e o PIB *per capita* duplicou para mais de 10.000 dólares americanos (PNUD, 2010:8).

Este mesmo relatório apresenta um novo instrumento o Índice de Pobreza Multidimensional, que substitui o até então usado Índice de Pobreza Humana. Esta nova medida é baseada em três dimensões: saúde, educação e padrões de vida (*Ibidem*:95), completando a visão que considerava apenas o rendimento. Em suma, cerca de 1,7 mil milhões de pessoas vivem em situação de pobreza multidimensional, acima da estimativa de 1,3 mil milhões que vivem com 1,25 dólares americanos por dia ou menos. O que se traduz numa percentagem de 1% de incidência na Europa e Ásia Central, 2% nos Estados Árabes, 3% na América Latina e

Carafbas, 15% no Este da Ásia e Pacífico, 28% na África subsariana e os restantes 51% Sul de Ásia (*ibidem*:98).

2.4.2. Fatores e causas da pobreza e da exclusão social

Como vem sendo referido, tanto a pobreza como a exclusão social têm um carácter multidimensional e sistémico, o que se traduz em manifestações bastante divergentes das mesmas. Perante esta constatação, quer a origem, quer a possível relação causal que exista entre estes dois fenómenos revela-se bastante difícil de interpretar. Todavia, Roque Amaro (2003:21-25) apresenta um conjunto de fatores com base em elementos potencialmente associados à pobreza e à exclusão social na tentativa de clarificar as possíveis relações existentes entre elas.

☞ Fatores macro (globais): consideram-se os que dizem respeito às configurações estruturais da economia mundial e dos modelos de desenvolvimento e de organização e funcionamento dos sistemas económicos e financeiros predominantes no Mundo num determinado período, bem como aos valores, normas e princípios deles decorrentes. São exemplo, o paradigma do “capitalismo liberal” que, por valorizar a competitividade e incentivar o individualismo, em detrimento da solidariedade e do sentido coletivo, gera situações de graves injustiças e exclusões sociais; e o paradigma do “socialismo burocrático” que, por oposição, valoriza o coletivismo e impõe a solidariedade, em detrimento da liberdade individual e da eficiência, criando desrespeito pelos direitos humanos de base individual.

☞ Fatores meso (locais ou setoriais): têm origem nas políticas macro ou nos elementos culturais dominantes, pelo que o seu impacto mais significativo é ao nível local ou setorial, podendo a posição geográfica ou setorial atenuar ou acentuar a sua importância. São exemplo, atitudes culturais, preconceitos e comportamentos de discriminação de base local; políticas regionais e locais que criam ou reforçam situações de pobreza ou exclusão social; culturas locais fechadas que engrossam os guetos; e, reestruturações setoriais que envolvem alterações profundas nos processos produtivos.

☞ Fatores micro (pessoais e familiares): elementos fortemente interligados resultantes das interações estabelecidas ao nível pessoal e familiar. São exemplo, a dimensão e estatuto da família, pois o nascimento no seio da pobreza torna muito mais difícil a saída desta condição; a saúde, por ser estar diretamente relacionada com a

produtividade e, conseqüente, rendimento; a idade, uma vez que, está associada ao aumento dos cuidados de saúde, o número de anos pode tornar-se num fator de vulnerabilidade; e a educação, que constitui um fator decisivo de vantagem no acesso ao mercado de trabalho.

2.4.3. Algumas estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social

Apontados alguns daqueles que se julgam ser os fatores genéricos da pobreza e da exclusão social, a aproximação a possíveis soluções ou atenuantes das mesmas anuncia-se uma tarefa alcançável. Todavia, da mesma forma que existem várias interpretações e várias interpretações sobre a pobreza e seus fatores, existem visões distintas do que se deve ou não fazer para reverter cada uma destas condições.

Para Martine Xiberras (1993) falar de inclusão social implica, como é natural, abordar a existência de fenómenos de exclusão social, que condicionam o acesso à condição de cidadão. E que, conseqüentemente, submetem os indivíduos a uma condição de marginalidade social, não apenas decorrentes das questões que se colocam ao nível do exercício pleno da cidadania, mas também, ao nível de aspetos que colocam em causa a dignidade da vida de pessoas afetadas por este flagelo social. Igualmente, a inclusão social ao ser entendida como um caminho viável para o incremento das oportunidades das pessoas e/ou grupos em situações de grande fragilidade social, conduz para uma reflexão conjunta sobre a necessidade de reorganizar o espaço social.

A ideia está em promover mudanças e favorecer a inclusão dos grupos socialmente mais desprotegidos, sem nunca esquecer, que as linhas orientadoras das estratégias de inclusão devem contemplar o desenvolvimento de mecanismos de gestão e resolução de conflitos, em detrimento da análise particular que domina as visões que diferentes grupos possam ter sobre os seus problemas. Assim, o principal problema dos poderes públicos, passa por “[...] encontrar formas de representação coletiva policulturais, em vez de multiculturais.” (Xiberras, 1996: 242), ou seja, coerência de valores e solidariedade orgânica.

Por seu turno, Jordi Estivill (2003) vai mais longe e reconhece que a sociedade civil tem vindo a merecer distinção e destaque, ainda que defenda também o papel indissociável do Estado, no que à luta contra a pobreza e exclusão diz respeito. Ganhando ainda mais visibilidade e força, quando, para além da contração do peso do Estado e da existência de limites à atuação dos mercados, se torna necessário encontrar alternativas que estabeleçam compromissos na luta contra a pobreza e exclusão. Neste sentido, o Terceiro Sector tem vindo

a, por intermédio das organizações que dele fazem parte, defender os interesses coletivos, a intervir no mercado com vista à satisfação de necessidades não satisfeitas pelo Estado nem pelo mercado. Colocando a descoberto, a incapacidade de resposta para com procuras não solventes, evidenciando conjuntamente a crise do Estado do Bem-estar e alertando para a importância que o “privado social” (Donati *apud* Estivill, 2003:69) pode ter a este nível.

Procura lutar contra a marginalização e segregação social, garantindo algum reconhecimento social através da participação de pessoas mais vulneráveis. E ainda, auxiliar não só o desenvolvimento de competências, como também dar voz aos indivíduos, postos à margem da sociedade e sem representação, que, agrupando-se no seio destas instituições, obtêm uma consciência comum sobre os problemas que os afetam e lhes permite adquirir alguma capacidade de pressão.

Reconhecendo, que “[...] o pobre pode ser definido como alguém totalmente destituído de *poder*.” (Bruto da Costa, 2002:30), de tal forma que nem os seus direitos mais básicos consegue reivindicar, a pobreza só é possível de se reduzir se, num primeiro passo, for restituído o poder aos pobres. O poder é, para Alfredo Bruto da Costa, a capacidade que os indivíduos têm de exercer em pleno os seus direitos, fazendo-se notar e entrosar na sociedade como parte integrante. Desprovidos de poder e excluídos dos sistemas sociais básicos, os pobres encontram-se “encurralados” e numa espiral descendente na sua própria condição.

Começando por devolver o poder aos pobres, inicia-se um processo de ascensão social dos mesmos, por começarem a exercer em pleno o exercício de cidadania¹⁶, resultando numa inclusão dos sistemas sociais básicos e, por fim, numa total inclusão social dos pobres, abandonando esta categorização que lhes é atribuída. Indo de encontro à ideia defendida por John Friedmann aquando da apresentação do conceito de empowerment, Alfredo Bruto da Costa olha para os próprios alvos do problema, quando detentores dos instrumentos chave, como os únicos capazes de o resolver. Aqui, as entidades públicas e a sociedade civil terão apenas o papel de intermediários entre os indivíduos e as ferramentas que lhes restituirão o poder. Esta ideia de “empoderamento”, devido à sua importância, será retomada no ponto seguinte do enquadramento teórico.

¹⁶ “[...] o exercício pleno da cidadania implica e traduz-se no *acesso* a um conjunto de *sistemas sociais básico*” (Bruto da Costa, 2002:14).

3. Empowerment

3.1. Introdução

O empowerment enquanto conceito é, atualmente, reconhecido como um dos principais paradigmas do desenvolvimento, revelando-se um potencial instrumento de luta contra a pobreza, de prevenção de conflitos e de construção da paz. Como é entendido de diferentes formas, segundo o contexto sociocultural e político que o envolve, tende a ser apontado como um conceito ambíguo e sem um consenso universal. Contudo, todas as perspectivas vêm nele um processo de melhoria de vida dos indivíduos por meio do ganho de poder.

Dado o seu contributo para a redução da pobreza, este segundo ponto do capítulo teórico debruçar-se-á sobre o empowerment como um instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social. Assim, no primeiro tópico, será apresentada a origem do conceito e as abordagens que melhor parecem enquadrar-se no propósito desta investigação, com destaque para a de John Friedmann, a do Banco Mundial pela mão de Deepa Narayan, a de Gita Sen e a de José Manuel Henriques. Tomado conhecimento da resenha histórica e dos autores mais relevantes, importa ainda identificar o conceito de empowerment que mais contribuirá para a resposta à pergunta de partida e, por isso, que será adotado para este propósito. Nos tópicos seguintes importa dar conta das dimensões que o envolvem e das suas características, na tentativa de o clarificar ao máximo de forma a reduzir alguma da discórdia e da dificuldade de definição que o rodeia.

Seguindo o percurso do ponto anterior do enquadramento teórico, também neste o último tópico estará associado aos instrumentos de luta contra a pobreza e a exclusão social, pelo que, o empowerment será analisado como instrumento de luta contra a pobreza.

3.2. Origem do conceito

O surgimento do conceito de desenvolvimento é, na maioria das vezes, associado ao período pós Segunda Guerra Mundial. Porém Roque Amaro (2004:37) destaca os últimos sessenta anos, em particular os últimos trinta, como o período de expansão e reconhecimento do conceito. Conheceu as mais diferentes versões, adquirindo uma complexidade enriquecida pela contribuição de várias disciplinas e experiências práticas, exigindo múltiplos desafios a nível interdisciplinar e das estratégias e métodos de intervenção que implica.

Durante muito tempo desenvolvimento e crescimento económico estiveram associados, sendo muitas vezes tratados como sinónimos, “o desenvolvimento económico deve ser definido como uma melhoria sustentada e secular no bem-estar material [...] refletida num fluxo crescente de bens e serviços.” (Okun e Richardson *apud* Amaro, 2004:47). Nesta perspetiva, o crescimento económico era considerado condição única e necessária para o desenvolvimento, a todos os seus níveis sendo usados, sistematicamente, indicadores de crescimento económico, como o rendimento *per capita*, para classificar os países em termos de desenvolvimento.

Desde que surgiu, este conceito tomou como referência o percurso histórico dos países europeus considerados desenvolvidos, a sua abordagem parte de uma análise dicotómica de distinção entre estes países e os subdesenvolvidos. O consenso de que as “boas práticas” a seguir, a caminho de uma sociedade de abundância e bem-estar, dos países desenvolvidos pelos subdesenvolvidos para resolverem o seu problema de desenvolvimento económico, era generalizado entre as entidades oficiais e a opinião pública dos países ocidentais. Concludentemente,

“[...] o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material [...]” (Amaro, 2004:48).

Apesar dos significativos progressos ocorridos neste período dos anos quarenta aos setenta, ou nos intitulados “trinta gloriosos”; várias privações e retrocessos se destacam, como a não generalização dos progressos previstos; a persistência de situações de mal-estar e carência nos países do Terceiro Mundo; o surgimento de novas formas de mal-estar; a degradação da natureza; novas doenças públicas; a desumanização do trabalho; a hiperespecialização do conhecimento científico; e intolerâncias culturais e religiosas¹⁷. Na verdade, estes acontecimentos vieram provar que o crescimento económico não é condição última do desenvolvimento e, conseqüente do bem-estar da população, como até então se defendia.

A inoperacionalidade deste modelo, que resultou em muitos casos num crescimento económico irregular e crescimento industrial insustentável, agravando os problemas de desenvolvimento dos países pobres, mas também dos ricos, promoveu um crescente “mal-estar social” (*ibidem*:53). Esta mudança de paradigma traduziu-se no final da década de

¹⁷ Cf. Amaro (2004).

sessenta, início da década de setenta do século XX, num “ponto de inflexão” no que respeita a novas abordagens e conceptualizações do conceito de desenvolvimento, cada vez mais viradas para o bem-estar e satisfação das necessidades básicas da população. Desta forma o desenvolvimento passa a ser visto como um processo global, por conter várias dimensões, integrado, por implicar uma inter-relação entre as suas dimensões e, endógeno por partir das suas características e potencialidades internas (Monteiro, 2008:18). Já nos anos oitenta, devido à enorme diferença entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, este deixa de ser um processo puramente quantitativo e passa a recorrer a indicadores qualitativos e de ordem social, contemplando a sua dimensão crítica e complexa. Estas novas formulações farão surgir, nos finais do século XX, novos conceitos cientificamente e institucionalmente reconhecidos: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo e Desenvolvimento Integrado (Amaro, 2004:56). Estes organizam-se em “fileiras conceptuais”, como exprime Roque Amaro (*ibidem*), de acordo com os seus conteúdos e contextos, excluindo o desenvolvimento integrado por o considerar um conceito transversal.

A primeira, a “fileira” ambiental, como a categoria pressupõe, integra a consciência ambiental, tentando conciliar o desenvolvimento com preocupações ambientais. É entendida como um antecedente do desenvolvimento sustentável. Na “fileira” dos Direitos Humanos e da dignidade, o desenvolvimento está intimamente ligado ao respeito pelos Direitos Humanos fundamentais e com a garantia de limiares mínimos de sobrevivência e de dignidade humana contemplando, por isso, o desenvolvimento humano e o desenvolvimento social. Por último, a “fileira” das pessoas e das comunidades ambiciona que estes atores sociais sejam os protagonistas do desenvolvimento, através da participação e do pleno direito de cidadania, pelo que, é também apelidada de “fileira” da participação e cidadania. Os conceitos-chave desta fileira são o desenvolvimento local e o desenvolvimento participativo (*ibidem*:55-58).

O enfoque do desenvolvimento participativo está no processo de participação das populações nas ações que lhe dizem respeito, “[...] desde a conceção e decisão à avaliação, passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus direitos e deveres.” (*ibidem*:57), de forma a melhorarem as suas condições de vida.

John Friedmann¹⁸ desenvolve-o através da análise do desenvolvimento alternativo que, para o autor, é um tipo de desenvolvimento que procura uma mudança nas estratégias nacionais por via de uma política de democracia participada, de crescimento económico harmonizado, de

¹⁸ Cf. Empowerment: The politics of alternative development (1992).

igualdade de géneros e de sustentabilidade ou equidade de gerações (Friedmann, 1996:36). Ainda que o intitule de alternativo, por na sua visão, ser um modelo de desenvolvimento alternativo ao *mainstream*, fugindo às doutrinas económicas já instituídas como as neoclássicas e keynesianas por lhes reconhecer significativas falhas, “[...] não nega a necessidade do crescimento continuado numa economia mundial dinâmica.” (*ibidem*), embora se centre no povo e no seu ambiente.

Há uma comunhão da génese do desenvolvimento participativo e alternativo, um domínio político de acesso coletivo, onde todos os elementos da sociedade têm igual relevância e participação, garantindo um reequilíbrio da estrutura de poder. O que se traduz por uma maior transparência na ação do Estado, um reforço do poder da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e numa atividade empresarial socialmente mais responsável.

É no seguimento desta linha de ideias que surge o conceito de empowerment, pois não se traduzindo apenas pela verdadeira e contínua melhoria das condições de vida, o desenvolvimento alternativo é também uma luta política pelo empowerment das unidades domésticas e dos indivíduos (*ibidem*:37). A ênfase está, assim, na autonomia das tomadas de decisão, na autodependência local, na democracia participativa e na aprendizagem social pela experiência (Monteiro, 2008:24).

Ainda que a sua origem não reúna consenso ao nível da literatura, e a ambiguidade seja a sua principal característica, John Friedmann enuncia-o como um processo participado e representativo da união de esforços, capacidades e vontades próprias. Que procura satisfazer as necessidades fundamentais dos indivíduos que se encontram excluídos dos processos de desenvolvimento e de poder, através da mobilização dos recursos e potencialidades da comunidade.

Neste sentido, segundo uma lógica participativa, pode-se considerar o empowerment um processo de aquisição de poder resultante de uma superior capacidade de intervenção individual e coletiva. Simultaneamente, ao primar pelo reforço das competências e pelo acréscimo de poder dos alvos de um processo desta natureza, permite-lhes alargarem a amplitude do seu exercício de cidadania, dando primazia a uma total “[...] integração das comunidades [...] até à participação social prática.” (*ibidem*: 61).

Este estímulo da capacidade interventiva só é viável quando a estratégia adotada visa um desenvolvimento onde o poder seja exercido “de baixo para cima”, *bottom-up*, ao invés das abordagens *top-down*, onde o poder é exercido “de cima para baixo”, acabando as populações da comunidade por ter um papel passivo neste exercício.

Por ser um conceito que se distingue por uma abordagem baseada nos direitos, foi rapidamente adotado pelas ONGs, sobretudo a partir da década de setenta, visando promover práticas e estratégias que fomentem um desenvolvimento alternativo, num contexto de combate à pobreza. Mais recentemente, esta conceção tem merecido a atenção de outro tipo de organizações, como o Banco Mundial, enfatizando o empowerment como uma estratégia metodológica de promoção do desenvolvimento, por intermédio da aposta numa crescente capacitação social.

3.2.1. Outros autores

Confrontado com a real situação dos mais pobres, no que respeita à falta de poder negocial em seu favor nas diferentes áreas da sociedade, limitando a possibilidade de crescerem e saírem da pobreza, com a sua dependência de terceiros para sobreviverem e com o facto de serem, frequentemente, vítimas de abusos de dignidade, respeito e de identidade cultural, o Banco Mundial, pela mão de Deepa Narayan, *Senior Adviser* do *Poverty Reduction and Economic Management*, foi levado a criar a sua própria definição de empowerment.

Embora a influência do local seja indissociável do conceito por gerar traduções embebidas pelo contexto sociocultural e político em que se inserem dificultando a sua tradução literal, Deepa Narayan (2002) define empowerment como um valor intrínseco e instrumental relevante a nível individual e coletivo podendo ser económico, social ou político. Vê-o como um conceito que pode ser usado para caracterizar relações entre familiares ou entre pessoas pobres e a comunidade. É a “[...] expansão da liberdade de escolha e de ação, traduzindo-se no fomento da autoridade e do controlo dos indivíduos sobre os recursos e decisões que lhes afetam a vida, permitindo a conquista do controlo sobre as suas vidas.”¹⁹ (Narayan, 2002:6).

Como as escolhas dos mais pobres são limitadas por não terem recursos e por não conseguirem negociar as melhores condições com instituições formais e informais, o empowerment é entendido, sobretudo, como equilíbrio de relações institucionais desiguais. O mesmo é dizer que, se os mais pobres forem dotados de recursos físicos, financeiros e de capacidades humanas, sociais e políticas, de forma a melhorarem o seu bem-estar, a sua segurança e a sua autoconfiança, conseguem aperfeiçoar a sua aptidão de negociação e aumentar a participação nos processos políticos e na tomada de decisão a nível local,

¹⁹ Tradução livre da autora. No original “[...] expansion of assets and capabilities of poor people to participate in, negotiate with, influence, control, and hold accountable institutions that affect their lives.” (Narayan, 2002:6).

influenciando progressivamente as instituições públicas, recuperando controlo sobre as suas vidas.

Para Gita Sen (1997), empowerment tem tudo que ver com poder. É um processo que prevê uma mudança nas relações de poder em prol dos mais desfavorecidos, sendo entendido como o controlo sobre os recursos (externo) e sobre a ideologia (interno). Assumindo o poder como sinónimo de controlo, o empowerment será o processo a partir do qual se vai ganhando controlo da dimensão interna e externa. A contribuição mais significativa, original e distinta em relação a outras perspetivas de Gita Sen está na sustentabilidade do empowerment. Defende-o como um processo intrínseco, que ocorre com a mudança de consciencialização e perceção que os indivíduos têm de si próprios, não podendo ser feito por terceiros. A sustentabilidade desde processo só é garantida quando esta mudança parte dos indivíduos, ganhando controlo sobre a sua vida. Os agentes externos servem apenas de catalisadores, o que significa que os governos quando criam programas de empowerment para os mais desfavorecidos, não lhes conferem controlo, apenas os incentivam a conseguir esse poder por eles (Sen, 1997:3). O seu objetivo último é a aquisição, por parte dos mais desfavorecidos, de total controlo sobre a sua vida, pelo que nesta perspetiva, o empowerment é apenas um fim em si mesmo (*ibidem*:7).

Da mesma forma, José Manuel Henriques compreende o empowerment à luz do poder como um fenómeno relacional, por serem as relações que ditam a capacidade de os indivíduos terem ou não poder (Henriques, 2006:57). O mesmo é dizer que o poder é o que se retira das relações interpessoais e o que permite aos indivíduos atingirem determinada posição no seu meio social. Assim, o mais importante no processo de conceptualização do poder é a compreensão das relações sociais e a pressão social que delas emana, pois é destes elementos que surge a capacidade de ação e iniciativa organizacional dos indivíduos. Tomado como referência a noção de poder dada pela tradição estratégica, que o define como a capacidade que os indivíduos têm de atingirem os seus objetivos no seu contexto de forças envolvente, José Manuel Henriques assume que o poder é a capacidade de alcançar determinados objetivos (*ibidem*:63).

Para o autor estes elementos, a capacidade de ação e iniciativa organizacional e a capacidade dos indivíduos atingirem os seus objetivos, são essenciais no processo de empowerment. Desta forma, quando o primeiro apresenta alguma espécie de *deficit*, o segundo começa a falhar, traduzindo-se em falta de poder. O resultado é a ostracização dos indivíduos que não conseguem satisfazer um conjunto de necessidades tidas como necessárias pela sua sociedade. A falta de poder acaba por se reverter na condição de excluído e, por conseguinte, de pobre

por se tornar cada vez mais difícil o acesso aos recursos que permitem a satisfação das necessidades. O poder pode, então, ser visto como o instrumento que permite aos indivíduos movimentarem-se agilmente na sua própria sociedade, atingindo os seus objetivos.

3.2.2. O conceito

Recordando a questão de partida presente em todos os momentos desta investigação, “*Consegue o CITI-Habitat, através do microcrédito, retirar alguns dos seus beneficiários da pobreza e da exclusão social?*”, o conceito de empowerment que mais parece ajudar na sua resposta é o defendido por John Friedmann, embora outras abordagens relevantes tenham sido apresentadas.

Na tentativa de perceber se os cabo-verdianos que recorrem ao microcrédito, para além de ultrapassarem a condição de pobres, se tornam autónomos e independentes de terceiros para sobreviverem, o conceito de empowerment adotado deve ser amplo, abrangendo vários domínios sociais.

Como já demonstrado, o apresentado pelo Banco Mundial restringe-se ao domínio político, traduzindo-se no fomento da participação nos processos políticos e de tomada de decisão a nível local, para que os mais desprotegidos consigam influenciar progressivamente as instituições públicas e recuperem o controlo sobre as suas vidas.

Por outro lado, Gita Sen defende que este processo só é sustentável quando intrínseco. Todavia como a presente investigação tem sob estudo de caso uma ONG, que se acredita desempenhar um importante papel neste processo, a adoção desta perspetiva não faria sentido, na medida em que reduz o papel dos agentes externos a meros incentivadores.

De forma semelhante, a abordagem de José Manuel Henriques, apesar de salientar a dimensão individual e relacional, no sentido em que enfatiza o poder resultante das relações que os indivíduos estabelecem entre si, parece desvalorizar a relação dos indivíduos com o papel das organizações que os enquadram.

Na verdade, estas três abordagens centram no indivíduo e nas suas relações o desenrolar de todo o processo, contemplando, preferencialmente, a dimensão individual. Contudo, as organizações intervenientes neste processo desempenham um papel fundamental, não se devendo assumir apenas uma dimensão individual ou coletiva, mas reconhecer a importância de ambas para o sucesso completo de qualquer processo de empowerment.

O microcrédito cedido pelo CITI-Habitat é um potencial instrumento de luta contra a pobreza, mas também um possível promotor do processo de empowerment, uma vez que, pretende

ajudar os indivíduos mais desfavorecidos a criarem ou a manterem a sua atividade económica, integrando o sistema económico e tornando-se, num primeiro momento, autónomos economicamente e, posteriormente, aos restantes níveis.

Neste sentido, o facto de John Friedmann apresentar o empowerment como um processo participado de união de esforços dos excluídos para conseguirem satisfazer as suas necessidades e, seguidamente, terem poder para intervir individual e coletivamente, integrando ativamente a sociedade e melhorarem as suas condições de vida, faz dele o conceito que mais se adapta ao tema de investigação da presente dissertação.

Para além desta definição reconhecer a dimensão individual do empowerment, por ver no indivíduo o principal motor deste processo relativo a si próprio, é também a única que contempla a dimensão coletiva com a importância devida. Por outras palavras, reconhece a importância de existirem organizações capacitadas para apoiar, iniciar e acompanhar este processo juntamente com os indivíduos, dando-lhes os instrumentos para tal.

3.3. Dimensões do empowerment

Estando o conceito de empowerment intimamente ligado ao de poder, parece fazer sentido perceber de que poder se está a falar, uma vez que, existem duas tradições com notória relevância na conceptualização deste conceito em ciências sociais. Uma, a tradição mecânica, define poder como a capacidade que elementos de uma sociedade, numa posição social superior, têm de influenciar os outros valendo-se dos recursos disponíveis. A outra, a já referida tradição estratégica, olha para ele como a capacidade que os indivíduos têm de se “movimentarem” na sociedade, no contexto de forças que os envolvem, para atingirem os seus objetivos. Está, por isso, fortemente dependente das alianças e estratégias que se vão conseguindo estabelecer (Henriques, 2006:57).

Neste sentido, tendo em conta o que se referiu em relação à perspetiva de John Friedmann sobre o processo de empowerment, a noção de poder subjacente é a defendida pela tradição estratégica. Não conseguindo atingir individualmente os seus objetivos, os indivíduos mais desfavorecidos unem esforços de forma a ganharem capacidade interventiva e reforçarem as suas competências e, assim, integrar a sociedade, melhorando as suas condições de vida.

Podendo ser analisado de acordo com uma dimensão individual e uma coletiva, Friedmann (1996:34-35) sintetiza-as, relacionando o empowerment com o acesso e controlo de três tipos de poder:

- ☞ Poder social: está relacionado com o acesso aos meios que permitem desenvolver a própria vida, como informação adequada, conhecimento (ensino) enquanto forma de valorização pessoal e profissional futura, participação em organizações sociais e acesso a recursos financeiros;
- ☞ Poder político (dimensão coletiva): entende-se como a capacidade dos indivíduos acederem ao processo de tomada de decisões, presentes e futuras. Vai para além do poder de voto, compreendendo também o poder da voz e da ação coletiva (participação em associações políticas, movimentos sociais, grupos de interesse);
- ☞ Poder psicológico (dimensão individual): deriva, muitas vezes, do sucesso alcançado nos domínios social e político, redundando num aumento da confiança e a autoestima que beneficia o cumprimento de metas e objetivos propostos.

Embora a dimensão individual e a dimensão coletiva tenham em comum a procura pela autonomia a nível social, político e económico, a verdade é que, na primeira dimensão, as pessoas devem ser capazes de identificar e reconhecer as suas necessidades e os seus problemas, procurando formas de as satisfazer e os ultrapassar. Esta abordagem tem em consideração um processo de reflexão, ação e transformação, que se poderá traduzir num meio para atingir um fim, no caso da redução da pobreza, ou num fim em si mesmo, quando possibilita o ganho de poder por parte dos indivíduos (Monteiro, 2008:63).

Esta situação traduz-se, aos olhos de Friedmann (1996:35), no chamado “empowerment psicológico”. Processo de carácter mais intrínseco que parte de uma reflexão interior de tomada de consciência dos interesses próprios e que, complementada com o incremento dos níveis de confiança e autoestima, favorece a concretização dos fins que se pretendem atingir, manifestando-se numa melhoria das condições de vida de todos os intervenientes deste processo.

Já na dimensão coletiva, pressupõe-se um processo voluntário e participado que defenda e alcance os objetivos comuns, através da capacitação de diversos agentes, geralmente, pessoas e organizações do terceiro setor incluídas. Nesta dimensão, o empowerment baseia-se, mormente, na ideia de que os indivíduos mais desprotegidos, quando se unem a outros na mesma condição e a plataformas de apoio do terceiro setor, tornam-se mais propensos à necessidade de participarem e de defenderem os seus interesses. Assim, o empowerment comunitário (Monteiro, 2008:66) assume-se, como um método de capacitação de grupos sociais em posição fragilizada. A intenção é a de articular os seus interesses, visando o exercício da cidadania, direitos e liberdades, mas também acionar um processo de inclusão social resultante da mudança de recursos e poderes de decisão para órgãos próximos das

populações. Para que o processo avance são precisos estes agentes dinamizadores do processo, podendo ser externos, como ONGs, agências de desenvolvimento e governos ou internos quando fazem parte do grupo, através de OCBs, como os movimentos sociais (*ibidem*:70).

Ambas as dimensões partilham uma ligação causal, impulsionando-se mutuamente. Embora o processo de empowerment não possa ser feito em nome das pessoas, o individual vai ganhando sentido à medida que o seu alvo vai tomando consciência de si próprio, o que amplia a sua capacidade de decisão, acabando por alcançar autoestima e confiança em si mesmo, podendo contribuir de forma mais ativa para a ação coletiva. Esta permite que todos os indivíduos tenham um melhor e maior acesso à informação, apoiando também o empowerment individual.

3.4. Características do empowerment

Existem inúmeras estratégias de empowerment que têm sido iniciadas pelo público-alvo, pelos governantes, pela sociedade civil e, até mesmo pelo setor privado, dependendo o seu êxito das circunstâncias que as envolvem. Porém, a experiência tem vindo a comprovar que os esforços feitos na tentativa de restituir poder aos pobres, independentemente do contexto, partilham quatro elementos²⁰:

☞ Acesso à informação: sendo, atualmente, informação sinónimo de poder, os indivíduos informados estão melhor preparados para tirarem vantagem dos serviços, para melhor zelarem pelos seus direitos e para mais eficazmente negociarem e controlarem as ações da esfera pública e privadas. A posse da informação relevante e apropriada facilita a atuação dos mais pobres, podendo esta ser difundida de diferentes formas.

☞ Inclusão social e participação: a inclusão dos mais pobres e dos outros grupos tradicionalmente excluídos da sociedade no estabelecimento de prioridades e na tomada de decisão é essencial para pôr ao serviço das prioridades locais os recursos escassos e para promover a mudança. Para conseguir uma inclusão sustentável e uma participação informada é necessário existirem espaços onde os pobres possam debater diferentes assuntos e participar direta e indiretamente no estabelecimento de prioridades locais e nacionais. Os consensos nem sempre são fáceis, sendo necessário incluir mecanismo de resolução de conflitos em algumas situações.

²⁰ Cf. Narayan (2002).

☞ Responsabilidade: diz respeito ao poder de pedir satisfações aos oficiais de Estado, aos empregados públicos e aos atores privados, exigindo que sejam responsáveis pelas suas políticas, ações e uso de fundos. A transparência das instituições fortalece a capacidade organizativa da sociedade civil.

☞ Capacidade de organização local: está associada à capacidade que os indivíduos têm de trabalharem juntos, de se organizarem e mobilizarem os recursos necessários para resolverem os seus problemas. As comunidades com maior organização conseguem mais facilmente ser ouvidas e satisfazerem as suas necessidades, daí que a capacidade de organização local seja a chave do processo de desenvolvimento

3.5. O empowerment como instrumento de luta contra a pobreza

A pobreza aos olhos de John Friedmann (1992:71) é vista como (dis)empowerment. Entendendo-se por poder social o poder que a sociedade civil tem sob várias formas, onde cada uma delas depende dos recursos que cada ator detém, como as famílias pobres não têm acesso a estas bases não conseguem melhorar as condições de vida dos seus membros. O mesmo é dizer que, para John Friedmann, a pobreza se traduz na inacessibilidade às bases de poder social, compreendendo o espaço de vida defensável, o tempo excedente, os conhecimentos e técnicas, a informação adequada, a organização social, as redes sociais, os instrumentos de trabalho e condições de vida e os recursos financeiros.

Conforme as unidades domésticas vão melhorando o acesso a cada uma destas bases, mais poder social vão ganhando, o que passa por um esforço aut centrado de acesso às quatro bases essenciais, espaço de vida defensável, tempo excedente, organização e redes sociais, por só assim ser possível aceder às restantes. Mas também por uma luta coletiva para fazer chegar as suas reivindicações ao Estado.

Da mesma forma que os pobres tentam ultrapassar a sua condição, o modelo de (dis)empowerment torna-se num modelo de potencial empowerment e reversão da pobreza. O mesmo é dizer que, tanto a condição de pobreza como de exclusão social, representam duas formas de (dis)empowerment, de tal forma que a luta para a respetiva diminuição se traduz num processo de empowerment. Contudo, este não é um caminho fácil, os muito pobres não têm como se ajudar a si próprios e precisam das organizações que os representem ou onde se insiram e/ou do Estado. Mesmo nos casos do autoempowerment coletivo, este raramente é um processo espontâneo de ação comunitária, pelo que o papel dos agentes externos é de extrema importância (*ibidem*:76).

Existem, assim, diferentes razões intrínsecas e instrumentais para se acreditar que o empowerment é um elemento fundamental nas estratégias, nas políticas e nos programas de luta contra a pobreza. Para Gita Sen (1997:8-9), a eficácia destas estratégias está na sua capacidade de abordar as causas subjacentes da pobreza, de tal forma que, quando têm como referência o empowerment, o seu sucesso é significativamente superior às estratégias estatais tradicionais.

Nestes planos *standards* do Estado, o reconhecimento da falta de poder do público-alvo é desprezado, o que leva a que a sua intervenção não seja canalizada para esta carência, traduzindo-se numa incapacidade de usufruto do plano pelos beneficiários e inoperacionalidade dos mesmos. Pelo contrário, quando os programas incluem na sua abordagem o empowerment, o resultado é eficiência e eficácia, conduzindo os beneficiários a seguirem o programa por sua conta.

Na perspectiva da autora, este tipo de experiências, dependendo da natureza do agente de mudança, pode ser impulsionada por ONGs, por movimentos sociais e pela articulação de ONGs e governo.

As primeiras têm a vantagem de serem inovadoras, flexíveis e terem um método de intervenção mais adequado aos indivíduos, grupos e comunidades, o que se deve ao facto de, tendencialmente, serem pequenas e estarem mais próximas do grupo. A desvantagem está em poderem ser mais fechadas em si, dificultando as negociações com governos e políticos.

Quando o empowerment surge de movimentos sociais deixa de ser tão fechado e, embora as relações com o governo sejam conflituosas, são necessárias, por serem os únicos capazes de alterar a situação de pobreza em que vive o grupo. Se os grupos forem grandes, atingem facilmente as questões que realmente lhes interessam, indo diretamente às causas da sua falta de poder e alterando-as.

No caso de ser estimulado por ONGs-governo, ocorrem os resultados mais positivos. O problema da intervenção e do impacto em pequena escala por serem apenas ONGs é ultrapassado, a proteção do grupo é alargada e os conflitos diminuem, embora a pressão burocrática seja uma constante por estarem aliadas ao governo.

Por outro lado, para o Banco Mundial, Deepa Narayan (2002) demonstra que o empowerment só é um verdadeiro instrumento de luta contra a pobreza e exclusão social quando aplicado ao acesso aos serviços básicos, à melhoria da governança local e nacional, ao desenvolvimento do mercado para os pobres e ao acesso à justiça e assistência jurídica, independentemente do intermediário. Garantir o acesso a serviços básicos como cuidados de saúde, educação, água,

estradas e infraestruturas básicas à maioria da população pobre é o primeiro passo para se iniciar o processo de empowerment como facto redutor da pobreza.

Neste sentido, é necessário melhorar a governança local e nacional, através de mecanismos que permitam o acesso à informação dos cidadãos, garantindo a sua inclusão e participação, bem como uma maior responsabilidade dos governos para com os cidadãos, investindo na capacidade organizativa local e nacional.

As pessoas pobres são, constantemente, inibidas de aceder ao mercado de trabalho, por infinitas razões como a regulação vigente, a falta de informação, capacidades e conhecimentos, que culminam na falta de poder. A restituição de poder aos pobres através das estratégias de empowerment proporcionará as condições para que parte destas barreiras sejam eliminadas e, assim, ingressem no mercado de trabalho, trabalhando por conta de outrem ou criando o seu próprio negócio. Da mesma maneira, a qualidade das normas legais e a forma como são geridas tem um impacto direto na abrangência dos indivíduos que conseguem fazer-se ouvir. Reconhecendo a dificuldade que os pobres têm de ser proteger do abuso dos seus direitos, o objetivo da reforma legal e judicial passa por tornar as leis num conhecimento geral e um mecanismo baseado na transparência, onde as regras são aplicadas de forma igual para todos, onde todos têm o mesmo poder de defesa e influência.

Mediante tais propostas e análises de ação no sentido de validar o processo de empowerment como verdadeiro instrumento de luta contra o flagelo da pobreza e da exclusão social, em jeito de resumo, para Gizela Monteiro (2008:70) o processo de empowerment será uma estratégia adequada neste sentido, sempre que incluir:

- ☞ Espaços institucionais que permitam a participação dos setores excluídos nos assuntos públicos;
- ☞ Formalização de direitos legais e formas de assegurar o seu reconhecimento e respeito por estruturas organizacionais, onde a população excluída pode participar e influenciar estratégias adotadas pela sociedade;
- ☞ Transmissão de habilidades que permitam o exercício da cidadania e da produção;
- ☞ Acesso e controlo dos recursos e bens (materiais, financeiros e de informação) que permitem aos excluídos o uso afetivo das oportunidades, direitos e habilidades para competir ou acompanhar outros atores da cena social.

4. Microcrédito

4.1. Introdução

O microcrédito é encarado, no âmbito da presente dissertação, como um importante instrumento de luta contra a pobreza e, conseqüente, promotor do empowerment, por se entender o seu papel como essencial na melhoria de vida de quem dele beneficia a vários níveis. Neste sentido, este ponto pretende dar a conhecer o conceito de microcrédito e, desmitificar as incorreções, geralmente, a ele associadas.

Num primeiro tópico cabe, assim, uma pequena resenha histórica, seguida da distinção dos conceitos de financiamentos alternativos, microfinanças, microfinanciamento e microcrédito, alvos de frequentes permutações. Contudo, a prática do microcrédito popularizou-se há poucos anos, sendo este um tema relativamente recente, pelo que as reflexões aqui apresentadas devem ser entendidas como mais um contributo para a escassa bibliografia existente. Serão, essencialmente, apresentadas a de Jean-Michel Servet, que representa a maioria das definições que entendem o microcrédito, mormente, como um instrumento financeiro e a de Muhammad Yunus que lhe incorpora, para além desta, outras dimensões de enriquecimento social, como o empowerment.

Por fim, como o objeto de estudo deste trabalho de investigação se encontra em Cabo Verde, será referida a vertente de luta contra a pobreza do microcrédito no continente africano através de um breve enquadramento das características das instituições neste continente. E, à semelhança dos dois pontos teóricos anteriores, o último tópico estará associado à perceção do microcrédito como instrumentos de luta contra a pobreza e a exclusão social.

4.2. Resenha histórica

Ainda que a popularidade do conceito microcrédito seja relativamente recente, a sua afinidade com lógicas de solidariedade e tradições culturais, como as expressões de entreaajuda presentes em Portugal (forno e pastoreio comunitário), Guiné-Bissau (*abota*), África francófona (*totocaixas*), Moçambique (*xitique*), Angola (*kixiquila*) e Cabo Verde (*djunta mon*)²¹, remete as suas origens para práticas presentes na civilização humana há já vários séculos. As suas antecedentes manifestações assentaram em múltiplos sistemas de crédito tradicionais e

²¹ Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Economia Social e Solidária lecionada pelo professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 16.10.2008.

informais existentes nas economias em desenvolvimento, muito antes dos bancos comerciais de base ocidental entrarem em cena. A maioria das atuais práticas de microfinanças deriva das transações de crédito mútuas, de base comunitária, que eram assentes na confiança e não exigiam garantias ou reembolsos. Quer de forma transaccional, mutual ou pessoal, em todos os momentos da história se encontram processos de ajuda e entreajuda aos mais pobres, dentro desta lógica, garantindo a qualidade e a quantidade de crédito, no sítio e alturas certas para as famílias de mais baixo rendimento²².

A Associação do Pão, criada em 1846 no sul da Alemanha pelo pastor Raiffeisen é, normalmente, reconhecida como a primeira forma de microcrédito documentada. Perante o endividamento e a dependência dos fazendeiros locais de agiotas, Raiffeisen cedia-lhes farinha para produzirem e comercializarem pão, de forma a obterem capital e reverterem a sua condição. O sucesso desta iniciativa garantiu o crescimento desta associação, que acabou por se transformar numa cooperativa de crédito para a população pobre.

Porém, uma investigação mais profunda levou à conclusão que foi em 1720, que pela mão do pastor e escritor irlandês Dean Jonathan Swift se iniciou, no mundo ocidental, a prática de pequenos empréstimos com base em fundos e sem garantias reais para os mais pobres. Do seu próprio dinheiro, criou um fundo de 500 libras para o dividir em empréstimos de 10 libras pelos comerciantes de Dublin com dificuldades no seu negócio, exigindo como garantia apenas a opinião de dois vizinhos.

Este sistema de ajuda monetária revelou-se bastante eficiente, tendo-lhe sido dada continuidade, de tal forma que, em muito se assemelha aos atuais sistemas de microcrédito de instituições de microfinança como o Banco Grameen. Este, contrariamente ao comumente divulgado, não foi o primeiro banco formal de microcrédito asiático, uma vez que em 1895 surgiu o Priyayi Bank of Purwokerto em Java na Indonésia, sendo o antecessor do presente Bank Rakyat Indonesia.

Mais tarde, em 1900, registos revelam o surgimento das *Caisses Populaires* pela mão de um jornalista da Assembleia Legislativa do Quebec que, com ajuda de doze amigos conseguiu reunir um montante inicial de 26 dólares canadianos para emprestar aos mais pobres. Atualmente estão associados a este fundo cerca de cinco milhões de pessoas, em 1.329 agências.

Em 1953, nos EUA, o presidente de uma metalúrgica de Chicago, Walter Krump, criou os Fundos de Ajuda nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava

²² Fonte: <http://www.gdrc.org/icm/not-new.html> (acedido em 13.02.2011 às 22:46).

mensalmente 1 dólar americano, que se destinava aos associados mais necessitados. Num momento seguinte, estes fundos foram consolidados e transformados no que presentemente se denomina de Liga de Crédito.

Já nos anos setenta, por oposição a estas iniciativas da sociedade civil, segundo Ledgerwood (2000:2), os governos foram os grandes fornecedores de crédito para aqueles que tinham poucas ou nenhuma oportunidade de acederem ao crédito normal, por verem nesta função uma forma de promover a produção dos pequenos agricultores. Progressivamente, acabaram por criar uniões corporativas, à semelhança das desenvolvidas em 1846 na Alemanha, com base em doadores e com o intuito de ensinar estes beneficiários a poupar.

Em contrapartida, em 1976 assiste-se a uma retoma e franca notoriedade das lógicas de entreatura da sociedade civil pela experiência iniciada por Muhammad Yunus no Bangladesh. Na tentativa de reduzir alguma da extrema pobreza que o rodeava, este professor universitário criou uma associação agrícola destinada a aumentar a produtividade deste setor através da irrigação de água. Apesar do sucesso instantâneo, os mais pobres pouco retiravam deste processo, pois estavam dependentes de agiotas para poderem trabalhar, sendo o seu rendimento ínfimo. Insatisfeito, o professor começou a trabalhar num novo projeto para resolver esta condição.

O primeiro passo dado, foi o de tentar convencer os bancos locais a concederem empréstimos a estas pessoas, o que não se revelou tarefa fácil por serem analfabetos, não terem passado crediário nem garantias. Assim, Yunus começou por ser fiador, recebia o dinheiro e distribuía-o pelos aldeões mais pobres. Revelou-se novamente um programa de sucesso pois, os empréstimos eram sempre pagos e dentro dos prazos, de tal forma, que o Banco Bangladesh Krishi resolveu abrir uma filial especial, dedicada apenas a este tipo de empréstimos, dando origem ao primeiro uso do nome Grameen²³, Filial Experimental Grameen do Banco da Agricultura (Yunus, 2008:79).

Contudo, não existiram mais adesões, levando Yunus a criar um banco para os pobres, onde eram dados empréstimos sem garantias, sem histórias crediárias ou outros instrumentos legais e, num contínuo apelo ao governo para uma legislação adequada, em 1983, o banco para os pobres, o Banco Grameen, nasceu no quadro de uma nova lei criada especialmente para o efeito.

Desde o seu início já concedeu um total de 6 mil milhões de dólares americanos, tendo um índice de cumprimento de 98,6%. Como qualquer outro banco bem gerido, apresenta lucros

²³ Aldeia.

regularmente, sendo autossustentável financeiramente desde 1995. Para além disso, 64% dos seus clientes há mais de cinco anos, ultrapassaram o limiar da pobreza (*ibidem*:84).

Há, de fato, uma forte correlação entre as experiências de microcrédito e o setor financeiro informal, conceito popularizado em 1972 por Keith Hart através do Relatório Quénia da OIT, com o papel de designar as atividades espontâneas do meio rural que absorviam parte da mão-de-obra oriunda das migrações rurais (Gama, 2004:48) e, cujas características recaiam sobre a inexistência de capital inicial, a formação em unidades de produção familiares, o recurso a matérias-primas e produtos locais, a baixa escolaridade, a empresas com um máximo de dez empregados, intensivas em mão-de-obra, com pouca produtividade e que ignoravam, maioritariamente, as regras do mercado (Grassi *apud* Gama, 2004:48).

Perante tais elementos históricos deve-se considerar, então, a existência de uma divisão do sistema financeiro. Por um lado, o regulamentado e organizado, composto por todas as instituições financeiras institucionalizadas, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e agências financeiras formais, designando-se por sistema financeiro formal. Por outro lado, o não regulamentado, do qual fazem parte os intermediários financeiros informais e não institucionalizados, como os agiotas, os credores familiares e muitas das organizações de microcrédito, ou seja, o sistema financeiro informal (Psico, 2007:19).

Mediante a dificuldade de ingressar no setor financeiro formal, a população mais pobre e os pequenos empresários foram criando serviços financeiros alternativos à luz de formas tradicionais já existentes e que foram assumindo diversos géneros ao longo da história e do contexto em que se inserem. A origem destas alternativas aos bancos formais surgiu no século XVII na Europa, pela mão de um financeiro napolitano Lorenzo Tonti, de onde veio a designação *tontines*, dada a estes empréstimos fora do sistema formal. A sua prática inicial consistia em cada subscritor depositar determinado montante de dinheiro num fundo comum e receber, seguidamente, juros relativos a esse capital investido. Com o falecimento de um dos subscritores, a sua parte era distribuída pelos restantes membros, sendo o último sobrevivente a recuperar a totalidade do capital em fundo.

Posteriormente estes sistemas tornaram-se mais simples, consistindo num grupo de pessoas com a iniciativa de criar um fundo comum privado, onde cada uma delas realiza um depósito em dinheiro de igual montante e de forma periódica. Depois, este é atribuído segundo uma ordem pré-estabelecida a cada um dos participantes, sob forma de empréstimo e sem taxas de juro²⁴.

²⁴ Fonte: <http://microfinancement.cirad.fr/> (acedido em 19.01.2011 às 22:57).

Até aos anos oitenta, a lógica do microcrédito era, maioritariamente, suportado por um conjunto de pessoas que contribuía para um fundo comum – doadores, em prol do seu benefício próprio ou dos mais desfavorecidos. Apesar das muitas críticas e das convicções redutoras e enviesadas feitas a estas formas de financiamento alternativo, o fim dos anos oitenta, início dos noventa, ficaram marcados pelo crescente interesse pelo microcrédito na literatura e a uma valorização do seu papel como promotor de desenvolvimento. Esta nova abordagem passou a ver o microcrédito e os outros tipos de microfinanciamentos como parte integrante e importante do sistema financeiro (Ledgerwood, 2000:2), abandonando a ideia de atividade “marginal”.

Concludentemente, o seu crescimento tem sido notório com a criação de instituições, sobretudo nos países em desenvolvimento, cujo foco atual tende a centrar-se na prestação de serviços financeiros, contrariamente ao da década de setenta e maioria da de oitenta, que consistia num pacote integrado de crédito e preparação, que exigia subsídios devido aos elevados encargos. Esse crescimento deve-se igualmente às cúpulas de microcrédito iniciadas em 1997 e à sua duplicação a nível continental e nacional com o apoio do Banco Mundial (Servet, 2009:243). Mais recentemente, Joanna Ledgerwood (2000:2) defende que as ONGs viradas para esta área transformaram-se em instituições financeiras formais, que reconhecem a necessidade de alcançarem alguma estabilidade financeira, ao invés de confiarem em fundos de doadores.

Em jeito de resumo, toda esta evolução histórica indicia que desde sempre as sociedades, ou elementos dela, se organizaram para satisfazerem as suas necessidades na medida do possível, o que dito de outra forma é o mesmo que dizer que sempre, em todas as sociedades, existiram sistemas informais e populares de poupança e de crédito para aqueles que não tinham como aceder a estes serviços recorrendo ao sistema formal. Por conseguinte, começaram a surgir também instrumentos e sistemas alternativos que, com o passar do tempo, se foram formalizando e se transformaram na resposta para aqueles que já tinham perdido a esperança no sistema já instituído. Neste sentido surgem as bases²⁵, daquilo a que alguns autores chamam o sistema financeiro alternativo, centrado nos pobres e na sua promoção e desenvolvimento:

☞ O crédito subsidiado impede o desenvolvimento;

²⁵ Cf. Ledgerwood (2000).

- ☞ Os pobres podem pagar juros suficientemente altos de forma a cobrirem os custos de transação e as consequências da informação imperfeita existente no mercado onde os credores operam;
- ☞ O objetivo é a sustentabilidade;
- ☞ Como os empréstimos cedidos aos pobres são pequenos, as organizações devem ter uma escala que garanta a sua sustentabilidade;
- ☞ Nem o crescimento das empresas, nem o impacto da pobreza pode ser medido com precisão, pelo que, o recurso às taxas de reembolso pode ser usado como proxies do impacto.

4.3. Tendências de financiamento alternativo e principais instrumentos

Retomando as conclusões anteriores, foram emergindo formas alternativas de financiamento regidas por princípios e valores diferentes dos seguidos pelo sistema de financiamento formal, daí que seja útil especificá-los e aprofundá-los para esclarecer algumas das utilizações que tendem a aproximar-se da lógica dominante e não da alternativa. Quando as questões começam a ter algum impacto e visibilidade nas sociedades, aumenta a probabilidade de se tornarem permeáveis a adulterações e confusões. Os instrumentos do sistema financeiro alternativo têm ganho lugar de destaque no domínio económico e financeiro atual, sendo conceitos recorrentes no discurso social, embora nem sempre da forma mais digna ou corretamente associados às práticas desenvolvidas.

4.3.1. Princípios subjacentes aos sistemas de financiamentos alternativos

Importa, assim, começar por esclarecer o que são financiamentos alternativos. Fátima Belo e José Centeio (2001:7) esclarecem que esta nomenclatura foi adotada para facilitar a compreensão da proveniência dos financiamentos, correspondendo estes aos da área da Economia Social e Solidária, ou seja, ajudas financeiras provenientes das organizações do terceiro setor²⁶. Contudo para estes autores, o conceito de financiamento alternativo contém demasiada ousadia e até alguma incorreção, porque não se trata tanto de financiamentos alternativos, no verdadeiro sentido do termo de substitutos das lógicas dominantes, mas sim complementares aos provenientes do mercado e do setor público.

²⁶ Conjunto de relações sociais diferentes das do Estado e do mercado. São exemplo, organizações de caridade, associações, fundações, grupos de autoajuda, iniciativas populares de base, redes e movimentos sociais, mutualidades, cooperativas, empresas sociais. Cf. Ferreira (2009).

Na verdade, fala-se em financiamentos alternativos, sempre que estes obedeçam a lógicas diferentes do financiamento tradicional, economia de mercado e economia pública. Como é também um conceito recente, pode tomar como referência os princípios e valores de referência da Economia Social²⁷, embora ainda seja uma questão em aberto:

☞ Princípio do predomínio do interesse comum e do interesse geral sobre o interesse individual – entende-se por interesse comum a mutualização e cooperação entre pares e, por interesse geral a filantropia a favor de terceiros. Ainda que estes dois tipos de interesse pareçam afastar a Economia Social da Economia de Mercado e aproximá-la da lógica do Estado, tal não é linear, pois o interesse comum não é uma faceta do Estado e apesar do interesse social o ser, na Economia Social este apenas se destina a grupos específicos. Assim, a aparente proximidade do Estado é apenas numa lógica de afastamento da conceção da Economia de Mercado. A divisão jurídico-institucional atual das instituições de Economia Social associa, predominantemente, o interesse comum às cooperativas e mutualidades e o interesse geral às associações e fundações.

☞ O objetivo principal não é o lucro (ou a ausência dele), mas sim objetivos de solidariedade e cooperação – este princípio implica normalmente a ausência de lucro, no sentido de remuneração do capital (o que não implica ausência de excedente), opondo-se totalmente à lógica da empresa e aproximando-se do Estado, sendo no entanto possível, em alguns casos, aceitar-se o lucro, ainda que não seja o objetivo principal, quando todos os colaboradores das instituições de Economia Social o aceitam e são beneficiados de igual forma.

☞ Primado da pessoa sobre o capital – as pessoas estão acima de qualquer capital, pelo que, nas instituições de Economia Social, são condenadas todas as formas de desumanização do trabalho, de externalização das condições de trabalho e de todas as formas de economias destruidoras da pessoa humana.

☞ Gestão democrática – “Um homem, um voto” – todos os colaboradores das instituições de Economia Social devem ter o mesmo poder de decisão, salientando o conceito de solidariedade política nas decisões e não só nos ganhos.

²⁷ Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Seminário I: Economia Solidária, Coesão Social, Sustentabilidade e Diversidade nas Sociedades Contemporâneas lecionada pelo professor Doutor Rogério Roque Amaro, do ISCTE-IUL, no dia 04.10.2010.

☞ *Autonomia face ao Estado* – esta autonomia respeita à gestão e a decisões internas das instituições de Economia Social e não a nível financeiro, evitando a sua transformação em serviços públicos.

As instituições de Economia Social e Solidária são as que melhor representam estes princípios e valores por serem as únicas que os integram e compreendem, efetivamente, no exercício da sua atividade. Desta forma, só elas estão capacitadas para promover o sistema financeiro alternativo, uma vez que este exige a inclusão destes mesmos princípios e valores nas práticas a si associadas.

Todavia existem programas públicos e até algumas estratégias de bancos comerciais, que para determinados fins, praticam financiamentos que se aproximam destes, mas são apenas uma componente de outras formas de financiamento normal que estes já dispõem usualmente. Nestes casos, não é possível falar em financiamentos alternativos, os valores e princípios da Economia Social e Solidária não são cumpridos, não substituem os da função pública nem os comerciais para o exercício destes financiamentos logo, são financiamentos complementares, no caso do Estado e responsabilidade social para os bancos comerciais. Ou seja, são financiamentos, no caso do microcrédito, de montante inferior ao normal e que completam o leque de oferta de serviços, atraindo mais consumidores e mantendo inalterável o objetivo final, o lucro.

Do ponto de vista financeiro, este tipo de financiamentos são complementares por permitirem aumentar os clientes e rentabilizar a atividade, do ponto de vista dos princípios a que obedecem são, realmente, alternativos por permitirem que “[...] os indivíduos ou empresas que apresentem características de risco dificilmente mensuráveis, e que não sejam capazes de atender às exigências contratuais ou oferecer as garantias requeridas.” (Psico, 2007:19) possam aceder a serviços semelhantes aos que o sistema formal oferece, mas adaptados a sua realidade e com vista à melhoria do seu bem-estar.

4.3.2. Microfinança e Microfianciamento

Tanto a microfinança como o microfianciamento surgiram como instrumentos do, já aqui assente, sistema de financiamentos alternativos. A primeira entende um conjunto de serviços financeiros de pequena escala que englobam microcrédito, microdepósitos de poupança,

microseguros e transferência de moeda a baixo custo²⁸. Daqui, decorre naturalmente o microfinanciamento que será a concessão destes serviços financeiros de pequena escala a indivíduos com baixos rendimentos, incluindo trabalhadores por conta própria. Não sendo apenas um serviço bancário, Joanna Ledgerwood (2000:1) defende que a microfinança é uma ferramenta de desenvolvimento e, como tal, deve envolver: empréstimos de pequenos montantes, avaliações informais dos beneficiários e dos investimentos, substitutos colaterais, acesso a novos empréstimos e de maior montante nos casos de cumprimento e, produtos de poupança seguros. Algumas das organizações proporcionam ainda serviços de preparação e marketing, alfabetização e cuidados de saúde. Pelo que devem ser uma ajuda na redução do risco associado aos indivíduos de baixos rendimentos, na melhoria da gestão, no aumento da produtividade e na obtenção de retornos de investimento mais consideráveis, de forma a aumentar as receitas e a melhorar as suas vidas e a dos que deles dependem (Robinson, 2001:9).

Como instrumento do sistema de financiamento alternativo que são, as únicas instituições capazes de fornecer estes serviços de forma verdadeiramente alternativa, por regerem as suas atividades pelos princípios e valores da Economia Social, são as instituições da Economia Social e Solidária como as ONGs, cooperativas de empréstimos e de poupança e uniões de crédito. Ainda que assim seja, são possíveis de confundir ou associar a este rol a iniciativa pública, ou seja, bancos públicos, e a iniciativa privada, ou seja, bancos privados e instituições financeiras não bancárias. Contudo, os serviços praticados por estas instituições não são alternativos mas sim financiamentos complementares aos inerentes às suas atividades. São apenas financiamentos de pequena escala que não passam de mais um serviço bancários ou financeiro porque os valores e princípios das instituições que os garantem mantêm-se públicos e privados, respetivamente, em vez de passarem a ser os da Economia Social.

Por outro lado, o público-alvo é, na maioria das vezes, trabalhadores por conta própria e empresários do meio rural e urbano com rendimentos baixos, como comerciantes, vendedores de rua, pequenos agricultores, fornecedores de serviços, artesãos e pequenos produtores (Ledgerwood, 2000:1-2).

O microfinanciamento é muitas vezes confundido com o microcrédito, por muitas das instituições começarem pela prestação deste serviço e só depois se expandirem para os outros. Como algumas delas não fazem esta evolução e mantêm-se prestadoras de microcrédito,

²⁸ Elementos retirados da aula da Unidade Curricular de Sistemas de Financiamento da Economia Solidária lecionada pelo professor Doutor Emanuel Leão, do ISCTE-IUL, no dia 15.02.2011.

acabam por torná-lo mais divulgado e comum que os restantes. Na verdade, as metodologias de serviços adotadas são fortemente determinadas por incentivos públicos, fazendo com que em cada país, a prevalência desta ou daquela metodologia dependa dos apoios financeiros oferecidos pelos poderes públicos e da imposição de normas regulamentares (Servet, 2009:244).

Esta forma de financiamento vem revolucionar o modo de operar dos financiamentos alternativos usados até aos anos setenta e oitenta, que obedeciam à lógica de doadores e de atribuição de subsídios, especificamente os microssubsídios existentes em parceria com os programas de emprego, formação, marketing, desenvolvimento de infraestruturas e algumas reformas legais com vista a expandir o leque económico dos mais pobres. De facto, estes serviços pretendem criar produtos e serviços financeiros apropriados às necessidades dos mais pobres, de forma a se expandirem e diversificarem as suas atividades económicas, aumentando os seus rendimentos, a qualidade de vida e de bem-estar e a autoconfiança (Gama, 2004:45). E a verdade é que, desde os anos noventa, a microfinança tem crescido exponencialmente, assistindo-se nos dias de hoje a uma clara emergência da chamada “revolução da microfinança”²⁹ (Robinson, 2001:10) em todo o mundo, que segundo Joanna Ledgerwood (2000:4) se deve: à promessa de enriquecimento dos pobres e sustentabilidade financeira; ao potencial de imitar o sistema financeiro tradicional, através dos seus serviços semelhantes, contribuindo para o seu fortalecimento e expansão; ao número crescente de histórias de sucesso e à melhoria dos produtos financeiros resultantes da experiência e da inovação.

Porém as falhas também são uma realidade. Muitos dos beneficiários não têm acesso a oportunidades de negócio e muitas instituições não atingem a escala mínima de eficiência necessária para cobrir os custos, têm poucas políticas de suporte e falham na gestão dos seus fundos, resultando em problemas de liquidez e outras, ainda, não desenvolvem uma gestão financeira eficiente e imitam os modelos de sucesso, não os adaptando à realidade local inerente (*ibidem*).

²⁹ Disposição em larga escala de serviços microfinanceiros para os mais pobres ativos economicamente.

4.3.3. Microcrédito

À semelhança dos casos anteriores, também este é um instrumento do sistema de financiamentos alternativos, quando praticado segundo os princípios e valores da Economia Social e embora o microcrédito seja um dos serviços do microfinanciamento a confusão entre ambos é recorrente, como já mencionado.

Muhammad Yunus reconhece o caráter financeiro iminente no microcrédito, mas consegue que a sua abordagem vá muito para além disso. O seu objetivo não foi financeiro, não foi o de enriquecer com o financiamento das atividades potencialmente produtivas e lucrativas que possibilitassem o alcance da sustentabilidade e da eficácia financeira, mas sim garantir trabalho e dilatar o mais possível a felicidade a todos, especialmente os mais pobres.

Muito dos princípios económicos foram, assim, repensados. A ideia de que toda a gente é movida pelo lucro deixa de fazer sentido, bem como o trabalho para todos como a economia clássica o prevê na generalidade, ou seja, trabalho dependente, por se considerar que o “empreendedorismo” é uma qualidade rara ao dispor de simplesmente alguns indivíduos.

Contrariamente, Muhammad Yunus crê que a capacidade empreendedora é universal. Quase todos reconhecem uma oportunidade quando ela existe, da mesma forma, que quase todos mostram desejo de a realizar quando lhes são viabilizadas as ferramentas que as transformam em realidade (Yunus, 2009:88).

Rapidamente sobressai aqui a importância de se pensar nos beneficiários individualmente como seres humanos e não apenas como unidades de trabalho, pois é a forma de agir aliada às características de cada um que dita o sucesso de todo um processo de microcrédito. Por exemplo, conceder empréstimos às mulheres torna-se mais vantajoso para os seus descendentes do que aos homens, que tendem a gastá-lo consigo próprios. Mas quando o objetivo é a erradicação da pobreza, então o alvo devem ser as crianças, “[...] incutindo-lhes o sentido da dignidade humana e a esperança no futuro.” (*ibidem*:89).

Por todos estes aspetos, desde logo se percebe que o microcrédito cedido pelo Banco Grameen não é só mais um tipo de microfinanciamento, mas sim um instrumento que, por acaso, é monetário por neste contexto ser o meio que faltava para transformar as oportunidades em realidade.

Neste sentido, o seu propósito está em conseguir que os seus beneficiários ingressem no mercado de trabalho através do autoemprego, aumentem os seus rendimento e qualidade de vida para que se tornem emancipados monetariamente e, assim, ganhem autoconfiança e poder a todos os níveis libertando-se da sua situação de pobreza.

Na verdade, “tudo o que é necessário para tirarmos os pobres da pobreza é que criemos um ambiente favorável em volta deles. Quando os pobres forem autorizados a libertar a sua energia e criatividade, a pobreza desaparecerá rapidamente” (*ibidem*:88).

Contudo há a salientar que, ainda que este tipo de microcrédito se centre em proporcionar o maior nível de bem-estar possível aos seus clientes, não há um completo desprovimento da rentabilidade do agora Banco Grameen, pois só aliando o melhor das perspetiva desenvolvimentista e minimalista é que se consegue atingir o êxito que este banco já atingiu.

Quando se fala em perspetiva desenvolvimentista, fala-se de uma linha de pensamento que olha para o microcrédito como um instrumento de luta contra a pobreza cujo fim último é o bem-estar económico e social dos mais pobres e, que por isso, entende a instituição de microcrédito como um agente de desenvolvimento social que concede pequenos empréstimos com taxas de juro nulas ou muito baixas (Gama, 2004:46), capacitação técnica de gestão, suporte à comercialização e experiências de vida comunitária. A opção por estes princípios pode resultar em graves problemas de sustentabilidade para estas instituições, dificultando a resposta para todas as necessidades dos mais pobres.

Contrariamente, a perspetiva minimalista para além de se preocupar com o bem-estar social e económico dos mais pobres, tem como foco a sustentabilidade financeira da instituição, pelo que, pretende que o microcrédito seja remunerado por taxas de juro apropriadas e a totalidade dos créditos seja reembolsada. As instituições acreditam que com estas condições conseguem sustentabilidade e eficiência, traduzindo-se em créditos maiores e total satisfação das necessidades dos mais pobres que tendem a aumentar consideravelmente (*ibidem*). Apesar de se tornarem créditos mais caros, é o preço pelo serviço prestado e, para o beneficiário, a capacidade de contrair empréstimo para realizar um projeto importa mais do que a taxa de juro (Servet, 2009:244).

Esta perspetiva pode confundir-se com a visão que os neoliberais têm do microcrédito. Defensores do liberalismo do mercado, olham para ele como um estímulo ao trabalho por via do autoemprego e como um meio de se extinguirem as políticas de apoio aos desempregados e aos mais desfavorecidos. Contra estas ajudas, acabam por ver nele a solução para o volume das despesas sociais passivas, revelando-se um instrumento de desenvolvimento local bastante mais eficiente (*ibidem*). O mesmo é dizer que o microcrédito é para os neoliberais apenas um instrumento de eficiência macroeconómica e não de bem-estar dos mais pobres.

Notabilizam-se, aqui, dois extremos na prática das taxas de juro. No primeiro caso é nula, por ter propósitos unicamente sociais, no segundo, é tendencialmente igual à vigente no mercado, evitando distorções financeiras e uma maior aderência à realidade. Na prática é mais comum,

as organizações optarem por uma situação intermédia, possibilitando o acesso ao crédito com taxas de juro subsidiadas. Sendo que, no geral, as taxas de juro devem cobrir o custo de oportunidade dos recursos disponibilizados para a entidade através de fundos, cobrir os custos operacionais da entidade, garantindo sustentabilidade e, ainda, possibilitar o aumento da sua abrangência de atuação (Psico, 2007:26).

O tipo de microcrédito defendido por Muhammad Yunus é o eleito para representar a definição deste instrumento do sistema de financiamentos alternativos nesta dissertação. Tem o conhecimento teórico ligado à prática e à experiência no terreno e, ainda que não apoie a economia convencional, tem-na presente o que evita que caia nos seus erros. Acredito que só seguindo este caminho é possível concluir todo o processo que é o microcrédito com sucesso, ou seja, dotar os pobres dos instrumentos fulcrais ao seu investimento no autoemprego, de forma, a ultrapassarem a condição de pobreza e exclusão social, integrando ativamente a sociedade e manterem esta nova condição depois de terminado o processo.

Porém, também existem autores que olham para ele, não como um financiamento alternativo na sua essência, mas como um serviço financeiro complementar, por exemplo, Jean-Michel Servet (2009:243) designa-o como um empréstimo de pequeno valor concedido a grupos de pessoas solidárias ou a tomadores de empréstimos individuais, por instituições que podem ser ONGs, bancos ou programas públicos. Como já explicado para o caso da microfinança e do microfinanciamento, o microcrédito só é um financiamento alternativo quando as instituições de Economia Social e Solidária o fomentam, caso contrário são um serviço financeiro complementar por não se guiarem pelos princípios da Economia Social. Em geral o público-alvo, à semelhança do microfinanciamento, é constituído por pessoas ou grupos com rendimentos baixos e que sofrem de discriminações sociais e culturais, com especial destaque para as mulheres. Estas são as principais beneficiárias, por serem melhores clientes do que os homens no que respeita às taxas de devolução e às metas alcançadas. Aumentam o rendimento de modo surpreendente e realizam pequenos investimentos não somente produtivos, mas também pessoais, nomeadamente, escolarizam melhor os filhos, tratam-se, têm êxito no combate ao alcoolismo masculino e ganham autonomia de ação (*ibidem*:245).

Ainda que tenha nascido para os mais pobres, este tipo de financiamento tem, atualmente, outros alvos, como os “novos pobres” das camadas mais instruídas das sociedades que sofreram um empobrecimento acentuado e alguns trabalhadores assalariados desempregados, apesar de o autoemprego não passar de uma solução limitada à questão do desemprego e dos trabalhadores pobres.

A abordagem de Jean-Michel Servet remete para a perspectiva do microcrédito comercial normal. Não se trata de um tipo de financiamento alternativo mas antes de um serviço financeiro complementar aos já existentes. A sua finalidade é a sustentabilidade da instituição que o oferece e o lucro conseguido da concessão de empréstimos de pequenos montantes a quem não tem acesso ao crédito bancário normal e deseja realizar um pequeno investimento com vista à criação do seu próprio emprego. Naturalmente, esta iniciativa deve, à partida, revelar-se sustentável, capaz de gerar um excedente de rendimento e garantir o reembolso do capital emprestado.

Muitos bancos comerciais passaram a adotar a expressão de microcrédito para estes serviços. Em algumas destas experiências pode haver acompanhamento durante o processo, nomeadamente, na preparação do investimento, durante a fase de pagamento do financiamento, na resolução dos problemas que possam decorrer com o desenvolvimento do negócio e, em alguns casos um acompanhamento por tempo limitado no fim do reembolso total. O que não faz dele um financiamento alternativo. A taxa de juro praticada tende a aproximar-se da de mercado.

Em jeito de resumo, Jean-Michel Servet (2009) traduz a generalidade de interpretações de carácter mais financeiro e objetivas feitas ao microcrédito por entende-lo como um instrumento financeiro de menor montante que o *mainstream*, destinado aos mais pobres, movido pela sustentabilidade da instituição que o oferece e pelo fim lucrativo da instituição desprovido de qualquer preocupação associada ao bem-estar ou ao empowerment dos beneficiários.

4.4. Instituições de microcrédito em África

O facto de a presente investigação ter como objeto de estudo uma ONG cabo-verdiana, o CITI-Habitat, torna importante neste ponto teórico serem apresentadas as características atuais das instituições de microfinança no continente africano, facilitando, posteriormente, a sua interpretação.

Desde a génese da sociedade africana que se verifica a presença de diversas formas de financiamento informal, mas que só a partir do fim da década de oitenta começaram a ganhar protagonismo. A razão para tal presença está nos problemas económicos característico destes países, resultantes do “[...] seu carácter pouco desenvolvido e fragmentado, à falta de garantias dadas às instituições que concedem empréstimos, à falta de informação e às medidas de política económica seguidas” (Ledgerwood *apud* Macitela, 2007:38). A procura de soluções e de mecanismos de geração de recursos que assegurassem a sobrevivência, por parte da

população mais desfavorecida, promoveu a criação de diversas instituições de microcrédito, cujo intuito está em contornar o que se traduz em problemas de acesso ao crédito e de poupança.

Com o passar dos anos, estas instituições têm sofrido várias alterações, mas Cidália Macitela (2007:39) salienta os anos oitenta, por terem sido claramente demonstrados os efeitos positivos do microcrédito junto dos pobres, uma vez que, estes revelaram capacidade de utilizar os empréstimos de forma produtiva, de os reembolsar dentro dos prazos e, criar poupanças. Paralelamente surgiram novos serviços de crédito e poupança, cujo objetivo passava por garantir a sustentabilidade financeira, alargando a população beneficiária para reduzir os custos de financiamento a longo prazo.

Atualmente a tipologia destas instituições pode ser dividida em cinco grandes grupos de mecanismos, como faz Cláudia Gama (2004):

- ☞ *Mecanismos de base familiar*: traduzem-se em redes de carácter pessoal e, por isso, próximas do indivíduo que oferecem o capital necessário para se iniciar uma atividade produtiva. É o caso das poupanças pessoais e crédito familiar e de amigos.
- ☞ *Mecanismos de base individual*: estão associados a prestamistas individuais que concedem pequenas quantias sob elevados juros e coletores de poupanças, cuja função é a de mobilizarem as poupanças das famílias e das microempresas mediante pequenas taxas diárias. Este é um dos mecanismos financeiros tradicionais com maior expressão nas sociedades africanas informais.
- ☞ *Mecanismos de Economia Social*: daqui fazem parte as Associações de Auxílio Mútuo e as Sociedades de Poupança que obedecem a uma lógica de segurança e redistribuição; as Associações de Poupança e Crédito Rotativo que se baseiam na associação individual e voluntária dos seus membros; a ajuda mútua como as *tontines* (mutualista, comercial e financeira) e, ainda as Uniões de Crédito que reúnem poupanças, ficando o crédito para segundo plano.
- ☞ *Mecanismos financeiros privados*: fazem parte os Bancos Rurais Privados que funcionam como uma instituição bancária que concede pequenos empréstimos, recebe poupanças e depósitos, mediante a aplicação de taxas de juro elevadas.
- ☞ *Mecanismos da sociedade civil*: estão associados às ONGs e às associações precursoras do microcrédito, que começaram por ser organizações de apoio às populações em alturas de seca.

O sucesso destas instituições, defendido por muitos autores, advém para Cidália Macitela (2007:40), do fato de operarem em zonas onde são, muitas vezes, o único apoio à população,

como é o caso das zonas rurais, e do rápido acolhimento pelas comunidades, que originou uma série de efeitos positivos a nível de implementação, apoio a atividades produtivas e a geração de rendimentos que garantiram os recursos suficientes para a cobertura dos custos operacionais e a promoção da sua sustentabilidade financeira.

De forma mais detalhada, do lado dos clientes, a existência de grupos de poupança favorece a mobilização das poupanças individuais que, em conjunto, podem ser usadas com uma segurança para os empréstimos, para além de permitirem aos membros do grupo criarem maiores colaterais e melhorarem o seu acesso aos serviços de crédito. No que respeita à instituição, o recurso a grupos e a organizações de base comunitária permite consideráveis economias de escala, que facilitam o desenvolvimento das instituições.

No caso das que se dedicam exclusivamente ao crédito e que apresentam *deficits* de recursos, a mobilização de depósitos garante uma base sustentável para expandir as operações de empréstimos.

A nível macroeconómico, as instituições de depósitos podem ajudar a promover a mobilização de poupanças domésticas através da aceitação dos recursos dos pobres que de outra forma ficam isolados do sistema financeiro formal. Providenciando serviços de depósito e de empréstimo, as instituições que servem grupos e comunidades conseguem capacitar os menos privilegiados socialmente para contribuírem de forma mais eficiente para o desenvolvimento económico e para a redução da pobreza (Basu *et al.*, 2004:6).

4.5. Microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social e promotor do empowerment

Relembrando, que à luz da questão de partida, a pobreza é aqui entendida como uma situação de não acesso a recursos da qual resultam algumas privações, a exclusão social como a rejeição de alguém ou de um grupo do seu contexto social, impedindo-o do seu pleno exercício de cidadania e o microcrédito como um instrumento que permite transformar as oportunidades em realidade. Este último pode ser um instrumento de luta contra a pobreza, na medida em que, garante aos indivíduos o acesso aos recursos necessários para tornarem realidade as oportunidades que os rodeiam, o que se traduz no direito aos recursos.

Por outro lado, já que o empowerment é um processo participado de união de esforços dos excluídos para conseguirem satisfazer as suas necessidades e, seguidamente terem poder para intervir individual e coletivamente, integrando ativamente a sociedade e melhorarem as suas condições de vida, o microcrédito funcionará como um potenciador da criatividade humana.

O mesmo é dizer que este é o instrumento que impulsiona os seus beneficiários a serem empreendedores, a arriscarem num projeto seu, a conseguirem melhorar as suas condições de vida e a, conseqüentemente participarem ativamente na sociedade de que fazem parte. Neste sentido, a sua ausência conduz à exclusão social, por impossibilitar os mais pobres a seguirem estes passos e autonomizarem-se, daí que se traduza num potenciador de empowerment.

Na verdade, as opiniões quanto ao sucesso do microcrédito como um instrumento de luta contra a pobreza e a exclusão social e impulsionador do empowerment não são consensuais. De um modo geral, Robinson (2001:110) acredita no sucesso deste mecanismo financeiro. O seu estudo, com base em depoimentos dos próprios beneficiários, revela que estes conseguiram expandir e diversificar a sua atividade, investir e poupar para o futuro recorrendo aos produtos financeiros adequados às suas necessidades. Muito embora o sucesso não seja absoluto, as características intrínsecas de lutadores destes indivíduos tornaram a maioria dos fracassos temporários, havendo uma verdadeira melhoria no rendimento e no bem-estar da grande parte das famílias estudadas.

“O papel do microcrédito na redução da pobreza depende das circunstâncias locais, pois esta é, muitas vezes, o resultado de um baixo crescimento económico, a par de um elevado aumento da população e uma desigualdade extrema da distribuição dos recursos.” (Gama, 2004:56) embora, os clientes da microfinança tendam a ser similares por todo o mundo, independentemente da origem cultural, económica e ambiental (Robinson, 2001:104). “[...] As mulheres do mercado no Quênia têm a mesma linguagem de negócio que as mulheres do mercado na Bolívia. Os agricultores da Índia e do México partilham as preocupações com o financiamento do cultivo.”³⁰ (*ibidem*). Ainda assim, a existência de algumas divergências locais, faz da concessão de microcrédito um processo de formação, alfabetização, cuidados de saúde, formação a nível de cuidados alimentares, planeamento familiar e nutrição, com vista à satisfação das necessidades dos mais pobres, para que se consiga uma promoção das suas capacidades e conseqüente empowerment, garantindo uma maior participação na vida socioeconómica e política (Gama, 2004:56).

Partilhando da mesma posição de Marquerite Robinson, no que respeita ao sucesso do microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e impulsionador do empowerment, Cláudia Gama (*ibidem*) reconhece a importância das ONGs e das associações locais na luta contra a pobreza, por serem as principais provedoras de microcrédito. Porém, aponta as

³⁰ Tradução livre da autora. No original “[...] market women in Kenya talk essentially the same business language as market women in Bolivia. Farmers from India and Mexico share similar concerns about crop finance.” (Robinson, 2001:104).

seguidoras da perspetiva minimalista as instituições capazes de tornarem o tipo de microfinanciamento num instrumento de sucesso. A sua capacidade de impulsionador da luta contra a pobreza é acentuada através da concessão de créditos a qualquer pobre que necessite de um empréstimo e que o possa reembolsar, numa lógica exclusiva de ajuda ao beneficiário. Por conseguinte, este tipo de financiamento pode beneficiar a vida dos indivíduos, na medida em que reduz o nível de pobreza, independentemente da variação dos rendimentos dos seus beneficiários. A participação, o empowerment e o reforço das capacidades, conquistados com a criação do autoemprego por meio do microcrédito, reduzem a vulnerabilidade destes indivíduos, incentivando-os a lutar contra a sua condição de pobreza.

Já Servet (2009:245), é bastante claro quanto à avaliação que faz do microcrédito como instrumento de luta contra a pobreza e promotor do empowerment, por considerar que os estudos se mostram contraditórios e, por isso, não permitem concluir sobre o seu papel positivo para os mais pobres, da mesma forma que não é possível afirmar que seja, em si mesmo, promotor de emancipação e de poder social.

Para ele, a sua eficácia revela-se limitada por se tratar de créditos a curto prazo e pela rentabilidade de capital das microempresas criadas ser restrita. Na verdade, a concessão de crédito não é suficiente para que se desenvolva o microempreendedorismo, pois para tal, seria necessário destinarem-se grandes recursos ao acompanhamento profissional, técnico e comercial dos empreendedores, saírem do seu meio de vida, ser-lhes dada capacidade de se informarem melhor sobre a procura potencial e desenvolver-se a proteção social institucionalizada para que a pressão social exercida sobre as microempresas diminua.

Apesar da controvérsia subjacente nesta relação de conceitos, é possível apontar algumas condições essenciais para que o microcrédito seja um instrumento com hipóteses de sucesso neste domínio.

A formulação de programas de microcrédito promissores deve começar por envolver a construção de um quadro institucional que contemple diversos serviços de microcrédito, tal como o apoio técnico e financeiro para organizações de microcrédito e a articulação entre os serviços de microcrédito, os serviços de desenvolvimento empresarial e social, e o sistema financeiro nacional, garantindo a planificação e a regulação do mesmo (Psico, 2007:47).

Apesar de, como já mencionado, este tipo de financiamento ter ganho uma dimensão considerável nos últimos anos, um dos mais latentes problemas que persiste é o de chegar a todos os indivíduos que dele precisam, sendo condição necessária, garantir uma maior cobertura em relação ao universo de potenciais beneficiários.

Do mesmo modo, o acompanhamento dos beneficiários antes, durante e depois de todo o processo, embora acarrete custos adicionais, garante um maior número de sucessos, no que respeita aos reembolsos e ao empowerment dos indivíduos, de forma a não recaírem na pobreza e na exclusão social. Paralelamente, uma gestão baseada nos princípios e valores da Economia Social é fundamental para garantir a eficiência destas instituições, que tendem, a ter uma gestão bastante deficitária.

Verifica-se, ainda, uma constante necessidade de garantir o enfoque destas instituições no âmbito local, dado que é neste domínio que os indivíduos desenvolvem as suas atividades económicas, e estabelecer e manter ligações entre as instituições de microcrédito de âmbito local e as instituições financeiras de âmbito nacional, uma vez que a criação destes sistemas de intermediação financeira voltado para os mais pobres, só pode ser desenvolvido quando todos os componentes da infraestrutura financeira local que encontram envolvidos (*ibidem*:54).

Quando as instituições, neste caso as ONGs, trabalham em parcerias com as organizações de base local, OCBs, a probabilidade de todo o processo de microcrédito resultar na redução da pobreza e exclusão social e, conseqüente, empowerment dos seus beneficiários é muito maior do que quando o trabalho é isolado.

As OCBs, sendo de âmbito local, podendo compreender um bairro ou uma localidade, têm um conhecimento mais apurado da sua comunidade do que as próprias ONGs que tendem a ser de âmbito regional ou nacional, ultrapassando sempre o local. Assim sendo, quando as OCBs são incluídas nos programas de microcrédito das ONGs, para além de fazerem o levantamento dos possíveis beneficiários e do seu perfil, levam também a cabo o acompanhamento e apoio indissociável em todo o processo, na medida em que, são treinadas neste sentido, acabando por substituir as ONGs neste procedimento.

Ao mesmo tempo, funcionam como elemento de pressão social no bom sentido, porque se um dos seus membros se encontra na condição de beneficiários e não cumpre os pagamentos, o seu incumprimento reverterá na impossibilidade de acesso a este serviço da restante comunidade. Está inerente a responsabilidade social, uma vez que, as ações de cada elemento têm conseqüências para si e para os outros. Por outro lado, em situações de incumprimento involuntário é a própria comunidade que se organiza para dar conta e para apresentar soluções dando os contornos de cada caso à sua ONG parceira.

Aparentemente vantajoso, este é um processo mais trabalhoso que implica mais recursos e transferência de poderes e responsabilidade das ONGs para as OCBs para que seja realmente efetivo e bem feito, o que coloca entraves à sua adoção generalizada.

5. Conclusão Teórica do Capítulo II

Tal como expresso no primeiro ponto do enquadramento teórico, o conceito de pobreza tido como referência, na presente dissertação, é o defendido por Peter Townsend (1979:31). Assenta na noção de privação relativa e define-se como um fenómeno resultante da falta dos recursos que possibilitam os indivíduos de terem a dieta, as condições de vida e de participarem nas atividades vistas como indispensáveis à sua integração na sociedade de que fazem parte.

Desmontando o conceito, a falta dos recursos que permitem o usufruto das condições de vida aceites numa sociedade e a sua conseqüente integração (pobreza), surge porque um ou mais indivíduos estão em desvantagem face à sua comunidade, por não conseguirem ter à sua disposição forma de satisfazer um conjunto de necessidades básicas materiais, sociais, culturais e espirituais.

Esta privação acaba por estimular a marginalização destes indivíduos pela sua própria sociedade, impedindo-os de intervirem no domínio social, o que resulta numa perda de poder de negociação a vários níveis e um acesso cada vez mais complicado aos recursos. Previsivelmente, quanto mais profunda e duradoura for esta situação, menos poder transversal tem o pobre.

Inevitavelmente, esta é uma condição que pressupõe algum tipo de exclusão, já que se assiste a um processo de marginalização oriundo das ruturas ocorridas na relação do indivíduo com a sociedade. Definida a rejeição de alguém ou de um grupo do seu contexto social, impedindo-o do seu pleno exercício de cidadania, ou seja, do acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, como exclusão social, pela mão de Alfredo Bruto da Costa (2002), a pobreza compreenderá exclusão social. Evidencia-se, assim, uma estreita relação entre exclusão social e pobreza que lança o pressuposto de que quanto mais profunda for a privação, mais profundo será o estado de exclusão social.

Mantendo a lógica deste exercício de afinidade de conceitos, pode, então, considerar-se o pobre como alguém desprovido de poder pois, nem os seus direitos mais básicos consegue reivindicar, “encurralando-se” numa espiral descendente na sua própria condição. Assim sendo, a solução passará pela restituição de poder aos pobres, segundo a abordagem de John Friedmann (1996), através da mobilização e canalização da união de esforços, capacidades e vontades próprias, com a ajuda de plataformas de apoio do terceiro setor, para a satisfação das necessidades fundamentais destes indivíduos.

Neste sentido, o empowerment é um processo de aquisição de poder dos mais vulneráveis, resultante de uma capacidade superior de intervenção coletiva, social e, conseqüentemente, individual que lhes permite alargarem a amplitude do seu exercício de cidadania, por inverterem a espiral descendente na sua própria condição, já que passam a ter acesso aos recursos de que até então estavam privados, culminando na sua total integração na sociedade.

O microcrédito surge associado a estes três conceitos como um dos instrumentos capazes de dar vida a este processo, pela criação de atividades geradoras de emprego e rendimento. Mais concretamente, esta é a única forma que os mais desfavorecidos da sociedade têm de financiar e pôr em prática as suas ideias empreendedoras, criando pelo menos um emprego, autoemprego e rendimento, já que o seu acesso ao mercado financeiro ordinário é completamente impossível, por falta de garantias. Ao mesmo tempo que se criam condições para que estes indivíduos integrem o mercado de trabalho, está-se a integrá-los na sociedade, mas também a permitir que ganhem autoconfiança e autoestima restituindo-lhes tanto poder social, como político e psicológico.

Para além do evidente entrosamento entre os conceitos, a sua escolha está, sobretudo, ligada à realidade cabo-verdiana, ou seja, o microcrédito, por via do autoemprego, é um dos instrumentos de empowerment mais recorrentes na sociedade cabo-verdiana no combate ao problema da pobreza e da exclusão social, por se acreditar ser o apoio que mais dignifica e, por isso, mais poder restitui aos seus beneficiários.

CAPÍTULO III – MICROCRÉDITO EM CABO VERDE

6. Enquadramento Socioeconómico de Cabo Verde

6.1. Introdução

A compreensão do funcionamento da atual sociedade cabo-verdiana e da importância do microcrédito para tal requer o conhecimento da evolução histórica do país e deste tipo de financiamento desde que há registos, visando as políticas e as opções económicas que têm sido adotadas, de acordo com a realidade de Cabo Verde.

Deste modo, o primeiro tópico consiste na elaboração do panorama socioeconómico de Cabo Verde. Aqui serão abordadas as características geográficas, de superfície e climatéricas de maior relevo e os indicadores sociais, culturais, económicos, financeiros e de bem-estar da população nacional mais recentes fornecidos, pelo INE de Cabo Verde, pelo Banco de Cabo Verde e pela Organização Mundial de Saúde. Enquanto o tópico seguinte, respeita a um pequeno resumo da evolução histórica do país desde o seu descobrimento até ao presente sistema de governação.

Como o último tópico a abordar tem como objetivo a análise da pobreza e da exclusão social em Cabo Verde será exposta, na medida do possível, a situação real da pobreza deste país recorrendo, entre outros documentos, ao relatório do Banco Mundial sobre os indicadores de desenvolvimento africanos em 2011. Mas também, as estratégias nacionais de luta contra a pobreza que têm sido desenvolvidas e as mais recentes propostas que, ainda, se pretendem desenvolverem com base, sobretudo, nos Documentos de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza de 2004 e 2008.

6.2. Panorama socioeconómico de Cabo Verde

Cabo Verde é um pequeno arquipélago localizado na zona tropical do Atlântico Norte, mais precisamente, no oceano Atlântico a 455km da costa do continente africano, em frente à cidade de Dacar e, aproximadamente, a 2.890km de Lisboa. Ocupa uma área total de 4.033 km² que se divide em dez ilhas e cinco ilhéus com características naturais, sociais, culturais e económicas diferentes. Estes, por sua vez, estão separados em dois agrupamentos de acordo com o vento dominante de nordeste, Barlavento e Sotavento (cf. Figura A.1. em anexo).

Do grupo de Barlavento fazem parte as ilhas de Santo Antão, com uma superfície de 779km², São Vicente com 227km², Santa Luzia com 35km², São Nicolau com 343km², Boavista com 620km² e Sal com 216km² e, ainda, os ilhéus Branco com 3km² e Raso com 7km² que se situam entre as ilhas de Santa Luzia e São Nicolau. Quer os ilhéus, quer a ilha de Santa Luzia, devido à sua reduzida dimensão, não se encontram habitados.

Já o grupo de Sotavento abrange as ilhas de Maio com 269km², Santiago com 991km², Fogo com 476km² e Brava com 64km², bem como, os ilhéus Grande, Luís Carneiro e Sapado, também inabitados.

As ilhas, todas elas de pequena dimensão, são de origem vulcânica, tornando raras as regiões planálticas. O ponto mais elevado do arquipélago respeita ao principal cone vulcânico da ilha do Fogo, com cerca de 2.829 metros de altura, o único ainda ativo.

Localizado na zona sub-saheliana, o seu clima oceânico garante temperaturas amenas durante todo o ano, contudo, os ventos permanentes de nordeste, a fraca precipitação prevista apenas na estação quente, entre Agosto e Outubro, e os efetivos meses de seca, de Abril a Junho, associam-no a um clima árido. Estas condições acabam por resultar numa fauna e flora pobres, principalmente, nas ilhas mais baixas como Sal, Boavista e Maio.

De acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2010³¹, a população total de Cabo Verde é de 491.875 habitantes, verificando-se um notório crescimento positivo da mesma, 0,5 milhões ao ano, desde o ano de 1940 em que se registavam apenas 181.740 habitantes. A ilha com o maior número de residentes é a ilha de Santiago (cf. Figura A.2. em anexo) com 274.044, seguida de São Vicente com 76.140, Santo Antão com 43.915 e Fogo com 37.071.

O mesmo documento revela também que a cidade da Praia, na ilha de Santiago e capital administrativa do país, é a mais populacional com um total de 131.719 habitantes, constituindo, o maior centro económico do mesmo.

A pirâmide etária de Cabo Verde assemelha-se à dos países em desenvolvimento, com uma base larga e topo estreito, o que significa elevado número de jovens e de taxa de natalidade, poucos idosos e uma taxa de mortalidade elevada. Contudo, denota-se a tendência de um ligeiro aumento do número da população mais idosa, entre os 70 e os 80 anos, característica de países desenvolvidos (INECV, 2010).

³¹ Fonte: <http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/CD/PDF/resultados.pdf> (acedido em 22.02.2012 às 19:24).

Por conseguinte, o grupo etário com maior expressão, 54,4%, é de facto o dos indivíduos com menos de 25 anos. Porém, segundo o relatório mundial de saúde da OMS de 2010, a esperança média de vida à nascença em 2009 era de 71 anos, mais precisamente, 75 anos para as mulheres e 66 para os homens. Conjugando, com uma taxa de mortalidade infantil, por cada mil nados-vivos, de 12% e uma taxa de mortalidade materna, por cada mil partos, de 16%, valores bastante baixos para um país categorizado com país em desenvolvimento.

Por outro lado, o mesmo relatório revela que em 2008 a percentagem de cabo-verdianos com acesso a fontes de água potável era de 84% enquanto apenas 54% tinham saneamento básico.

No que toca ao cenário económico, o Relatório Anual de 2010 feito pelo Banco de Cabo Verde, mostra que o ano de 2010 foi favorável para a economia do país, apontando as suas expectativas para um crescimento real de 5,6%, graças à evolução positiva do consumo privado e do investimento público.

De 2009 para 2010, o PIB aumentou 1,6 pontos percentuais, sendo o PIB *per capita* em 2010 cerca de 2.098 dólares americanos³². Para este aumento da produção nacional contribuíram, sobretudo, os setores dos serviços e da construção. A melhoria do primeiro está associada, de acordo com o INE de Cabo Verde, ao aumento da procura do turismo (17%) e das exportações de serviços de transportes aéreos (33%). Por seu turno, o desempenho do setor da construção está intrinsecamente ligado à execução dos projetos públicos, no âmbito do programa plurianual de investimentos públicos (Banco de Cabo Verde, 2010).

A nível dos preços, a inflação atingiu os 2,1%, aumentando 0,9 pontos percentuais relativamente a 2009, apesar de não fugir às expectativas de evolução dos preços na Zona Euro. A evolução do índice de preços no consumidor reflete, essencialmente, a inflação importada (*ibidem*).

Analisando o emprego, a atual taxa de atividade cabo-verdiana ronda os 59,1%, sendo os concelhos do Sal (78%), Boavista (78,9%) e Praia (65,1%) que concentram as maiores taxas (INECV, 2010). A explicação pode estar associada ao facto dos dois primeiros serem os principais destinos de turismo de lazer do país, enquanto o outro por ser a capital, é o principal destino de turismo de negócios. Os setores de atividade ao qual o emprego está mais associado são os serviços (25%), os operários, artífices e trabalhadores similares (16%) e os agricultores e trabalhadores qualificados de agricultura (8%) (*ibidem*).

Já a taxa de desemprego, à semelhança da UE é bastante elevada, 10,7%, embora tenha diminuído 2,4 pontos percentuais, havendo maior concentração no meio urbano (11,8%) do

³² A unidade monetária de Cabo Verde é o escudo cabo-verdiano, 1EUR=110,265CVE.

que no rural (8,4%). Os concelhos com maiores taxas de desemprego, neste caso superiores a 10%, são os de São Vicente, Praia, Santa Cruz, Sal e Tarrafal (*ibidem*).

No geral o desemprego afeta mais as mulheres, em especial, a faixa etária dos 15-24 anos, enquanto a taxa de atividade é dominada pelos homens, com predominância da faixa etária dos 25-64 anos (*ibidem*).

No campo das condições de acesso à educação e à escolarização, segundo o Censo de 2010, a taxa de alfabetização geral é de 15,9% e nos jovens cabo-verdianos com idade igual ou superior a 15 anos é de 82,8% face aos 74,8% do Censo de 2000. Os homens continuam a apresentar uma taxa de alfabetização superior às mulheres, 88,5% face a 77,3%, ainda que estas tenham conseguido um aumento de 15% desde o Censo anterior. Cerca de 49,5% da população tem o ensino básico enquanto, 34,3% o ensino secundário geral e 4,6% licenciatura.

6.3. Bosquejo histórico

De acordo com documentos históricos, o arquipélago de Cabo Verde foi descoberto entre 1460 e 1462, na sequência das viagens de exploração e descobrimento da costa ocidental africana levadas a cabo pelos navegadores portugueses sob orientação superior do Infante D. Henrique.

Diogo Gomes e António Noli, no regresso de uma dessas viagens foram desviados da sua rota pelos fortes ventos e correntes, acabando por encontrar a primeira ilha do arquipélago a 1 de Maio de 1460, à qual apelidaram de Santiago, em homenagem ao Santo desse dia. Na mesma viagem, os mesmos navegadores descobriram ainda as ilhas de Maio, Sal, Boavista e Fogo.

O descobrimento das restantes ocorre nos dois anos posteriores, pela mão de Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando, sobrinho e herdeiro de D. Henrique.

Por esta altura, as ilhas encontravam-se desabitadas, tendo-se iniciado o povoamento pela ilha de Santiago, com diversos casais metropolitanos e indígenas da Guiné enviados por Diogo Gomes e António Noli cujo destino eram as capitánias³³ que haviam sido criadas. Este sistema de ocupação administrativa durou 130 anos, até em 1587 Duarte Lobo da Gama ter sido nomeado primeiro governador de Cabo Verde. Muitos outros lhe seguiram, ficando

³³ “[...] Circunscrição territorial concedida a um delegado do rei, por ele nomeado, mediante a entrega de um documento intitulado ‘Carta de Capitania’.” (Pereira, 2005:44).

dependente dos vários governos desta colónia, de 1650 a 1879, a Guiné, graças à sua deficiente delimitação.

O interesse imediato por este arquipélago deveu-se, acreditam vários autores, à sua posição geoestratégica. Rapidamente se transformou na base de apoio logístico à navegação, desempenhando “[...] o papel de placa giratória no quadro do abastecimento dos navios em água e viveres.” (Pereira, 2005:35) e, como não existiam praticamente recursos locais foi dada primazia às atividades de comércio e de navegação. Paralelamente, a possibilidade que os moradores da ilha de Santiago tinham de resgatar e comercializar escravos da costa ocidental, tornou-o num verdadeiro entreposto de venda de escravos. Porém, assim que a navegação mudou de rota e o comércio de escravos entrou em declínio, Cabo Verde caiu no ostracismo.

O modelo jurídico de ocupação por capitánias, onde os seus capitães/donatários podiam dar as terras em sesmarias, ficando os privilegiados na obrigação de os cultivar dentro de um prazo a par com as condições climáticas e ecológicas, revelou-se um fracasso, tal como o modelo seguinte, os morgadios (*ibidem*:52).

Ao mesmo tempo, os conflitos de cariz económico e político entre os vários estratos da sociedade eram eminentes, devido às injustiças, à corrupção e aos maus exemplos que aconteciam a coberto da lei, que resultavam em desordem administrativa, crises económicas e prepotências, que tanto marcaram o desenvolvimento deste país. Já para não falar da escravatura, que sendo Cabo Verde uma sociedade “escravocrata” (*ibidem*:56), a lei estaria sempre do lado do mais forte. Curiosamente, nas ilhas do Barlavento o processo de escravatura dá-se de forma completamente diferente das outras ilhas com melhores condições. Os poucos recursos dos colonizadores para a aquisição de mão-de-obra transformavam senhores e escravos numa só família havendo grande “miscigenação” (*ibidem*) nestas ilhas.

Mediante tal decadência económica são lançadas políticas agrárias, que acabaram por ter efeitos devastadores no ambiente, destruindo enormes manchas florestais para dar origem a explorações agrícolas, embora nunca tenham conseguido reverter a situação. A emigração torna-se, assim, o principal recurso de sobrevivência da população a partir de meados do século XIX, “[...] não apenas pela dimensão e continuidade dos fluxos mas, sobretudo pela forma específica de articulação que estabeleceu entre o arquipélago e ‘mundo do Atlântico’.” (Lessourd apud Gama, 2007:83).

A partir da Segunda Guerra Mundial, com a descolonização, deram-se várias mudanças a nível da estrutura social. Por um lado, a redução do número de europeus em Cabo Verde e o crescimento dos “brancos da terra” (Monteiro, 2004:4), ou seja, os mestiços que tinham

herdado bens e terras de pai europeu e que, por isso, o nível económico e social tinha aumentado. Por outro lado, a corrente migratória que até então se prendia à história colonial e à presença de Portugal na África Ocidental, tinha agora como destinos principais a Europa Ocidental e os EUA (Gama, 2007:83).

Em particular a emigração para os EUA, trouxe uma melhoria das condições de vida, tanto para o emigrante como para a família que permanecia em Cabo Verde, mas também alterações no que toca à cultura e aos valores, uma vez que os emigrados regressavam mais instruídos e com novos paradigmas culturais e políticos.

Porém, de uma forma geral, a emigração era dominada pelos homens, ficando a cargo das mulheres a educação e a subsistência da família. Para as mulheres que ficavam no país, a emigração traduzia-se em más condições de trabalho e de vida, por dependerem dos salários baixos e das transferências dos familiares emigrados.

A absorção de valores culturais e políticos de países mais desenvolvidos e mais ricos consolidou, finalmente, nos anos quarenta do século XX, as ideias de autonomia e de independência nacional com a geração de Amílcar Cabral. A sua motivação foi sempre a organização da luta para a libertação criando, em 1956, em Bissau, o Partido Africano da Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, o PAIGC. Desde esta altura que o percurso de Amílcar Cabral e o do partido se tornaram indissociáveis, até ao seu assassinato, a 20 de Janeiro de 1973, em Conacri às mãos dos seus próprios homens, numa conspiração cujos contornos ainda não se conhecem na totalidade (Tomás, 2007).

Apesar da incessante luta pela libertação e unificação de Cabo Verde e Guiné-Bissau, Amílcar Cabral faleceu antes de o conseguir, mas o caminho mais difícil já havia sido percorrido. O processo de libertação das colónias portuguesas iniciou-se em 1974, com o 25 de Abril, e a 30 de Junho de 1975 realizaram-se as primeiras eleições para a Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, onde apenas o PAIGC concorreu (Gama, 2007:84), por ser o único partido político cabo-verdiano. A declaração da independência data, assim, 5 de Julho do mesmo ano. A primeira constituição cabo-verdiana pretendia a tão aclamada unificação política com a Guiné-Bissau, mas um golpe nesse país em 1980 acabou com este plano. A Constituição de 1981 tornou o PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde, sucessor do PAIGC, continuando a ser o único partido político do país.

Em 1990, a aprovação da Lei Eleitoral e a Lei dos Partidos Políticos, estabeleceu um novo quadro legal que regulou as eleições de 1991, ano em que surgiu um novo partido político, o MpD – Movimento para a Democracia. Desde esta época, o governo cabo-verdiano balança entre estes dois partidos, por serem considerados os mais representativos de Cabo Verde,

ainda que existam outros. Nas últimas eleições, pelo terceiro mandato consecutivo, o PAICV foi eleito governo de Cabo Verde, estando representado pelo Primeiro-Ministro José Maria Pereira Neves³⁴.

6.4. Pobreza em Cabo Verde

6.4.1. Situação atual

Como já referido, o Relatório Anual 2010 efetuado pelo Banco de Cabo Verde defende que, tal como aconteceu a nível internacional, a economia cabo-verdiana evoluiu favoravelmente em 2010, apontando as estimativas para um crescimento real de 5,6%. Por outro lado, o Relatório de Conjuntura e Síntese da Execução Orçamental levado a cabo pelo Ministério das Finanças e Planeamento cabo-verdiano, perspetivou um crescimento entre os 6% e os 7% para o ano de 2011, tendo como os seus principais propulsores o aumento da procura interna, impulsionado pelo aumento do nível de realização de investimento público e a retoma da procura externa devido à evolução positiva das exportações.

Na verdade, a última década foi um período bastante favorável para Cabo Verde. Os progressos conseguidos associam o país a uma “história de sucesso” (Chefia do Governo, 2011:1) no seio dos países em vias de desenvolvimento. A economia cresceu a uma média superior a 6% ao ano, apesar dos impactos negativos da recessão internacional começada em 2007/2008. E, a manutenção da estabilidade macroeconómica, graças às políticas adotadas, garante que o rendimento *per capita* de hoje seja o dobro do que era há dez anos (*ibidem*).

O crescimento económico e as intervenções estratégicas conduziram a um decréscimo importante dos índices de pobreza, que caíram de 37% em 2001, para 24% em 2010, bem como do índice de pobreza que diminuiu mais de 1% ao ano. Consequentemente, mais de cinquenta e três mil pessoas foram retiradas da pobreza (*ibidem*).

No que respeita aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, Cabo Verde já atingiu metade dos oito propostos, sendo um dos poucos países africanos com tais metas alcançadas. Analisando cada um dos objetivos, o Banco Mundial³⁵ revela:

1. Reduzir a pobreza extrema e a fome: Em 2002 cerca de 21% da população cabo-verdiana vivia com menos de 1,25 dólares americanos por dia e 40,9% com menos de

³⁴ Fonte: <http://www.governo.cv/> (acedido em 26.02.2012 às 15:14).

³⁵ Através do relatório “African Development Indicators 2011”. Cf. Tabelas D.34. – D.41. em anexo.

- 2 dólares americanos. Entre 2005 e 2007, apenas 10% da população tinha um consumo inferior à dieta energética considerada mínima (cf. Tabela D.34. em anexo).
2. Assegurar a educação de base para todos: Em 2009 a taxa de escolarização primária era de 82,6%, a de completude do grau primário 86,6% e a taxa de literacia em jovens entre os quinze e os vinte e quatro anos de 98,2% (cf. Tabela D.35. em anexo).
 3. Promover a igualdade dos sexos e a autonomia das mulheres: Para o ano de 2009, o rácio de mulheres por homens que frequentavam a escola primária e secundária era de 103,4%, o rácio de mulheres jovens literadas por homens era de 101,7% e a percentagem de mulheres empregadas em setores que não o da agricultura, 38,9% (cf. Tabela D.36. em anexo).
 4. Reduzir a mortalidade das crianças de menos de 5 anos: A taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos por mil crianças, em 2009, era de 28 e a taxa de mortalidade infantil de 23 por mil nados-vivos. No mesmo ano a taxa de imunização infantil, para o sarampo, nas crianças entre os doze e os vinte e três meses era de 96% (cf. Tabela D.37. em anexo).
 5. Melhorar a saúde materna: Entre 2000 e 2009, o rácio de mortalidade materna por cem mil nados-vivos foi de 16, enquanto em 2005, 77,5% dos partos foram feitos por pessoal de saúde qualificado (cf. Tabela D.38. em anexo).
 6. Combater o VIH/SIDA, o paludismo e outras doenças: Em relação ao combate do VIH/SIDA, no ano de 2005, 61,3% das mulheres casadas, entre os quinze e os quarenta e nove anos, usavam métodos contraceptivos, sendo a taxa de prevalência da doença de 0,8%. No que respeita à tuberculose, em 2008, 74% dos tratamentos obtiveram sucesso e, em 2009 a incidência da doença por cem mil pessoas foi de 148 (cf. Tabela D.39. em anexo).
 7. Assegurar um ambiente durável: A área florestal, em 2010, ocupava cerca de 21,1% da área total e em 2009, 2,5% da área total era área protegida. Em 2007, as emissões de dióxidos de carbono rondavam as 0,6 toneladas métricas. E, em 2008, 84% da população tinha acesso a fontes de água canalizada e 54% a saneamento básico (cf. Tabela D.40. em anexo).
 8. Implementar uma parceria mundial para o desenvolvimento: O serviço de dívida pública e publicamente garantida (percentagem das exportações excluindo as remessas dos trabalhadores) em 2009 era de 5,1%. E, no mesmo ano, no que respeita à comunicação 91,8% dos cabo-verdianos tinham telefone fixo ou telemóvel subscritos,

14% detinha um computador pessoal e 29,7% usava Internet (cf. Tabela D.41. em anexo).

Apesar dos objetivos já cumpridos, das estratégias implementadas para cumprir os restantes, da poupança doméstica em 2009 ser já 12% do PIB e a nacional 31,3% do PIB (Banco Mundial, 2011:19-20), valores em franco crescimento positivo, a situação de pobreza permanece significativa³⁶ e decorre, segundo o Ministério das Finanças e Planeamento, essencialmente da fragilidade do tecido produtivo e da sua fraca capacidade de gerar emprego, rendimentos e bem-estar às populações.

O mesmo ministério aquando da elaboração do Documento de Estratégia de Crescimento e da Redução da Pobreza em 2004, faz uma caracterização abrangente da pobreza em Cabo Verde, em termos de género, idade, agregado familiar, distribuição geográfica, entre outras, que merece algum destaque.

Em termos de género, quando o chefe de família é homem a incidência é inferior aos casos em que o chefe é mulher, 53% dos agregados dirigidos por mulheres são pobres, embora não existam grandes diferenças de género quanto à profundidade e à gravidade da pobreza. Todavia, as mulheres constituem um grupo de risco mais vulnerável por terem taxas de desemprego sempre, significativamente, superiores à dos homens.

De uma forma geral, a população pobre é muito jovem, cerca de 49% dos pobres têm menos de 15 anos, tal como 51% dos muito pobres. Uma possível explicação encontra-se no facto de as famílias muito pobres ainda terem um número de filhos superior à média, o que faz baixar o rendimento *per capita* dos membros do agregado familiar. Desta forma, a pobreza cresce com a dimensão da família, quase metade dos agregados com mais de seis filhos são pobres.

O grau de instrução do chefe do agregado familiar revela-se, também, bastante importante para definir a probabilidade do agregado ser pobre e para a explicação da desigualdade entre os agregados. Os maiores níveis de incidência, profundidade e gravidade da pobreza encontram-se, mormente, nos agregados cujos chefes de família não possuem qualificação. O nível de analfabetismo ainda existente, apesar da evolução positiva que tem sido registada até ao momento, constitui um forte constrangimento à libertação da pobreza.

No que toca à distribuição regional da pobreza por ilhas, esta é muito acentuada. A Ilha de Santo Antão, além de apresentar a maior incidência de pobreza, apresenta o índice de profundidade de pobreza mais elevado e tem o maior número de agregados com níveis de despesas extremamente baixos, seguindo-se as ilhas do Fogo e Santiago. Em termos de

³⁶ Em 2007, 2,7% dos pobres estavam na linha de pobreza nacional (BM, 2011).

números, a ilha de Santiago concentra 55% dos pobres de todo o país, seguida de Santo Antão com 16% e São Vicente e Fogo com 10% cada, explicando estas quatro ilhas, no total, 92% da pobreza em termos absolutos.

Na dicotomia, rural urbano, a pobreza é um fenómeno eminentemente rural, uma vez que metade da população deste meio é pobre. Os chefes de família residentes nas zonas rurais precisam de um valor três vezes superior ao dos chefes de agregados residentes em zonas urbanas para deixarem de ser pobres. Contudo, a crescente urbanização do país começa a dar azo a uma viragem deste fenómeno, assistindo-se a um crescente aumento da pobreza nas zonas urbanas.

Naturalmente, o desemprego afeta mais os pobres do que aqueles que não o são. Enquanto 20% da população pobre está no desemprego há mais de doze meses, apenas 10% da população não pobre está nesta situação. Assim, a taxa de desemprego da população pobre³⁷ é de 33%, o dobro da taxa de desemprego dos não pobres, 16%. Por outro lado, é entre os trabalhadores da agricultura e das pescas que existe maior propensão para se ser pobre. Estes setores são os que mais contribuem para o número de pobres entre a população habitualmente empregada, ou seja, um terço dos pobres trabalham nestes setores, seguidos do comércio e construção. Dos indivíduos pobres que habitualmente trabalham por conta própria, 24% estão no setor do comércio, cujo rendimento se caracteriza pela precariedade e irregularidade.

Considerando a situação na profissão, os trabalhadores que mais facilmente podem incorrer na condição de pobres são os trabalhadores familiares sem remuneração por se concentrem na agricultura e pescas. Por oposição os executivos, quadros superiores e especialistas, são os que têm menor propensão para serem pobres, o que confirma a condição de que quanto maior for a qualificação na ocupação maior é o nível de rendimento e menor a propensão para ser pobre. Ainda assim, 84% dos empregadores pobres encontram-se no setor agrícola e pescas, pelo que o facto de se trabalhar nesse setor determina fortemente a probabilidade de se ser pobre.

6.4.2. Estratégias nacionais de luta contra a pobreza

No âmbito da estratégia de crescimento e de redução da pobreza, em Setembro de 2004, o Ministério das Finanças e do Planeamento cria o primeiro Documento de Estratégia de

³⁷ Definida pela relação entre o número de desempregados da população pobre e o número de ativos pobres.

Crescimento e da Redução da Pobreza³⁸ (DECRP I) que o governo de Cabo Verde se propôs implementar no horizonte de 2004 a 2007.

Neste documento, a estratégia de combate à pobreza está no cerne das políticas públicas que têm este propósito, o que se conseguiu através da criação de condições favoráveis e dinamizadoras do crescimento económico, onde o setor privado desempenhou um papel fulcral. Neste sentido, a sua abrangência alastrou-se ao nível global, com a governação e as políticas macroeconómicas, ao nível setorial, de forma programática focando os setores sociais com um maior impacto sobre a pobreza, e ao nível regional e local, valorizando a participação e a maior eficácia das políticas descentralizadoras no combate à pobreza.

A arquitetura da primeira ECRP centrou-se num conjunto de políticas nucleares: política de crescimento e de estabilidade macroeconómica, política de descentralização, política de emprego, com integração progressiva das FAIMO³⁹, política de desenvolvimento do setor agrícola, política de maximização dos efeitos induzidos pelos setores produtivos com maior efeito multiplicador sobre o emprego, política de redistribuição e de proteção social e política ambiental.

Daqui, originaram cinco eixos estratégicos de natureza programática:

1. Promover a boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade.
2. Promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos.
3. Desenvolver e valorizar o capital humano.
4. Melhorar e desenvolver as infraestruturas básicas, promover o ordenamento do território e salvaguardar o ambiente.
5. Melhorar o sistema de proteção social, reforçar a sua eficácia e garantir a sua sustentabilidade.

Segundo a Ministra das Finanças e Administração Pública⁴⁰, Cristina Duarte, o balanço da execução do DECRP I quando terminou, em 2007, foi positivo. Alcançou-se estabilidade macroeconómica, melhorias de gestão nas finanças públicas e nos setores da educação e da saúde. Conquistaram-se progressos na monitorização da pobreza e da progressiva inclusão social, na redução da pobreza e do desemprego. O IDE e as receitas do turismo tiveram um rápido crescimento e a planificação orçamental e a eficiência nas despesas públicas foram aperfeiçoadas. Porém algumas fraquezas não foram superadas e a par da transição de Cabo

³⁸ Cf. Ministério das Finanças e do Planeamento (2004).

³⁹ Frente de alta intensidade de mão-de-obra.

⁴⁰ Cf. Ministério das Finanças e Administração Pública (2008).

Verde para um país de rendimento médio, o acesso à Organização Mundial do Comércio e a parceria estratégica com a UE, trouxeram novos desafios ao país, daí que tenha sido implementado o DECRP II.

Este previa um “desenvolvimento humano durável com base num sistema produtivo forte e dinâmico, na valorização do seu capital humano, na capacitação tecnológica e na sua cultura, no contexto de desenvolvimento regional equilibrado, de solidariedade, justiça social, democracia e consciência ambiental.” (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008:23), num horizonte temporal de médio prazo, entre 2008 e 2011.

Aquando da sua formulação, propunha-se transformar o Estado com base na modernização da administração pública e no reforço da administração municipal, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos através da criação de mais espaços de participação, a formar uma economia moderna e competitiva onde o desemprego seja inferior a 10% e o crescimento alcance os dois dígitos e uma sociedade de conhecimento para a inovação, qualificação, emprego e novas tecnologias de informação que conduzam à qualificação do capital humano. Reforçar a capacidade de gestão do desenvolvimento nacional através da capacitação das instituições nas suas funções de seguimento e avaliação e a solidariedade social com vista a redução da pobreza.

Contudo, tal como na ECRP de 2004, a concretização destes objetivos só seriam possíveis com a implementação dos cinco eixos estratégicos. A Boa Governança/Reforma do Estado com base na transparência da gestão pública, a valorização e investimento no Capital Humano. Competitividade assegurada pela estabilidade macroeconómica necessária ao desenvolvimento do país, Infraestruturação económica e social promotora do desenvolvimento regional e da coesão territorial. E, ainda garantia da Coesão Social pela melhoria das condições laborais, do sistema de proteção social, da dinamização do emprego e da segurança alimentar (Ministério das Finanças/Direção Nacional do Planeamento, 2010:3).

Este último eixo, o da coesão social, tem em conta a necessidade de reforçar os meios de fortalecimento do capital social, daí que apresente um sistema de segurança e ação social que seja coerente e universal e uma proteção social adaptada às novas realidades económicas e sociais. Sendo o seu móbil a diminuição dos níveis de pobreza ou exclusão e a edificação de uma sociedade humanista e solidária, onde não haja exclusão do crédito institucional e o emprego seja uma das condições chave para a integração social e melhoria da qualidade de vida, as instituições de microfinança desempenham um papel importantíssimo na sociedade. É através delas, por operarem no terreno sempre numa lógica de proximidade e de empowerment, que os mais pobres contornam a sua dificuldade de acesso ao crédito formal,

contraindo microcréditos cedidos por ONGs e investindo no seu autoemprego. Iniciam, assim, um processo de autonomia a diferentes níveis, ganham poder interventivo a nível individual e coletivo, tornam-se participante ativos da sociedade e, conseqüentemente, acabam por melhorar as suas condições de vida.

Coloca ainda a dimensão género no centro das políticas públicas com o intuito de alcançar a igualdade entre mulheres e homens enquanto eixo da modernidade e do desenvolvimento, e dá importância às tecnologias da informação e da comunicação para assegurar a inclusão digital contra o risco da infoexclusão.

Isolando a pobreza, a sua redução assenta, sobretudo, na implementação e no aprofundamento de estratégias de transformação económica, articuladas com as políticas macroeconómicas e sociais que visam o aumento da produtividade, a criação de riqueza e uma repartição mais justa dos recursos a todos.

Neste sentido, a ECRP II privilegia a atração de investimentos estrangeiros para o financiamento de grandes investimentos, uma vez que permitirão um aumento da competitividade do país e das exportações gerando mais emprego. Conseqüentemente, a taxa de desemprego e da pobreza diminuirá e os níveis de bem-estar aumentarão.

Da mesma forma, é dado incentivo às iniciativas no domínio da Economia Informal e da Economia Solidária, que visem a promoção do mutualismo, por garantirem a auto-organização das comunidades em prol da assistência médica, medicamentosa e funerária, assistência nos estudos e formação profissional, assistência na perda de emprego ou rendimentos familiar. Mas também, por garantirem o desenvolvimento de atividades geradoras de rendimentos, autoemprego, para as camadas mais desfavorecidas das comunidades piscatórias e das mulheres chefe de família graças ao acesso a microfinanciamentos, criando e promovendo formas alternativas de proteção e coresponsabilização social. Neste sentido serão adotadas medidas de regulamentação para o setor das microfinanças, de atribuição de crédito e de criação de oportunidades de formação para o aperfeiçoamento da capacidade técnica e profissional nesses domínios.

Os esforços de modernização da agricultura que têm sido feitos, nomeadamente, as barragens, os diques para a mobilização de água e a adoção de técnicas de cultivo modernas, incluindo a rega gota-a-gota, relevam-se bastante importantes. A produção agrícola está em ascensão, os preços dos géneros alimentícios produzidos localmente estão, em alguns casos, a baixar e o aumento do apoio aos agricultores e às associações tem contribuindo para o novo dinamismo no setor agrícola. Paralelamente, as reformas e os programas aplicados aos setores da microfinança, conduziram ao aumento no acesso ao crédito (Chefia do Governo, 2011).

Apesar de todos os projetos e propostas traçadas, o mais importante no combate à pobreza é a efetiva participação de todos os atores que intervêm no processo, na medida em que só assim haverá uma otimização de recursos e de sinergias, com impacto nos resultados pretendidos, ou seja, na mudança das condições de vida dos grupos mais atingidos pela pobreza e seu envolvimento no processo de desenvolvimento do país.

7. Microcrédito em Cabo Verde

7.1. Introdução

O microcrédito em Cabo Verde tem vindo a ganhar contornos importantes redundando num sistema financeiro descentralizado e de carácter mutualista. Na última década esta forma de financiamento ganhou uma dinâmica notável, contribuindo significativamente para a inclusão económica e social das camadas mais desfavorecidas que, como já referido, apresentam uma dimensão considerável no país, concedendo créditos aos que dele necessitam para poderem desenvolver o seu próprio negócio e que não têm como ingressar no mercado financeiro ordinário. Assim, o seu propósito está em estimular estes indivíduos a fazerem pequenas poupanças sistemáticas para constituírem fundos rotativos que permitam a concessão de créditos mútuos direcionados para a promoção de atividades geradoras de rendimentos e da melhoria do seu bem-estar (Gama, 2004:102).

A origem da maioria destas atividades está estreitamente ligada às práticas tradicionais de solidariedade social de *entrajuda*, presentes em Cabo Verde desde que a sua história se começou a desenhar, dada a sua forte componente de solidariedade e ajuda mútua. Por conseguinte, é importante que esta análise ao microcrédito em Cabo Verde comece por enquadrar a sua origem que, neste caso, remete para outras formas de microfinanciamentos informais, iniciadas espontaneamente pelos interessados, com regras e procedimentos muito próprios e que ainda hoje, alguns deles, fazem parte da vida dos cabo-verdianos como o *djunta mon*, a *abota*, os créditos não monetários, as associações funerárias, as *tabancas* e as *totocaixas*.

A terminar este estudo, partir-se-á para a caracterização do contexto presente do microcrédito neste país dando conta dos principais intervenientes neste processo no que respeita às instituições bancárias, aos organismos públicos e não-governamentais como as ONGs, bem como as associações locais e estrangeiras, uma vez que, cada uma delas se rege pelas suas próprias normas.

7.2. Antecedentes históricos do microcrédito em Cabo Verde

Como já vem sido mencionado, na maior parte das vezes, o microcrédito resulta de práticas tradicionais de solidariedade social que, nem sempre, têm que ver com a lógica do microcrédito, estando até mais próximas de outros mecanismos do microfinanciamento.

Cabo Verde distingue-se por ser um país onde o espírito de solidariedade e de ajuda mútua sempre existiu para resolver os problemas dos seus habitantes, quer em trabalhos agrícolas, casamentos, batizados ou mortes, sobretudo, nas zonas do interior, onde sempre existiram mecanismos informais de solidariedade que tanto contribuíram para a sobrevivência económica, social e cultural destas comunidades (MTS *apud* Gama, 2004:103). Desta forma, o associativismo e o mutualismo, com raízes nas formas tradicionais de solidariedade social, estão presentes neste país desde que este começou a ser povoado.

São exemplos as práticas de *djunta mon*, na ilha de Santiago e nos territórios rurais, por se traduzir na ajuda mútua durante a época dos trabalhos agrícolas. A *abota* que consistia em marcar presença e ajudar em casamentos, batizados, festas tradicionais e morte. A festa popular da *tabanca* organizada pelos pobres e pela igreja através da ação católica desde a época colonial. E, com caráter mais formal as associações funerárias denominadas *botu* e *mitim*, de poupança e crédito rurais *totocaixa* (Pina, 2007:3) e os empréstimos cedidos, nos anos setenta, pelos proprietários a quem tivesse emigrado (ACEP, 2000:66).

Na época colonial as associações de pessoas não eram bem vistas, sendo muitas vezes encobertas pela igreja. Com a independência nacional, estas atividades ganharam maior relevo e começaram a ser fundadas organizações de massas de caráter partidário. Paralelamente, apoiadas pelo Estado, surgiram mais de uma centena de cooperativas de consumo e de produção por quase todas as ilhas, com o objetivo de incentivar as comunidades a organizarem-se e a participarem no processo de desenvolvimento do país (*ibidem*).

A partir de 1990, já com a instalação do regime democrático, o movimento associativo é reforçado e torna-se independente do Estado, assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana. Estas organizações integraram o quadro da nova filosofia de gestão das FAIMO e constituem hoje parceiros úteis para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário, poupança e crédito, atividades geradoras de rendimento com incidências positivas na luta contra a pobreza, promoção da mulher na sociedade, planeamento familiar, apoio aos deficientes, ambiente, informação, educação, comunicação e na defesa dos direitos humanos (*ibidem*:4).

A estratégia social *djunta mon* é o sistema de entreajuda cabo-verdiano mais antigo e de maior dimensão no interior da ilha de Santiago, por garantir a maior quantidade de força de trabalho necessária à realização mais eficiente possível das atividades agrícolas no curto período das chuvas. Na verdade, este sistema permite que nos locais mais isolados, através da conjugação de esforços de vizinhos e amigos, se executem tarefas que de outra forma seriam impossíveis (Évora, 2009:4).

Este trabalho cooperativo é canalizado para o cultivo dos terrenos de sequeiro que dependem do período das chuvas ao contrário dos trabalhos nos terrenos de regadio que acontecem durante todo o ano. É um sistema de contraprestação de serviços, na medida em que, um trabalhador convida outro para trabalhar para si nas suas terras e, em troca, retribui trabalhando também nas terras deste. Esta transação exige uma reciprocidade absoluta dos fluxos de trabalho, pois o responsável pela terra deve garantir a alimentação de todos os que trabalham para ele, sendo este um dos motivos pelos quais este sistema, criado pelos camponeses sem recursos, paradoxalmente, se torna de grande custo para os mais pobres (*ibidem*:5).

As exigências desta permuta dificultam a participação dos mais idosos pela impossibilidade de assegurarem a troca da força de trabalho, pelo que, estes recorrem com mais frequência aos mecanismos de ajuda mútua que envolvem os familiares mais próximos (*ibidem*).

Em jeito de conclusão, o *djunta mon* é um momento de encontro, de trocas sociais, de reafirmação dos laços de solidariedade, de amizade e de contrato social que ultrapassam o núcleo familiar e da comunidade. A sua importância social e económica verifica-se pela extensão desta forma de trabalho a outros setores produtivos e sociais como o da construção civil em que, quem está a construir, no momento de "cobrir" (*ibidem*:6) a sua casa reúne os amigos para a empreitada e garante a alimentação e as bebidas para o fim da tarefa.

Por outro lado, a *abota* baseia-se num sistema de quotização ocasional em produtos para um fundo a ser usado nas alturas de festejos como casamentos, batizados, mortes e festas tradicionais. Este é um tipo de sistema de criação de fundos futuros em géneros por meio de mecanismos de financiamento em géneros ou de micropoupança em géneros (Gama, 2004:104).

Seguindo também a lógica de géneros, os créditos não monetários semelhantes a um microcrédito mas de produtos como sementes, cereais, animais, constituíam uma prática de entrajuda comum em Cabo Verde.

As associações funerárias permitiam aos pobres, através do pagamento de quotas durante a vida, criarem um fundo, neste caso monetário, que lhes asseguraria um enterro digno de acordo com os requisitos culturais. O seu propósito era a solidariedade para com os seus membros em caso de morte, uma vez que, financiavam as despesas de funerais, concediam ajudas, sobretudo em géneros, para cerimónias como casamentos, batizados e festas tradicionais e seguindo uma lógica de micropoupança desenvolviam, ainda, o hábito de poupança e de solidariedade (*ibidem*).

Já a *tabanca* pode ser definida como associação de mútuo socorro com atividades culturais e festivas em determinados períodos do ano. Por outras palavras, assume a forma de micropoupanças coletivas, recolhidas junto dos mais pobres, a serem usadas numa festa tradicional religiosa coletiva associada a manifestações de rua, que realçam a mestiçagem da cultura criada pelo homem cabo-verdiano durante os cinco séculos de permanência no arquipélago e que exige elevados recursos materiais e financeiros. Os seus filiados, oriundos de diversos lugares, têm como único requisito o cumprimento das regras que gravitam em torno do santo da respetiva *tabanca*. Pagando as quotas, podem participar nas festas do padroeiro, têm direito à missa de sufrágio e ao socorro dos outros membros em caso de necessidade. Este tem-se centrado nos casos de mortes em que os associados custeiam o enterro, as missas, as rezas, as vésperas e afins⁴¹.

Por fim, a *totocaixa* consiste numa micropoupança do tipo do microcrédito, o que leva alguns entendidos no assunto, como o presidente do CITI-Habitat Elísio Rodrigues, a defender que este é o primórdio do microcrédito. É constituída por indivíduos que se reúnem livremente em grupos, geralmente no local de trabalho, e cada elemento contribuiu com um montante de igual valor. Numa determinada data, estabelecida por sorteio, cada membro pode receber a quantia equivalente ao valor até então poupado (Pina, 2007:15).

7.3. Microcrédito no contexto atual

Num contexto mais atual e formal, a partir dos anos oitenta, o microcrédito em Cabo Verde emerge no quadro dos esforços nacionais de luta contra a pobreza e exclusão social, como forma de apoiar e incentivar as atividades geradoras de rendimento e de autoemprego, dando aos pobres os instrumentos para lutarem contra a sua própria condição.

Por esta altura, no quadro dos projetos governamentais, o principal intermediário era o Banco Comercial do Atlântico, por ser o único banco central e comercial de Cabo Verde mas, o resultado não foi satisfatório dado o desinteresse desta instituição financeira por este tipo de crédito que, requer uma gestão totalmente diferente dos restantes.

Dado o vazio de projetos de crédito para promover atividades geradoras de rendimentos que se instalou, surgiu espaço para a intervenção das ONGs que passaram a incluir a vertente de microcrédito nos seus próprios projetos de luta contra a pobreza com o apoio de verbas dos

⁴¹ Fonte: <https://portoncv.gov.cv> (acedido em 08.03.2012 às 19:54).

parceiros de cooperação para tal. Desde esta altura que o balanço desta experiência tem sido bom, muito graças às boas práticas levadas a cabo por estas organizações.

De um modo geral, os beneficiários têm sido sempre pobres, sobretudo mulheres, de famílias destruídas, oriundos de bairros com fracas condições de habitabilidade e com baixa escolaridade embora, no contexto atual de crise, já comecem a surgir procura por jovens recém-formados ou com o 12.º ano que não conseguem ingressar no mercado de trabalho. Contudo há que notar que o pobre de hoje não é o mesmo de ontem, conforme o país vai evoluindo também as necessidades básicas vão evoluindo, acabando o pobre de hoje por ser o remediado de ontem, e o pobre de amanhã por ser o remediado de hoje.

Fala-se predominantemente de mulheres porque na verdade ainda hoje estas se revelam melhores clientes. Para além de promoverem uma maior taxa de reembolso e terem sucesso nos seus negócios, toda a família beneficia ao contrário do que tende a acontecer quando os beneficiários são homens.

Já dos setores de atividades onde mais são aplicados os créditos pedidos, destacam-se os serviços, sobretudo, o comércio informal, ainda que estejam a ser feitos esforços para uma maior diversificação das atividades beneficiadas, com especial destaque para a agricultura.

Até há algum tempo atrás as ONGs tinham vários parceiros nacionais e internacionais que as ajudavam com fundos monetários exclusivos para os seus programas de microcréditos mas, estas ajudas foram acabando e, presentemente, estas organizações funcionam, maioritariamente, com as carteiras de capitais próprios que criaram com estes fundos e atuam sozinhas.

Estas ajudas monetárias transformaram-se em estudos económicos o que, por um lado, permitiu a evolução do setor das microfinanças que, recorre a instrumentos de gestão bastante modernos e já se encontra enquadrado juridicamente. Porém, por outro lado, a maioria das ONGs que oferecem este serviço aproximam-se cada vez mais da lógica de mercado, descurando a componente social inerente à prática do microcrédito.

Como a lógica da sustentabilidade e da taxa de reembolso se sobrepõe a passos largos à verdadeira razão da existência destes créditos, o empowerment dos seus beneficiários e o processo de acompanhamento, que devia ser uma ajuda para o sucesso dos negócios abertos ou reforçados está, em muitos casos, a transformar-se em “policiamento”. Juntando o aumento desconcertado das taxas de juro aplicadas e o alargamento a outros serviços de microfinanças, as ONGs tendem a transformar-se em bancos ou instituições de microfinanças puramente comerciais.

Apesar de este se descrever como o quadro geral, nem todas as ONGs seguem este padrão e mantêm-se fiéis à sua ideologia inicial, e aos princípios e valores da Economia Social. O secretário executivo da Plataforma das ONGs de Cabo Verde, Mário Moniz, associa a esta transformação a falta de estrutura destas organizações para conseguirem manter alguma sustentabilidade, que é o desejável aliado aos princípios e valores da Economia Social, na medida em que, no geral, apresentam um *deficit* de qualificações apropriadas dos recursos humanos.

Geralmente o processo de concessão de microcrédito divide-se em três etapas. A primeira, consiste num estudo de viabilidade da atividade que o potencial beneficiário quer abrir ou reforçar, pelos técnicos da ONG. Numa situação de abertura inicial, caso a atividade se revele inviável, os técnicos tentam identificar outra atividade que seja viável no mercado em questão e que seja coerente com as aptidões e gostos do potencial beneficiário. Concluído este processo é preenchida a ficha que assemelhará ao projeto da atividade.

Na segunda etapa, é preparada esta ficha e tomada a decisão pelos responsáveis de seguir ou não em frente com o projeto, ou seja, de dar ou não o crédito. Por fim, atribuído o crédito inicia-se, na terceira etapa, o acompanhamento periódico definido por cada organização, com o intuito de ajudar o beneficiário a gerir o seu negócio, a perceber a evolução do mesmo, cobrando o pagamento e, nos casos de maior dificuldade, ajustando os mesmos ou até a conceder um reforço quando o negócio precisa de um estímulo mais intenso. Só com este acompanhamento de proximidade é que, nos casos de maiores dificuldades, se conseguem fazer os ajustamentos e reforços da forma mais correta pois, atuando de outro modo, dificilmente se percebem as verdadeiras necessidades de cada caso.

Concluído o reembolso, normalmente, as organizações continuam a acompanhar os seus beneficiários. Para além das relações de amizade que surgem entre técnicos e beneficiários, fruto do intenso apoio dado, muitos deles voltam a usufruir dos seus serviços contraindo novos créditos. Embora, como já mencionado, esta componente social tenha vindo a sofrer depreciações, ainda se pode tomar como uma referência presente no processo que é o microcrédito.

Resumidamente, o microcrédito em Cabo Verde caracteriza-se por:

- ☞ Ser praticado por instituições financeiras formais, organizações da sociedade civil e por associações comunitárias de base e parceiros de cooperação externa em parceria com ONGs;
- ☞ A maioria das instituições financeiras formais não revelam vocação nem interesse na prática deste tipo de financiamento, devido aos avultados custos associados;

- ☞ Ter custos elevados por exigir uma gestão totalmente diferente dos outros serviços financeiros;
- ☞ Aumentarem os problemas de reembolso quando o acompanhamento e a assistência são deficitários;
- ☞ Existirem três instituições financeiras que incluem na sua atividade o microcrédito, das quais duas foram criadas para este fim;
- ☞ Não existir uma homogeneidade nas taxas de juro praticadas, podendo em alguns casos não existir e, noutros superar as praticadas pelas organizações financeiras formais;
- ☞ As ONGs terem um papel de destaque na promoção deste tipo de crédito e uma melhor *performance*;
- ☞ As ONGs que integram nas suas atividades os valores e princípios da Economia Social revelarem tendência para uma maior assistência técnica, profissionalização e preocupação com o empowerment dos seus beneficiários e uma maior preocupação com a sustentabilidade e, conseqüente carência de formação, acompanhamento e assistência técnica daquelas que procuram aproximar-se mais da lógica de mercado e das instituições de microfinanças comerciais.

7.3.1. Instituições financeiras formais

Aquando da independência, a 5 de Junho de 1975, o sistema bancário cabo-verdiano era constituído por apenas três instituições financeiras, o Banco Nacional Ultramarino de origem portuguesa com filiais neste país e centrado em atividades comerciais, a Caixa de Crédito de Cabo Verde que concedia, sobretudo, créditos ao setor agrícola e piscatório, a Caixa Económica Postal integrada nos serviços dos correios e das telecomunicações (Chirino *et al.*, 2010:4) e uma delegação do Banco de Fomento.

Progressivamente, algumas destas instituições foram extintas. A 30 de Junho de 1976 cessaram atividades o Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Fomento, com origem em Portugal, transformando o Banco de Cabo Verde, criado em Setembro de 1975, a principal instituição bancária do país com a natureza de banco central e comercial, de capitais exclusivamente públicos. Em 1984 foi extinta a Caixa de Crédito de Cabo Verde e no ano seguinte a Caixa Económica Postal foi transformada em empresa pública com a denominação de Caixa Económica de Cabo Verde.

Nos dias que correm, o sistema bancário é bastante mais diversificado, comportando para além do Banco Central de Cabo Verde, outras oito instituições bancárias privadas, o Banco Africano de Investimentos, o Banco Comercial do Atlântico, o Banco Cabo-Verdiano de Negócios, o Banco Interatlântico, o Banco Espírito Santo Cabo Verde, a Caixa Económica de Cabo Verde, o Ecobank – Cabo Verde e o Novo Banco de Cabo Verde. Para além destas instituições de crédito, o sistema bancário cabo-verdiano é ainda constituído por instituições parabancárias, que apesar de não serem instituições de crédito exercem alguma função de crédito ou outra atividade que afeta o funcionamento dos mercados monetários, financeiro ou cambial e, ainda, as instituições financeiras internacionais (Banco de Cabo Verde, 2011:60).

Ainda que o Relatório Anual de 2010 do Banco de Cabo Verde revele uma evolução positiva do sistema bancário, este é ainda considerado jovem, com poucos participantes, com instrumentos financeiros pouco diversificados e por uma tendência para as instituições estarem ao mesmo tempo com excesso ou falta de fundos. Aliando estas à sua característica comercial, a maioria destas instituições financeiras operam, preferencialmente, com particulares de médio e alto rendimento e com empresas com alguma dimensão, uma vez que apresentam mais garantias que a restante população.

Presentemente, apenas três destas instituições financeiras formais abrangeram no seu domínio de intervenção o microcrédito. O Ecobank, cuja origem foi a lacuna existente no oeste africano até 1985, onde não existiam bancos comerciais que fossem propriedade e geridos pelo setor privado africano. É, hoje, o principal grupo bancário pan-africano em África, com uma presença em mais países africanos que qualquer outro banco. Um dos propósitos deste banco é garantir o acesso bancário a todos, inclusive aos mais pobres e às instituições de microfinanças, pelo que é já líder mundial de microfinanças.

O Novo Banco de Cabo Verde nasceu em parceria com o Governo de Cabo Verde e o Banco Português de Gestão, sendo o primeiro banco social do país. Como tal, foi considerado, aquando da sua inauguração em 2010 pelo Primeiro-Ministro José Maria Neves, como um importante instrumento no combate à pobreza por ter como vocação o financiamento dos segmentos da população mais desfavorecidos, micro e pequenas empresas e ONGs, na tentativa de se estabelecerem parcerias com associações de microcrédito e desenvolvimento comunitário.

Na prática é um serviço complementar aos outros bancos porque responde às necessidades daqueles que, por exigência do mercado, não conseguem aceder ao crédito nestas instituições, mas também às ONGs e instituições de microfinanças que revelam incapacidade de satisfazer toda a sua procura, combatendo deste modo a exclusão financeira. Para além deste apoio aos

negócios de pequena e média dimensão visa, ainda, o acesso ao crédito para habitação social e o financiamento de estudos dos que dispõem de menos recursos⁴².

E, ainda, a Caixa Económica de Cabo Verde que vem desempenhando um papel importante neste domínio, com a gestão de várias linhas especiais de crédito destinadas a beneficiar camadas populacionais de baixo rendimento que não têm acesso ao crédito bancário clássico, como a linha de microcrédito do programa de formação e empréstimos a microempresas, a linha de crédito do programa especial de segurança alimentar que financia atividades de agricultura e pecuária nas ilhas de Santo Antão, Santiago, São Nicolau e Fogo e o fundo de crédito *Millennium Challenge Account* destinado às instituições de microfinanças para financiarem atividades agrícolas.

Segundo o estudo levado a cabo pela ACEP (2000) na história do sistema financeiro cabo-verdiano apenas três instituições ofereciam este tipo de crédito. A extinta Caixa de Crédito Rural criada, em 1955, com a intenção de financiar as microempresas rurais do setor agrícola, piscatório e artesanal do concelho de Santa Catarina na ilha de Santiago. A falta de recursos e de acompanhamento técnico culminou na extinção deste projeto. Entre 1992 e 1995 o Banco Comercial do Atlântico teve uma experiência de microcrédito, onde os créditos ascendiam aos 500 mil escudos cabo-verdianos e os principais beneficiários eram os pescadores e os jovens à procura do primeiro emprego, nas áreas da pesca artesanal e avicultura. Padecendo dos mesmos problemas que o anterior, este projeto acabou por desaparecer. Mais recentemente, a Caixa Económica de Cabo Verde sobre a alçada da cobertura nacional e a da sua ligação aos correios, aderiu ao programa de microcrédito da ACDI/VOCA durante três anos, entre 2001 e 2004.

7.3.2. Organismos públicos

Durante alguns anos existiram em Cabo Verde um número considerável de organismos públicos que se dedicavam à prática do microcrédito em paralelo com as organizações da sociedade civil. Algumas estavam mais próximas dos pobres e muito pobres, outras de grupos específicos e outras de indivíduos que nem são considerados pobres nem muito pobres mas, todas elas com o mesmo propósito, a autopromoção das camadas mais desfavorecidas.

Em 1996 foi criado no IEFP o Departamento de Microempresas com o intuito de fomentar as micro e pequenas empresas, promover as atividades geradoras de rendimento e emprego,

⁴² Fonte: <http://www.governo.cv> (acedido em 12.03.2012 às 17:34).

integrar os grupos sociais mais desfavorecidos no mercado de trabalho e garantir a informação, assessoria técnica, formação e financiamento das empresas em questão.

Quer o seu financiamento quer o acompanhamento ficaram a cargo da cooperação suíça e da OIT, porém, as dificuldades de reembolso não foram ultrapassadas e a componente de crédito foi transferida para a Caixa Económica de Cabo Verde, ficando o Departamento de Microempresas responsável apenas por ações de formação e assistência técnica.

No mesmo ano, executado pelos serviços de promoção social das Câmaras Municipais em associação com os protocolos com a Direção Geral da Promoção Social, surge o Programa de Reconversão de Grupos Vulneráveis cujos beneficiários eram famílias ou pessoas carenciadas integradas num dos programas de proteção e integração social, sobre a responsabilidade da Direção Geral da Promoção Social. O atraso e, por vezes, a não transferência de fundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, a fraca capacidade dos serviços das Câmaras Municipais, o paternalismo da Direção Geral da Promoção Social e o ritmo lento de execução face à procura, condicionaram a concretização dos objetivos deste programa.

A Direção Geral de Educação Extra-Escolar financiou e acompanhou microprojetos no âmbito do seu projeto de pós-alfabetização com a vertente de formação profissional básica e autoemprego com recurso a microfinanciamento parcialmente reembolsáveis. As suas preferências eram projetos com atividades de produção e de prestação de serviços, contudo, a sua falta de vocação para o fomento de microempresas provocou problemas na conceção de projetos, acompanhamento e assistência técnica.

O Projeto de Pesca da FAO São Vicente não tinha aptidão para a concessão de empréstimos mas, como não existia na ilha de São Vicente qualquer estrutura de financiamento da pesca artesanal, exerceu esta função. Iniciada com mulheres vendedoras de peixe, os empréstimos eram dados com garantia solidária a grupos de sete mulheres cuja atividade fosse a compra e venda de peixe.

Com o propósito de financiar pequenas atividades nos setores da pecuária, comercialização de pescado e pequena indústria foi criado, em 1991, o Fundo de Apoio às Iniciativas Familiares em Santo Antão. A baixa taxa de reembolso associada à falta de acompanhamento e formação, ao desconhecimento das características de gestão dos beneficiários e aos prazos muito elevados culminou no fim desta experiência.

Ainda em Santo Antão, o Gabinete Técnico Intermunicipal da Associação de Municípios de Santo Antão implementou um Projeto de Microrealizações financiado pelo governo holandês no âmbito do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Económico de Santo Antão. Este destinava-se aos microempresários de todos os setores de atividades que não tivessem acesso

ao crédito formal. As garantias podiam ser físicas, hipoteca de bens imobiliários e penhor mercantil de equipamentos, hipotecas de bens do mutuário, do aval de alguém idóneo ou do sistema de garantia solidária ou ainda através do seguro do financiado. Neste sentido aproximava-se do programa do Departamento do Microcrédito que se destinava aos pobres ou muito pobres.

De todos estes, atualmente, os únicos organismos públicos reconhecidos como prestadores deste serviço são os bancos comerciais públicos, mais precisamente, a Caixa Económica de Cabo Verde e o Novo Banco de Cabo Verde, já apresentados.

7.3.3. Organizações não-governamentais

Desde os anos noventa do século XX que a sociedade civil cabo-verdiana, movida pela necessidade de garantir uma melhoria de vida geral, pela participação da população, tem ganho grande dinamismo traduzindo-se, nos dias de hoje, em mais de duas centenas de ONGs e seiscentas outras categorias de OCBs, sobre sob forma de associações comunitárias, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, mutualidades e grupos (Plataforma das ONGs de Cabo Verde, 2007).

Na opinião da Plataforma das ONGs de Cabo Verde (2007), as ONGs de desenvolvimento e as associações comunitárias são as mais expressivas por se encontrarem em todos os concelhos e ilhas e por participarem, de forma significativa, para o desenvolvimento de Cabo Verde, ao mesmo tempo que concorrem para a redução da pobreza e exclusão social, implementando ações de desenvolvimento e de promoção das populações pobres e muito pobres.

No que à sua distribuição geográfica diz respeito, mais de metade das ONGs e OCBs têm sede na ilha de Santiago, mormente na cidade da Praia, um terço na ilha São Vicente e as restantes distribuem-se pelas outras ilhas. Esta disposição está associada às dificuldades financeiras que estas organizações enfrentam, assim, tendo as suas sedes nos meios urbanos conseguem diminuir os custos de investimento, funcionamento e seguimento e ter mais viaturas e pessoal com mais qualificação (ACEP, 2000:52).

As ONGs cabo-verdianas mostram, na última década, cada vez mais a tendência de enveredarem para áreas económicas, ou seja, concessão de microcréditos e/ou microfinanciamentos com fundos rotativos, mas também outros serviços das microfinanças, como as micropoupanças e microseguros. Para além de ser uma forma de assegurar a sustentabilidade e a continuidade das atividades das organizações é também o instrumento

que garante que os beneficiários tenham uma ocupação, o mais duradoura possível, uma vez que é feita por via do autoemprego e da dinamização das atividades geradoras de rendimento aliadas à formação e à capacitação dos mesmos (*ibidem*).

Apesar do seu elevado número, nos dias que correm, as ONGs com mais expressão no que toca à concessão deste tipo de crédito são o CITI-Habitat, sobre a qual se debruça a presente dissertação e, por isso, ficará a sua apresentação para o capítulo do estudo de caso, a MORABI, a SOLMI, a SOLDIFOGO, a OMCV e ainda a OASIS, a ASDI e a FAMI-PICOS, cuja apresentação, dada a sua componente de “organização chapéu”, será feita no subtópico seguinte destinado às OCBs.

A MORABI surgiu, em 1992, defendendo o desenvolvimento pela inclusão e promoção das potencialidades da mulher no processo de desenvolvimento económico, social e político, para que esta pudesse exercer um papel ativo em todos os processos de desenvolvimento pessoal e comunitário. Tem para isso desenvolvido programas de microfinanças, formação, saúde sexual e reprodutiva, desenvolvimento comunitário e reforço da capacidade institucional.

Até 2007, no que às suas atividades de microfinanças diz respeito, apenas vigorava o microcrédito inserido no programa de Promoção Sócio Económica da Mulher. Este havia sido introduzido em 1994, sem qualquer estruturação ou normas orientadoras de intervenção, visando apenas a mobilização de fundos para o financiamento de algumas atividades desenvolvidas pelas mulheres, com predominância para a venda de peixe.

A partir de 1997 estas atividades começam a ganhar mais impacto, graças à realização de um conjunto de atividades que permitiram a consolidação do sistema de microcrédito, e no ano seguinte o programa ficou estruturado.

Os principais setores beneficiados são o pequeno comércio, 81%, a pesca artesanal a conservação e comercialização de pescado, a agropecuária, 4%, o artesanato, pequenas indústrias e a prestação de serviços, 15%.

Presentemente o leque de serviços de microfinança está a aumentar, oferecendo já a micropoupança.

A SOLMI emergiu, em 1991, com a missão de apoiar a iniciativa de autopromoção e com uma política de atuação que previa contribuir para a melhoria das condições socioeconómicas das camadas mais desfavorecidas, principalmente, mulheres e jovens.

O seu programa de microcrédito tem por base procedimentos simples, rápidos e flexíveis de concessão de empréstimos de curto e médio prazo e está vocacionado para suprir insuficiências de capital e de recursos de pessoas com fracos rendimentos económicos através do fomento de atividades geradoras de rendimento e autoemprego.

Os beneficiários deste programa são pessoas individuais, famílias ou grupos de pessoas com rendimentos baixos residentes nos bairros identificados para a implementação do mesmo, que demonstrem possuir capacidade e experiência para implementar e gerir o projeto apresentado, e que tenham condições para reembolsar os empréstimos a conceder. A estes são ministradas ações de formação nos domínios de gestão e contabilidade de pequenos negócios, com a duração de até 15 horas, e são acompanhados e assistidos nos seus negócios durante os primeiros meses.

A Soldifogo é uma associação cuja atividade gira à volta de mobilização de recursos para a concessão de créditos às famílias, visando a promoção de atividades geradoras de rendimento e criação de emprego.

A sua clientela é constituída pela camada da população que, em princípio, não tem acesso às instituições bancárias tendo sido, em 2008, de 4.680 famílias.

De Abril de 2004 até 2008, concedeu mais de 66 milhões de escudos cabo-verdianos em créditos para os diferentes setores de atividade, abrangendo um total de 462 mulheres e 601 homens, com um valor médio de empréstimos de 50 mil escudos cabo-verdianos.

Desde 2007, a Soldifogo instalou um serviço para os clientes do concelho de Mosteiros que, absorve cerca de 30% dos créditos concedidos a pessoas afetas a sete outras associações filiadas.

Em 1981 foi criada a OMCV, como uma organização social de massas composta por mulheres que participavam no processo de luta pela independência de Cabo Verde, contribuindo com as suas intervenções para que o processo de igualdade se refletisse nas áreas de sobrevivência, saúde, educação, economia, informação e formação. A sua luta tinha, assim, como base a defesa dos interesses específicos das mulheres e a edificação de uma pátria de progresso e justiça social, liberta da exploração do homem pelo homem.

Vocacionada para se debruçar sobre os problemas específicos que afetavam mais de metade da população do país, a OMCV, impôs-se como parceira social do Estado ao empenhar-se na busca das melhores vias e métodos para a solução desses problemas e que permitissem um maior aproveitamento das capacidades e iniciativas da mulher cabo-verdiana na batalha pelo desenvolvimento de Cabo Verde.

Desde a sua aparição tem trabalhado em diferentes áreas, alfabetização, saúde, saúde sexual e reprodutiva, VIH/SIDA, direitos da mulher, formação e capacitação profissional, educação pré-escolar, novas tecnologias de informação e comunicação, microcrédito, atividades geradoras de rendimento, género, população e desenvolvimento, empreendedorismo feminino, agricultura e criação de gado.

Na área do microcrédito concede créditos de duas modalidades, os Individuais concedidos individualmente, com a garantia de um fiador que preencha os requisitos exigidos nesta instituição, e os créditos a Grupos Solidários concedidos a grupos de três a cinco pessoas, onde cada elemento é fiador dos demais elementos de grupo.

Estes são concedidos a populações com rendimentos baixos, pequenos empreendedores, mulheres chefes de família com poucos rendimentos, desempregadas que querem enveredar pelo autoemprego, microempreendedores e jovens recém-formados com formação profissional.

7.3.4. Associações comunitárias de base local

As OCBs, como o próprio nome indica, são associações de indivíduos de um bairro ou localidade com domínio de atuação local e onde todos os seus membros beneficiam direta ou indiretamente das ações desenvolvidas. Dada a sua dimensão e conhecimento da realidade que integram, tendem a trabalhar em parceria com ONGs, tornando o trabalho destas mais efetivo e melhor direcionado à população.

O seu crescimento exponencial, que dificulta a sua total e atualizada identificação e o facto de nenhuma OCB promover por si só, sem a parceria de ONGs, o microcrédito, faz com que neste ponto sejam apenas retratadas as “organizações chapéu”, as ONGs parceiras, com maior relevância na concessão deste serviço.

Esta grande proliferação das organizações comunitárias de base local deve-se, especialmente, à nova política de reconversão das FAIMO na ótica do combate à pobreza.

A atividade agrícola constitui o meio de sobrevivência da população rural, pelo que a maioria dos muito pobres sobrevive através desta atividade que, se traduz em pequenos rendimentos casualmente completados com remessas de familiares emigrados, atividades ocasionais das FAIMO e, mais recentemente, frentes controladas pelas associações comunitárias locais (Pina, 2007:2).

Após a independência, o desenvolvimento rural foi identificado como um setor prioritário de estratégia de desenvolvimento nacional logo, as autoridades criaram as FAIMO para reverterem as consequências das secas e da falta de emprego. Os trabalhos de alta intensidade de mão-de-obra caracterizam-se por serem temporários, entre três a oito meses, de baixo salário e em projetos de infraestruturas que incluem a construção de estradas, de estruturas de conservação do solo e da água e a reflorestação. O salário é calculado para cobrir as necessidades essenciais em alimentação. E, os trabalhadores são em regra mulheres jovens,

entre os quinze e os quarenta e quatro anos, solteiras com crianças a seu encargo, com baixa instrução e muito pobres (Ministério das Finanças e do Planeamento, 2004).

O financiamento destas frentes de alta intensidade de mão-de-obra era, até aos anos noventa, assegurado pela cooperação internacional, através da contrapartida da ajuda alimentar e das doações financeiras. Esta ajuda era utilizada como forma de superar o *deficit* alimentar e transformado em recursos aplicáveis ao desenvolvimento (Pina, 2007:3).

Com o tempo as FAIMO transformaram-se numa importante fonte de emprego e segurança para as populações mais pobres das zonas rurais. No entanto, a sua filosofia de funcionamento era, essencialmente, assistencialista o que lhe conferiu um carácter de segurança social permanente, traduzindo-se numa dependência perversa e, conseqüente, quebra de iniciativas autónomas geradoras de rendimento e emprego. Com efeito, em vez de serem uma saída da pobreza tornaram-se na opção mais cómoda de sobrevivência (ACEP, 2000:49).

Na tentativa de remediar este problema, o governo cabo-verdiano lançou um processo de reforma do quadro e da organização das FAIMO nos finais da década de noventa. Começava por reforçar o papel da sociedade civil, principalmente, das associações camponesas e das ONGs, na identificação, seleção e execução dos projetos, para melhorar a qualidade dos projetos de infraestruturas e a sua incidência sobre as populações envolvidas. Depois, por promover gradualmente a inserção dos trabalhadores nos circuitos económicos através emprego e do autoemprego. Numa terceira vertente, era visado o reforço das capacidades da estrutura institucional encarregue da conceção, da gestão e do acompanhamento das atividades. E, por último, o setor privado ganhava um papel mais importante na conceção e na execução dos projetos (Ministério das Finanças e do Planeamento, 2004).

A reconversão das FAIMO apela, irremediavelmente, para um novo enquadramento no qual nem o Estado nem os municípios têm uma intervenção direta na execução de trabalhos públicos para o emprego. Passa, por outro lado, pela criação e operacionalização de uma Unidade de Coordenação que agirá como dono de obra delegado de projetos que lhe são confiados pelo Estado e pelos municípios, no âmbito dos programas de trabalhos públicos para o emprego. Neste sentido, a OASIS é das OCBs mais importantes em Cabo Verde, uma vez que engloba um grande número de associações locais da ilha de Santiago e possui um programa de microcrédito orientado para as trabalhadoras das FAIMO, através da ASDI, permitindo-lhes a criação de atividades geradoras de rendimentos, na tentativa de colmatar a sua situação socioeconómica precária.

A ASDI, com o propósito de disponibilizar serviços financeiros aos seus membros e habitantes rurais com salários baixos foi fundada, em 1999, por dezoito associações

comunitárias de desenvolvimento da ilha de Santiago, com um gestor de agentes de crédito e um responsável de base de dados.

O seu público-alvo é, sobretudo, mulheres, mães solteiras chefes de família, mães vítimas de violência doméstica, portadores de VIH/SIDA, jovens à procura de primeiro emprego, ex-trabalhadores das FAIMO, pessoas pobres e microempresários.

Com a sua sede em Calheta de São Miguel Arcanjo, a ASDIS é hoje tida e admirada a nível nacional pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos. O seu crescimento e desenvolvimento traduzem-se pela existência de três agências de crédito situadas em Calheta de São Miguel, Pedra Badejo e Fajã, na ilha de São Nicolau. Será aberta, ainda, uma nova agência na ilha do Maio e criado um posto móvel na cidade da Praia.

Hoje em dia, esta associação, conta com cinco agentes de crédito que desenvolvem uma política de crédito de proximidade, o que significa que os clientes, praticamente, não tenham que se deslocar às agências para questões de rotina.

Com um quadro técnico sólido e muito experiente no setor das microfinanças, resultado de formação e capacitação técnica sistemática e assistência técnica internacional beneficiada no quadro de parcerias, a ASDIS beneficiou até ao momento mais de 3.500 clientes e disponibilizou fundos rotativos no valor total de 387.576.221 escudos cabo-verdianos.

A FAMI-PICOS representa uma das maiores associações e federações que operam no domínio das mutualidades de poupança e crédito em Cabo Verde, com um movimento de mais de 139 milhões de escudos cabo-verdianos. Neste momento, fazem parte desta organização dezenas de associações de mutualidades de poupança e crédito, compreendendo mais de 1.500 sócios.

Começou por operar apenas no concelho de São Salvador do Mundo, Picos mas opera, presentemente, em toda a ilha de Santiago contando já com projeção a nível nacional, pois já concedeu mais de 1.464 créditos, especialmente, a mulheres chefes de família no domínio da criação de atividades geradoras de rendimento.

7.3.5. Parceiros de cooperação externa

Não é possível falar da evolução da prática do microcrédito em Cabo Verde sem falar no papel que as instituições que, na sua maioria não a exercem diretamente, mas que a apoiam e incentivam sob várias formas, os parceiros de cooperação externa.

A ajuda pública ao desenvolvimento tem sido crucial para o desenvolvimento de Cabo Verde, entre 1999 e 2002 foi o país com maior percentagem *per capita*, representando em 2001 40%

do PIB. Já nos últimos anos, desceu para os 10, 12% do PIB embora, em termos absolutos, se tenha verificado alguma retoma. No que respeita à ajuda bilateral, tem-se assistido à sua descida por causa da contração dos programas de alguns doadores, o que fez crescer as contribuições multilaterais (Cooperação Portuguesa, 2008:36).

A cooperação francesa despoletou um programa para o levantamento da situação, intercâmbio sub-regional e ações de formação com a intenção de concluir uma proposta de enquadramento institucional do microcrédito em Cabo Verde. A ACDI/VOCA, através do seu programa de formação e empréstimos a microempresas, demonstrou que o microcrédito é viável se praticado sob determinados moldes e princípios. A Born Fonden desenvolveu um programa de microcrédito em Santo Antão e a ADF realizou uma ação de formação sobre as taxas de juro e financiou um projeto de estudo e dois de reforço do fundo de crédito e da capacidade institucional das ONGs filiadas.

A cooperação austríaca permitiu a criação de um Fundo de Apoio ao Investimento em Santa Cruz, em 1994, que concedia garantias a pequenos produtores para que conseguissem aceder ao crédito formal. Em 1997, realizou ainda um estudo sobre a caracterização e a possibilidade da institucionalização de um sistema de microcrédito para Cabo Verde com a projeção de desenvolvimento financeiro.

Presentemente, as parcerias de cooperação externa estão mais direcionadas para estudos, mas a cooperação luxemburguesa ainda garante ajuda financeira ao microcrédito.

As relações de cooperação entre Cabo Verde e Luxemburgo datam do final dos anos oitenta. Em 1993, este tornou-se num país parceiro privilegiado da cooperação luxemburguesa, após a assinatura do primeiro acordo geral de cooperação que, definiu o quadro geral das atividades de cooperação nas áreas cultural, científica, técnica, financeira e económica entre os dois países.

Desde 1999, realizam-se anualmente as comissões de parceria entre os dois países. Em Janeiro de 2002, os dois países assinaram o primeiro PIC – Programa Indicativo de Cooperação para um período de quatro anos, 2002-2005, que contribuiu para uma maior coerência, flexibilidade e durabilidade nas relações de cooperação. Neste primeiro pacote financeiro disponibilizado, os setores privilegiados foram a educação, a saúde, a água, o saneamento e a ajuda alimentar nas ilhas de Santo Antão, Santiago e São Nicolau.

Aquando da assinatura do segundo PIC, em 2005, as áreas privilegiadas mantiveram-se mas o âmbito intervenção estendeu-se a todo o país. Em 2010, o último PIC acordado introduziu o apoio orçamental setorial, oferecendo um fundo de educação e de assistência técnica para

desenvolver as relações económicas com Luxemburgo e para desenvolver e implementar um projeto de cooperação triangular com a República de São Tomé e Príncipe.

Colocando o desenvolvimento ao serviço da erradicação da pobreza, as suas ações ao serviço da implementação dos Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento, são concebidas a partir de um espírito de desenvolvimento sustentável, onde os principais setores de intervenção são a saúde, a educação incluindo a formação e inserção profissionais, e o desenvolvimento local integrado. Já as iniciativas pertinentes no domínio das microfinanças são encorajadas e apoiadas, quer sejam a nível conceptual ou operacional.

Uma vez que as suas intervenções são reforçadas por meio de parcerias com agências da ONU e organizações da sociedade civil, para o período de 2012-2015, o seu projeto de microfinanças, com um orçamento total de 1.000.000 euros, será levado a cabo por intermédio da ADA, o braço das microfinanças desta cooperação em Cabo Verde.

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO

8. Cidade da Praia

8.1. Introdução

Tratado o microcrédito enquanto um dos conceitos teóricos de base da presente investigação mas também apresentado como sistema financeiro descentralizado e de carácter mutualista em Cabo Verde, revela-se pertinente estreitar ainda mais a sua exposição.

Por conseguinte e uma vez que o objeto de estudo se localiza na cidade da Praia, este ponto tem o propósito de dar a conhecer os contornos deste tipo de financiamento nesta cidade. Para isso este tópico será composto pela caracterização socioeconómica do concelho da Praia com base na informação recolhida do Censo de 2010 efetuados pelo INE de Cabo Verde e do Plano Diretor Municipal da Praia elaborado em Abril de 2011, culminando numa breve análise do microcrédito na mesma. Dados os pontos comuns, esta não fugirá muito ao já descrito no ponto sete, sobre esta forma de financiamento alternativo em Cabo Verde, daí a sua reduzida descrição neste ponto.

8.2. Caracterização socioeconómica do concelho da Praia

A cidade da Praia (cf. Figura A.3. em anexo), capital administrativa e política de Cabo Verde desde 1858, quando ainda só tinha 2.300 habitantes, é o maior centro urbano, polo de atração e concentração populacional, bem como o maior mercado trabalhador deste país.

Com uma superfície de 258,1km² tinha em 2010 cerca de 131.719 habitantes, ou seja, 26,8% da população total de Cabo Verde, revelando uma tendência de crescimento populacional exponencial, com uma taxa média de crescimento anual de 2,9%, uma das maiores à exceção da Boavista (8%) e Sal (5,6%) (INECV, 2010).

Segundo o Plano Diretor Municipal da Praia⁴³ este ritmo de crescimento, justificado pela característica cosmopolita do município e por ser alvo de movimentos migratórios, internos e externos, tem aumentado a pressão demográfica para mais de 25%, a maior de todos os municípios, contribuindo para o surgimento de zonas de construções clandestinas.

⁴³ Fonte: <https://sites.google.com/site/praiapdm/anteprojecto-pdm/pecas-escritas> (acedido em 28.03.2012 às 16:50).

O saldo migratório tem sido constantemente positivo, ou seja, o fluxo de entrada de população interna tem crescido, quer seja por migração interna de outros concelhos ou por emigração. Desde 2000 o peso da população da Praia em relação ao total da população nacional aumentou 4,3%, quase a totalidade da diminuição da população nos outros concelhos. Aliado a este está também o facto de o município ser predominantemente urbano, 97,1% da população está concentrada em meio urbano, o que é muito diferente da média nacional.

A mesma fonte revela ainda que a densidade populacional da Praia é atípica. Aumentou de 962 em 2000, para 1.297 habitantes por km² em 2010, sendo um valor preocupante pelas consequências económico-sociais negativas que acarreta no que respeita ao emprego, aos transportes e à segurança. Comparando a distribuição deste parâmetro no município da Praia com as cem maiores cidades do mundo, a cidade da Praia teria a posição oitenta e nove, abaixo de San Diego e acima de Detroit, ambas nos EUA.

Partindo para a análise à população, no que ao perfil da distribuição etária diz respeito, esta assemelha-se ao que acontece a nível nacional, a população é maioritariamente jovem, concentrando-se a maior parte da população nos grupos etários dos zero aos catorze anos e dos vinte e cinco aos quarenta e quatro. Porém a percentagem de população idosa é ainda mais reduzida do que a média nacional, 5,6% e 8,6% respetivamente.

Seguindo este padrão, também a média de pessoas por família é mais baixa que a média nacional, que se encontra atualmente nas quatro pessoas. Revelando uma tendência decrescente, o tamanho médio das famílias passou de cinco pessoas por agregado em 1900 para 3,7 em 2010, graças ao sucesso das políticas de planeamento familiar. Destas 51,7% têm homens como chefes de família e as restantes 48,3% mulheres (INECV, 2010).

No que concerne ao acesso à educação nesta cidade, a taxa de alfabetização dos jovens com idade igual ou superior a quinze anos é de 89%, do qual fazem parte 93,1% de homens e 85,1% de mulheres. Por outro lado, a percentagem de crianças com idade igual ou superior a três anos que ainda frequenta a escola é de 26,6%, uma das mais significativas do país (*ibidem*). Apesar desta notória evolução e do aumento dos graus académicos de frequência e de conclusão do ensino, que vão desde o pré-escolar ao superior, passando pelo básico e secundário, em 2009 a taxa de analfabetismo era ainda de 12%.

Em 2010, o Censo reportou uma taxa de atividade de 65,1% constituída, maioritariamente, por jovens, 85% tem entre os quinze e os quarenta e quatro anos, o que cria condições de mão-de-obra potencial para a produção de bens e serviços. Já a taxa de ocupação era, no mesmo ano de 57,7%, uma das mais expressivas a par com a anterior. Segundo o Plano Diretor Municipal da Praia tende a haver mais homens ativos do que mulheres e a maioria da

população ativa só concluiu o ensino básico (57%) embora 33% já tenham o grau secundário. Por oposição a taxa de desemprego estava nos 11,3%.

Em relação à pobreza e desigualdade social, o mesmo documento revela ainda que 19.848 indivíduos vivem com menos de 43.250 escudos cabo-verdianos por ano, o que corresponde a uma taxa de 15% de incidência da pobreza, uma das menores do país. A população pobre é, tal como no resto do país muito jovem, 48% tem menos de quinze anos e 6% tem mais de sessenta e cinco anos. No entanto, o índice de Gini⁴⁴ situa-se nos 52% o que indicia ser uma cidade com alguma riqueza e, conseqüente desequilíbrio na distribuição de rendimentos.

Partindo para uma observação do parque habitacional é na cidade da Praia que se reúnem mais alojamentos e edifícios, 26,2% no primeiro caso e mais de 20% no segundo. Mais detalhadamente, cerca de 83,9% dos alojamentos familiares são de residência habitual, embora apenas 49,7% tenham ligação à rede pública de distribuição de água, 68% instalação sanitária e 47% banho ou duche, contrastando com os 92% que já têm eletricidade. Em termos de residência, 73% dos agregados residem em alojamentos com sistema de evacuação de águas residuais e apenas 36% costumam evacuar águas sujas em fossa séptica/rede de esgoto. E, da energia usada nas habitações, quase 90% dos agregados familiares usam gás para cozinhar (INECV, 2010).

Por fim, por 100.000 habitantes os recursos afetos à saúde dividem-se em setenta e cinco médicos, dezanove farmacêuticos, vinte e cinco enfermeiros e duzentas e sessenta e duas camas. No caso do indicador correspondente ao número de pessoal de saúde por habitante, Cabo Verde encontra-se abaixo do proposto pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, 160, no entanto este foi já ultrapassado no município da Praia

8.3. Breve análise do microcrédito na Praia

O microcrédito na cidade da Praia em tudo se assemelha ao já descrito para o mesmo tipo de financiamento em Cabo Verde. A diferença central está no facto de esta forma de crédito se encontrar mais concentrado no centro e periferias urbanas do que no interior.

Associando as limitações das ONGs, principais promotores do microcrédito em Cabo Verde, ao facto da maioria das suas sedes serem na cidade e, neste caso na Praia, à maior concentração de pessoas nestas zonas, resulta num maior volume de créditos nas cidades. Por

⁴⁴ Medida de desigualdade que mede, em percentagem, a distribuição de rendimentos, pelo que, varia entre zero e um. Quando é zero, não há qualquer desigualdade de rendimentos, quando é um existe uma completa desigualdade na distribuição destes.

outras palavras, os escassos recursos de locomoção destas organizações levam a que o acompanhamento exigido nestes processos seja mais atingível nas zonas das suas sedes, acabando por beneficiar mais aqueles que estão em meio urbano do que os que estão em meio rural por estes últimos se encontrarem mais distanciados.

Já no caso da sua origem, emergência informal e formal, principais intermediários, beneficiários e setores privilegiados, bem como os contornos do processo não há distinção a fazer face ao já apresentado para o caso de Cabo Verde, pelo que a respetiva caracterização é remetida para o ponto 7. MICROCRÉDITO EM CABO VERDE.

9. Projeto de Microcrédito do CITI-Habitat na Cidade da Praia

9.1. Introdução

Como o próprio nome indica, este ponto debruçar-se-á sobre a análise do estudo de caso da dissertação, mais concretamente, sobre o projeto de microcrédito do Gabinete de Apoio a Médias e Pequenas Empresas do CITI-Habitat na cidade da Praia, Cabo Verde. Assim sendo, este será dedicado à apresentação dos resultados da investigação levada a cabo no terreno, os quais se espera que sejam a resposta, ou as respostas, à pergunta de partida, inicialmente definida e que conduz toda a investigação.

Inicialmente, nas notas metodológicas, será apresentado o processo de investigação e do trabalho de campo, seguido da apresentação do CITI-Habitat como ONG no seu todo e como prestadora de microcrédito, culminando na exposição dos resultados da análise à amostra, retirada do universo de beneficiários da mesma organização, a nível socioeconómico.

Em jeito de conclusão, serão reunidas algumas considerações finais, salientando o contributo deste estudo para a compreensão da realidade do microcrédito em Cabo Verde no que respeita ao seu verdadeiro impacto na vida de quem dele beneficia.

9.2. Notas Metodológicas

O presente trabalho de investigação tem como objeto de estudo o microcrédito em Cabo Verde, processo encarado como uma estratégia essencial na luta contra a pobreza e exclusão social por via do autoemprego neste país. Neste sentido, viabilizando a investigação, centrou-se no estudo de caso do projeto de microcrédito do Gabinete de Apoio a Atividades Geradoras de Rendimento e Emprego, uma das várias valências do CITI-Habitat, na cidade da Praia.

A opção por esta organização para além de estar fortemente associada a uma colaboração anterior no decorrer de um estágio curricular e da imediata disponibilidade por parte da mesma teve, também, em linha de conta a sua experiência neste tipo de crédito, desde 1989, o seu vasto conhecimento da realidade cabo-verdiana, a sua extensão geográfica de intervenção que, apesar de cobrir quase toda a ilha de Santiago, tem maior incidência na cidade da Praia, favorecendo o retrato da realidade cabo-verdiana e ainda as características equivalentes do projeto à realidade socioeconómica da população. Alia-se a todos estes a enorme reputação e prestígio que o CITI-Habitat tem na área do microcrédito, tanto por governantes e organizações dos diferentes setores, como pela população.

Seguindo as mesmas exigências, a escolha dos beneficiários a analisar teve a preocupação de ser suficientemente representativa da generalidade dos beneficiários do microcrédito de Cabo Verde. Embora de entre o universo dos quatrocentos e seis a amostra seja de trinta, por razões de limitação de orçamento, tempo, contactos e, sobretudo, da disponibilidade dos mesmos para responder a todas as questões exigidas no inquérito por questionário/entrevista, a seleção obedeceu a alguns critérios: indivíduos cujo contacto com a organização fosse o mais frequente e cujas características fossem as mais representativas do universo dos beneficiários da organização, indicados, de acordo com estes parâmetros, pelas técnicas da organização. Trata-se, em geral, de pessoas fragilizadas e vulneráveis por pertencerem às camadas mais pobres da sociedade cabo-verdiana, trabalharem, mormente, no setor informal e recorrerem ao microcrédito do CITI-Habitat para obter recursos, impossíveis de outra forma, necessários para investirem em atividades geradoras de rendimentos, com vista a melhorar o seu nível de vida e, em alguns casos, ultrapassar a exclusão social.

As modalidades de pesquisa consistiram em metodologias quantitativas e qualitativas, com recurso à observação direta e indireta, o que permitiu uma pesquisa e análise da realidade mais completa e menos enviesada pelos erros comumente associados a cada uma das metodologias.

Segundo Raymond Quivy (1992) a observação direta é definida como aquela em que é o investigador que procede à recolha da informação, mas sem se dirigir aos sujeitos sociais, apelando apenas ao sentido de observação. Os observados, não intervêm na produção da informação procurada, é o investigador que a recolhe diretamente deles, pela simples observação o que permite espontaneidade na recolha da informação, relativa autenticidade dos acontecimentos e apreensão dos mesmos no momento. Já para António Firmino da Costa (1987) este é um método de pesquisa de terreno que pressupõe a presença prolongada do observador nos contextos sociais em estudo e o contacto direto com as pessoas e as situações. Pelo que tende, naturalmente, a interferir no contexto social normal que passa a ser diferente devido à presença de um “estranho”.

Na observação indireta, ao responder às questões que lhe são colocadas, regra geral por inquéritos ou entrevistas, o sujeito é o fornecedor da informação procurada, intervêm na produção de informação. Raymond Quivy (*ibidem*) defende que esta é uma informação mais subjetiva por não ser recolhida diretamente pelo investigador. Existem dois intermediários entre a informação procurada e a informação obtida, vulgarmente fontes de erros: o sujeito e o inquérito ou entrevista. Porém, permite quantificar um elevado número de dados, garantir a

representatividade dos inquiridos e, associado à entrevista, aumentar a profundidade dos elementos de análise.

Aliando a abordagem destes dois autores sobre as opções metodológicas num projeto de investigação em ciências sociais, os *timings* da realização e entrega do projeto, bem como o conhecimento previamente adquirido do objeto de estudo conduzem a que a observação indireta, seja a metodologia predominante. Invocando um tipo de metodologia quantitativa por produzir informação através das respostas dadas às questões colocadas, regra geral, por inquéritos ou entrevistas, possibilitou recolha de informação bastante pertinente a diferentes níveis.

Não se restringiu, contudo, a metodologia a um único método, tendo-se recorrido também à observação direta, associada à recolha de informação, apelando somente ao sentido de observação, ainda que em reduzida escala, dadas as limitações de tempo o que, permitiu o contacto direto com os beneficiários e a absorção de aspetos fundamentais do seu quotidiano como o local de trabalho, a habitação, a relação com a família, amigos e vizinhos mas também de informações e perspetivas que de outra forma seria impossível, como a reação imediata às questões colocadas.

Neste sentido, os erros associados à primeira técnica tenderão a ser reduzidos, pois a observação direta servirá aqui de comprovativo ao testemunho dado pelos beneficiários inquiridos ou entrevistados.

No caso dos beneficiários, foram aplicados inquéritos por questionário e entrevistas (cf. Guião C.1. em anexo) com o propósito de, com a primeira, obter dados de caracterização social, humana, económica e financeira mas também, com as segundas, perceber a opinião pessoal dos entrevistados em relação ao microcrédito e ao seu contributo para a melhoria das suas vidas.

Para além dos inquéritos, as entrevistas semi-diretivas foram outra técnica adotada, direcionadas para responsáveis do CITI-Habitat (cf. Guião C.2. em anexo), o seu presidente Elísio Rodrigues e suas técnicas de microcrédito Conceição Amado e Josefa Costa, bem como para observadores privilegiados (cf. Guião C.3. em anexo), o secretário executivo da Plataforma das ONGs de Cabo Verde, Mário Moniz, e o detentor do mesmo cargo na FAM-F, Bernardino Gonçalves, revelando-se bastante vantajosa na recolha de dados e de informação no terreno.

9.3. Apresentação do CITI-Habitat

O CITI-Habitat (cf. Figura A.4. em anexo), centro de investigação em tecnologia intermediária para o habitat, criada a 26 de Novembro de 1988, foi a primeira ONG nacional “*de jure*” em Cabo Verde.

Começou por ser constituída por treze técnicos, dos quais oito eram cabo-verdianos e cinco expatriados, com formações distintas mas como traço de união a experiência de terreno nos trabalhos de desenvolvimento de base. Por conseguinte acaba por ser reconhecida, em 1994, pelo Ministério da Justiça como “Instituição de Utilidade Pública”.

Identificando a “animação conscientizante e participativa” como a espinha dorsal das suas intervenções para o desenvolvimento, o desenvolvimento comunitário integrado e participativo acaba por se impor como ponto de partida para a resolução dos problemas das comunidades, numa estratégia coerente de luta contra a pobreza e exclusão social. Neste sentido, a trilogia “educação-organização-participação” apresenta-se como a linha orientadora das metodologias de intervenção em função dos objetivos propostos de desenvolvimento humano harmonioso durável e auto-sustentado, com especial destaque para as questões de género e juventude.

Tendo como alvos os grupos sociais mais desfavorecidos dos meios rurais e periurbanos, sobretudo, jovens, mulheres e crianças, o CITI-Habitat apresenta como objetivos específicos a contribuição para o desenvolvimento socioeconómico dos grupos mais desfavorecidos, o apoio e promoção do desenvolvimento comunitário participativo e a criação de condições locais para o exercício de uma cidadania ativa como forma de reforço da democracia.

Tem ao seu dispor, no que a meios diz respeito, o financiamento de programas e projetos por parceiros internacionais e nacionais, sede própria, viaturas e equipamentos diversos indispensáveis para a realização, gestão e acompanhamento das suas atividades. E é ainda proprietária duma rádio comunitária ao serviço das associações parceiras.

Esta ONG trabalha de forma sistemática com trinta e seis OCBs, em zonas rurais e periurbanas, organizadas em rede pela Red’Animar. Constituindo a luta contra a pobreza e a exclusão social o seu quadro de referência de atuação, bem como as metodologias com base na intervenção participativa, “pesquisa-ação” e a “animação para o desenvolvimento” consubstanciadas na trilogia “educação-organização-participação”, o CITI-Habitat tem ganho experiência reconhecida, interna e externamente, em várias áreas:

- ☞ Formação/capacitação – dá formação e/ou reforça a capacitação: de agentes, líderes e grupos comunitários em artes e ofícios (carpinteiros, serralheiros, pedreiros, pintores);

em artes femininas (corte e costura, bordados, cozinha, pastelaria); de agentes de microcrédito; de monitoras e educadoras de infância; de animadores de cultura e desporto; de animadores de rádios comunitárias; de técnicos profissionais em áreas distintas (contabilidade e gestão, turismo, secretariado, instalação e manutenção de sistemas informáticos, administração e finanças, eletricidade, construção civil, mecânica) em parceria com a Escola Técnica Cesaltina Ramos, o Centro de Formação de Praia, o Instituto Politécnico do Porto e o Centro de Formação Profissional de Variante.

- ☞ Infraestruturação social – foram construídas, até ao momento, cento e catorze infraestruturas comunitárias, como centros sociocomunitários multiusos, jardins-de-infância, postos de saúde, lavandarias, chafarizes, cisternas, aviários, padarias, lar para terceira idade, moradias sociais e, paralelamente têm sido reabilitadas casas de pobres contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações e criando centenas de empregos por ano.
- ☞ Microcrédito – dispõe de três linhas de apoio a atividades geradoras de rendimento e emprego, uma de 50 mil a 100 mil escudos cabo-verdianos para atividades geradoras de rendimento, outra de 100 mil a 300 mil escudos cabo-verdianos para micro e pequenas empresas e outra ainda em parceria com as OCBs, cujo valor depende do consenso a que chegam técnicos, beneficiários e associações.
- ☞ Ambiente – promove a educação para o ambiente, a institucionalização de campanhas de limpeza nas comunidades e incentiva a proteção e reflorestação.
- ☞ Agricultura e pecuária – impulsiona a modernização da agricultura através da introdução de novas tecnologias e de rega localizada, como o sistema de gota a gota; apoia a exploração cunícula (coelhos); forma agricultores e criadores de gado e desenvolve a agricultura hidropónica.
- ☞ Educação – financia a instalação de hortos escolares e projetos de reabilitação e o equipamento de várias escolas do ensino básico, em parceria com as associações locais de desenvolvimento.
- ☞ Saúde – constrói postos sanitários; reabilitou e equipou, em parceria com a delegação de saúde e OCBs, alguns postos de saúde, como os de Achada Mato, Pensamento, São Francisco, Fontes Almeida e Vale da Costa São Martinho Pequeno; leva a cabo o programa anual de feiras de saúde em todas as localidades de intervenção, principalmente, as rurais, no sentido de levar os cuidados primários, as consultas

médicas e a prevenção junto das comunidades; e tem um programa de apoio à promoção de mutualidades de saúde, tendo sido criada até ao momento a Mutualidade de Saúde da Praia, cujas instalações em Achadinha estão em reabilitação.

✂ Informação e educação para a cidadania – criou uma rádio comunitária que dá voz e vez às populações, através dos seus programas de informação e educação, mas também das atividades de animação comunitária, rádios praça, levadas a cabo para mobilizar as populações em geral e os jovens em particular; dá conta dos trabalhos que as OCBs parceiras do CITI-Habitat realizam nas suas comunidades e colabora com as instituições públicas e privadas na divulgação de programas de cariz social relacionados com a proteção ambiental, luta contra o VIH/SIDA, a droga, o alcoolismo, programas de cariz religioso e educativo.

Como membro fundador e parte integrante do Conselho de Direção da Plataforma das ONGs de Cabo Verde, as experiências mais recentes do CITI-Habitat prendem-se com a sua participação, através do seu presidente Elísio Rodrigues, em dois grupos internacionais de pesquisa, formados por académicos de universidades europeias nas áreas de luta contra a exclusão social e pontos de contacto entre a educação para o desenvolvimento e educação popular, cujos resultados deram origem a duas publicações, respetivamente, Panorama e Polygone. Integra também um grupo de organizações dos países do Atlântico sobre a Economia Solidária, estando sediado o centro de estudos na Plataforma das ONGs e é membro da Rede FADOC, rede de ONGs de vários países de África, da América Latina e do Médio Oriente parceiros da ONG Belga *Solidarité Socialiste*. Para além de tudo isto é, ainda, membro da Aliança para o Desenvolvimento Social, fazendo parte da respetiva Comissão.

Com o conceito de desenvolvimento local sempre presente, o CITI-Habitat aposta na autopromoção das populações pelo desenvolvimento de proximidade, utilizando como ferramentas os ensinamentos da educação popular/educação para o desenvolvimento, enriquecidos com os conhecimentos adquiridos com a experiência, uma vez que defende que para além de consciente é necessário informar, organizar e formar para poder transformar. Para tal, na tentativa de apoiar as comunidades a procurarem e identificarem os seus próprios problemas, mas também a encontrarem as soluções, a metodologia mais usada, por ser uma metodologia de educação para adultos, que visa o restabelecimento da autoestima, a otimização da capacidade de aceder à satisfação das necessidades, de priorizar, de planear soluções e de os indivíduos se auto-organizarem, bem como terem iniciativas e assumirem responsabilidades, tem sido a SARAR:

- ✘ S (self esteem⁴⁵): a recuperação da autoestima consiste no reconhecimento das capacidades criativas e analíticas de indivíduos e grupos na comunidade, independentemente do seu grau de escolaridade;
- ✘ A (associative strength⁴⁶): os indivíduos têm mais poder através das ações coletivas;
- ✘ R (resourcefulness⁴⁷): a habilidade traduz-se na valorização de cada indivíduo comum, transformando-o numa mais-valia para a comunidade;
- ✘ A (action planning⁴⁸): o planeamento de ações é essencial pois o desenvolvimento não acontece espontaneamente;
- ✘ R (responsability⁴⁹): os líderes dos grupos têm a responsabilidade de agir de forma planeada e concertada validando os resultados e assumindo os seus compromissos assegurando, assim, a continuidade do processo na comunidade.

Para além do já fundamentado, a adoção desta metodologia prende-se com a forte associação dos seus princípios à trilogia “educação-organização-participação”, que acaba por se traduzir num conjunto de atuações organizadas em cinco áreas específicas:

☞ *Formação organizacional*: consciente de que os indivíduos que agem isoladamente estão sujeitos à condescendência por parte das instituições podendo, no limite, ser completamente ignorados, o CITI-Habitat encoraja os processos organizacionais pela via da formação. Desta forma são criadas consciências cívicas, formalizadas e planeadas as atividades das OCBs e desenvolvidos meios para aprendizagem com outras OCBs. A abordagem seguida não é forçada, apelidando-se de “liderança por trás”, na medida em que são os membros ativos da comunidade que tomam a iniciativa de se apresentar, restringindo-se o trabalho da ONG ao encorajamento e condução destes pequenos grupos de residentes ativos a criarem associações formais com participação alargada a todo o bairro. Este processo começa por atrair o interesse da população através de um serviço público concreto sendo posteriormente alargado a mais pessoas, transformando-se numa força social.

Para além destas associações formais de desenvolvimento comunitário, o CITI-Habitat procura encorajar a vida associativa de diferentes formas, ou seja, grupos de interesse constituído e liderados na sua maioria por mulheres, como associações de pais e

⁴⁵ Autoestima

⁴⁶ Força associativa

⁴⁷ Habilidade

⁴⁸ Planeamento de ações

⁴⁹ Responsabilidade

encarregados de educação, associações funerárias (de seguros), equipas de futebol e grupos culturais tradicionais de “batuques”.

Em 2003 concebeu a “Red’ Animar”, uma entidade federativa com trinta e seis OCBs com o objetivo de promover a solidariedade social, o ativismo popular e a capacidade de *lobby* junto dos poderes políticos.

Por fim, influenciado pelas experiências de rádios comunitárias noutros países da África Lusófona e com o apoio da ACEP em Portugal e da AD da Guiné-Bissau, fez surgir a rádio comunitária “Voz de Ponta d’Água”, a primeira estação de rádio de baixa voltagem utilizada como serviço público em Cabo Verde. Bem acolhida tanto pelos representantes públicos como pelos membros da comunidade, esta estação de rádio constitui uma nova “infraestrutura pública” através da qual está a ser desenvolvido um espaço político robusto para os cidadãos. Neste sentido, para além de ser o braço alongado do CITI-Habitat para o seu programa de “animação para o desenvolvimento comunitário”, a rádio comunitária é, também, o “espaço que dá voz e vez a quem não tem tido”.

☞ Sensibilização e formação: apesar dos progressos que vêm sido conseguidos pelo governo na redução da iliteracia e no fomento da sensibilização pública esta é uma condicionante presente, particularmente, entre as populações mais pobres, condicionando a sua participação ativa na sociedade. Associando a esta preocupação a do isolamento social entre populações pobres, o CITI-Habitat garante formação e serviços de sensibilização para questões de saúde pública, meio ambiente, gestão de água para abastecimento, produção agrícola e conservação do solo.

☞ Promoção de atividades geradoras de rendimento e emprego e do microempreendedorismo local, através do microcrédito: grande parte da população pobre, excluída do mercado laboral formal, garante a sua subsistência com o comércio informal. Porém a acessibilidade ao crédito é escassa ou nula, pelo que, como já mencionado, o CITI-Habitat atribui créditos de pequena escala, essencialmente, a mulheres chefes de família e jovens à procura do primeiro emprego, identificados com a ajuda das OCBs.

☞ Intermediação: desde 2001 que as entidades do setor público têm aumentado o seu investimento em obras públicas dependentes de mão-de-obra intensiva na área da educação, dos serviços de saúde, da água potável, da formação vocacional, da reabilitação de habitações e de outros bens e serviços públicos. Contudo, para que estes esforços sejam realmente efetivos devem envolver as comunidades, mas muitas

entidades públicas não possuem pessoal nem experiência para tal, pelo que, o CITI-Habitat complementa estas falhas, assumindo-se como intermediário entre as entidades governamentais e internacionais e as aspirações das OCBs ajudando, estas últimas, a procurarem subsídios ou serviços públicos.

✂ Construção e melhoria de infraestruturas sociais: como já referido, o CITI-Habitat com o apoio dos seus parceiros externos e em parceria com as OCBs, constrói infraestruturas sociais locais, reabilita as habitações dos mais vulneráveis e constrói de raiz habitações sociais para beneficiar famílias carentes que não têm um teto.

Focalizando a apresentação do CITI-Habitat na valência do microcrédito, este surgiu pela primeira vez em 1989 de forma muito localizada e com cariz comunitário, em São Francisco, na ilha de Santiago, através da OCB. Por esta altura, o microcrédito ainda não estava consagrado como uma valência da ONG, dada a sua forte componente local, não existindo na sua sede um departamento focado apenas neste tipo de financiamento.

Sete anos mais tarde, em 1996 em parceria com a ONG Belga *Solidarité Socialiste* é, finalmente, criado o referido departamento com o nome de PAGRE – Programa de Apoio às Atividades Geradoras de Rendimento e Emprego. Como três anos antes a *Solidarité Socialiste* já havia iniciado um processo de microcrédito com o Instituto Nacional das Cooperativas e o resultado não foi o esperado, renegociaram o mesmo com o CITI-Habitat, na tentativa de fazer vingar o projeto.

É então instalado o microcrédito da maneira mais formal que o CITI-Habitat já experienciou até aos dias de hoje. Dispunha de dois economistas, um diretor do crédito e um analista do projeto, por oposição às duas animadoras sociais de formação, transformadas em técnicas de microcrédito que estão, atualmente, à frente do GAMPES – Gabinete de Apoio a Médias e Pequenas Empresas⁵⁰.

Esta parceria pressupunha o financiamento do fundo de crédito e do funcionamento do departamento, terminou em 2003. Porém, o contrato assinado em 1996 previa que terminada a ajuda monetária o CITI-Habitat tinha a obrigatoriedade de continuar com a atividade durante, pelo menos, dois anos sob pena de perder todo o equipamento conseguido até então com o financiamento do projeto.

Conscientes, adotaram a política de acumular os reembolsos numa conta a prazo e laborarem apenas com o fundo de crédito anual. Deste modo, em 2003 começaram a conceder créditos

⁵⁰ Nome que, em 2011, substituiu o PAGRE devido ao término da parceria *Solidarité Socialiste*- CITI-Habitat.

por conta própria com um total de 30 milhões de escudos cabo-verdianos de fundo, tornando possível a continuidade da atividade até aos dias de hoje.

A sua preferência esteve sempre nas mulheres, iletradas ou pouco iletradas e, em jovens à procura do primeiro emprego, que abandonavam a escola devido a dificuldades monetárias ou jovens que o próprio CITI-Habitat formava. Os principais destinos, atividades geradoras de pelo menos um emprego, o autoemprego, com especial destaque para o comércio informal, prestação de serviços, agricultura, pesca, carpintaria, serralharia, pastelaria, padaria, embora se estendam a cabeleireiro, barbearia, papelaria, farmácia, costura, talho, cibercafé, aviário, pecuária, entre tantas outras. Apesar de toda a ilha de Santiago ser abrangida por estes créditos, destacam-se as cidades mais próximas da sede como a Praia, São Domingos e Ribeira Grande de Santiago.

Ainda que seja possível dar conta de cinco linhas de crédito, a escassez de fundos e de ajudas externas, que se resumem ao fundo de capitais próprios mais os contributos ativos de 9 milhões de escudos cabo-verdianos atribuídos pelo IEFP, 11.500 milhões de escudos cabo-verdianos do PNLFP apenas para crédito rural e 11mil milhões de escudos cabo-verdianos cedidos até ao momento pela FAM-F, impede o funcionamento de duas delas.

Ativas estão as linhas de 50 mil a 100 mil escudos cabo-verdianos para atividades geradoras de rendimento, de 100 mil a 300 mil escudos para micro e pequenas empresas e a de parceria com as OCBs, cujo valor depende do consenso a que chegam as técnicas do microcrédito, beneficiários e associações. Neste caso, são as OCBs que selecionam os potenciais beneficiários da sua comunidade e informam o CITI-Habitat. Aprovado o crédito é dado o dinheiro à associação local para que seja ela a fazer a distribuição e o controlo do processo de microcrédito, embora o CITI-Habitat também faça as suas visitas, tal como nos casos dos créditos individuais.

Inativas estão a linha dos 300 mil aos 500 mil escudos cabo-verdianos e as associadas ao projetos do CITI-Habitat cujos parceiros externos financiavam uma parte exclusivamente para o microcrédito.

A mesma falta de fundos impede que concedam crédito mais do que quatro vezes por ano, apesar da muita procura, distribuindo um total de 15 milhões de escudos cabo-verdianos a cerca de setenta/oitenta pessoas por ano. Conquanto considerem ter poucos problemas de reembolso, com uma taxa de aproximadamente 85%, apontam o último ano, como problemático devido ao impacto da crise mundial que se começa a sentir.

De forma mais ou menos semelhante, o processo de concessão de microcrédito tem sido feito da seguinte forma:

1. No atendimento são apresentadas as exigências, dois avalistas e as suas declarações de rendimentos e bilhetes de identidade (cf. Documento B.1. em anexo), bilhete de identidade de quem pede o crédito e a lista de necessidades para a atividade (cf. Documento B.2. em anexo).
2. Depois de terem na sua posse os documentos, as técnicas do microcrédito fazem uma pré-seleção dos candidatos.
3. Destes é feita uma lista com os dados e são cruzados com os de outras instituições de microfinança para se encontrarem os devedores.
4. Eliminados os devedores, começam as visitas ao local da potencial atividade para fazerem o levantamento das necessidades e da real situação.
5. Conhecida a real situação é terminada a ficha, que se assemelha a um pequeno projeto da atividade a beneficiar e é apresentada ao presidente executivo sendo ele quem decide quais os projetos financiados (cf. Documento B.3. em anexo).
6. Tomada a decisão final procedem-se aos contatos com os futuros beneficiários e assina-se o contrato (cf. Documento B.4. em anexo).
7. Entrega-se o cheque.
8. Faz-se uma visita para comprovar a aplicação do dinheiro.
9. E iniciam-se as visitas periódicas, dependendo o intervalo entre elas de cada uma das situações.

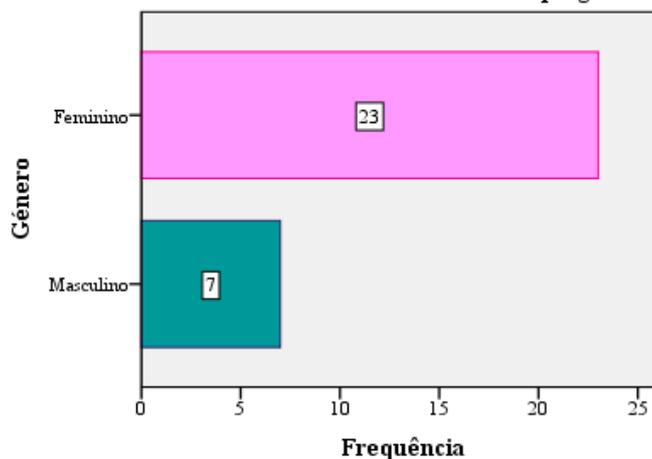
Nos casos de reforço, como a ONG já dispõe de grande parte da informação necessária, são exigidos apenas alguns documentos e é feito um memorando que é quase sempre aceite automaticamente, por ser feito por beneficiários cumpridores.

9.4. Análise dos dados recolhidos no trabalho de campo

Com base numa amostra de trinta indivíduos extraída do universo de quatrocentos e seis evidenciam-se traços característicos relevantes que, juntos, permitem descrever o beneficiário tipo do microcrédito cedido pelo CITI-Habitat.

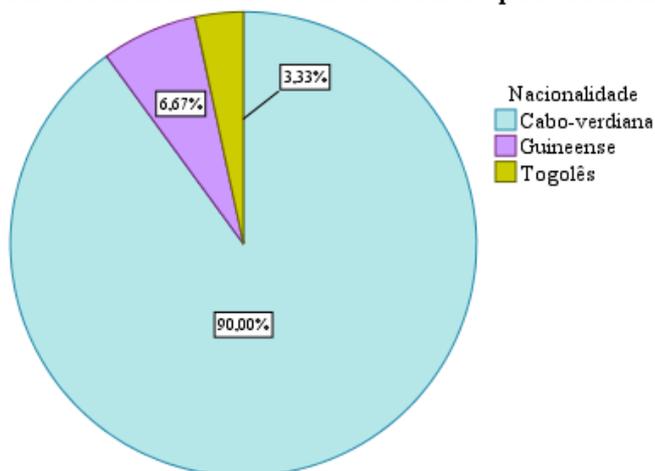
Assim sendo, este é, maioritariamente, do sexo feminino (cf. Gráfico 1 e Tabela D.1. em anexo), de origem cabo-verdiana (cf. Gráfico 2 e Tabela D.2. em anexo) e de meia-idade, mais precisamente 43 anos de média (cf. Gráfico 3 e Tabelas D.3.1. e D.3.2. em anexo).

Gráfico 1: Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por gênero



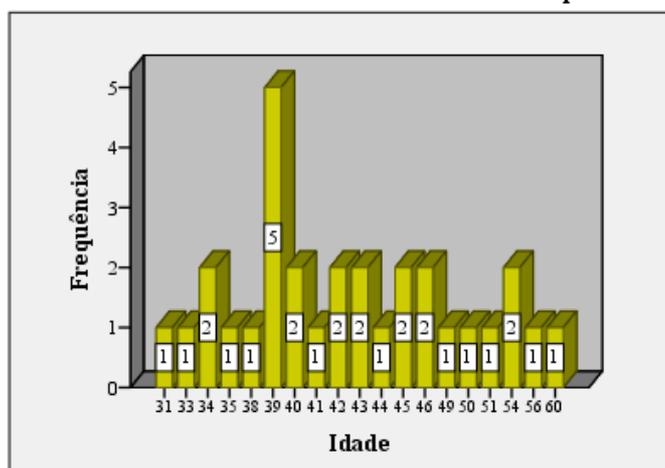
Fonte: Inquérito por questionário da autora

Gráfico 2: Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por nacionalidade



Fonte: Inquérito por questionário da autora

Gráfico 3: Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por idade



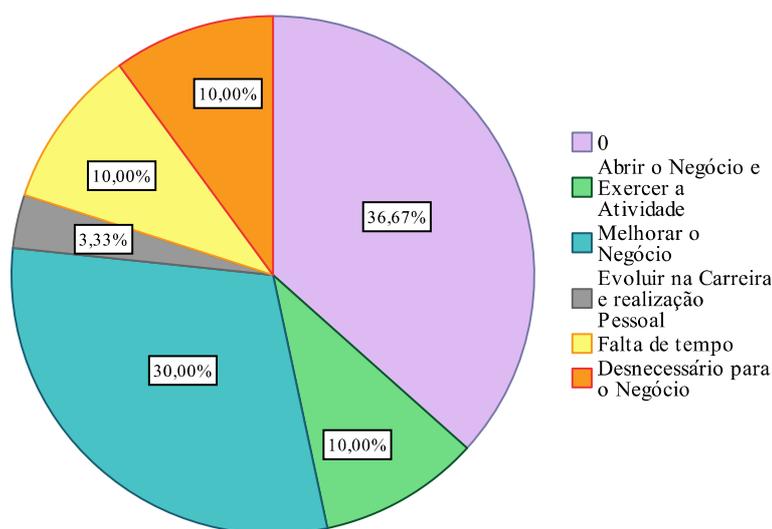
Fonte: Inquérito por questionário da autora

Vive, normalmente, em união de facto ou é casado(a), todavia a contração do microcrédito parece promover uma mudança de comportamento, na medida em que, 20% revela ter passado da primeira condição para solteiro(a) (cf. Tabelas D.4.1. e D.4.2. em anexo).

Ainda que 60% tenham até quatro elementos nos seus agregados familiares, os restantes 40%, por comparação com a norma dos países desenvolvidos, são numerosos (cf. Tabela D.5.), o que se justifica com a média do número de filhos acima de três (cf. Tabelas D.6.1. e D.6.2. em anexo).

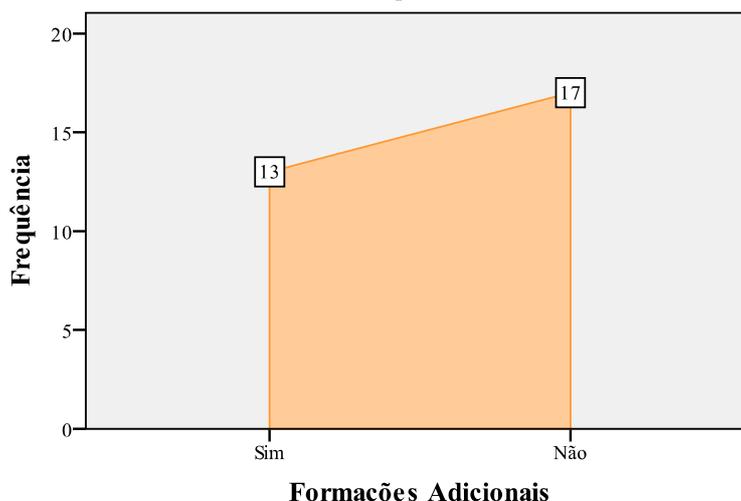
As suas habilitações literárias são relativamente baixas (cf. Tabela D.7.1. em anexo), 27% é analfabeta, por nunca ter ido à escola ou por não ter o quarto ano concluído, e 23,3% têm apenas o 1.º Ciclo. Contudo, a adesão a este tipo de crédito parece impulsionar, de forma ténue, o aumento do grau académico mas, curiosamente, apenas nos indivíduos com escolaridade mais elevada (cf. Tabela D.7.2. e D.7.3. em anexo). Em compensação as formações adicionais, dadas tanto pelo CITI-Habitat como por outras instituições na área da contabilidade, fiscalidade, marketing, empreendedorismo, manipulação de alimentos (cf. Tabela D.8.1. em anexo), como preveem uma contrapartida imediata no desempenho das suas atividades, como se verifica pelas razões de adesão (cf. Gráfico 4 e Tabela D.8.2. em anexo), são mais atrativas para os beneficiários (cf. Gráfico 5 e Tabela D.8.3. em anexo).

Gráfico 4: Razões que levam os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat a fazer formações adicionais



Fonte: Entrevista semi-diretiva da autora

Gráfico 5: Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que fizeram formações adicionais após o microcrédito



Fonte: Entrevista semi-diretiva da autora

Cabo Verde é, por excelência, um país de entreatajuda com inúmeras manifestações de solidariedade social quer entre familiares, amigos, conhecidos ou instituições. Esta realidade valida, o reduzido número de beneficiários que declara já se ter sentido ou que se sente excluído de alguma forma. Ainda que não sejam valores expressivos importa referir que o microcrédito ajudou metade destes a sentirem-se mais integrados na sociedade (cf. Tabela D.9.1. em anexo), uma vez que, a sua maioria aponta como fator de exclusão a falta de recursos (cf. Tabelas D.9.2. e D.9.3. em anexo).

De maneira análoga, a forte cultura de entreatajuda enraizada no país corrobora o tipo de relação harmoniosa que se verifica tanto com familiares (cf. Tabela D.10.1. em anexo) como com vizinhos (cf. Tabela D.10.2. em anexo) e a extrema importância que lhes é dada na vida quotidiana (cf. Tabela D.10.3. em anexo).

Conquanto que seja significativo o número de indivíduos que recorre ao microcrédito para abrir um negócio de raiz, 27%, são mais aqueles que têm como objetivo melhora-lo, ou seja, reforçar a atividade (cf. Tabela D.11. em anexo).

Neste sentido, não há variações assinaláveis entre o tipo de emprego antes (cf. Tabela D.12.1. em anexo) e depois (cf. Tabela D.12.2. em anexo) do microcrédito, até porque na sua maioria situa-se no setor terciário com destaque para vendedor(a) no Mercado da Sucupira (cf. Figura A.5. em anexo) que, após o crédito, tende a evoluir para vendedor(a) de roupa numa loja. Porém, a distribuição dos rendimentos mensais auferidos merece algum relevo pois, não olhando a géneros, após o microcrédito a sua dispersão diminuiu deixando de haver valores extremos, especialmente os mais baixos, concentrando-se entre os 10.000 e os 70.000 escudos

cabo-verdianos (cf. Tabelas D.13.1. e D.13.2. em anexo). Algo semelhante aconteceu com o rendimento mensal familiar, cuja média está entre os 50.000 e os 70.000 escudos cabo-verdianos (cf. Tabelas D.14.1. e D.14.2. em anexo). Analisando as diferenças entre géneros, os homens, em menor número, tendem a ganhar menos e a ter um rendimento familiar mensal (cf. Tabelas D.13.2. e D.14.2. em anexo) inferior aos das mulheres, o que se justifica tanto pelo facto de serem os únicos a desempenharem tarefas dos setores primário e secundário como, pela teoria de que os resultados mais vantajosos e imediatos do recurso ao microcrédito advêm dos beneficiários do sexo feminino e não masculino.

Em contrapartida, as despesas depois do crédito permaneceram superiores ao rendimento mensal auferido (cf. Tabela D.15.1. e D.15.2. em anexo), o que em parte se explica pelas novas exigências e custos abertos pelas mudanças decorrentes do acesso ao microcrédito. Por um lado, podem resultar dos custos associados a um negócio próprio, muitas vezes, instável. Por outro, o aumento dos gastos com a habitação tanto pelo acréscimo de casas próprias verificado, neste caso só pelos beneficiários do sexo masculino (cf. Tabelas D.16.1. e D.16.2. em anexo), como pelas rendas que passaram de uma média de 7.400 escudos cabo-verdianos para 10.600 escudos cabo-verdianos (cf. Tabela D.16.3. em anexo) e ainda pelos gastos associados ao conforto do lar.

É passível de generalização o bem-estar que os beneficiários do CITI-Habitat referem usufruir após o microcrédito, contudo, indo de encontro à teoria, já aqui mencionada, de que é através dos beneficiários do sexo feminino que as vantagens mais se proliferam por toda a família, são as mulheres que mais evidenciam este ganho. Em todos os elementos de análise relativos ao conforto para o período temporal antes e depois do microcrédito, como a posse de televisão, leitor de DVD, aparelhagem de som, computador, internet, fogão, máquina de lavar louça, micro-ondas, esquentador, máquina de lavar roupa, ar condicionado, telefone, distribuição de água, evacuação de águas residuais, instalações sanitárias e eletricidade em casa, foram as mulheres que mais progressos revelaram (cf. Tabelas D.17. em anexo).

Para além destas, há também que ter em conta as despesas associadas ao aumento do número médio de filhos por agregado familiar que, passou dos três para os quatro (cf. Tabela D.6.2. em anexo) mas, sobretudo, a crise que se começa a fazer sentir no país.

No que aos serviços diz respeito, este financiamento alternativo não parece ser um propulsor na mudança de comportamentos. Os beneficiários têm por hábito ir ao médico sempre que necessário (cf. Tabela D.18.1. em anexo) dividindo-se, quase de forma equitativa, entre o serviço público e privado, embora, se denote uma ligeira preferência por este último (cf. Tabelas D. 18.2. em anexo). Contrariamente, o recurso ao sistema jurídico cabo-verdiano é

fraco (cf. Tabela D.19.1. em anexo), muito provavelmente por ser um mau serviço (cf. Tabela D.19.4. em anexo) onde dificilmente se consegue o que se pretende (cf. Tabela D.19.3. em anexo), ao contrário do anterior, como os próprios inquiridos o caracterizam (cf. Tabela D.18.3. em anexo).

Centrando a análise, exclusivamente, na componente do microcrédito não existe um padrão único no comportamento dos beneficiários, alguns pedem um crédito, outros pedem cinco, uns pedem apenas 100.000 escudos cabo-verdianos, outros 500.000 escudos cabo-verdianos. Todavia, são raros os casos em que o quarto pedido é ultrapassado.

Do levantamento de dados levado a cabo para este estudo, conclui-se que a maior frequência de crédito ocorre nos anos mais recentes (cf. Tabelas D.21. em anexo) e a média de valores pedidos vai diminuindo (cf. Tabelas D.22. em anexo), com o aumento do número de crédito que um mesmo beneficiário contrai. Da mesma forma, o número de beneficiários que pede mais do que um crédito também diminui (cf. Tabelas D.20. em anexo).

No primeiro pedido, os valores variam de 100.000 a 505.000 escudos cabo-verdianos (cf. Tabela D.22.1. em anexo) e são, por vezes, aplicados na abertura de um negócio de raiz mas, principalmente, na sua melhoria (cf. Tabela D.23.1. em anexo). A partir do segundo (cf. Tabelas D.22.2., D.22.3., D.22.4. e D.22.5. em anexo), com menor dispersão de montantes dos 100.000 a 400.000 escudos cabo-verdianos, a aplicação passa a ser unicamente o reforço do negócio (cf. Tabelas D.23.2., D.23.3., D.23.4. e D.23.5. em anexo). No diferencial de género, sobressai a particularidade de os homens contraírem, sistematicamente, valores mais baixos que as mulheres (cf. Tabelas D.22. em anexo).

Com uma taxa de juro de 14%, a fórmula de cálculo das mensalidades é $\frac{\text{montante pedido} + (\text{montante pedido} \times 14\%)}{12}$ (1) sendo, obviamente, tanto maior quanto o montante pedido. A maioria considera esta uma taxa razoável (cf. Tabela D.24. em anexo), o que não invalida a dificuldade apontada em cumprir os pagamentos a tempo (cf. Tabela D.26.1. em anexo), muito devido, à instabilidade dos negócios (cf. Tabela D.26.2. em anexo), culminando numa taxa de incumprimento temporal (atraso nas datas de pagamento) de 60% (cf. Tabela D.25. em anexo). O constante acompanhamento fomentado pelas técnicas do microcrédito permitiu os ajustes e adaptações necessárias para o sucesso destes casos, de tal forma que, apenas um, por falta de orientação e visão empreendedora, não aguentou o negócio aberto (cf. Tabelas D.28.1. e D.28.2. em anexo).

Todos os outros mantêm os seus negócios, preveem prosperidade para o mesmo e reconhecem a enorme ajuda deste financiamento para o sucesso do seu negócio, para o conforto da sua

casa, para a continuidade e qualidade do ensino dos seus filhos, para a melhoria da sua vida em geral (cf. Tabelas D.29. e D.30. em anexo) e, conseqüente, valor e reconhecimento na sociedade (cf. Tabelas D.32. em anexo). Daí que quase todos ambicionem contrair novos créditos (cf. Tabela D.31. em anexo), para poderem continuar a melhorar mais e mais o seu negócio e o seu bem-estar e da sua família na esfera particular (cf. Tabelas D.31.2. e D.33. em anexo).

10. CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação foram analisadas diversas lógicas e estratégias de microcrédito em Cabo Verde, com especial atenção para os programas desenvolvidos na cidade da Praia, mais exatamente do CITI-Habitat.

O móbil deste estudo foi responder à questão de partida colocada no princípio sobre a saída da pobreza de alguns beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por via deste mesmo crédito. Por outras palavras, se este permite ou não uma melhoria das condições de vida, de bem-estar e, ainda um, empowerment das populações beneficiadas.

Neste sentido, o estudo do projeto de microcrédito do CITI-Habitat na cidade da Praia permitiu concluir que há, em geral, uma melhoria a diferentes níveis, da vida dos beneficiários após contraírem este tipo de financiamento alternativo. Sendo na maioria pobres, mulheres chefes de família, o microcrédito permitiu a estas pessoas melhorarem a sua integração na sociedade de uma forma dificilmente alcançada por meios próprios, uma vez que, lhes permite implementar os seus projetos, gerar emprego e rendimentos que garantem uma melhor condição de vida para si e para a sua família. E, no caso de financiamento de atividades já existentes, o mais comum, aumentar o *stock* e otimizar os equipamentos, melhorando a oferta e a satisfação da procura. Refira-se, sobretudo, o progresso da capacitação e participação social, associado à responsabilização de gerir um negócio, com tudo o que isso envolve, como o pagamento das mensalidades nas datas pré-acordadas.

Especificamente, a nível educacional, as pessoas contactadas aumentaram o grau de ensino concluído ou fizeram formações adicionais com vista a melhorarem o desempenho do negócio. A nível económico verificou-se, por vezes, uma evolução nas infraestruturas, isto é, houve uma passagem da venda ambulante e dos espaços no mercado da Sucupira para lojas próprias, auferindo agora um rendimento mensal pessoal e familiar com menor dispersão de montantes, sinónimo de extremos salariais inferiores.

O número de casas próprias e o valor dos alugueres aumentaram, bem como, frequentemente, os indicadores de conforto e qualidade do lar, como a posse de televisão, leitor de DVD, aparelhagem de som, computador, internet, fogão, máquina de lavar louça, micro-ondas, esquentador, máquina de lavar roupa, ar condicionado, telefone, distribuição de água, evacuação de águas residuais, instalações sanitárias e eletricidade, indicando uma melhoria a nível de bem-estar.

A nível social, os poucos que se sentiam excluídos passaram a sentir-se mais integrados, com um papel mais ativo na sociedade e com importância reconhecida na sua comunidade, tal

como os demais, perspetivando para o futuro a continuidade da sua contribuição social, através do sucesso do negócio.

Apesar dos evidentes progressos, muitos são aqueles que ambicionam novos créditos, o que se associa, não à total dependência de terceiros para se manterem, mas a esta mesma evolução que é como que uma alavanca para o negócio e, indiretamente para o bem-estar pessoal e social.

Conclui-se, assim, que o microcrédito pode desempenhar um papel importante na luta contra a pobreza e exclusão social e promoção do empowerment em Cabo Verde para as populações mais vulneráveis. Tal como pressuposto no enquadramento teórico, o estudo de caso veio confirmar que o microcrédito pode contribuir para a saída da pobreza e da exclusão por via do autoemprego, garantindo o empowerment dos seus beneficiários.

Da mesma forma, revelou que os conceitos definidos e apresentados no enquadramento teórico foram pertinentes para a interpretação rigorosa nos casos estudados. Exemplo disso é o facto de a utilização dos conceitos de pobreza permitir verificar que não há, em geral, situações de pobreza extrema, para além de um beneficiário cuja falta de condições mínimas antes do microcrédito era tal que ainda não conseguiu reverter a situação. Tão pouco, casos de profunda exclusão social, o que se crê estar relacionado com a componente de entreaajuda característica da sociedade cabo-verdiana que inclui naturalmente os seus elementos, desconhecendo muitos deles este conceito.

Já o conceito de empowerment facilitou o reconhecimento de situações que expressassem melhoria de autonomia e capacitação. Porém, a limitação de tempo não permitiu a análise de mudanças comportamentais mais subjetivas ilustrativas de mudanças positivas radicais, isto é, que a vida dos indivíduos tenha melhorado exponencialmente. Neste sentido, não é possível assegurar que o microcrédito propulsionou melhorias espetaculares na vida dos seus beneficiários, nem que é a solução última para os seus problemas mas sim um contributo que conjugado com outros elementos de apoio social poderá constituir um potencial meio de erradicação da pobreza.

Contudo, pode afirmar-se que os conceitos, tomados como base, revelaram-se extremamente importantes na discussão do tema da dissertação, no apoio à preparação e ao trabalho de campo, mas também à análise do projeto por permitir confrontar a teoria com a prática de forma bastante válida.

O contacto proporcionado pelo trabalho de campo com a realidade cabo-verdiana, em particular, as entrevistas feitas a entendidos na problemática do microcrédito neste país, como o secretário executivo da Plataforma das ONGs em Cabo Verde Mário Moniz, afirmou a

relevância dos estudos sobre o impacto direto desta forma de financiamento na vida de quem deles usufrui, o que usualmente não é feito.

Por outro lado, com esta investigação outra situação emergiu. Verifica-se que a cada vez maior aproximação à Europa e o positivo desenvolvimento do país tem contagiado algumas organizações intermediárias que começaram por ser de financiamentos alternativos e passaram a assumir, progressivamente, um forte pendor economicista. O desígnio de facultar aos mais pobres os instrumentos necessários para a sua emancipação individual, económica e social está a ser substituído pela obsessão da sustentabilidade, mas entendida, única e exclusivamente, na sua componente económico-financeira. Com a preocupação de se manterem no ativo a todo o custo, o carácter social de algumas destas organizações sucumbiu ao económico e, por isso, preocupam-se mais com estudos de sustentabilidade/viabilidade, taxa de juro e de reembolso, não existindo dados sobre as melhorias e os efeitos que o microcrédito proporciona direta e indiretamente na vida dos seus beneficiários e das suas famílias.

Designadas e aprovadas juridicamente como ONGs e, normalmente, vistas como capazes de oferecer financiamentos alternativos por na sua atividade contemplarem os princípios da Economia Social, na prática deixam de os cumprir. Na verdade continuam a ser denominadas de ONGs e a usufruir das suas regalias, porém, a essência passa a ser de uma instituição comercial de microfinanças cujo objetivo é essencialmente determinado pela sustentabilidade/viabilidade a qualquer preço, neste caso, à custa da taxa de juro, cada vez mais alta. No limite, ainda que por entraves diferentes, será tão inacessível o crédito nestas instituições como na banca normal.

Importa salientar que, por um lado a sustentabilidade não é só baseada na viabilidade económico-financeira e, por outro, esta última, sendo desejável, pois caso contrário deixariam de existir organizações e ajuda para quem necessita, não pode ser só baseada em critérios de mercado. O que aqui se reclama não é a abolição mas sim a sua importância, ou seja, deve ser um meio para um fim e não um fim em si mesmo como vem acontecendo.

O CITI-Habitat, fiel aos seus princípios e missão, é um exemplo de como é exequível uma organização ser promotora de financiamentos alternativos sem os deturpar. Graças à política de acumulação de reembolso que originou o fundo de capitais com que atualmente labora, as parcerias com certas instituições que se associam a fundos esporádicos mas, especialmente, a persistência do seu presidente têm acautelado a primazia dos princípios da Economia Social sobre quaisquer outros e a continuidade da sua missão original de ajuda ao próximo por via do microcrédito sem alterações da taxa de juro.

No entanto, o trabalho de investigação de campo revelou que, no espectro das microfinanças, são mais os que olham para esta ideologia como uma utopia com um fim próximo do que como uma opção viável. Tanto pelo fundo de capitais que, com os casos de incumprimento, mesmo que moderados, eventualmente, findará já que não tem sido possível renová-lo, como pelas parcerias que tendem a ser cada vez mais inexistentes.

Mas serão estas razões viáveis ou mesmo suficientes para que o CITI-Habitat abandone os seus princípios e os substitua pela sustentabilidade económico-financeira? E se assim for, fará sentido continuar a chamar o microcrédito disso mesmo? Ou deverá ser reduzido a um mero instrumento de microfinanças? E as ONGs? Deixarão de existir como intermediárias deste serviço, já que os entendidos defendem que este deve ser apenas financeiro?

Perante tais dúvidas uma opinião, muito pessoal e até um pouco radical, começou a ganhar solidez. Embora todos os esforços estejam direcionados para a alteração do paradigma de todas estas organizações, quer pelo receio de fecharem, quer pela aliciação da remuneração do capital, acredito que esta não seja a opção a seguir.

Para que o microcrédito possa continuar a existir, como um instrumento de empowerment, as ONGs têm que se manter fieis aos princípios da Economia Social, não lhes sobrepondo a sustentabilidade económico-financeira. Caso esta sobreposição se dê, tendência cada vez mais evidente, dever-se-iam distinguir claramente estas situações e suas denominações e estatutos, já que, como se definiu na presente dissertação, alteram a sua essência. Por outras palavras, quando estas organizações descurem os princípios da Economia Social, tornam-se numa instituição de microfinanças normal que não pode, de forma alguma, oferecer mais do que um mero serviço de microfinanças, pois os valores originais por detrás do que uma ONG e o microcrédito devem ser, deixam de existir.

Seria, então, relevante que esta fosse uma questão discutida e debatida publicamente, garantindo a salvaguarda do microcrédito na sua essência original, tal como a identificação das ONGs que o praticam segundo os princípios e valores da Economia Social, sem se confundir e, reforçando a sua distinção, com outras práticas organizacionais.

Decerto outras soluções existirão, já que a Economia Social e Solidária pressupõe sustentabilidade e harmonia a diferentes níveis, contudo impossíveis de aprofundar dados os contornos deste estudo.

Daí que, embora a presente dissertação seja um pequeno estudo, por razões óbvias de tempo, orçamento e exigências, é feito com o intuito de abrir caminho a novos contornos na investigação desta temática o que por um lado, pode ajudar a questionar as organizações intermediárias deste tipo de crédito e restabelecer as suas prioridades por divulgar o impacto

na ótica do utilizador. Bem como despertar o interesse de outros investigadores na descoberta de soluções para os problemas aqui levantados. E, por outro, consciencializar os poderes políticos da diferença entre ONGs que agem de acordo com os princípios da Economia Social e oferecem verdadeiros financiamentos alternativos e as que apenas usam o nome em benefício próprio e, por isso, têm um serviço financeiro complementar. Encaminhando-os para a reformulação dos estatutos através da criação de um para as instituições de microfinança, desaparecerão as apropriações indevidas e cada organização estará categorizada legalmente de acordo com os seus princípios e objetivos, ficando nas mãos dos seus clientes a escolha por uma ou outra.

BIBLIOGRAFIA

- ☞ ACEP (2000), *O associativismo e o micro-crédito na luta contra a pobreza pela promoção do bem-estar rural: estudos de casos em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- ☞ Agência Geral do Ultramar (1961), *Cabo Verde. Pequena monografia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- ☞ Almeida, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1995), *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- ☞ Amaro, Rogério Roque (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho.
- ☞ Amaro, Rogério Roque (2004), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Caderno de Estudos Africanos*, XX, pp.35-70.
- ☞ Banco de Cabo Verde (2011), *Relatório anual 2010*, Praia, Banco de Cabo Verde.
- ☞ Banco Mundial (2011), *African development indicators 2011*, Washington, D.C., World Bank.
- ☞ Basu, Anupam, Rodolphe Blavy e Murat Yulek (2004), “Microfinance in Africa: experience and lessons from selected African countries”, *International Monetary Fund*, WP/04/174.
- ☞ Bruto da Costa, Alfredo (2002), *Exclusões sociais*, Lisboa, Gradiva.
- ☞ Bruto da Costa, Alfredo *et al.* (2008) (orgs), *Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.

- ☞ Capucha, Luís (1998), “Pobreza, Exclusão social e marginalidades” em José Viegas e António da Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- ☞ Capucha, Luís (2005), *Desafios da pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- ☞ Chefia do Governo (2011), *Cabo Verde 2016. Programa do governo para a VIII legislatura 2011-2016*, Praia, Chefia de Cabo Verde.
- ☞ Cooperação Portuguesa (2008), *Portugal: Cabo Verde 2008-2011*, Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.
- ☞ Costa, António Firmino da (1987), “A pesquisa de terreno em sociologia”, em Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- ☞ Estivill, Jordi (2003), *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho.
- ☞ Évora, Iolanda (2009), *Djunta-mon em três tempos: pós-independência, imigração e transnacionalismo. Aspectos da experiência associativa cabo-verdiana*, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento.
- ☞ Ferreira, Sílvia (2009), “Terceiro Sector”, em Antonio David Cattani, Jean-Louis Lavelle, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina.
- ☞ Friedmann, John (1996), *Empowerment: Uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- ☞ Gama, Cláudia Raquel dos Santos (2004), *Microcrédito: Um instrumento de luta contra a pobreza na cidade da Praia*, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.

- ☞ Henriques, José Manuel (2006), *Global restructuring and local anti-poverty action: Learning from European experimental programmes*, Tese de Doutoramento na Área de Economia do Desenvolvimento, Lisboa, ISCTE-IUL.
- ☞ Hollis, Aidan e Arthur Sweetman (1996), *The evolution of a microcredit institution: the Irish loan funds, 1720-1920*, Canada, Universidade de Toronto.
- ☞ Hollis, Aidan (1999), *Women and microcredit in history: gender in the Irish loan funds*, Canada, Universidade de Calgary.
- ☞ Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2011), *Apresentação dos resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação*, Praia, INECV.
- ☞ Ledgerwood, Joanne (2000), *Microfinance handbook: an institutional and financial perspective*, Washington, D.C., World Bank.
- ☞ Macitela, Cidália Albertina Alexandre (2007), *O contributo do microcrédito para a promoção de desenvolvimento nas comunidades rurais no distrito de Cuamba*, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- ☞ Ministério das Finanças e Administração Pública (2008), *Documento de Estratégia de Crescimento e da Redução da Pobreza – II*, Praia, Ministério das Finanças e Administração Pública.
- ☞ Ministério das Finanças/Direcção Nacional do Planeamento (2010), *Relatório global de seguimento da execução da estratégia de crescimento e de redução da pobreza, DECRP II*, Praia, Fundo Monetário Internacional.
- ☞ Ministério das Finanças e do Planeamento (2004), *Documento de Estratégia de Crescimento e da Redução da Pobreza*, Praia, Ministério das Finanças e do Planeamento.

- ☞ Monteiro, Fátima (2004), “Cabo Verde na encruzilhada atlântica”, *Estratégia – Revista de Estudos Internacionais*, 20, pp.19-30.
- ☞ Monteiro, Gizela (2008), *Empowerment – uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social em Cabo Verde – o caso de Lajedos*, Tese de Mestrado na Área de Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- ☞ Narayan, Deepa (2002), *Empowerment and poverty reduction: A sourcebook*, Washington D.C., World Bank.
- ☞ Organização Mundial de Saúde (2011), *World health statistics 2011*, World Health Organization.
- ☞ Pereira, Daniel (2005), *Estudos da história de Cabo Verde*, Praia, Alfa-Comunicações.
- ☞ Pina, Rita Maria Mendes de (2007), “Associativismo e desenvolvimento local em Cabo Verde: notas sobre alguns percursos de revitalização rural”, *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, III.
- ☞ Plataforma das ONG’s de Cabo Verde (2007), *Guia das ONG’s de Cabo Verde*, Praia, Plataforma das ONG’s de Cabo Verde.
- ☞ PNUD (2010), *Human Development Report 2010*, Nova Iorque, United Nations Development Programme.
- ☞ Psico, José Augusto Tomo (2007), *A avaliação do desempenho social das instituições de microfinanças*, Tese de Doutoramento na Área de Gestão, Lisboa, ISCTE-IUL.
- ☞ Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (Marques, João Minhoto e Mendes, Maria Amália, Trad), Lisboa Gradiva – Publicações Lda. (Obra original publicada em 1988).

- ☞ Robinson, Marguerite (2001), *The microfinance revolution: sustainable finance for the poor*, Washington, D.C., World Bank.
- ☞ Sen, Amartya (1983), “Poor, relatively speaking”, *Oxford Economic Papers*, 35, pp.153-169.
- ☞ Sen, Gita (1997), “Empowerment as an approach to poverty”, *Working Paper Series, Background paper to the Human Development Report 1997*, 97.07.
- ☞ Servet, Jean-Michel (2009), “Microcrédito”, em Antonio David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger e Pedro Hespanha (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina.
- ☞ Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (1986) (orgs), *Metologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- ☞ Tomás, António (2007), *O fazedor de utopias, uma biografia de Amílcar Cabral*, Lisboa, Tinta-da-China.
- ☞ Townsend, Peter (1979), *Poverty in the United Kingdom. A survey of household resources and standards of living*, Grã-Bertanha, Hazell Watson & Viney.
- ☞ Xiberras, Martine (1993), *As teorias da exclusão social. Para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.
- ☞ Yunus, Muhammad (2008): *Criar um Mundo sem Pobreza*, Lisboa, DIFEL.
- ☞ Yunus, Muhammad (2008): *O Banqueiro dos Pobres*, Lisboa, DIFEL.

Bibliografia Electrónica

- ☞ ASDIS – <https://asdis.org.cv> (acedido em 09.05.2012 às 15:02)

- ☞ Casa do Cidadão – <https://portonecv.gov.cv> (acedido em 08.03.2012 às 19:54)

- ☞ Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Global – <http://www.gdrc.org/> (acedido em 13.02.2012 às 22:46)

- ☞ FAMI-PICOS – <https://fami-picos.blogspot.com> (acedido em 09.05.2012 às 14:54)

- ☞ Instituto Nacional de Estatística – Resultados do Censo de 2010 – <http://www.ine.cv/actualise/destaques/files/CD/Start.pdf> (acedido em 22.02.2012 às 19:24)

- ☞ MORABI – <https://www.morabi.org> (acedido em 09.05.2012 às 14:32)

- ☞ OMCV – <https://omcv.org.cv> (acedido em 09.05.2012 às 15:20)

- ☞ Plano Diretor Municipal da Praia – <https://sites.google.com/site/praiapdm/anteprojecto-pdm/pecas-escritas> (acedido em 28.03.2012 às 16:50)

- ☞ Plataforma das ONGs de Cabo Verde – <https://www.platongs.org.cv> (acedido em 09.05.2012 às 15:30)

- ☞ Pólo de Microfinanças – <http://microfinancement.cirad.fr/> (acedido em 19.01.2011 às 22:57)

- ☞ Portal da ilha do Fogo – <https://www.fogo.cv> (acedido em 09.05.2012 às 16:00)

- ☞ Portal do Governo de Cabo Verde – <http://www.governo.cv/> (acedido em 26.02.2012 às 15:14)

- ☞ SOLMI – <https://sites.google.com/site/solmiweb/> (acedido em 09.05.2012 às 14:40)

ANEXOS

Anexo A – Figuras	132
Figura A.1. – Mapa de Cabo Verde	132
Figura A.2. – Mapa da Ilha de Santiago, Cabo Verde	132
Figura A.3. – Cidade da Praia, Cabo Verde	133
Figura A.4. – Sede do CITI-Habitat, Ponta d’Água, Cabo Verde	133
Figura A.5. – Mercado da Sucupira, Praia, Cabo Verde	134
Anexo B – Documentos do CITI-Habitat	135
Documento B.1. – Declaração de fiança dos avalistas do futuro beneficiário .	135
Documento B.2. – Ficha de identificação do candidato ao microcrédito	136
Documento B.3. – Ficha de viabilidade do projeto a ser financiado	137
Documento B.4. – Contrato do financiamento a ser concedido ao beneficiário	142
Anexo C – Guiões dos inquéritos por questionário e das entrevistas semi-diretivas aplicadas	145
Guião C.1. – Guião dos inquéritos por questionário/entrevistas semi-diretivas aplicado a trinta dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	145
Guião C.2. – Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos responsáveis do CITI-Habitat	157
Guião C.3. – Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos observadores privilegiados do trabalho levado a cabo pelo CITI-Habitat	158
Anexo D – Dados recolhidos no trabalho de campo	160
Tabela D.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por sexo	160
Tabela D.2. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por nacionalidade	160
Tabela D.3. – Idade dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	160
Tabela D.3.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por idade	160
Tabela D.3.2. – Média das idades dos beneficiários do microcrédito do CITI-	

Habitat	161
Tabela D.4. – Estado civil dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	161
Tabela 4.1. – Cruzamento entre o estado civil dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e depois de contraírem crédito	161
Tabela D.4.2. – Beneficiário do microcrédito do CITI-Habitat que após contraírem crédito mudaram de estado civil	161
Tabela D.5. – Dimensão do agregado familiar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	161
Tabelas D.6. – Filhos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	162
Tabela D.6.1. – Número de filhos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	162
Tabela D.6.2. – Média de filhos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e depois de contraírem crédito	162
Tabelas D.7. – Habilitações literárias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	162
Tabela D.7.1 – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por habilitações literárias	162
Tabela D.7.2. – Beneficiário do microcrédito do CITI-Habitat que após contraírem crédito aumentaram as habilitações literárias	163
Tabela D.7.3. – Cruzamento entre as habilitações literárias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e depois de contraírem crédito	163
Tabelas D.8. – Formações adicionais feitas pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	163
Tabela D.8.1. – Formações adicionais oferecidas pelo CITI-Habitat aos seus beneficiários do microcrédito	163
Tabela D.8.2. – Razões que levaram os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat a fazerem ou não formações adicionais após contraírem crédito	165
Tabela D.8.3. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que após contraírem crédito fizeram formações adicionais	165
Tabelas D.9. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat excluídos	166

Tabela D.9.1. – Cruzamento entre os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que se sentem ou se sentiam excluídos antes de contraírem crédito	166
Tabela D.9.2. – Motivos da exclusão dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito	166
Tabela D.9.3. – Motivos da exclusão dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito	167
Tabelas D.10. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com os seus pares	167
Tabela D.10.1. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com a família	167
Tabela D.10.2. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com os vizinhos	167
Tabela D.10.3. – Importância que os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat dão à relação com a família e vizinhos na sua vida	168
Tabela D.11. – Aplicações do primeiro crédito contraído pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	168
Tabelas D.12. – Empregos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	168
Tabela D.12.1. – Empregos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito	168
Tabela D.12.2. – Empregos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito	169
Tabelas D.13. – Rendimentos mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	170
Tabela D.13.1. – Distribuição dos rendimentos mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito	170
Tabela D.13.2. – Distribuição dos rendimentos mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito	170
Tabelas D.14. – Rendimento mensal familiar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	171
Tabela D.14.1. – Distribuição do rendimento mensal familiar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito ...	171

Tabela D.14.2. – Distribuição do rendimento mensal familiar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito	172
Tabelas D.15. – Despesas mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	172
Tabela D.15.1. – Despesas mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito	172
Tabela D.15.2. – Despesas mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito	173
Tabela D.16. – Casas próprias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	173
Tabela D.16.1. – Número de casas próprias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito	173
Tabela D.16.2. – Número de casas próprias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito	173
Tabela D.16.3. – Média das rendas das casas próprias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e após contraírem crédito	174
Tabelas D.17. – Indicadores de conforto e qualidade do lar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e após contraírem crédito	174
Tabelas D.18. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com o serviço de saúde	177
Tabela D.18.1. – Frequência das idas ao médico dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	177
Tabela D.18.2. – Tipo de serviço a que os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat recorrem maioritariamente	178
Tabela D.18.3. – Opinião que os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat têm do serviço que usam maioritariamente	178
Tabelas D.19. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com o sistema jurídico	178
Tabela D.19.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por recurso ao sistema jurídico cabo-verdiano	178
Tabela D.19.2. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por objetivo alcançado no sistema jurídico cabo-verdiano	179

Tabela D.19.3. - Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por dificuldades em alcançar o objetivo pretendido no sistema jurídico cabo-verdiano	179
Tabela D.19.4. – Opinião dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat do sistema jurídico cabo-verdiano	179
Tabelas D.20. – Créditos pedidos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	180
Tabela D.20.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com um crédito pedido.....	180
Tabela D.20.2. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com dois créditos pedidos	180
Tabela D.20.3. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com três créditos pedidos	180
Tabela D.20.4. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com quatro créditos pedidos	180
Tabela D.20.5. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com cinco créditos pedidos	181
Tabelas D.21. – Datas dos créditos pedidos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	181
Tabela D.21.1. – Datas dos primeiros créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários	181
Tabela D.21.2. – Datas dos segundos créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários	182
Tabela D.21.3. – Datas dos terceiros créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários	182
Tabela D.21.4. – Datas dos quatros créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários	183
Tabela D.21.5. – Datas dos quintos créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários	183
Tabelas D.22. – Montantes em CVE dos créditos pedidos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	183
Tabela D.22.1. – Montantes em CVE dos primeiros créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	183

Tabela D.22.2. – Montantes em CVE dos segundos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	184
Tabela D.22.3. – Montantes em CVE dos terceiros créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	184
Tabela D.22.4. – Montantes em CVE dos quartos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	185
Tabela D.22.5. – Montantes em CVE dos quintos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	185
Tabelas D.23. – Aplicação dos créditos pedidos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	185
Tabela D.23.1. – Aplicação dos primeiros créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	185
Tabela D.23.2. – Aplicação dos segundos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	186
Tabela D.23.3. – Aplicação dos terceiros créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	186
Tabela D.23.4. – Aplicação dos quartos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	186
Tabela D.23.5. – Aplicação dos quintos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários	187
Tabela D.24. – Opinião dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat em relação à taxa de juro praticada na organização	187
Tabela D.25. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por cumprimento dos pagamentos sem atrasos	187
Tabelas D.26 – Cumprimento dos pagamentos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	187
Tabela D.26.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por dificuldade em cumprir os pagamentos	188
Tabela D.26.2. – Razões para os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat não cumprirem os pagamentos nas datas marcadas	188
Tabela D.27. – Opinião dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat sobre o acompanhamento das técnicas do microcrédito	188
Tabelas D.28. – Sustentabilidade económico-financeira dos negócios dos	

beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	189
Tabela D.28.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que mantêm o negócio	189
Tabela D.28.2. – Justificação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat para a não continuidade do negócio	189
Tabela D.29. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que preveem prosperidade para o seu negócio	189
Tabelas D.30. – O contributo do microcrédito para os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	189
Tabela D.30.1. – Importância dada ao contributo do microcrédito para o negócio pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	190
Tabela D.30.2. – Importância dada ao contributo do microcrédito para o conforto da casa pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	190
Tabela D.30.3. – Importância dada ao contributo do microcrédito para a educação dos filhos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	190
Tabela D.30.4. – Importância dada ao contributo do microcrédito para a melhoria	190
Tabela D.31. – Novos créditos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	191
Tabela D.31.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por ambição em pedir créditos futuros	191
Tabela D.31.2. – Motivos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat para pedirem créditos futuros	191
Tabela D.32. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por um papel mais ativo na sociedade após contraírem crédito	191
Tabela D.33. – Perspetivas de futuro dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat	192
Tabela D.34. – 1.º Objetivo do Milénio: Erradicar a extrema pobreza e a fome	193
Tabela D.35. – 2.º Objetivo do Milénio: Assegurar a educação de base para todos	196
Tabela D.36. – 3.º Objetivo do Milénio: Promover a igualdade dos sexos e a autonomia da mulher	197

Tabela D.37. – 4.º Objetivo do Milénio: Reduzir a mortalidade das crianças com menos de cinco anos	198
Tabela D.38. – 5.º Objetivo do Milénio: Melhorar a saúde materna	199
Tabela D.39. – 6.º Objetivo do Milénio: Combater o VIH/SIDA, o paludismo e outras doenças	200
Tabela D.40. – 7.º Objetivo do Milénio: Assegurar um ambiente durável ...	201
Tabela D.41. – 8.º Objetivo do Milénio: Implementar uma parceria mundial para o desenvolvimento	203

Anexos A – Figuras

Figura A.1. – Mapa de Cabo Verde



Figura A.2. – Mapa da ilha de Santiago, Cabo Verde



Figura A.3. – Cidade da Praia, Cabo Verde

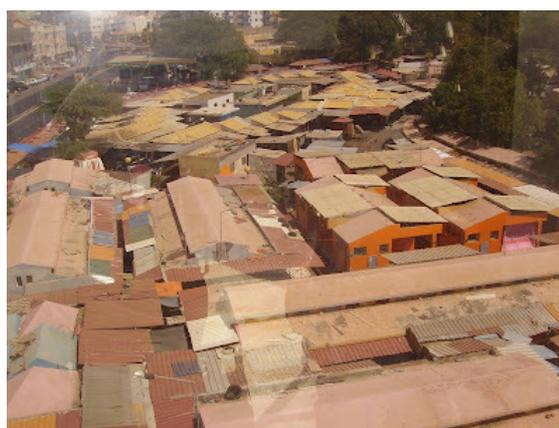


Figura A.4. – Sede do CITI-Habitat, Ponta d'Água, Cabo Verde





Figura A.5. – Mercado da Sucupira, Praia, Cabo Verde



Anexo B – Documentos do CITI-Habitat

Documento B.1. – Declaração de fiança dos avalistas do futuro beneficiário

DECLARAÇÃO DE FIANÇA

Eu _____, Bilhete de
Identidade/ passaporte N° _____ emitido em ____/____/____,
residente em _____ (função e local de trabalho)
_____, declaro que constituo fiador e principal
pagador da quantia que for mutuada e assumo responsabilidade solidaria pelo integral
reembolso da dívida resultante do financiamento atribuído (a) Sr(a)
_____ residente nesta cidade.

Praia aos ____ de _____ 200__

/Assinatura/

Documento B.2. – Ficha de identificação do candidato ao microcrédito

FICHA Nº ____ / ____

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME: _____		
ALCUNHA: _____	BI: _____	IDADE: _____
ESTADO CIVIL: _____		NACIONALIDADE: _____
PROFISSÃO: _____		OCUPAÇÃO: _____
ESCOLARIDADE: _____	MORADA: _____	TLF: _____
AGREGADO FAMILIAR (Nº E GRAU PARENTESCO) _____		
RENDIMENTO DO AGREGADO _____		

2. IDEIA DO PROJECTO

SECTOR: Produção.	Comércio	Serviços	Outros _____
ACTIVIDADE: NOVA	EXISTENTE	LOCALIZAÇÃO _____	
Agricultura	Pesca	Pecuária	Panificação/Transformação
Regime de Exploração: C.P	Arr	Sub Arr	A Meia
PRINCIPAIS SERVIÇOS: _____	BENS/		
DESCRICHÃO: _____			
MONTANTE PRETENDIDO: _____ PRAZO REEMBOLSO _____ TAXA _____ %			
MODALIDADE: MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	
GARANTIAS _____			
Contacto: _____			

ENQUADRAMENTO: SIM

NÃO

3. RESPONSABILIDADES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES:

Instituição: _____ Montante: _____ Data de Vencimento: _____
Situação: _____
_____ Montante: _____ Data de Vencimento: _____
Situação: _____
_____ Montante: _____ Data de Vencimento: _____
Situação: _____

5. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO

DATA: / /

ANIMADOR: _____

Documento B.3. – Ficha de viabilidade do projeto a ser financiado

CITI HABITAT

**GAMPE's – GABINETE DE APOIO A MÉDIAS E PEQUENAS
EMPRESAS**

FICHA DE PROJECTO Nº DATA DE ENTRADA: / /

IDENTIFICAÇÃO DO PROMOTOR

Nome:

Idade:

Anos

Nacionalidade:

Estado civil:

Profissão:

Ocupação:

Morada:

Contacto:

Escolaridade:

IDENTIFICAÇÃO DO PROJECTO:

Ramo de Actividade:

Localização:

Orçamento:

APOIO PRETENDIDO:

Montante:

Prazo:

Taxa de Juro:

%

Garantia:

Data: / /

Animador:

APRECIACÃO DO COMITÉ

APROVADO

RECUSADO

A REFOMULAR

COMENTÁRIOS

DATA: / /

1. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROMOTOR

1.1. QUEM É O PROMOTOR (experiencia profissional, idoneidade, sensibilidade em relação ao projecto)

1.2 Agregado Familiar:

Nº de pessoas

Nº de Filhos que frequentam escolas

Nº de pessoas que trabalham

Rendimento global do Agregado Familiar: Contos/ mês

Despesas ?

1.3 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Habitação

Casa Própria Arrendada Ce

Energia eléctrica Água canalizada Nº de compartimentos

Condições de habitabilidade

Bom Razoável Mau

Já fez algum empréstimo noutras instituições?

Sim Não

Se sim, Aonde?

Instituição financeira Fornecedores Amigos Outros

2. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PROJECTO

2.1 RAMO DO NEGOCIO:

Actvidade Nova Actividade existente

2.1.1 Fez algum tipo de registo da sua actividade? Sim Não

Se sim, Aonde?

Câmara Municipal Repartição de Finanças Conservatória
Nenhum

2.1.2 Costuma fazer registos de contabilidade da sua actividade?

Sim Não

Se sim, como faz esse registo?

Notas pessoais

Contabilidade oficial

Outro

Se não. Porquê? _____

2.2 LOCALIZAÇÃO

Mercado Espaço Próprio Espaço Arrendado Ambulatório

2.3.OBJECTIVO DO PROJECTO

2.4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO (BEM/ SERVIÇO)

2.5 MERCADO

(características/funcionamento: procura/oferta- potenciais clientes e suas caracterisiticas/poder de compra, habitos de compra.../ concorrentes- quem, quantos, pontos fortes e fracos, tendência)

Ccl: confirmação a existência do mercado (aceitação do produto no mercado (objectivos, estratégias, produtos, mercado)

Definir plano de acção comercial (MKT MIX- p's.-produto (factor de diferenciação), preço (politica de preço a praticar), ponto de venda, promoção

2.6 PREVISÃO DE VENDAS (quantidadeXpreço)

2.7. EMPREGOS A SEREM CRIADOS

O projecto prevê a criação de postos de trabalho permanente.

2.8 ORÇAMENTO DO PROJECTO

3. VIABILIDADE ECONÓMICO - FINANCEIRA

3.1 ESTRUTURA DO FINANCIAMENTO

3.1.1 CUSTO DE EXPLORAÇÃO

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAIS

3.3 PLANO REEMBOLSO DE DIVIDA

3.4 MAPA DE TESOURARIA

Parecer / proposta

O projecto vem contribuir de forma positiva no _____, com a criação de postos de trabalho.

É enquadrável no PAGRE

Propomos a aprovação do projecto, nas seguintes condições:

Documento B.4. – Contrato do financiamento a ser concedido ao beneficiário

CITI - HABITTAT
PROGRAMA DE APOIO A ACTIVIDADES GERADORAS DE RENDIMENTO E
EMPREGO

PAGRE
CONTRATO DE FINANCIAMENTO

Entre o Citi-Habitat **Programa de Apoio a Actividades Geradoras de Rendimento e Emprego**, adiante designado por **C-HB/ PAGRE**, representado pelo **Sr. Elísio Rodrigues**, COORDENADOR DO PROJECTO PAGRE e **Paula Pereira**, adiante designada por **BENEFICIÁRIA**, residente em Calabaceira, freguesia de Nossa Senhora da Graça - Praia, é celebrado o seguinte contrato:

1. O **C-HB/ PAGRE**, concede a **BENEFICIÁRIA** um financiamento no valor de **100.000\$00** (Cem mil escudos) que se destina ao reforço da sua Venda.

2. A **BENEFICIÁRIA** se obriga em utilizar o financiamento exclusivamente em actividades que constam no programa do projecto que deu origem a este contrato;
3. A **BENEFICIÁRIA** se obriga a reembolsar o empréstimo na totalidade e acrescido de juros de 14% ao ano;
4. O reembolso do empréstimo deverá ser feito em 10 prestações mensais iguais e consecutivas, a partir do dia **27/11/07**;
5. Em cada prestação a **BENEFICIÁRIA** deve pagar um montante de **11.400\$00** (Onze Mil e Quatrocentos escudos), mensais;
6. Caso a **BENEFICIÁRIA não** cumprir o estipulado nas cláusulas deste contrato, o **CITI-HABITAT/PAGRE** reserva o direito de proceder à cobrança coerciva e imediata do valor equivalente ao financiamento atribuído, acrescido de juro correspondente ao projecto durante o qual a beneficiária dispôs do dinheiro;
7. Todos os bens adquiridos com o financiamento atribuído, são considerados patrimónios do **CITI-HABITAT/PAGRE**, enquanto o reembolso não for efectuado na totalidade;
8. Findo o reembolso todos os bens adquiridos e produzidos durante o exercício das actividades decorrente deste contrato passarão a ser património da **BENEFICIÁRIA**;
9. Durante o desenvolvimento das actividades, a equipa executiva do **CITI-HABITAT/PAGRE**, acompanha a implementação das acções e apoia a **BENEFICIÁRIA** no processo de procura de soluções para o bom funcionamento do projecto;
10. A **BENEFICIÁRIA** se obriga a prestar todas as informações relativas ao desenvolvimento do projecto ao **CITI-HABITAT/PAGRE**;

11. As obrigações assumidas pela **BENEFICIÁRIA** são garantidas por fiança prestada pelos Srs. **Ângelo Pereira Rodrigues**, Agente da 2ª Classe da Policia Nacional, residente em Vila Nova, e **Filomena Borges Varela**, Guarda Prisional, residente em Calabaceira - Praia.

12. Os casos omissos serão resolvidos entre as duas partes e de comum acordo e, na falta deste, segundo as leis que regulam os contratos em Cabo Verde.

PRAIA, ____/____/____

O representante do CITI-HABITAT/PAGRE

A BENEFICIÁRIA,

Elísio Rodrigues

Paula Pereira

OS FIADORES

Ângelo Pereira Rodrigues

Filomena Borges Varela

Anexo C – Guiões dos inquéritos por questionário e das entrevistas semi-diretivas aplicadas

Guião C.1. – Guião dos inquéritos por questionário/entrevistas semi-diretivas aplicado a trinta dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Com o presente documento pretende-se recolher informações sobre o processo de microcrédito cedido pelo CITI-Habitat, através dos seus beneficiários. É constituído por duas partes. A primeira um inquérito por questionário onde se espera que responda, na medida do possível, autonomamente às questões colocadas. E, a segunda, por uma entrevista semi-diretiva orientada por um entrevistador que colocará questões e anotarás as respostas dadas.

Este instrumento metodológico enquadra-se numa investigação no âmbito do Mestrado em Economia Social e Solidária do Instituto Superior do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa, para que seja possível produzir a dissertação respetiva.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das outras respostas.

Por favor responda com sinceridade pois não existem respostas corretas ou incorretas. A sua opinião é muito importante. Obrigado pela colaboração.

PARTE I – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

1. Caracterização do beneficiário

1.2. Nome

1.3. Idade

1.4. Género (Assinale com X uma das opções)

Masculino	Feminino
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.5. Naturalidade

--

1.6. Estado civil (Assinale com X a sua situação atual)

Solteiro(a)	União de facto	Casado(a)	Divorciado(a)	Viúvo(a)

1.6.1. Antes do microcrédito o seu estado civil era diferente? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

1.6.1.1. Se sim, qual era? (Assinale com X uma das opções)

Solteiro(a)	União de facto	Casado(a)	Divorciado(a)	Viúvo(a)

1.7. Número de filhos

--

1.7.1. Este número era diferente antes do microcrédito? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

1.7.1.1. Se sim, quantos filhos tinha antes do microcrédito?

--

1.8. Habilitações literárias (Assinale com X apenas o último grau de ensino concluído)

Analfabeto(a)				
Sabe ler e/ou escrever				
Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Superior
1. ^a Fase:		1. ^o Ciclo:		Bacharelato
1. ^o Ano		7. ^o Ano		

2.º Ano		8.º Ano		Licenciatura	
2.ª Fase:		2.º Ciclo:			
3.º Ano		9.º Ano		Pós-Graduação	
4.º Ano		10.º Ano			
3.ª Fase:		3.º Ciclo:		Mestrado	
5.º Ano		11.º Ano			
6.º Ano		12.º Ano		Doutoramento	

1.8.1. As suas habilitações literárias alteraram-se após o microcrédito?

Sim	Não

1.8.1.1. Se sim, quais eram as suas habilitações literárias antes do microcrédito?

Analfabeto(a)			
Sabe ler e/ou escrever			
Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	
1.ª Fase:	1.º Ciclo:	Bacharelato	
1.º Ano	7.º Ano		
2.º Ano	8.º Ano	Licenciatura	
2.ª Fase:	2.º Ciclo:		
3.º Ano	9.º Ano	Pós-Graduação	
4.º Ano	10.º Ano		
3.ª Fase:	3.º Ciclo:	Mestrado	
5.º Ano	11.º Ano		
6.º Ano	12.º Ano	Doutoramento	

1.9. Sente-se excluído(a)/marginalizado(a) de alguma forma?

Sim	Não

1.9.1. Se sim, de que forma?

--

--

1.9.2. E antes do microcrédito sentia-se ou já se tinha sentido excluído(a)/marginalizado(a) de alguma forma?

Sim	Não

1.9.2.1. Se sim, de que forma?

1.10. Como descreve a relação que tem com os seus familiares? (Assinale com X uma das opções)

Má	Razoável	Boa	Muito boa	Não tem

1.10.1. Essa relação era diferente antes do microcrédito? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

1.10.2. Se sim, como era? (Assinale com X uma das opções)

Má	Razoável	Boa	Muito boa	Não tem

1.11. E com os seus vizinhos, como descreve a relação que tem com eles? (Assinale com X uma das opções)

Má	Razoável	Boa	Muito boa	Não tem

1.11.1. Essa relação era diferente antes do microcrédito? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

1.11.2. Se sim, como era? (Assinale com X uma das opções)

Má	Razoável	Boa	Muito boa	Não tem

1.12. Considera importante a existência destas relações na sua vida? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

2. Condição económica

2.1. Emprego atual

--

2.1.1. Rendimento mensal auferido (Assinale com X uma das opções)

Menos de 10.000 CVE	Entre 10.000 e 30.000 CVE	Entre 30.000 e 50.000 CVE	Entre 50.000 e 70.000 CVE	Entre 70.000 e 90.000 CVE	Entre 90.000 e 110.000 CVE	Mais de 110.000 CVE

2.2. Emprego antes do microcrédito

--

2.2.1. Rendimento mensal auferido (Assinale com X uma das opções)

Menos de 10.000 CVE	Entre 10.000 e 30.000 CVE	Entre 30.000 e 50.000 CVE	Entre 50.000 e 70.000 CVE	Entre 70.000 e 90.000 CVE	Entre 90.000 e 110.000 CVE	Mais de 110.000 CVE

2.3. As despesas familiares mensais são: (Assinale com X uma das opções)

Inferiores ao rendimento mensal	Iguais ao rendimento mensal	Superiores ao rendimento mensal

2.3.1. Antes do microcrédito, as despesas familiares eram: (Assinale com X uma das opções)

Inferiores ao rendimento mensal	Iguais ao rendimento mensal	Superiores ao rendimento mensal

2.4. Em sua casa, tem: (Assinale com X as opções necessárias)

Televisão	<input type="checkbox"/>	Fogão	<input type="checkbox"/>	Máquina de lavar roupa	<input type="checkbox"/>
Leitor de DVDs	<input type="checkbox"/>	Frigorífico	<input type="checkbox"/>	Máquina de secar roupa	<input type="checkbox"/>
Aparelhagem de som	<input type="checkbox"/>	Máquina de lavar louça	<input type="checkbox"/>	Ar condicionado	<input type="checkbox"/>
Computador	<input type="checkbox"/>	Micro-ondas	<input type="checkbox"/>	Telefone	<input type="checkbox"/>
Internet	<input type="checkbox"/>	Esquentador	<input type="checkbox"/>	Instalações sanitárias	<input type="checkbox"/>

2.4.1. Antes do microcrédito tinha: (Assinale com X as opções necessárias)

Televisão	<input type="checkbox"/>	Fogão	<input type="checkbox"/>	Máquina de lavar roupa	<input type="checkbox"/>
Leitor de DVDs	<input type="checkbox"/>	Frigorífico	<input type="checkbox"/>	Máquina de secar roupa	<input type="checkbox"/>
Aparelhagem de som	<input type="checkbox"/>	Máquina de lavar louça	<input type="checkbox"/>	Ar condicionado	<input type="checkbox"/>
Computador	<input type="checkbox"/>	Micro-ondas	<input type="checkbox"/>	Telefone	<input type="checkbox"/>
Internet	<input type="checkbox"/>	Esquentador	<input type="checkbox"/>	Instalações sanitárias	<input type="checkbox"/>

3. Residência

3.1. Local de residência

--

3.2. Casa própria (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

3.3. Paga renda (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

3.3.1. Se sim, qual o montante?

3.4. Antes do microcrédito, tinha casa própria? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

3.4.1. Pagava renda? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

3.4.1.1. Se sim, qual o montante?

3.5. Com quem vive?

3.5.1. Este número era diferente antes do microcrédito? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

3.5.1.1. Se sim, qual era?

3.6. Rendimento familiar mensal auferido (Assinale, em cada um dos intervalos de valores, o número de pessoas em sua casa que recebe cada um deles)

Menos de 10.000 CVE	Entre 10.000 e 30.000 CVE	Entre 30.000 e 50.000 CVE	Entre 50.000 e 70.000 CVE	Entre 70.000 e 90.000 CVE	Entre 90.000 e 110.000 CVE	Mais de 110.000 CVE

3.6.1. Estes valores eram diferentes antes do microcrédito? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

3.6.1.1. Se sim, assinale, em cada um dos intervalos de valores, o número de pessoas em sua casa que recebe cada um deles

Menos de 10.000 CVE	Entre 10.000 e 30.000 CVE	Entre 30.000 e 50.000 CVE	Entre 50.000 e 70.000 CVE	Entre 70.000 e 90.000 CVE	Entre 90.000 e 110.000 CVE	Mais de 110.000 CVE

3.7. Divisões da habitação

--

3.7.1. Divisões da habitação antes do microcrédito

--

3.8. Tem ligação a uma rede pública de distribuição de água? (Assinale com X uma das opções)

No interior da habitação	No exterior da habitação	Não

3.8.1. E antes do microcrédito, tinha? (Assinale com X uma das opções)

No interior da habitação	No exterior da habitação	Não

3.9. Tem sistema de evacuação de águas residuais? (Assinale com X uma das opções)

Ligado à rede pública de esgotos	Ligado à fossa séptica	Não

3.9.1. E antes do microcrédito, tinha? (Assinale com X uma das opções)

Ligado à rede pública de esgotos	Ligado à fossa séptica	Não

3.10. Tem instalações sanitárias? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

3.10.1. E antes do microcrédito, tinha? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

3.11. Tem eletricidade? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

3.11.1. E antes do microcrédito tinha? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

4. Serviços

4.1. Com que frequência vai ao médico? (Assinale com X uma das opções)

Não vai	Menos de uma vez por ano	Uma vez por ano	Mais que uma vez por ano	Sempre que necessário

4.1.1. Antes do microcrédito era diferente? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

4.1.1.1. Se sim, ia com que frequência? (Assinale com X uma das opções)

Não ia	Menos de uma vez por ano	Uma vez por ano	Mais que uma vez por ano	Sempre que necessário

4.2. A que tipo de serviços recorre maioritariamente? (Assinale com X uma das opções)

Público	Privado

4.2.1. E antes do microcrédito? (Assinale com X uma das opções)

Público	Privado

4.3. Como o caracteriza? (Assinale com X uma das opções)

Mau	Razoável	Bom	Muito bom	Não sabe

4.4. Já teve necessidade de correr ao sistema jurídico? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

4.5. Conseguiu o pretendia? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

4.6. Teve dificuldades? (Assinale com X uma das opções)

Sim	Não

2.1. Como o descreve? (Assinale com X uma das opções)

Mau	Razoável	Bom	Muito bom	Não sabe

Obrigado pela sua colaboração,

PARTE II – ENTREVISTA SEMI-DIRETIVA

1. Microcrédito

1.1. Quantas vezes já acedeu a este tipo de financiamento?

1.2. Sempre na mesma instituição?

1.2.1. Se não, quais?

1.2.1.1. Porque mudou?

1.3. Quais as datas?

1.4. Montantes

1.5. Onde aplicou?

1.6. Duração

1.7. Valor das mensalidades e da taxa de juro

1.7.1. Opinião sobre a taxa de juro

1.8. Cumpriu os pagamentos?

1.8.1. Se sim, acha difícil?

1.8.2. Se não,

1.8.2.1. Porquê?

1.8.2.2. Avisa a instituição sempre que percebe que não consegue cumprir os pagamentos?

1.8.2.3. É feita alguma adaptação das mensalidades para que se torne possível o seu pagamento?

1.9. Sentiu que o acompanhamento dado pela instituição ao longo de todo o processo foi o necessário? Em que aspetos?

2. Após o microcrédito

2.1. Qual o seu emprego atual?

2.1.1. Está associado ao negócio em que investiu com o microcrédito?

2.2. Quanto aufere?

2.3. Qual o negócio que abriu com o microcrédito?

2.3.1. É o mesmo em que pretendia investir inicialmente?

2.3.1.1. Se não, porquê?

2.3.2. Ainda se mantém?

2.3.2.1. Se não, consegue apontar as causas?

2.3.3. Prevê prosperidade para o mesmo?

- 2.4. Como descreve o contributo do microcrédito para o sucesso e prosperidade do negócio?
- 2.5. Como descreve o contributo do microcrédito para a melhoria do conforto em casa?
- 2.6. Como descreve o contributo do microcrédito para a melhoria da educação dos filhos?
- 2.7. Como descreve o contributo do microcrédito para a melhoria das suas condições de vida em geral?
- 2.8. Pretende contrair novo crédito?
 - 2.8.1. Quais os motivos?
- 2.9. Fez formações académicas adicionais após contrair este tipo de financiamento?
 - 2.9.1. Se sim,
 - 2.9.1.1. Quais?
 - 2.9.1.2. Onde?
 - 2.9.1.3. Porquê?
- 2.10. Sente alguma diferença na forma como está a sua vida na sociedade? Descreva
- 2.11. Quais as suas perspetivas de futuro?

Guião C.2. – Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos responsáveis do CITI-Habitat

1. Quando surgiram os primeiros processos de microcrédito da instituição?
 - 1.1. Com que propósito?
2. Quais os principais beneficiários?
 - 2.1. Com que qualificações?
 - 2.2. Empregados?
 - 2.2.1. Se sim, em que setor?
 - 2.3. Porquê?
3. Quais os principais destinos dados ao microcrédito?
4. Que setores mais beneficiam?
5. Quais as condições para concederem crédito?
6. Quais as principais formas de financiamento?
7. Como descreve a evolução deste tipo de financiamento desde que começaram até aos dias de hoje na economia cabo-verdiana?

8. Quais as principais diferenças entre os primeiros processos de microcrédito e os feitos hoje em dia?
 - 8.1. Principais beneficiários
 - 8.2. Destino
 - 8.3. Setores mais beneficiados
9. Projetos anteriores: volume de créditos já atribuídos, populações alvo, setores de atividade desenvolvidos, população atingida e os benefícios socioeconómicos conseguidos.
10. Projetos em curso: número de projetos em curso, zona geográficas beneficiadas, população beneficiada, tipo de crédito concedido, fontes de financiamento, tipo de projetos, volume de crédito, benefícios esperados para a população.
11. Como caracteriza o processo de microcrédito nesta instituição?
12. Evolução da sustentabilidade da instituição.
13. Perspetivas de futuro.

Guião C.3. - Guião das entrevistas semi-diretivas aplicadas aos observadores privilegiados do trabalho levado a cabo pelo CITI-Habitat

1. Como surgiu o microcrédito em Cabo Verde?
 - 1.1. Quando é que surgem os primeiros processos?
 - 1.2. Porquê?
 - 1.3. Quais os primeiros intermediários?
2. Quais os principais beneficiários?
 - 2.1. Com que qualificações?
 - 2.2. Empregados?
 - 2.2.1. Se sim, em que setor?
 - 2.3. Porquê?
3. Quais os principais destinos dados ao microcrédito?
4. Que setores de atividades mais beneficiaram?
5. Como eram as condições?
6. De onde vinha o financiamento para a concessão de microcrédito?
7. Como descreve a evolução deste tipo de financiamento desde que há registos até aos dias de hoje na economia cabo-verdiana?

- 8.** Quais as principais diferenças entre os processos de microcrédito da atualidade e os primeiros de que se tem conhecimento?
 - 8.1.** Principais intermediários
 - 8.2.** Principais beneficiários
 - 8.3.** Destino
 - 8.4.** Setores mais beneficiados
- 9.** Qual a importância das ONGs na prestação deste serviço?
- 10.** Existem alternativas, tanto públicas como privadas?
 - 10.1.** Revelam-se mais vantajosas?
 - 10.1.1.** Se não, porquê?
 - 10.1.2.** Se sim, porquê?
- 11.** Existem registos de como o microcrédito pode ou não ter impacto na redução do desemprego?
- 12.** Restringindo para a cidade da Praia, como caracteriza o microcrédito? (Segundo os pontos já mencionados anteriormente)
- 13.** Como caracteriza o papel do CITI-Habitat na prestação deste serviço e na forma como isso se traduz em ajuda para os beneficiários?

Anexo D – Tabelas e dados recolhidos do trabalho de campo

Tabela D.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por sexo

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Masculino	7	23,3	23,3	23,3
	Feminino	23	76,7	76,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.2. - Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por nacionalidade

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Cabo-verdiana	27	90,0	90,0	90,0
	Guineense	2	6,7	6,7	96,7
	Togolês	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.3. – Idade dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.3.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por idade

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	31-35	5	16,7	16,7	16,7
	36-40	8	26,7	26,7	43,4
	41-45	8	26,7	26,7	70,1
	46-50	4	13,2	13,2	83,3
	51-55	3	10,0	10,0	93,3
	56-60	2	6,7	6,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.3.2. – Média das idades dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Idade	30	31	60	43,03	7,132

Tabelas D.4. – Estado civil dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.4.1. – Cruzamento entre o estado civil dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e depois de contraírem crédito

		Estado Civil Atual				Total
		Solteiro(a)	União de Facto	Casado(a)	Divorciado(a)	
Estado Civil Antes do Microcrédito	Solteiro(a)	6	0	0	0	6
	União de Facto	6	9	0	0	15
	Casado(a)	0	0	8	0	8
	Divorciado(a)	0	0	0	1	1
Total		12	9	8	1	30

Tabela D.4.2. – Beneficiário do microcrédito do CITI-Habitat que após contraírem crédito mudaram de estado civil

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	6	20,0	20,0	20,0
	Não	24	80,0	80,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.5. – Dimensão do agregado familiar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	1-4	18	60,0	60,0	60,0
	5-8	10	33,3	33,3	93,3

	9-12	1	3,3	3,3	96,7
	13-16	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.6. – Filhos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.6.1. – Número de filhos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Até 2 filhos	14	46,7	46,7	46,7
	Mais de 2 filhos	16	53,3	53,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.6.2. – Média de filhos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e depois de contraírem crédito

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Filhos	30	0	12	3,70	2,654
Filhos Antes	30	0	12	3,43	2,635

Tabelas D.7. – Habilitações literárias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.7.1 – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por habilitações literárias

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Analfabeto(a)	8	26,7	26,7	26,7
	1.º Ciclo	7	23,3	23,3	50,0
	2.º Ciclo	4	13,3	13,3	63,3
	3.º Ciclo	6	20,0	20,0	83,3
	Ensino Secundário	5	16,7	16,7	
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.7.2. – Beneficiário do microcrédito do CITI-Habitat que após contraírem crédito aumentaram as habilitações literárias

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	4	13,3	13,3	13,3
	Não	26	86,7	86,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.7.3. – Cruzamento entre as habilitações literárias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e depois de contraírem crédito

		Habilitações Literárias Atuais					Total
		Analfabeto(a)	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário	
Habilitações Literárias Antes	Analfabeto(a)	8	0	0	0	0	8
	1.º Ciclo	0	7	0	0	0	7
	2.º Ciclo	0	0	4	2	0	6
	3.º Ciclo	0	0	0	4	1	5
	Ensino Secundário	0	0	0	0	4	4
Total		8	7	4	6	5	30

Tabelas D.8. – Formações adicionais feitas pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.8.1. – Formações adicionais oferecidas pelo CITI-Habitat aos seus beneficiários do microcrédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	17	56,7	56,7	56,7
	Técnico Auxiliar de Farmácia	1	3,3	3,3	60,0

Noções Básicas de Contabilidade e Fiscalidade	3	10,0	10,0	70,0
Noções Básicas de Contabilidade, Fiscalidade, Marketing, Formação de Formadores e na área de Cabeleireiro	1	3,3	3,3	73,3
Noções Básicas de Contabilidade, Fiscalidade, Marketing, Manipulação de Alimentos e Culinária	1	3,3	3,3	76,7
Arranjos Florais	1	3,3	3,3	80,0
Noções Básicas de Contabilidade e Manipulação de Alimentos	1	3,3	3,3	83,3
Educadora de Infância	1	3,3	3,3	86,7
Noções Básicas de Contabilidade e Pastelaria	1	3,3	3,3	90,0
Empreendedorismo	1	3,3	3,3	93,3

	Noções Básicas de Contabilidade e Marketing	1	3,3	3,3	96,7
	Noções Básicas de Contabilidade, Manipulação de Alimentos e Empreendedorismo	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.8.2. – Razões que levaram os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat a fazerem ou não formações adicionais após contraírem crédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	11	36,7	36,7	36,7
	Abrir o Negócio e Exercer a Atividade	3	10,0	10,0	46,7
	Melhorar o Negócio	9	30,0	30,0	76,7
	Evoluir na Carreira e realização Pessoal	1	3,3	3,3	80,0
	Falta de tempo	3	10,0	10,0	90,0
	Desnecessário para o Negócio	3	10,0	10,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.8.3. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que após contraírem crédito fizeram formações adicionais

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	13	43,3	43,3	43,3
	Não	17	56,7	56,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.9. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat excluídos

Tabela D.9.1. – Cruzamento entre os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que se sentem ou se sentiam excluídos antes de contraírem crédito

		Excluído		Total
		Sim	Não	
Excluído Antes	Sim	2	2	4
	Não	0	26	26
Total		2	28	30

Tabela D.9.2. – Motivos da exclusão dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido		26	86,7	86,7	86,7
	Escolaridade Baixa Prejudicou Muito	1	3,3	3,3	90,0
	Falta de possibilidades e a não ajuda monetária do marido	1	3,3	3,3	93,3
	Instalações do Negócio em Piores Condições	1	3,3	3,3	96,7
	Inveja do seu Sucesso	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.9.3. – Motivos da exclusão dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulativa
Válido		28	93,3	93,3	93,3
	Escolaridade Baixa Prejudicou Muito	1	3,3	3,3	96,7
	Inveja do seu Sucesso	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.10. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com os seus pares

Tabela D.10.1. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com a família

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Razoável	1	3,3	3,3	3,3
	Boa	7	23,3	23,3	26,7
	Muito Boa	22	73,3	73,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.10.2. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com os vizinhos

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Razoável	2	6,7	6,7	6,7
	Boa	11	36,7	36,7	43,3
	Muito Boa	17	56,7	56,7	100,0

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Razoável	2	6,7	6,7	6,7
	Boa	11	36,7	36,7	43,3
	Muito Boa	17	56,7	56,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.10.3. – Importância que os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat dão à relação com a família e vizinhos na sua vida

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	30	100,0	100,0	100,0

Tabela D.11. – Aplicações do primeiro crédito contraído pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	3	10,0	10,0	10,0
	Abrir o Negócio	8	26,7	26,7	36,7
	Reforçar o Negócio	17	56,7	56,7	93,3
	Abrir e Reforçar o Negócio	2	6,7	6,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.12. – Empregos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.12.1. – Empregos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Emprego Antes	Agricultor	1	0	1
	Assistente Médica	0	1	1

	Bar	0	1	1
	<i>Boutique</i>	0	1	1
	Cabeleireira (Empregada)	0	1	1
	Cabeleireiro	1	0	1
	Comerciante	0	2	2
	Costureiro	1	0	1
	Costureiro na Sucupira	1	0	1
	Desempregada	0	2	2
	Empregada Doméstica	0	1	1
	Escriturária de Sala	0	1	1
	Fotografo (Empregado)	1	0	1
	Loja de Roupas	0	2	2
	Pasteleira	0	2	2
	Pescador	1	0	1
	Sapateiro	1	0	1
	Secretária	0	1	1
	Vendedora Ambulante	0	2	2
	Vendedora na Sucupira	0	6	6
	Total	7	23	30

Tabela D.12.2. – Empregos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Emprego Atual	Agricultor	1	0	1
	Bar Esplanada	0	2	2
	Bar Restaurante	0	1	1
	<i>Boutique</i>	0	2	2
	Cabeleireiro	1	1	2
	Comerciante	0	2	2
	Costureiro	1	0	1

Costureiro na Sucupira	1	0	1
Educadora de Infância	0	1	1
Fotografo	1	0	1
Loja de Roupa	0	4	4
Minimercado	0	1	1
Pasteleira	0	2	2
Pescador	1	0	1
Reformada/Proprietária	0	1	1
Mercearia			
Sapateiro	1	0	1
Técnica Auxiliar de Farmácia (Proprietária)	0	1	1
Vendedora Ambulante	0	1	1
Vendedora na Sucupira	0	4	4
Total	7	23	30

Tabelas D.13. – Rendimentos mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.13.1. – Distribuição dos rendimentos mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Rendimento Antes	Menos de 10.000 CVE	2	4	6
	Entre 10.000 e 30.000 CVE	4	7	11
	Entre 30.000 e 50.000 CVE	0	5	5
	Entre 50.000 e 70.000 CVE	1	6	7
	Mais de 110.000 CVE	0	1	1
Total		7	23	30

Tabela D.13.2. – Distribuição dos rendimentos mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Rendimento Atual	Menos de 10.000 CVE	0	1	1
	Entre 10.000 e 30.000 CVE	3	9	12
	Entre 30.000 CVE e 50.000 CVE	4	7	11
	Entre 50.000 e 70.000 CVE	0	5	5
	Mais de 110.000 CVE	0	1	1
Total		7	23	30

Tabelas D.14. – Rendimento mensal familiar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.14.1. – Distribuição do rendimento mensal familiar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Rendimento Familiar Antes	Menos de 10.000 CVE	2	1	3
	Entre 10.000 CVE e 30.000 CVE	3	4	7
	Entre 30.000 CVE e 50.000 CVE	1	3	4
	Entre 50.000 CVE e 70.000 CVE	0	4	4
	Entre 70.000 CVE e 90.000 CVE	0	2	2
	Entre 90.000 CVE e 110.000 CVE	1	2	3
	Mais de 110.000 CVE	0	7	7
Total		7	23	30

Tabela D.14.2. – Distribuição do rendimento mensal familiar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Rendimento Familiar Atual	Entre 10.000 CVE e 30.000 CVE	2	4	6
	Entre 30.000 CVE e 50.000 CVE	2	4	6
	Entre 50.000 e 70.000 CVE	3	5	8
	Entre 70.000 CVE e 90.000 CVE	0	2	2
	Entre 90.000 CVE e 110.000 CVE	0	2	2
	Mais de 110.000 CVE	0	6	6
Total		7	23	30

Tabelas D.15. – Despesas mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.15.1. – Despesas mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Inferiores ao Rendimento Mensal	8	26,7	26,7	26,7
	Iguais ao Rendimento Mensal	6	20,0	20,0	46,7
	Superiores ao Rendimento Mensal	16	53,3	53,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.15.2. – Despesas mensais dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Inferiores ao Rendimento Mensal	6	20,0	20,0	20,0
	Iguais ao Rendimento Mensal	3	10,0	10,0	30,0
	Superiores ao Rendimento Mensal	21	70,0	70,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.16. – Casas próprias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.16.1. – Número de casas próprias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes de contraírem crédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Casa Própria Antes	Sim	2	15	17
	Não	5	8	13
Total		7	23	30

Tabela D.16.2. – Número de casas próprias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat após contraírem crédito

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Casa Própria Atual	Sim	3	15	18
	Não	4	8	12
Total		7	23	30

Tabela D.16.3. – Média das rendas das casas próprias dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e após contraírem crédito

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Montante Atual	30	0	50000	10600,00	15869,294
Montante Antes	30	0	35000	7400,00	11068,283

Tabelas D.17. – Indicadores de conforto e qualidade do lar dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat antes e após contraírem crédito

TV Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	6	23	29
Não	1	0	1
Total	7	23	30

TV Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	7	23	30
Total	7	23	30

DVD Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	5	15	20
Não	2	8	10
Total	7	23	30

DVD Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	7	17	24
Não	0	6	6
Total	7	23	30

Som Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	2	14	16
Não	5	9	14
Total	7	23	30

Som Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	3	17	20
Não	4	6	10
Total	7	23	30

PC Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	1	7	8
Não	6	16	22
Total	7	23	30

PC Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	2	13	15
Não	5	10	15
Total	7	23	30

Internet Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	1	5	6
Não	6	18	24
Total	7	23	30

Internet Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	2	10	12
Não	5	13	18
Total	7	23	30

Fogão Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	5	22	27
Não	2	1	3
Total	7	23	30

Fogão Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	6	23	29
Não	1	0	1
Total	7	23	30

Frigorífico Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	5	19	27
Não	2	4	6
Total	7	23	30

Frigorífico Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	6	22	28
Não	1	1	2
Total	7	23	30

Máq. Louça Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	0	0	0
Não	7	23	30
Total	7	23	30

Máq. Louça Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	0	1	1
Não	7	22	29
Total	7	23	30

Microondas Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	2	9	11
Não	5	14	19
Total	7	23	30

Microondas Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	3	12	15
Não	4	11	15
Total	7	23	30

Esquentador Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	0	6	6
Não	7	17	24
Total	7	23	30

Esquentador Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	0	7	7
Não	7	16	23
Total	7	23	30

Máq. Roupas Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	0	8	8
Não	7	15	22
Total	7	23	30

Máq. Roupas Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	0	14	14
Não	7	9	16
Total	7	23	30

A.C. Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	0	1	1
Não	7	22	29
Total	7	23	30

A.C. Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	0	1	1
Não	7	22	29
Total	7	23	30

Telefone Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	5	15	20
Não	2	8	10
Total	7	23	30

Telefone Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	6	17	24
Não	1	6	6
Total	7	23	30

WC Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	5	20	25
Não	2	3	5
Total	7	23	30

WC Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	6	22	28
Não	1	1	2
Total	7	23	30

Água Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	3	16	19
Não	4	7	11
Total	7	23	30

Água Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	4	18	22
Não	3	5	8
Total	7	23	30

Água Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Esgotos	2	10	12
Fossa	3	8	11
Não	2	5	7
Total	7	23	30

Água Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Esgotos	2	10	12
Fossa	3	10	13
Não	2	3	5
Total	7	23	30

Luz Antes	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	5	21	26
Não	2	2	4
Total	7	23	30

Luz Atual	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	5	23	28
Não	2	0	2
Total	7	23	30

Tabelas D.18. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com o serviço de saúde

Tabela D.18.1. – Frequência das idas ao médico dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Não Vai	3	10,0	10,0	10,0

	Menos de Uma Veiz por Ano	5	16,7	16,7	26,7
	Uma Veiz por Ano	1	3,3	3,3	30,0
	Mais que Uma Veiz por Ano	2	6,7	6,7	36,7
	Sempre que Necessário	19	63,3	63,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.18.2. – Tipo de serviço a que os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat recorrem maioritariamente

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	3	10,0	10,0	10,0
	Público	13	43,3	43,3	53,3
	Privado	14	46,7	46,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.18.3. – Opinião que os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat têm do serviço que usam maioritariamente

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	3	10,0	10,0	10,0
	Mau	2	6,7	6,7	16,7
	Razoável	5	16,7	16,7	33,3
	Bom	11	36,7	36,7	70,0
	Muito Bom	9	30,0	30,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.19. – Relação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com o sistema jurídico

Tabela D.19.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por recurso ao sistema jurídico cabo-verdiano

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	11	36,7	36,7	36,7
	Não	19	63,3	63,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.19.2. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por objetivo alcançado no sistema jurídico cabo-verdiano

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	19	63,3	63,3	63,3
	Sim	6	20,0	20,0	83,3
	Não	5	16,7	16,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.19.3. - Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por dificuldades em alcançar o objetivo pretendido no sistema jurídico cabo-verdiano

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	19	63,3	63,3	63,3
	Sim	6	20,0	20,0	83,3
	Não	5	16,7	16,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.19.4. – Opinião dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat do sistema jurídico cabo-verdiano

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	19	63,3	63,3	63,3
	Mau	6	20,0	20,0	83,3
	Razoável	1	3,3	3,3	86,7

	Bom	4	13,3	13,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.20. – Créditos pedidos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.20.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com um crédito pedido

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	30	100,0	100,0	100,0

Tabela D.20.2. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com dois créditos pedidos

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	1	3,3	3,3	3,3
	Sim	19	63,3	63,3	66,7
	Não	10	33,3	33,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.20.3. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com três créditos pedidos

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	2	6,7	6,7	6,7
	Sim	10	33,3	33,3	40,0
	Não	18	60,0	60,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.20.4. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com quatro créditos pedidos

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	2	6,7	6,7	6,7
	Sim	2	6,7	6,7	13,3
	Não	26	86,7	86,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.20.5. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat com cinco créditos pedidos

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	1	3,3	3,3	3,3
	Não	29	96,7	96,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.21. – Datas dos créditos pedidos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.21.1. – Datas dos primeiros créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	3	10,0	10,0	10,0
	2001	1	3,3	3,3	13,3
	2002	2	6,7	6,7	20,0
	2003	2	6,7	6,7	26,7
	2004	1	3,3	3,3	30,0
	2005	2	6,7	6,7	36,7
	2006	3	10,0	10,0	46,7
	2007	2	6,7	6,7	53,3
	2008	4	13,3	13,3	66,7

	2009	3	10,0	10,0	76,7
	2010	5	16,7	16,7	93,3
	2011	2	6,7	6,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.21.2. – Datas dos segundos créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	11	36,7	36,7	36,7
	2003	2	6,7	6,7	43,3
	2005	3	10,0	10,0	53,3
	2007	2	6,7	6,7	60,0
	2008	3	10,0	10,0	70,0
	2009	3	10,0	10,0	80,0
	2010	2	6,7	6,7	86,7
	2011	4	13,3	13,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.21.3. – Datas dos terceiros créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	20	66,7	66,7	66,7
	2008	3	10,0	10,0	76,7
	2009	1	3,3	3,3	80,0
	2010	1	3,3	3,3	83,3
	2011	3	10,0	10,0	93,3
	2012	2	6,7	6,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.21.4. – Datas dos quatros créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	28	93,3	93,3	93,3
	2009	1	3,3	3,3	96,7
	2010	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.21.5. – Datas dos quintos créditos pedidos aos CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	29	96,7	96,7	96,7
	2010	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.22. – Montantes em CVE dos créditos pedidos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.22.1. – Montantes em CVE dos primeiros créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Montante 1	0	0	3	3
	100000	1	1	2
	150000	1	5	6
	200000	3	4	7
	221000	0	1	1
	247000	0	1	1
	250000	0	1	1

	297600	0	1	1
	298960	0	1	1
	300000	0	3	3
	320000	0	1	1
	500000	1	1	2
	505000	1	0	1
Total		7	23	30

Tabela D.22.2. – Montantes em CVE dos segundos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Montante 2	0	3	8	11
	100000	3	1	4
	150000	0	3	3
	200000	0	6	6
	285000	1	0	1
	300000	0	4	4
	400000	0	1	1
Total		7	23	30

Tabela D.22.3. – Montantes em CVE dos terceiros créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Montante 3	0	4	16	20
	100000	1	0	1
	150000	1	2	3
	200000	1	1	2
	250000	0	1	1
	300000	0	2	2

	400000	0	1	1
Total		7	23	30

Tabela D.22.4. – Montantes em CVE dos quartos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Montante 4	0	7	21	28
	300000	0	1	1
	350000	0	1	1
Total		7	23	30

Tabela D.22.5. – Montantes em CVE dos quintos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Género		Total
		Masculino	Feminino	
Montante 5	0	7	22	29
	400000	0	1	1
Total		7	23	30

Tabelas D.23. – Aplicação dos créditos pedidos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.23.1. – Aplicação dos primeiros créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Válida
Válido	0	3	10,0	10,0	10,0
	Abrir o Negócio	8	26,7	26,7	36,7
	Reforçar o Negócio	17	56,7	56,7	93,3

	Abrir e Reforçar o Negócio	2	6,7	6,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.23.2. – Aplicação dos segundos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	11	36,7	36,7	36,7
	Reforçar o Negócio	19	63,3	63,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.23.3. – Aplicação dos terceiros créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	20	66,7	66,7	66,7
	Reforçar o Negócio	10	33,3	33,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.23.4. – Aplicação dos quartos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	28	93,3	93,3	93,3
	Reforçar o Negócio	2	6,7	6,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.23.5. – Aplicação dos quintos créditos pedidos ao CITI-Habitat pelos seus beneficiários

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	29	96,7	96,7	96,7
	Reforçar o Negócio	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.24. – Opinião dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat em relação à taxa de juro praticada na organização

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Muito Baixa	1	3,3	3,3	3,3
	Baixa	5	16,7	16,7	20,0
	Razoável	14	46,7	46,7	66,7
	Alta	9	30,0	30,0	96,7
	Muito Alta	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.25. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por cumprimento dos pagamentos sem atrasos

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	12	40,0	40,0	40,0
	Não	18	60,0	60,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.26 – Cumprimento dos pagamentos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.26.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por dificuldade em cumprir os pagamentos

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	26	86,7	86,7	86,7
	Não	4	13,3	13,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.26.2. – Razões para os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat não cumprirem os pagamentos nas datas marcadas

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	12	40,0	40,0	40,0
	Má organização	3	10,0	10,0	50,0
	Incumprimento de Clientes	4	13,3	13,3	63,3
	Negócio instável	7	23,3	23,3	86,7
	Má organização, Pragas e Barragem	2	6,7	6,7	93,3
	Despesas imprevistas	2	6,7	6,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.27. – Opinião dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat sobre o acompanhamento das técnicas do microcrédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Suficiente	4	13,3	13,3	13,3
	Bom	14	46,7	46,7	60,0
	Muito Bom	12	40,0	40,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.28. – Sustentabilidade económico-financeira dos negócios dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.28.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que mantêm o negócio

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	29	96,7	96,7	96,7
	Não	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.28.2. – Justificação dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat para a não continuidade do negócio

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido		29	96,7	96,7	96,7
	A má organização e a falta de empreendedorismo ditaram o fim do negócio	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.29. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat que preveem prosperidade para o seu negócio

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	1	3,3	3,3	3,3
	Sim	29	96,7	96,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas D.30. – O contributo do microcrédito para os beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.30.1. – Importância dada ao contributo do microcrédito para o negócio pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Não Contribui	1	3,3	3,3	3,3
	Bom	12	40,0	40,0	43,3
	Muito Bom	17	56,7	56,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.30.2. – Importância dada ao contributo do microcrédito para o conforto da casa pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Não Contribui	4	13,3	13,3	13,3
	Razoável	5	16,7	16,7	30,0
	Bom	7	23,3	23,3	53,3
	Muito Bom	14	46,7	46,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.30.3. – Importância dada ao contributo do microcrédito para a educação dos filhos pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	0	1	3,3	3,3	3,3
	Não Contribui	5	16,7	16,7	20,0
	Razoável	2	6,7	6,7	26,7
	Bom	9	30,0	30,0	56,7
	Muito Bom	13	43,3	43,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.30.4. – Importância dada ao contributo do microcrédito para a melhoria da condição de vida em geral pelos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Não Contribui	1	3,3	3,3	3,3
	Razoável	3	10,0	10,0	13,3
	Bom	11	36,7	36,7	50,0
	Muito Bom	15	50,0	50,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.31. – Novos créditos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

Tabela D.31.1. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por ambição em pedir créditos futuros

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	25	83,3	83,3	83,3
	Não	4	13,3	13,3	96,7
	Talvez	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.31.2. – Motivos dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat para pedirem créditos futuros

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Reforçar o Negócio	24	80,0	80,0	80,0
	Abrir Novo Negócio	4	13,3	13,3	93,3
	Não tem Necessidade	2	6,7	6,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.32. – Beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat por um papel mais ativo na sociedade após contraírem crédito

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Sim	20	66,7	66,7	66,7
	Não	10	33,3	33,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.33. – Perspetivas de futuro dos beneficiários do microcrédito do CITI-Habitat

		Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Válido	Melhorar o Negócio	20	66,7	66,7	66,7
	Melhorar o Negócio e a casa	4	13,3	13,3	80,0
	Melhorar o Negócio e ser Autónomo(a)	2	6,7	6,7	86,7
	Melhorar o Negócio e Deixá-lo para o Filho	1	3,3	3,3	90,0
	Abrir uma Escola de Cabeleireiro e Melhorar a Casa	1	3,3	3,3	93,3
	Melhorar o Negócio e Fazer Formações	1	3,3	3,3	96,7
	Abrir um Negócio e Ter Mais Sucesso	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabela D.34. – 1.º Objetivo do Milénio: Erradicar a extrema pobreza e a fome

Table 3.1 Millennium Development Goal 1: eradicate extreme poverty and hunger

	International poverty line ^a															
	Share of population below PPP \$1.25 a day				Poverty gap ratio at PPP \$1.25 a day				Share of population below PPP \$2 a day				Poverty gap ratio at PPP \$2 a day			
	Surveys 1990–99 ^c		Surveys 2000–09 ^c		Surveys 1990–99 ^c		Surveys 2000–09 ^c		Surveys 1990–99 ^c		Surveys 2000–09 ^c		Surveys 1990–99 ^c		Surveys 2000–09 ^c	
	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent
SUB-SAHARAN AFRICA																
Angola	2000	54.3	2000	29.9	2000	70.2	2000	42.4
Benin	2003	47.3	2003	15.7	2003	75.3	2003	33.5
Botswana	1994	31.2	1994	11.0	1994	49.4	1994	22.3
Burkina Faso	1998	70.0	2003	56.5	1998	30.2	2003	20.3	1998	87.6	2003	81.2	1998	49.1	2003	39.3
Burundi	1998	86.4	2006	81.3	1998	47.3	2006	36.4	1998	95.4	2006	93.5	1998	64.1	2006	56.1
Cameroon	1996	51.5	2007	9.6	1996	18.9	2007	1.2	1996	74.5	2007	30.4	1996	36.0	2007	8.2
Cape Verde	2002	21.0	2002	6.1	2002	40.9	2002	15.2
Central African Republic	1992	83.2	2008	62.8	1992	57.4	2008	31.3	1992	91.0	2008	80.1	1992	68.8	2008	46.8
Chad	2003	61.9	2003	25.6	2003	83.3	2003	43.9
Comoros	2004	46.1	2004	20.8	2004	65.0	2004	34.2
Congo, Dem. Rep.	2006	59.2	2006	25.3	2006	79.6	2006	42.4
Congo, Rep.	2005	54.1	2005	22.8	2005	74.4	2005	38.8
Côte d'Ivoire	1998	24.1	2008	23.8	1998	6.7	2008	7.5	1998	49.2	2008	46.3	1998	18.2	2008	17.8
Djibouti	1996	4.8	2002	18.8	1996	1.6	2002	5.3	1996	15.1	2002	41.2	1996	4.5	2002	14.6
Equatorial Guinea
Eritrea
Ethiopia	1995	60.5	2005	39.0	1995	21.2	2005	9.6	1995	84.6	2005	77.6	1995	41.2	2005	28.9
Gabon	2005	4.8	2005	0.9	2005	19.6	2005	5.0
Gambia, The	1998	66.7	2003	34.3	1998	34.7	2003	12.1	1998	82.0	2003	56.7	1998	50.0	2003	24.9
Ghana	1998	39.1	2006	30.0	1998	14.4	2006	10.5	1998	63.3	2006	53.6	1998	28.5	2006	22.3
Guinea	1994	36.8	2007	43.3	1994	11.5	2007	15.0	1994	63.8	2007	69.6	1994	26.5	2007	31.0
Guinea-Bissau	1993	52.1	2002	48.8	1993	20.6	2002	16.5	1993	75.7	2002	77.9	1993	37.4	2002	34.8
Kenya	1997	19.6	2005	19.7	1997	4.6	2005	6.1	1997	42.7	2005	39.9	1997	14.7	2005	15.1
Lesotho	1994	46.2	2003	43.4	1994	25.6	2003	20.8	1994	59.7	2003	62.3	1994	36.1	2003	33.1
Liberia	2007	83.7	2007	40.8	2007	94.8	2007	59.5
Madagascar	1999	82.3	2005	67.8	1999	44.3	2005	26.5	1999	93.1	2005	89.6	1999	61.0	2005	46.9
Malawi	1998	83.1	2004	73.9	1998	46.0	2004	32.3	1998	93.5	2004	90.5	1998	62.3	2004	51.8
Mali	1994	86.1	2006	51.4	1994	53.1	2006	18.8	1994	93.9	2006	77.1	1994	67.2	2006	36.5
Mauritania	1996	23.4	2000	21.2	1996	7.1	2000	5.7	1996	48.3	2000	44.1	1996	17.8	2000	15.9
Mauritius
Mozambique	1997	81.3	2008	60.0	1997	42.0	2008	25.2	1997	92.9	2008	81.6	1997	59.4	2008	42.9
Namibia	1993	49.1	1993	24.6	1993	62.2	1993	36.5
Niger	1994	78.2	2007	43.1	1994	38.6	2007	11.9	1994	91.6	2007	75.9	1994	56.5	2007	30.6
Nigeria	1996	68.5	2004	64.4	1996	32.1	2004	29.6	1996	86.4	2004	83.9	1996	49.7	2004	46.9
Rwanda	2005	76.8	2005	40.9	2005	89.6	2005	57.2
São Tomé and Príncipe	2001	28.6	2001	8.2	2001	57.3	2001	21.6
Senegal	1995	54.1	2005	33.5	1995	19.5	2005	10.8	1995	79.4	2005	60.4	1995	37.9	2005	24.7
Seychelles	2007	0.3	2007	0.1	2007	1.8	2007	0.4
Sierra Leone	1990	62.8	2003	53.4	1990	44.8	2003	20.3	1990	75.0	2003	76.1	1990	54.0	2003	37.5
Somalia
South Africa	1995	21.4	2006	17.4	1995	5.2	2006	3.3	1995	39.9	2006	35.7	1995	15.0	2006	12.3
Sudan
Swaziland	1995	78.6	2001	62.9	1995	47.7	2001	29.4	1995	89.3	2001	81.0	1995	61.7	2001	45.8
Tanzania	1992	72.6	2007	67.9	1992	29.7	2007	28.1	1992	91.3	2007	87.9	1992	50.1	2007	47.5
Togo	2006	38.7	2006	11.4	2006	69.3	2006	27.9
Uganda	1996	64.4	2009	28.7	1996	24.8	2009	8.3	1996	86.0	2009	55.3	1996	44.5	2009	21.3
Zambia	1998	55.4	2004	64.3	1998	26.9	2004	32.8	1998	74.8	2004	81.5	1998	41.7	2004	48.3
Zimbabwe
NORTH AFRICA																
Algeria	1995	6.8	1995	1.4	1995	23.6	1995	6.5
Egypt, Arab Rep.	1996	2.5	2005	<2	1996	0.3	2005	0.4	1996	26.3	2005	18.5	1996	5.0	2005	3.5
Libya
Morocco	1999	6.8	2007	2.5	1999	1.2	2007	0.5	1999	24.4	2007	14.0	1999	6.5	2007	3.2
Tunisia	1995	6.5	2000	2.6	1995	1.3	2000	0.5	1995	20.4	2000	12.8	1995	5.8	2000	3.0

O microcrédito em Cabo Verde: o caso do CITI-Habitat

Share of population below national poverty line ^a (poverty headcount ratio)				Share of urban population below national poverty line ^a (poverty headcount ratio)				Share of rural population below national poverty line ^a (poverty headcount ratio)			
Surveys 1990–99 ^c		Surveys 2000–09 ^c		Surveys 1990–99 ^c		Surveys 2000–09 ^c		Surveys 1990–99 ^c		Surveys 2000–09 ^c	
Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent
..	2000 ^e	62.3
..	..	2003 ^a	39.0	2003 ^e	29.0	2003 ^a	46.0
1993	47.0	2003	30.6	1993	29.0	2003	19.4	1993	55.0	2003	44.8
..	..	2003 ^a	46.4	2003 ^e	19.2	2003 ^a	52.4
..	..	2006 ^a	66.9	2006 ^e	34.0	2006 ^a	68.9
..	..	2007 ^a	39.9	2007 ^e	12.2	2007 ^a	55.0
..	..	2007 ^a	26.6	2007 ^e	13.2	2007 ^a	44.3
..	..	2008 ^a	62.0	2008 ^e	49.6	2008 ^a	69.4
..	..	2003 ^a	55.0	2003 ^e	24.6	2003 ^a	58.6
..	..	2004 ^a	44.8	2004 ^e	34.5	2004 ^a	48.7
..	..	2005	71.3	2005	61.5	2005	75.7
..	..	2005	50.1	2005	57.7
1998	36.4 ^f	2008	42.7 ^f	1998	28.6 ^f	2008	29.4 ^f	1998	41.5 ^f	2008	54.2 ^f
..
..
1993	69.0	1993	62.0
1999	44.2	2004	38.9	1999	36.9	2004	35.1	1999	45.4	2004	39.3
..	..	2005	32.7	2005	29.8	2005	44.6
..	..	2003 ^a	58.0 ^f	2003 ^e	39.6 ^f	2003 ^a	67.8 ^f
1998	39.5	2006	28.5	1998	19.4	2006	10.8	1998	49.6	2006	39.2
..	..	2007 ^a	53.0	2007 ^e	30.5	2007 ^a	63.0
..	..	2002 ^a	64.7	2002 ^e	51.6	2002 ^a	69.1
..	..	2005 ^a	45.9	2005 ^e	33.7	2005 ^a	49.1
1994	66.6 ^f	2003	56.6 ^f	1994	36.7 ^f	2003	41.5 ^f	1994	68.9 ^f	2003	60.5 ^f
..	..	2007	63.8 ^f	2007	55.1 ^f	2007	67.7 ^f
1999	71.3	2005	68.7	1999	52.1	2005	52.0	1999	76.7	2005	73.5
1998	65.3	2004	52.4	1998	54.9	2004	25.4	1998	66.5	2004	55.9
..	..	2006 ^a	47.4	2006 ^e	25.5	2006 ^a	57.6
..	..	2000 ^a	46.3	2000 ^a	25.4	2000 ^a	61.2
..
1996	69.4	2008	54.7	1996	62.0	2008	49.6	1996	71.3	2008	56.9
..	..	2003 ^a	38.0	2003 ^e	17.0	2003 ^a	49.0
..	..	2007 ^a	59.5	2007 ^e	36.7	2007 ^a	63.9
..	..	2004 ^a	54.7	2004 ^e	43.1	2004 ^a	63.8
..	..	2006 ^a	58.5	2006 ^e	23.2	2006 ^a	64.2
..	..	2001	53.8	2001	45.0	2001	64.9
..	..	2005 ^a	50.8 ^f	2005 ^e	35.1 ^f	2005 ^a	61.9 ^f
..
..	..	2003 ^a	66.4	2003 ^e	47.0	2003 ^a	78.5
..
1995	31.0	2005	23.0
..
..	..	2001 ^a	69.2	2001 ^e	49.0	2001 ^a	75.0
..	..	2007 ^a	33.4	2007 ^a	37.4
..	..	2006	61.7	2006	36.8	2006	74.3
1997	44.4	2009	24.5	1997	16.7	2009	9.1	1997	48.7	2009	27.2
1998	66.8	2006	59.3	1998	39.5	2006	26.7	1998	83.0	2006	76.8
..	..	2003 ^a	72.0
..
1995	22.6	1995	14.7	1995	30.3
1996	19.4	2008	22.0	2008	10.6	2008	30.0
..
..	..	2007	9.0	2007	4.8	2007	14.5
1995	6.2	2005	3.8

(continued)

Table 3.1 Millennium Development Goal 1: eradicate extreme poverty and hunger (continued)

	Share of poorest quintile in national consumption or income ^b				Prevalence of child malnutrition, underweight (% of children under age 5)				Population below minimum dietary energy consumption	
	Surveys 1990–99 ^c		Surveys 2000–09 ^c		Surveys 1990–99 ^c		Surveys 2000–09 ^c		Share (%)	Total (millions)
	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	2005–07 ^d	2005–07 ^d
SUB-SAHARAN AFRICA										
Angola	2000	2	1996	37	2001	27.5	41	7.1
Benin	2003	6.9	1996	26.8	2006	20.2	12	1.0
Botswana	1994	3.1	1996	15.1	2000	10.7	25	0.5
Burkina Faso	1998	5.9	2003	7.0	1999	33.7	2009	26.0	9	1.2
Burundi	1998	5.1	2006	9.0	2000	38.9	62	4.7
Cameroon	1996	5.7	2001	5.6	1998	17.8	2006	16.6	21	3.9
Cape Verde	2001	4.5	1994	11.8	10	0.0
Central African Republic	1993	2.0	2003	5.2	1995	23.3	2000	21.8	40	1.7
Chad	2003	6.3	1997	34.3	2004	33.9	37	3.8
Comoros	2004	2.6	1996	22.3	2000	25.0	46	0.4
Congo, Dem. Rep.	2006	5.5	1995	30.7	2007	28.2	69	41.9
Congo, Rep.	2005	5.0	2005	11.8	15	0.5
Côte d'Ivoire	1998	5.8	2008	5.6	1999	18.2	2006	16.7	14	2.8
Djibouti	1996	6.4	2002	6.0	1996	16.0	2006	29.6	28	0.2
Equatorial Guinea	1997	13.8	2004	10.6
Eritrea	1996	38.3	2002	34.5	64	3.0
Ethiopia	1995	7.2	2005	9.3	2005	34.6	41	31.6
Gabon	2005	6.1	2001	8.8	<5	..
Gambia, The	1998	4.0	2003	4.8	1996	23.2	2006	15.8	19	0.3
Ghana	1998	5.6	2006	5.2	1999	20.3	2008	14.3	5	1.2
Guinea	1994	6.4	2007	6.4	1999	21.2	2008	20.8	17	1.6
Guinea-Bissau	1993	5.2	2002	7.2	2006	17.4	22	0.3
Kenya	1997	6.0	2005	4.7	1998	17.6	2009	16.4	31	11.2
Lesotho	1995	1.5	2003	3.0	1992	13.8	2005	16.6	14	0.3
Liberia	2007	6.4	2007	20.4	33	1.2
Madagascar	1999	5.9	2005	6.2	1997	35.5	2004	36.8	25	4.5
Malawi	1998	4.8	2004	7.0	1998	26.3	2006	15.5	28	3.9
Mali	1994	4.6	2006	6.5	1996	38.2	2006	27.9	12	1.5
Mauritania	1996	6.3	2000	6.2	1996	20.3	2008	16.7	7	0.2
Mauritius	1995	13.0	5	0.1
Mozambique	1997	5.7	2008	5.2	1997	28.1	2003	21.2	38	8.1
Namibia	1993	1.5	1992	21.5	2007	17.5	19	0.4
Niger	1994	6.0	2007	8.3	1998	45.0	2006	39.9	20	2.7
Nigeria	1996	5.0	2004	5.1	1999	27.3	2008	26.7	6	9.2
Rwanda	2006	4.2	1996	24.2	2005	18.0	34	3.1
São Tomé and Príncipe	2001	5.2	2009	13.1	<5	0.0
Senegal	1995	6.5	2005	6.2	1996	19.6	2005	14.5	17	2.0
Seychelles	2007	10.8	7	0.0
Sierra Leone	1990	1.1	2003	6.1	1990	25.4	2008	21.3	35	1.8
Somalia	2006	32.8
South Africa	1995	3.6	2000	3.1	1999	10.1	<5	..
Sudan	1993	31.8	2006	31.7	22	8.8
Swaziland	1995	2.7	2001	4.5	2007	6.1	18	0.2
Tanzania	1992	7.4	2007	6.8	1999	25.3	2005	16.7	34	13.7
Togo	2006	5.4	1998	23.2	2006	22.3	30	1.8
Uganda	1999	5.9	2009	5.8	1995	21.5	2006	16.4	21	6.1
Zambia	1998	3.3	2004	3.6	1999	19.6	2007	14.9	43	5.2
Zimbabwe	1995	4.6	1999	11.5	2006	14.0	30	3.7
NORTH AFRICA										
Algeria	1995	6.9	1995	11.3	2005	3.7	<5	1.4
Egypt, Arab Rep.	1996	9.5	2005	9.0	1998	10.2	2008	6.8	<5	..
Libya	1995	4.2	2007	5.6	<5	..
Morocco	1999	6.4	2007	6.5	1997	7.7	2004	9.9	<5	1.6
Tunisia	1995	5.6	2000	5.9	1997	3.3	2006	3.3	<5	..

a. Based on nominal per capita consumption average and distributions estimated from household surveys.
 b. Expenditure shares by percentiles of population, ranked by per capita expenditure.
 c. Survey year refers to the year in which the underlying household survey data were collected; in cases for which the data collection period bridged two calendar years, the year in which most of the data were collected is reported as the reference year. Data are for the most recent year available during the period specified.
 d. Data for a three-year period are used for the estimation of the prevalence of undernourishment.
 e. Poverty estimates based on survey data from earlier years are available but not comparable with the most recent year reported here.
 f. World Bank estimates.

Tabela D.35. – 2.º Objetivo do Milénio: Assegurar a educação de base para todos

Table **3.2** Millennium Development Goal 2:
achieve universal primary education

	Net primary enrollment ratio (% of relevant age group)			Primary completion rate (% of relevant age group)			Share of cohort reaching grade 5 (% of grade 1 students)			Youth literacy rate (% ages 15–24)		
	1990	2000	2009	1990	2000	2009	1990	2000	2007–08 ^a	1991	2000	2009
SUB-SAHARAN AFRICA												
Angola	73.1
Benin	41.2	..	94.7	19.5	39.3	62.0	27.3	84.2	54.3
Botswana	86.9	82.5	..	89.8	91.0	..	75.7	89.0	95.2
Burkina Faso	..	36.0	63.3	19.3	25.1	43.0	55.6	69.1	75.1
Burundi	..	43.2	98.9	40.9	24.6	52.4	57.2	58.8	72.6	53.6	73.3	76.6
Cameroon	71.1	..	91.6	54.2	49.9	73.4	66.6	..	77.7	83.1
Cape Verde	92.7	98.9	82.6	53.6	103.2	86.6	53.0	89.1	..	88.2	..	98.2
Central African Republic	57.9	..	66.7	30.4	..	38.0	42.7	..	53.6	..	58.5	64.7
Chad	..	53.5	..	16.3	22.4	33.5	35.6	54.9	37.6	46.3
Comoros	..	72.9	80.2	85.3
Congo, Dem. Rep.	55.9	67.7
Congo, Rep.	58.8	..	74.1	70.6
Côte d'Ivoire	..	54.7	57.2	40.1	41.8	46.5	60.8	88.0	66.1	..	60.7	66.6
Djibouti	29.3	26.9	44.4	32.0	28.0	35.4	73.9	..	64.3
Equatorial Guinea	..	68.8	53.5	46.5	60.9	..	94.9	97.9
Eritrea	..	37.9	35.7	..	36.4	47.8	..	60.5	73.1	88.7
Ethiopia	..	40.5	82.7	..	23.0	55.2	..	64.6	45.9
Gabon	97.6
Gambia, The	51.4	72.1	74.1	73.0	52.6	65.5
Ghana	..	62.9	75.9	..	69.5	82.7	..	66.2	79.0	..	70.7	80.1
Guinea	24.9	46.6	72.9	18.8	32.1	61.7	50.6	..	68.6	61.1
Guinea-Bissau	..	52.1	30.7	59.5	70.9
Kenya	..	64.9	82.6	80.3	92.7
Lesotho	70.7	77.5	73.1	58.4	60.1	70.3	66.3	67.2	90.9	92.0
Liberia	..	75.2	75.6
Madagascar	70.3	67.6	..	37.0	37.6	78.8	34.0	36.1	49.4	..	70.2	..
Malawi	90.8	28.1	65.4	59.2	32.3	..	50.7	86.5
Mali	72.9	..	30.8	59.4	86.9
Mauritania	..	62.6	76.3	29.1	63.8	61.3	67.7
Mauritius	97.2	92.9	94.0	113.7	102.8	89.4	..	98.4	97.2	91.2	94.5	96.5
Mozambique	44.0	56.0	90.6	26.4	16.1	56.6	33.8	52.5	53.7	70.9
Namibia	79.1	88.8	89.1	..	91.6	87.1	..	90.9	91.5	93.0
Niger	22.8	26.7	54.0	15.8	17.9	40.3	57.0	74.0	64.3
Nigeria	..	63.0	71.8
Rwanda	49.2	22.3	..	51.5	41.7	48.5	..	77.6	77.2
São Tomé and Príncipe	96.0	..	97.5	77.9	..	83.2	95.3
Senegal	45.1	57.5	73.1	41.9	39.1	56.9	72.8	72.3	69.8	65.0
Seychelles	94.4	..	107.2	105.1	..	91.0	94.9
Sierra Leone	57.6
Somalia
South Africa	..	89.8	84.7	..	86.6	93.2
Sudan	..	39.2	35.8	57.2	86.0	..	77.2	85.9
Swaziland	74.3	71.1	..	62.7	60.3	..	60.0	74.0	88.4	93.4
Tanzania	51.4	52.9	96.4	102.3	..	81.4	80.9	77.4
Togo	62.3	80.2	93.5	35.0	63.2	61.4	44.5	74.7	74.4	..
Uganda	92.2	72.5	..	56.7	57.7
Zambia	..	68.5	90.7	..	61.4	87.1	71.0	66.4	..	74.6
Zimbabwe	..	83.9	..	93.6	68.7	98.9
NORTH AFRICA												
Algeria	87.5	91.6	93.8	80.8	82.6	90.5	83.8	97.1	94.5
Egypt, Arab Rep.	..	86.0	87.7	99.0
Libya	99.9
Morocco	56.2	75.8	89.7	51.4	56.7	80.4	68.9	80.1	84.2	79.5
Tunisia	92.6	95.8	..	80.3	88.5	..	80.0	93.1

a. Data are for the most recent year available during the period specified.

Tabela D.36. – 3.º Objetivo do Milénio: Promover a igualdade dos sexos e a autonomia da mulher
Table 3.3 Millennium Development Goal 3: promote gender equity and empower women

	Ratio of girls to boys in primary and secondary school (%)			Ratio of literate young women to men (% ages 15–24)			Women in national parliament (% of total seats)			Share of women employed in the nonagricultural sector (%)		
	1991	2000	2009	1990	2000	2009	1990	2000	2009	1990	2000	2000–09 ^a
SUB-SAHARAN AFRICA												
Angola	81.1	15.0	16.0	37.3
Benin	..	64.2	66.9	3.0	6.0	10.8	24.3
Botswana	108.0	101.6	..	107.4	..	103.2	5.0	..	11.1	33.5	42.9	43.4
Burkina Faso	..	70.1	85.6	52.9	8.0	15.3	12.5
Burundi	79.0	..	92.7	..	91.6	99.2	..	6.0	30.5	14.3
Cameroon	82.3	..	85.6	..	88.2	..	14.0	6.0	13.9	22.2
Cape Verde	94.0	..	103.4	101.7	12.0	11.0	18.1	..	38.9	38.9
Central African Republic	59.1	..	68.7	..	66.6	79.4	4.0	7.0	10.5	46.8
Chad	40.9	55.8	63.6	..	41.7	72.8	..	2.0	5.2	3.8
Comoros	..	84.1	92.4	98.7	0.0	..	3.0
Congo, Dem. Rep.	76.8	84.7	5.0	..	8.4	25.9
Congo, Rep.	88.5	85.7	14.0	12.0	7.3	26.1
Côte d'Ivoire	..	69.3	73.6	84.6	6.0	..	8.9
Djibouti	72.2	71.0	82.0	0.0	0.0	13.8	26.7
Equatorial Guinea	..	81.1	100.2	100.5	13.0	5.0	10.0	10.5
Eritrea	..	77.4	77.3	93.6	..	15.0	22.0
Ethiopia	..	65.1	87.9	2.0	21.9	47.3
Gabon	..	95.9	98.0	13.0	8.0	16.7
Gambia, The	..	81.6	64.3	84.5	8.0	2.0	9.4	20.9
Ghana	78.0	89.7	95.4	..	86.2	97.3	..	9.0	8.3	..	31.7	31.7
Guinea	44.0	61.5	77.2	79.1	..	9.0
Guinea-Bissau	..	65.5	61.4	81.3	20.0	..	10.0	10.8
Kenya	..	97.6	95.4	..	101.1	101.8	1.0	4.0	9.8	21.4
Lesotho	123.8	107.2	107.1	..	114.9	114.4	..	4.0	25.0
Liberia	..	71.9	114.9	12.5	11.4
Madagascar	95.6	..	96.9	..	93.9	..	7.0	8.0	37.7
Malawi	80.9	92.6	100.0	99.0	10.0	8.0	20.8	10.5
Mali	57.6	69.5	78.4	12.0	10.2	34.6
Mauritania	68.9	95.3	81.9	90.8	..	4.0	22.1	..	35.8	35.8
Mauritius	100.4	98.6	101.3	..	101.7	102.1	7.0	8.0	17.1	37.4	38.6	37.1
Mozambique	72.7	74.9	88.3	81.6	16.0	..	34.8	11.4
Namibia	110.8	103.2	..	105.5	..	104.2	7.0	22.0	26.9	..	42.8	41.4
Niger	53.0	65.0	75.3	5.0	1.0	12.4	36.1
Nigeria	76.5	80.2	..	76.8	..	83.6	7.0	..	18.6	21.1
Rwanda	94.8	96.0	100.3	100.0	97.9	100.5	17.0	17.0	56.3	..	33.0	33.0
São Tomé and Príncipe	103.1	95.9	..	101.0	12.0	9.0	7.3
Senegal	67.4	81.9	75.7	13.0	12.0	22.0	10.6
Seychelles	..	103.7	103.5	16.0	24.0	23.5
Sierra Leone	61.8	71.1	..	9.0	13.2	23.2
Somalia	4.0	..	6.1	21.7
South Africa	103.5	100.3	99.4	3.0	30.0	44.5	..	41.1	44.0
Sudan	89.4	..	84.4	92.8	18.1	22.2
Swaziland	..	95.5	103.2	103.2	4.0	3.0	13.6
Tanzania	97.1	97.5	96.1	97.3	..	16.0	30.4	30.5
Togo	58.1	69.1	76.0	..	5.0	..	11.1	41.0
Uganda	77.9	92.8	98.7	81.7	12.0	18.0	30.7	39.0
Zambia	..	91.4	95.8	82.3	7.0	10.0	15.2	16.6	22.0	22.0
Zimbabwe	96.4	94.4	101.1	11.0	14.0	15.2	15.4	20.4	21.9
NORTH AFRICA												
Algeria	81.6	2.0	3.0	7.7	13.1
Egypt, Arab Rep.	80.5	92.5	4.0	2.0	1.8	20.5	19.0	19.0
Libya	99.9	7.7	15.8
Morocco	68.8	82.4	83.2	0.0	1.0	10.5	20.8
Tunisia	84.6	99.5	4.0	12.0	22.8	..	24.3	25.0

a. Data are for the most recent year available during the period specified.

Tabela D.37. – 4.º Objetivo do Milénio: Reduzir a mortalidade das crianças com menos de cinco anos

Table 3.4 Millennium Development Goal 4: reduce child mortality

	Under-five mortality rate (per 1,000)				Infant mortality rate (per 1,000 live births)				Child immunization rate, measles (% of children ages 12–23 months)			
	1990	2000	2008	2009	1990	2000	2008	2009	1990	2000	2008	2009
SUB-SAHARAN AFRICA												
Angola	258	212	166	161	153	126	101	98	38	41	79	77
Benin	184	144	121	118	111	89	76	75	79	70	66	72
Botswana	60	99	59	57	46	66	44	43	87	91	94	94
Burkina Faso	201	188	169	166	110	102	92	91	79	51	75	75
Burundi	189	178	168	166	114	107	102	101	74	76	84	91
Cameroon	148	156	155	154	91	96	95	95	56	49	80	74
Cape Verde	63	41	29	28	49	33	24	23	79	86	96	96
Central African Republic	175	184	172	171	115	119	113	112	82	36	62	62
Chad	201	205	209	209	120	122	124	124	32	28	23	23
Comoros	128	114	105	104	90	81	76	75	87	70	76	79
Congo, Dem. Rep.	199	199	199	199	126	126	126	126	38	46	67	76
Congo, Rep.	104	116	127	128	67	74	80	81	75	34	79	76
Côte d'Ivoire	152	142	121	119	105	97	85	83	56	71	63	67
Djibouti	123	106	95	94	95	84	76	75	85	50	73	73
Equatorial Guinea	198	168	148	145	120	102	90	88	88	51	51	51
Eritrea	150	89	58	55	92	58	41	39	..	86	95	95
Ethiopia	210	148	109	104	124	91	69	67	38	52	74	75
Gabon	93	83	71	69	68	61	53	52	76	55	55	55
Gambia, The	153	131	106	103	104	93	80	78	86	92	91	96
Ghana	120	106	72	69	76	68	49	47	61	90	86	93
Guinea	231	185	146	142	137	111	90	88	35	42	51	51
Guinea-Bissau	240	218	195	193	142	129	117	115	53	71	76	76
Kenya	99	105	86	84	64	66	56	55	78	78	76	74
Lesotho	93	124	91	84	74	86	66	61	80	74	85	85
Liberia	247	198	119	112	165	134	85	80	..	63	64	64
Madagascar	167	100	61	58	102	65	43	41	47	55	70	64
Malawi	218	164	115	110	129	99	71	69	81	73	88	92
Mali	250	217	194	191	139	120	103	101	43	55	71	71
Mauritania	129	122	118	117	81	77	75	74	38	62	65	59
Mauritius	24	19	17	17	21	17	15	15	76	84	98	99
Mozambique	232	183	147	142	155	123	99	96	59	71	77	77
Namibia	73	76	50	48	49	50	35	34	..	69	73	76
Niger	305	227	167	160	144	107	79	76	25	37	66	73
Nigeria	212	190	143	138	126	114	89	86	54	33	41	41
Rwanda	171	180	117	111	103	108	74	70	83	74	92	92
São Tomé and Príncipe	95	86	79	78	62	56	52	52	71	69	93	90
Senegal	151	120	95	93	73	61	52	51	51	48	77	79
Seychelles	15	14	13	12	13	12	11	11	86	97	99	97
Sierra Leone	285	250	198	192	166	150	126	123	..	37	66	71
Somalia	180	180	180	180	109	109	109	109	30	35	24	24
South Africa	62	77	65	62	48	54	45	43	79	72	62	62
Sudan	124	115	109	108	78	73	70	69	57	58	79	82
Swaziland	92	105	77	73	67	71	53	52	85	92	95	95
Tanzania	162	139	111	108	99	86	70	68	80	78	88	91
Togo	150	124	100	98	89	78	66	64	73	58	77	84
Uganda	184	154	130	128	111	94	81	79	52	57	68	68
Zambia	179	166	145	141	108	99	88	86	90	85	85	85
Zimbabwe	81	116	93	90	54	69	58	56	87	75	70	76
NORTH AFRICA												
Algeria	61	46	34	32	51	40	30	29	83	80	88	88
Egypt, Arab Rep.	90	47	23	21	66	38	20	18	86	98	92	95
Libya	36	25	19	19	32	23	17	17	89	93	98	98
Morocco	89	55	39	38	69	46	35	33	79	93	96	98
Tunisia	50	27	21	21	40	23	18	18	93	95	98	98

Tabela D.38. – 5.º Objetivo do Milênio: Melhorar a saúde materna

Table 3.5 Millennium Development Goal 5: improve maternal health

	Maternal mortality ratio (per 100,000 live births)				Births attended by skilled health staff (% of total)			
	Modeled estimate		National estimate		Surveys 1990–99 ^a		Surveys 2000–09 ^a	
	1990	2008	1990–99 ^a	2000–09 ^a	Year	Percent	Year	Percent
SUB-SAHARAN AFRICA								
Angola	1,000	610	1996	22.5	2007	47.3
Benin	790	410	..	397	1996	59.8	2006	74.0
Botswana	83	190	498	198	1996	87	2007	94.6
Burkina Faso	770	560	326	307	1999	31	2006	53.5
Burundi	1,200	970	484	615	2005	33.6
Cameroon	680	600	..	669	1998	55	2006	63.0
Cape Verde	230	94	..	16	1998	88.5	2005	77.5
Central African Republic	880	850	..	543	1995	45.9	2009	43.7
Chad	1,300	1,200	1,100	1,099	1997	15	2004	14.4
Comoros	530	340	830	380	1996	51.6	2000	61.8
Congo, Dem. Rep.	900	670	..	549	2007	74.0
Congo, Rep.	460	580	..	781	2005	83.4
Côte d'Ivoire	690	470	..	543	1999	47.1	2006	56.8
Djibouti	370	300	600	546	2006	92.9
Equatorial Guinea	1,000	280	74	..	1994	5	2000	64.6
Eritrea	930	280	1995	20.6	2002	28.3
Ethiopia	990	470	998	673	2005	5.7
Gabon	260	260	..	519	2000	85.5
Gambia, The	750	400	..	730	1990	44.1	2006	56.8
Ghana	630	350	..	451	1998	44.3	2008	57.1
Guinea	1,200	680	..	980	1999	34.8	2007	46.1
Guinea-Bissau	1,200	1,000	530	405	1995	25	2006	38.8
Kenya	380	530	910	488	1998	44.3	2009	43.8
Lesotho	370	530	..	762	1993	49.6	2009	61.5
Liberia	1,100	990	..	994	2007	46.3
Madagascar	710	440	..	498	1997	47.3	2009	43.9
Malawi	910	510	..	807	1992	54.8	2006	53.6
Mali	1,200	830	..	464	1996	40	2006	49.0
Mauritania	780	550	..	686	1991	40	2007	60.9
Mauritius	72	36	..	22	1999	98.5	2005	99.2
Mozambique	1,000	550	..	408	1997	44.2	2008	55.3
Namibia	180	180	..	449	1992	68.2	2007	81.4
Niger	1,400	820	..	648	1998	17.6	2006	32.9
Nigeria	1,100	840	590	545	1999	41.6	2008	38.9
Rwanda	1,100	540	..	750	1992	25.8	2008	52.1
São Tomé and Príncipe	148	2009	81.7
Senegal	750	410	..	401	1999	48.3	2005	51.9
Seychelles	560	57
Sierra Leone	1,300	970	..	857	2008	42.4
Somalia	1,100	1,200	..	1,044	1999	32.2	2006	33.0
South Africa	230	410	1,000	166	1998	84.4	2003	91.2
Sudan	830	750	150	1,107	1999	56.9	2006	49.2
Swaziland	260	420	..	589	1994	56	2007	69.0
Tanzania	880	790	229	578	1999	43.8	2005	43.4
Togo	650	350	1998	50.5	2006	62.0
Uganda	670	430	478	435	1995	37.8	2006	41.9
Zambia	390	470	..	591	1999	47.1	2007	46.5
Zimbabwe	390	790	..	555	1999	72.5	2009	60.2
NORTH AFRICA								
Algeria	250	120	1992	77	2006	95.2
Egypt, Arab Rep.	220	82	117	55	1998	55.2	2008	78.9
Libya	100	64	1999	99
Morocco	270	110	77	132	1995	39.6	2004	62.6
Tunisia	130	60	332	..	1995	80.5	2006	94.6

a. Data are for the most recent year available during the period specified.

Tabela D.39. – 6.º Objetivo do Milénio: Combater o VIH/SIDA, o paludismo e outras doenças

Table 3.6 Millennium Development Goal 6: combat HIV/AIDS, malaria, and other diseases

	Prevalence of HIV (% ages 15–49)		Contraceptive use, any method (% of married women ages 15–49)				Children sleeping under insecticide-treated nets (% of children under age 5)	
	1990	2009	Surveys 1990–99 ^a		Surveys 2000–09 ^a		Surveys 2000–09 ^a	
			Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent
SUB-SAHARAN AFRICA								
Angola	0.5	2.0	1996	8.1	2001	6.2	2007	18
Benin	0.2	1.2	1996	16.4	2006	17.0	2006	20
Botswana	3.5	24.8	2007	52.8
Burkina Faso	3.9	1.2	1999	11.9	2006	17.4	2006	10
Burundi	3.9	3.3	2005	9.1	2005	8
Cameroon	0.6	5.3	1998	19.3	2006	29.2	2006	13
Cape Verde	1998	52.9	2005	61.3
Central African Republic	3.1	4.7	1995	14.8	2006	19.0	2006	15
Chad	1.1	3.4	1997	4.2	2004	2.8	2000	1
Comoros	<0.1	0.1	1996	21.0	2000	25.7	2000	9
Congo, Dem. Rep.	1991	7.7	2007	20.6	2007	6
Congo, Rep.	5.2	3.4	2005	44.3	2005	6
Côte d'Ivoire	2.4	3.4	1999	15.0	2006	12.9	2006	3
Djibouti	0.9	2.5	2008	22.5	2009	20
Equatorial Guinea	0.1	5.0	2000	1
Eritrea	0.3	0.8	1995	8.0	2002	8.0	2002	4
Ethiopia	1990	4.3	2005	14.7	2007	33
Gabon	0.9	5.2	2000	32.7
Gambia, The	0.1	2.0	1990	11.8	2001	17.5	2006	49
Ghana	0.3	1.8	1999	22.0	2008	23.5	2008	28
Guinea	1.1	1.3	1999	6.2	2005	9.1	2008	5
Guinea-Bissau	0.3	2.5	2006	10.3	2006	39
Kenya	3.9	6.3	1998	39.0	2009	45.5	2009	46
Lesotho	0.8	23.6	1992	23.2	2009	47.0
Liberia	0.3	1.5	2007	11.4	2009	26
Madagascar	0.2	0.2	1997	19.3	2009	39.9	2009	46
Malawi	7.2	11.0	1996	21.9	2006	41.0	2006	25
Mali	0.4	1.0	1996	6.7	2006	8.2	2006	27
Mauritania	0.2	0.7	1991	3.3	2007	9.3	2004	2
Mauritius	<0.1	1.0	1999	26.0	2002	75.9
Mozambique	1.2	11.5	1997	5.6	2008	16.2	2008	23
Namibia	1.6	13.1	1992	28.9	2007	55.1	2006	11
Niger	0.1	0.8	1998	8.2	2006	11.2	2009	43
Nigeria	1.3	3.6	1999	15.3	2008	14.6	2008	6
Rwanda	5.2	2.9	1996	13.7	2008	36.4	2008	56
São Tomé and Príncipe	2009	38.4	2009	56
Senegal	0.2	0.9	1999	10.5	2005	11.8	2009	29
Seychelles
Sierra Leone	<0.1	1.6	2008	8.2	2008	26
Somalia	0.1	0.7	1999	7.9	2006	14.6	2006	11
South Africa	0.7	17.8	1998	56.3	2003	59.9
Sudan	0.1	1.1	1993	9.9	2006	7.6	2006	28
Swaziland	2.3	25.9	2007	50.6	2007	1
Tanzania	4.8	5.6	1999	25.4	2005	26.4	2008	26
Togo	0.6	3.2	1999	23.5	2006	16.8	2006	38
Uganda	10.2	6.5	1995	14.8	2006	23.7	2006	10
Zambia	12.7	13.5	1999	22.0	2007	40.8	2008	41
Zimbabwe	10.1	14.3	1999	53.5	2009	64.9	2009	17
NORTH AFRICA								
Algeria	<0.1	0.1	1995	52.0	2006	61.4
Egypt, Arab Rep.	<0.1	<0.1	1998	51.7	2008	60.3
Libya	1995	45.2
Morocco	<0.1	0.1	1997	58.8	2004	63.0
Tunisia	<0.1	<0.1	1995	60.0	2006	60.2

(continued)

Tabela D.40. – 7.º Objetivo do Milênio: Assegurar um ambiente durável

Table 3.7 Millennium Development Goal 7:
ensure environmental sustainability

	Forest area (% of total land area)			Terrestrial protected areas (% of total land area)			GDP per unit of energy use (2005 PPP \$ per kg of oil equivalent)		
	1990	2000	2010	1990	2000	2009	1990	2000	2008
SUB-SAHARAN AFRICA									
Angola	48.9	47.9	46.9	12.4	12.4	12.4	5.8	4.9	8.8
Benin	52.1	45.8	41.2	23.8	23.8	23.8	3.2	4.3	3.9
Botswana	24.2	22.1	20.0	30.3	30.9	30.9	7.6	9.1	11.6
Burkina Faso	25.0	22.8	20.6	13.3	13.5	13.9
Burundi	11.3	7.7	6.7	3.8	4.8	4.8
Cameroon	51.4	46.8	42.1	7.0	8.7	9.2	5.1	4.6	5.4
Cape Verde	14.3	20.4	21.1	2.5	2.5	2.5
Central African Republic	37.2	36.8	36.3	14.4	14.7	14.7
Chad	10.4	9.8	9.2	9.4	9.4	9.4
Comoros	6.4	4.3	1.6	0.0	0.0	0.0
Congo, Dem. Rep.	70.7	69.4	68.0	10.0	10.0	10.0	1.9	0.8	0.8
Congo, Rep.	66.5	66.1	65.6	5.4	7.8	9.4	10.7	11.5	9.6
Côte d'Ivoire	32.1	32.5	32.7	22.6	22.6	22.6	5.5	4.5	3.1
Djibouti	0.2	0.2	0.3	0.0	0.0	0.0
Equatorial Guinea	66.3	62.1	58.0	7.3	19.2	19.2
Eritrea	..	15.6	15.2	4.9	4.9	5.0	..	3.5	3.8
Ethiopia	15.2	13.7	12.3	17.7	17.7	18.4	1.8	1.9	2.0
Gabon	85.4	85.4	85.4	4.2	5.2	14.9	11.8	11.2	9.4
Gambia, The	44.2	46.1	48.0	1.5	1.5	1.5
Ghana	32.7	26.8	21.7	13.9	14.0	14.0	2.5	2.6	3.4
Guinea	29.6	28.1	26.6	6.8	6.8	6.8
Guinea-Bissau	78.8	75.4	71.9	7.6	16.1	16.1
Kenya	6.5	6.3	6.1	11.5	11.6	11.6	3.0	2.9	3.1
Lesotho	1.3	1.4	1.4	0.5	0.5	0.5
Liberia	51.2	48.1	44.9	18.1	18.1	18.1
Madagascar	23.5	22.6	21.6	2.1	2.9	2.9
Malawi	41.4	37.9	34.4	15.0	15.0	15.0
Mali	11.5	10.9	10.2	2.3	2.3	2.4
Mauritania	0.4	0.3	0.2	0.5	0.5	0.5
Mauritius	19.1	19.1	17.2	1.7	4.5	4.5
Mozambique	55.2	52.4	49.6	14.8	14.8	15.8	0.9	1.3	1.9
Namibia	10.6	9.8	8.9	14.4	14.5	14.5	..	8.4	7.3
Niger	1.5	1.0	1.0	6.8	6.8	6.8
Nigeria	18.9	14.4	9.9	11.6	12.8	12.8	2.0	2.0	2.6
Rwanda	12.9	13.9	17.6	9.9	9.9	10.0
São Tomé and Príncipe	28.1	28.1	28.1
Senegal	48.6	46.2	44.0	24.1	24.1	24.1	6.3	6.0	7.1
Seychelles	88.5	88.5	89.1	42.0	42.0	42.0
Sierra Leone	43.5	40.8	38.1	5.0	5.0	5.0
Somalia	13.2	12.0	10.8	0.6	0.6	0.6
South Africa	7.6	7.6	4.7	6.5	6.9	6.9	3.1	3.0	3.5
Sudan	32.1	29.7	29.4	4.7	4.9	4.9	2.5	3.4	5.3
Swaziland	27.4	30.1	32.7	3.0	3.0	3.0
Tanzania	46.8	42.3	37.7	26.5	26.9	27.7	2.2	2.1	2.6
Togo	12.6	8.9	5.3	11.3	11.3	11.3	2.7	2.0	1.9
Uganda	24.1	19.6	15.2	7.3	7.9	9.7
Zambia	71.0	68.8	66.5	36.0	36.0	36.0	1.8	1.7	2.1
Zimbabwe	57.3	48.8	40.4	18.0	18.0	28.0
NORTH AFRICA									
Algeria	0.7	0.7	0.6	6.3	6.3	6.3	7.1	6.9	6.8
Egypt, Arab Rep.	0.0	0.1	0.1	1.9	4.3	5.9	5.8	6.2	5.8
Libya	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	..	4.0	5.2
Morocco	11.3	11.2	11.5	1.2	1.5	1.5	9.7	8.3	8.4
Tunisia	4.1	5.4	6.5	1.3	1.3	1.3	6.6	7.1	8.3

(continued)

Table 3.7 Millennium Development Goal 7: ensure environmental sustainability (continued)

	Carbon dioxide emissions per capita (metric tons)			Population with sustainable access to an improved water source (%)			Population with sustainable access to improved sanitation (%)		
	1990	2000	2007	1990	2000	2008	1990	2000	2008
SUB-SAHARAN AFRICA									
Angola	0.4	0.7	1.4	36.0	41.0	50.0	25.0	40.0	57.0
Benin	0.1	0.2	0.5	56.0	66.0	75.0	5.0	9.0	12.0
Botswana	1.6	2.5	2.6	93.0	94.0	95.0	36.0	50.0	60.0
Burkina Faso	0.1	0.1	0.1	41.0	60.0	76.0	6.0	8.0	11.0
Burundi	0.1	0.0	0.0	70.0	72.0	72.0	44.0	45.0	46.0
Cameroon	0.1	0.2	0.3	50.0	64.0	74.0	47.0	47.0	47.0
Cape Verde	0.2	0.4	0.6	..	83.0	84.0	..	45.0	54.0
Central African Republic	0.1	0.1	0.1	58.0	63.0	67.0	11.0	22.0	34.0
Chad	0.0	0.0	0.0	38.0	45.0	50.0	6.0	7.0	9.0
Comoros	0.2	0.2	0.2	87.0	92.0	95.0	17.0	28.0	36.0
Congo, Dem. Rep.	0.1	0.0	0.0	45.0	44.0	46.0	9.0	16.0	23.0
Congo, Rep.	0.5	0.3	0.4	..	70.0	71.0	..	30.0	30.0
Côte d'Ivoire	0.5	0.4	0.3	76.0	78.0	80.0	20.0	22.0	23.0
Djibouti	0.7	0.6	0.6	77.0	84.0	92.0	66.0	63.0	56.0
Equatorial Guinea	0.3	0.9	7.5	..	43.0	51.0	..
Eritrea	..	0.2	0.1	43.0	54.0	61.0	9.0	11.0	14.0
Ethiopia	0.1	0.1	0.1	17.0	28.0	38.0	4.0	8.0	12.0
Gabon	6.6	1.0	1.4	..	85.0	87.0	..	36.0	33.0
Gambia, The	0.2	0.2	0.2	74.0	84.0	92.0	..	63.0	67.0
Ghana	0.3	0.3	0.4	54.0	71.0	82.0	7.0	9.0	13.0
Guinea	0.2	0.2	0.1	52.0	62.0	71.0	9.0	15.0	19.0
Guinea-Bissau	0.2	0.2	0.2	..	55.0	61.0	..	18.0	21.0
Kenya	0.2	0.3	0.3	43.0	52.0	59.0	26.0	29.0	31.0
Lesotho	61.0	74.0	85.0	32.0	29.0	29.0
Liberia	0.2	0.2	0.2	58.0	65.0	68.0	11.0	14.0	17.0
Madagascar	0.1	0.2	0.1	31.0	37.0	41.0	8.0	10.0	11.0
Malawi	0.1	0.1	0.1	40.0	63.0	80.0	42.0	50.0	56.0
Mali	0.0	0.1	0.0	29.0	44.0	56.0	26.0	32.0	36.0
Mauritania	1.3	0.5	0.6	30.0	40.0	49.0	16.0	21.0	26.0
Mauritius	1.4	2.3	3.1	99.0	99.0	99.0	91.0	91.0	91.0
Mozambique	0.1	0.1	0.1	36.0	42.0	47.0	11.0	14.0	17.0
Namibia	0.0	1.0	1.5	64.0	81.0	92.0	25.0	29.0	33.0
Niger	0.1	0.1	0.1	35.0	42.0	48.0	5.0	7.0	9.0
Nigeria	0.5	0.6	0.6	47.0	53.0	58.0	37.0	34.0	32.0
Rwanda	0.1	0.1	0.1	68.0	67.0	65.0	23.0	40.0	54.0
São Tomé and Príncipe	0.6	0.6	0.8	..	79.0	89.0	..	21.0	26.0
Senegal	0.4	0.4	0.5	61.0	65.0	69.0	38.0	45.0	51.0
Seychelles	1.6	7.0	7.3
Sierra Leone	0.1	0.1	0.2	..	55.0	49.0	..	11.0	13.0
Somalia	0.0	0.1	0.1	..	23.0	30.0	..	22.0	23.0
South Africa	9.5	8.4	9.0	83.0	86.0	91.0	69.0	73.0	77.0
Sudan	0.2	0.2	0.3	65.0	61.0	57.0	34.0	34.0	34.0
Swaziland	0.5	1.1	0.9	..	55.0	69.0	..	49.0	55.0
Tanzania	0.1	0.1	0.1	55.0	54.0	54.0	24.0	24.0	24.0
Togo	0.2	0.3	0.2	49.0	55.0	60.0	13.0	12.0	12.0
Uganda	0.0	0.1	0.1	43.0	57.0	67.0	39.0	44.0	48.0
Zambia	0.3	0.2	0.2	49.0	54.0	60.0	46.0	47.0	49.0
Zimbabwe	1.5	1.1	0.8	78.0	80.0	82.0	43.0	44.0	44.0
NORTH AFRICA									
Algeria	3.1	3.8	4.1	94.0	89.0	83.0	88.0	92.0	95.0
Egypt, Arab Rep.	1.3	2.0	2.3	90.0	96.0	99.0	72.0	86.0	94.0
Libya	9.2	9.3	9.3	54.0	54.0	..	97.0	97.0	97.0
Morocco	0.9	1.2	1.5	74.0	78.0	81.0	53.0	64.0	69.0
Tunisia	1.6	2.1	2.3	81.0	90.0	94.0	74.0	81.0	85.0

Tabela D.41. – 8.º Objetivo do Milénio: Implementar uma parceria mundial para o desenvolvimento

**Table 3.8 Millennium Development Goal 8:
develop a global partnership for development**

	Debt sustainability					
	Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Debt Initiative		Debt service relief committed (\$ millions) ^a	Public and publicly guaranteed debt service (% of exports, excluding worker remittances)		
	Decision points	Completion points		1990	2000	2009
SUB-SAHARAN AFRICA						
Angola	7.1	20.4	8.4
Benin	Jul. 2000	Mar. 2003	460	8.4	10.7	..
Botswana	4.3	2.0	1.0
Burkina Faso	Jul. 2000	Apr. 2002	930	7.7	15.1	..
Burundi	Aug. 2005	Jan. 2009	1,366	40.7	25.1	10.1
Cameroon	Oct. 2000	Apr. 2006	4,917	12.5	14.0	2.5
Cape Verde	8.9	10.5	5.1
Central African Republic	Sep. 2007	Jun. 2009	804	7.5
Chad	May 2001	..	260	2.3
Comoros	Jun. 2010	..	136	2.5
Congo, Dem. Rep.	Jul. 2003	Jul. 2010	15,222
Congo, Rep.	Mar. 2006	Jan. 2010	1,738	30.9	0.5	..
Côte d'Ivoire	Mar. 2009	..	3,415	14.7	14.9	6.6
Djibouti	4.8	5.7
Equatorial Guinea
Eritrea	2.8	..
Ethiopia	Nov. 2001	Apr. 2004	3,275	33.2	12.2	3.0
Gabon	3.8	8.8	..
Gambia, The	Dec. 2000	Dec. 2007	112	17.3	..	8.7
Ghana	Feb. 2002	Jul. 2004	3,500	19.9	12.0	2.5
Guinea	Dec. 2000	..	800	17.7	17.6	10.1
Guinea-Bissau	Dec. 2000	..	790	22.0
Kenya	22.7	15.7	4.5
Lesotho	4.1	10.3	2.5
Liberia	Mar. 2008	Jun. 2010	4,600	11.2
Madagascar	Dec. 2000	Oct. 2004	1,900	31.9	8.4	..
Malawi	Dec. 2000	Aug. 2006	1,628	22.4	10.8	..
Mali	Sep. 2000	Mar. 2003	895	9.7	10.2	..
Mauritania	Feb. 2000	Jun. 2002	1,100	24.8
Mauritius	4.5	16.4	1.9
Mozambique	Apr. 2000	Sep. 2001	4,300	17.2	7.0	1.4
Namibia
Niger	Dec. 2000	Apr. 2004	1,190	3.2	6.0	..
Nigeria	22.3	8.2	0.7
Rwanda	Dec. 2000	Apr. 2005	1,316	9.4	15.3	4.7
São Tomé and Príncipe	Dec. 2000	Mar. 2007	263	28.6	20.3	16.2
Senegal	Jun. 2000	Apr. 2004	850	13.7	13.2	..
Seychelles	7.6	3.3	6.2
Sierra Leone	Mar. 2002	Dec. 2006	994	7.8	29.6	2.1
Somalia
South Africa	5.5	2.4
Sudan	4.5	10.1	5.6
Swaziland	5.3	2.1	2.1
Tanzania	Apr. 2000	Nov. 2001	3,000	25.1	10.3	1.0
Togo	Nov. 2008	..	360	8.6	3.2	..
Uganda	Feb. 2000	May 2000	1,950	47.1	6.5	1.7
Zambia	Dec. 2000	Apr. 2005	3,900	12.6	17.2	1.6
Zimbabwe	18.2
NORTH AFRICA						
Algeria	63.3
Egypt, Arab Rep.	23.2	8.5	6.2
Libya
Morocco	23.1	23.0	6.4
Tunisia	23.0	20.0	9.0

(continued)

Table 3.8 Millennium Development Goal 8: develop a global partnership for development (continued)

	Youth unemployment rate (ages 15–24)						Information and communication								
	Total (share of total labor force)		Male (share of male labor force)		Female (share of female labor force)		Fixed-line and mobile telephone subscribers (per 100 people)			Personal computers (per 100 people)			Internet users (per 100 people)		
	Year	Percent	Year	Percent	Year	Percent	1990	2000	2009	1990	2000	2005–09 ^b	1995	2000	2009
SUB-SAHARAN AFRICA															
Angola	0.7	0.6	45.5	..	0.1	0.7	..	0.1	3.3
Benin	2002	0.82	2002	1.07	2002	0.61	0.3	1.6	57.8	..	0.2	0.7	..	0.2	2.2
Botswana	2000	13.6	2000	13.23	2000	14.01	2.0	20.8	103.5	..	3.5	6.3	0.1	2.9	6.2
Burkina Faso	0.2	0.7	22.0	0.0	0.1	0.6	..	0.1	1.1
Burundi	0.1	0.6	10.5	..	0.1	0.9	0.0	0.1	0.8
Cameroon	0.3	1.3	39.6	..	0.3	1.1	..	0.3	3.8
Cape Verde	2.3	16.9	91.8	..	5.7	14.0	..	1.8	29.7
Central African Republic	0.2	0.4	4.1	..	0.2	0.3	..	0.1	0.5
Chad	0.1	0.2	24.1	..	0.1	0.2	..	0.0	1.7
Comoros	0.8	1.3	19.0	0.0	0.6	0.9	..	0.3	3.7
Congo, Dem. Rep.	0.1	0.1	15.5	0.0	..	0.0	0.6
Congo, Rep.	0.7	3.0	59.6	..	0.4	0.6	..	0.0	6.7
Côte d'Ivoire	0.6	4.3	64.7	..	0.5	1.7	0.0	0.2	4.6
Djibouti	1.0	1.4	16.9	0.2	0.9	4.3	0.0	0.2	3.0
Equatorial Guinea	0.3	2.1	67.3	..	0.4	1.5	..	0.1	2.1
Eritrea	0.8	3.7	..	0.2	1.0	0.0	0.1	4.9
Ethiopia	2006	24.89	2006	19.51	2006	29.42	0.3	0.4	6.0	..	0.1	0.7	0.0	0.0	0.5
Gabon	2.2	12.9	94.9	..	1.0	3.4	..	1.2	6.7
Gambia, The	0.7	3.0	86.9	..	1.2	3.5	0.0	0.9	7.6
Ghana	2000	16.55	2000	16.42	2000	16.68	0.3	1.8	64.5	0.0	0.3	1.1	0.0	0.2	5.4
Guinea	0.2	0.8	55.9	..	0.4	0.5	0.0	0.1	0.9
Guinea-Bissau	0.6	0.9	35.1	0.2	..	0.2	2.3
Kenya	0.8	1.3	50.3	0.0	0.5	1.4	0.0	0.3	10.0
Lesotho	0.8	2.3	33.9	0.3	..	0.2	3.7
Liberia	2007	4.73	2007	5.73	2007	3.73	0.4	0.3	21.3	0.0	0.5
Madagascar	2005	2.27	2005	1.74	2005	2.77	0.3	0.8	31.5	..	0.2	0.6	..	0.2	1.6
Malawi	0.3	0.8	16.9	..	0.1	0.2	..	0.1	4.7
Mali	0.1	0.5	29.4	..	0.1	0.8	..	0.1	1.9
Mauritania	0.3	1.3	68.6	..	1.0	4.5	..	0.2	2.3
Mauritius	2009	21.36	2009	18.08	2009	26.25	5.5	38.8	114.9	0.4	10.1	17.6	..	7.3	22.7
Mozambique	0.4	0.8	26.4	..	0.3	1.4	..	0.1	2.7
Namibia	2004	41.7	2004	36.68	2004	47.05	3.7	10.5	62.6	..	4.1	23.9	0.0	1.6	5.9
Niger	2001	3.16	2001	3.95	2001	1.67	0.1	0.2	17.4	..	0.1	0.1	..	0.0	0.8
Nigeria	0.3	0.5	48.2	..	0.6	0.9	..	0.1	28.4
Rwanda	0.2	0.7	24.6	0.3	..	0.1	4.5
São Tomé and Príncipe	1.9	3.3	44.1	3.9	..	4.6	16.4
Senegal	2006	14.8	2006	11.92	2006	20.11	0.6	4.6	57.3	0.2	1.6	2.2	0.0	0.4	7.4
Seychelles	2002	20.33	12.4	57.4	130.0	..	13.6	21.2	..	7.4	38.7
Sierra Leone	2004	5.15	2004	7.27	2004	3.5	0.3	0.7	20.9	0.0	0.1	0.3
Somalia	0.2	1.4	8.1	0.9	0.0	0.2	1.2
South Africa	2009	48.15	2009	44.59	2009	52.51	9.4	30.2	102.9	0.7	6.6	8.4	0.7	5.5	9.0
Sudan	0.2	1.2	37.2	..	0.3	10.7	0.0	0.0	9.9
Swaziland	1.6	6.0	59.1	..	1.1	3.7	0.0	0.9	7.6
Tanzania	2006	8.84	2006	7.39	2006	10.11	0.3	0.8	40.3	..	0.3	0.9	..	0.1	1.6
Togo	0.3	1.8	35.8	..	1.9	3.1	0.0	1.9	5.4
Uganda	0.2	0.8	29.4	..	0.3	1.7	0.0	0.2	9.8
Zambia	2000	21.36	2000	23.11	2000	19.48	0.8	1.7	34.8	..	0.7	1.1	0.0	0.2	6.3
Zimbabwe	2002	24.88	2002	28.18	2002	21.4	1.2	4.1	27.0	0.0	1.6	7.6	0.0	0.4	11.4
NORTH AFRICA															
Algeria	2006	24.3	2004	42.85	2004	46.27	3.2	6.1	101.2	0.1	0.7	1.1	0.0	0.5	13.5
Egypt, Arab Rep.	2007	24.8	2007	17.16	2007	47.89	2.8	9.8	79.1	..	1.1	3.9	0.0	0.6	20.0
Libya	5.0	12.1	95.1	2.2	..	0.2	5.5
Morocco	2009	21.88	2009	22.77	2009	19.37	1.6	13.1	90.1	..	1.2	5.7	0.0	0.7	32.2
Tunisia	2005	30.68	2005	31.35	2005	29.32	3.7	11.2	105.8	0.3	2.2	9.7	0.0	2.7	33.6

Note: 0.0 indicates less than 1 but more than 0.

a. As of 2010.

b. Data are for the most recent year available during the period specified.